

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ELISA COTTA DE ARAÚJO**

**NAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO E NA VÁRZEA DO  
AMAZONAS: formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, fluxos e  
fronteiras territoriais**

**NITEROI**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ELISA COTTA DE ARAÚJO**

**NAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO E NA VÁRZEA DO  
AMAZONAS: formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, fluxos e  
fronteiras territoriais**

**Tese apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em  
Antropologia da Universidade  
Federal Fluminense, como  
requisito necessário para  
obtenção do Grau de Doutor**

**Vínculos temáticos: Antropologia dos Grupos Étnicos, Etnicidade e Conflitos Sociais**  
**Linha de Pesquisa do orientador: Etnicidade, Identidade e Nação**  
**Projeto do orientador: Etnicidade, práticas culturais e formas de organização social no  
contexto regional do baixo Amazonas e em situações etnográficas contrastivas.**

**NITEROI**  
**2014**

## **Banca Examinadora**

Prof. Orientadora – Dr<sup>a</sup>. Eliane Cantarino O’Dwyer  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Coorientadora – Dr<sup>a</sup>. Lygia Baptista Pereira Segala Pauleto Beraba  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Avaliadora – Dr<sup>a</sup>. Delma Pessanha Neves  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Avaliador – Dr<sup>o</sup>. Aderval Costa Filho  
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Avaliadora – Dr<sup>a</sup>. Márcia Malheiros  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Avaliador – Dr<sup>o</sup>. João Batista de Almeida Costa  
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Avaliadora Suplente - Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Daou  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Avaliador Suplente – Dr<sup>o</sup>. Fabio Reis Mota  
Universidade Federal Fluminense

## **Resumo**

Esta tese aborda os fluxos e movimentos vividos em três situações sociais por indivíduos e grupos que se autoidentificam como quilombolas e que se mobilizam frente o Estado tendo em vista a regularização fundiária das áreas que consideram necessárias à sua reprodução física e social, o que fazem em consonância com marcos constitucionais vigentes. Procuro discutir como esses indivíduos e grupos constroem condições de autonomia e formas de permanência em situações de conflitos socioambientais e de lutas por direitos territoriais, envolvendo empreendimentos capitalistas orientados por uma lógica extratora de recursos e implantação de unidades de conservação de uso restrito. Para tanto, busco descrever os usos e representações do espaço, o que faço a partir das categorias que informam formas de apropriação, saberes e fazeres na várzea do Amazonas e nas margens do São Francisco, mas também a ambivalência das fronteiras sociopolíticas e territoriais que estes contextos sociais revelam. Nas três situações o diálogo etnográfico é alimentado e provocado pelo fazer fotográfico, ao longo do trabalho de campo e na escrita, a relação com a imagem contribui para a apreensão do território de uso e dos sentidos atribuídos pelos indivíduos e grupos, ao vivido.

**Palavras chave: fronteiras territoriais, usos e representações do espaço**

## **Abstract**

This thesis addresses the flows and movements in three lived in social situations by individuals and groups who self-identify as Quilombolas and who mobilize behind the state with a view to regularization of land's areas they consider necessary for their physical and social reproduction, which are in consistent with existing constitutional frameworks. Seeking discuss how this individuals and groups construct conditions of autonomy and ways to stay in situations of environmental conflict and struggles for land rights, capitalist ventures involving the extraction guided by a logic of resources and implementation of conservation units for restricted use. To this end, I seek to describe the uses and representations of space, which I do from categories that forms of ownership, knowledge and practices in the lowland of the Amazonas and the margins of São Francisco, but also the ambivalence of sociopolitical and territorial boundaries that these social contexts reveal. In all three situations the ethnographic dialogue is nurtured and provoked by photographic make along the fieldwork and writing, the relationship with the image contributes to the seizure of the territory of usage and meanings attributed by individuals and groups, lived in.

**Key words : territorial boundaries, uses and representations of space**

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Eliane Cantarino O'Dwyer, pelos aprendizados possibilitados desde a sala de aula, mas também durante trabalhos de campo, na escritura de textos, ao longo do doutorado.

Aos colegas de doutorado e amigos da UFF, especialmente: Omar, Mariana, Nathalia, Érick, Saulo, Patrícia, pelos diálogos e solidariedade partilhada durante o estudo desenvolvido na várzea do Amazonas.

Às equipes que se envolveram na elaboração dos relatórios de identificação e delimitação nas margens do São Francisco, meu afeto: Joba, Dayrell, Aderval, Fernanda, Paraná, Isabel, Ana Flávia, Cláudia Luz, e também a Zilah que contribui de modo especial para ampliar olhares no sertão molhado de Manga e Matias Cardoso.

Àqueles com quem convivi durante os trabalhos de campo na várzea do Amazonas e nas margens do São Francisco, por não se furtarem de lutar pelo que acreditam e pelo mundo que sonham.

Aos amigos queridos de Montes Claros, de Niterói e do Rio de Janeiro pelos encontros e possibilidades construídas mesmo a distancia

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudo que possibilitou a realização do doutorado

## **LISTA DE FOTOS**

**(ver anexo)**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
BNB - Banco do Nordeste do Brasil  
CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas  
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra a Seca  
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAREVASF - Fazendas Reunidas do Vale do São Francisco  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FOQS - A Federação das Organizações Quilombolas do município de Santarém  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IEF – Instituto Estadual de Florestas  
IGA – Instituto de Geociências Aplicadas  
IN 57 do INCRA – Instrução Normativa no. 57 do INCRA  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
LIGA - Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas  
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
N’Golo – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ProVárzea – Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea  
Ruralminas – Fundação Rural Mineira  
SPU - Secretaria de Patrimônio da União  
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TAC – Termo de Ajuste de Conduta  
UCs - Unidades de conservação ambiental  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros



## INDICE

INTRODUÇÃO.....	7
Comunidades remanescentes de quilombo e direitos constitucionais.....	9
Formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, fluxos e fronteiras sociais....	11
Pesquisa de campo nas margens do São Francisco e na várzea do Amazonas .....	12
CAPÍTULO I - QUILOMBO DA LAPINHA.....	23
Práticas culturais, sociabilidade e significação do espaço.....	38
Parentesco, casamento e compadrio .....	41
A Ilha da Ressaca: o lugar dos fracos.....	44
As terras de herança: o lugar dos fortes.....	66
Fluxos e fronteiras sociais .....	77
Transformação do espaço e formas de permanência.....	85
Formas de apropriação do espaço, deslocamento e fronteiras: quando os fracos se fazem fortes na luta.....	89
CAPÍTULO II - QUILOMBO TABUA .....	92
As formas de classificação e a lógica de apropriação dos ambientes.....	93
O gado e as diferentes condições de vaqueiro, criador e fazendeiro.....	108
Ruptura do sistema de agregação e formação dos grupos locais.....	113
Mudança, resistência e atualização dos vínculos com o território .....	125
Formas de identificação e diferenciação .....	131
Parentesco e territorialidade .....	134
CAPÍTULO III - QUILOMBO MARIA VALENTINA.....	143
Formas de apropriação da várzea: uso comum e ocupação familiar .....	145
O trabalho nas roças de vazantes: saberes e fazeres construídos na relação com a várzea, seus fluxos e mudanças .....	157
O gado e a expansão pecuária: privatização e degradação da várzea.....	165
A construção do espaço pelas famílias e as terras caídas .....	171
A pesca: sociabilidade, normatização, controle coletivo e fronteiras sociais.....	174
CAPÍTULO IV – IMAGENS E CONFIGURAÇÕES DE VIDAS NAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO E NA VÁRZEA DO AMAZONAS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	215
ANEXOS .....	222

## INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado tem por objetivo descrever e analisar processos de reprodução e de mudança social em situações de ocupação tradicional, e de fronteira amazônica, respectivamente, nas margens do São Francisco, em Minas Gerais e na várzea do rio Ituqui, no Pará. Nessas situações sociais estão presentes conflitos socioambientais e lutas por direitos territoriais mediante a construção de identidades étnicas pelo reconhecimento de direitos diferenciados de cidadania, como no caso da titulação das terras de quilombo. Nos grupos locais onde se desenvolveu a pesquisa estão em evidência formas, similares e distintas, de apropriação e uso de recursos ambientais.

As disputas pela apropriação e uso dos recursos ambientais descritos nos capítulos desta tese envolvem, por um lado, fazendas, empresas e parques e, por outro, associações comunitárias de agricultores familiares e associações de comunidades remanescentes de quilombo, mas também instituições públicas, organizações não governamentais e outras entidades locais que constituem, regionalmente, o movimento social em defesa dos direitos dessas populações. Representados por associações de comunidades remanescentes de quilombo, os grupos objeto desta pesquisa buscam junto ao Estado a regularização fundiária de áreas que consideram necessárias à sua reprodução física e social, o que fazem em consonância com marcos constitucionais vigentes.

Assim, no baixo Amazonas os grupos locais que compõem o Quilombo Maria Valentina – Nova Vista, São José e São Raimundo - estão situados exclusivamente na várzea do Amazonas e demandam do Estado a delimitação e titulação de um território de várzea de ocupação tradicional, o que realizam em articulação com as comunidades quilombolas vizinhas de Murumuru, Murumurutuba e Tinigu, situadas *na terra firme*. Por sua vez, os moradores que compõem o Quilombo da Lapinha e o Quilombo Tabua, no médio, São Francisco se distribuem por ilhas no leito do rio, mas também na chamada *terra firme* situada na margem do rio. Na terra firme, a ocupação, por eles desenvolvida, abarca tanto as *terras baixas* sujeitas a inundações periódicas, como as *terras altas*, que nunca inundam. De modo que, no caso de Minas Gerais, as comunidades quilombolas demandam do Estado a delimitação e regularização fundiária de um território formado pela conjugação de dois ambientes: a ilha e a terra firme.

Por outro lado, as ilhas e as *terras baixas* no São Francisco, assim como a várzea no Amazonas, como áreas de domínio do rio, são caracterizadas no campo das definições jurídicas como “terras da união” e, portanto, sujeitas a determinadas normas legais, representações e práticas administrativas. Entretanto, nas situações de pesquisa não se observa a prevalência deste preceito jurídico e sim a coexistência de diferentes concepções de direitos, como discutiremos nesta tese.

Os atores sociais nessas situações de pesquisa constroem suas condições de autonomia e formas de permanência no lugar através da inserção em espaços sociais em distintos campos de atividades, o que se correlaciona com deslocamentos frequentes, bem como, o estabelecimento e a manutenção de relações junto a fazendas, empresas agropecuárias, instituições públicas ou ao comércio local. Nestes contextos de referência da pesquisa buscamos privilegiar as situações de interação social tendo em vista apreender a fluidez que caracterizam as construções identitárias, mas também a ambivalência das fronteiras sociopolíticas e territoriais que estas situações sociais revelam.

Estão em foco neste trabalho situações que se aproximam do modelo “sistema combinado” descrito por Godoi (1998), no qual os critérios de parentesco regulam o acesso ao patrimônio de uso comum, indiviso, e a apropriação familiar, o comando sobre pequenas áreas no seu interior, onde se localizam casa, quintal e roçados. Nestas situações é o trabalho familiar investido que justifica a apropriação familiar. Mas, há também situações identificadas onde coexistem distintas modalidades de apropriação, o uso comum, a posse e a propriedade privada. Nestes casos, o controle sobre o uso dos recursos está sujeito a variações, na medida em que é regido por diferentes lógicas ou, na perspectiva do direito, diferentes concepções de direito: o costumeiro, o legal e, ainda, a conjugação destes, como analisado por Paoliello (1998).

Nas situações de pesquisa, como em outros contextos onde ocorrem conflitos socioambientais, estão mais vulneráveis aquelas modalidades de uso comum da terra, ou seja, “situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros” (ALMEIDA, 2006, p. 28). Este autor, a partir de situações etnográficas encontradas por ele, afirma existir as seguintes modalidades de uso comum da terra: “terras de preto”, “terras de santo”, “terras da santa”, “terras de índio”, “terras de caboclo”, “terras soltas ou abertas”, “terras de herdeiros” sem formal de partilha há

inúmeras gerações e suas variantes, “terras de parentes” e “terras de ausente”, dentre outras.

O domínio coletivo e suas especificidades não fizeram parte de levantamentos e ações de ordenamento do Estado e, não foram considerados ao longo do processo de formação da nação brasileira ou, numa outra perspectiva, somente a Constituição de 1988 reconhece estas formas de apropriação, como discutido por Dias (2001) em sua abordagem sobre a arqueologia dos movimentos sociais.

### ***Comunidades remanescentes de quilombo e direitos constitucionais***

Cresce no Brasil o número de grupos sociais autoidentificados como comunidades remanescentes de quilombo, que se mobilizam politicamente tendo em vista o reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação de recursos naturais que praticam, as quais, por sua vez, estão baseadas nas mais diversas experiências de sociabilidade.

Os indivíduos e grupos que compõem as chamadas comunidades quilombolas acumulam experiências de sujeição e subordinação, que tem origem em suas inserções em espaços políticos e econômicos através dos quais buscam viabilizar sua reprodução social como camponeses e, de modo especial, seus vínculos com o lugar. Nas situações de pesquisa estas experiências ganham uma dimensão política, na medida em que determinados problemas ou restrições passam a ser enfrentados de forma coletiva, a partir da mobilização social e do acionamento de mediadores externos, o que pode ser apreendido em termos de formas de resistência camponesa (ARAÚJO, 2009; COSTA, 2010; ANAYA, 2012; SCOTT, 2002).

Com referência aos contextos de pesquisa, é possível apreender que a expansão de grandes empreendimentos econômicos e o ordenamento ambiental estão diretamente relacionados à intensificação dos conflitos socioambientais envolvendo comunidades quilombolas. As disputas pela apropriação e uso dos recursos ambientais são apreendidas no contexto do trabalho de campo a partir do registro de trajetórias pessoais e de grupos sociais e, neste sentido, são revestidas de uma dimensão local. De outro modo, os conflitos ambientais são apontados pelos sujeitos pesquisados no baixo Amazonas e no médio São Francisco, como principal ameaça à reprodução dos seus modos de vida e principal motivador da *luta quilombola*.

Os grupos pesquisados, cada qual a seu modo, acionam uma origem comum presumida como discutido por O'Dwyer (2002) ao desenvolver iniciativas de mobilização política junto ao Estado no sentido do reconhecimento territorial, em consonância com a Constituição brasileira de 1988. Essa perspectiva pode ser lida, no saber antropológico, como processos de etnicização desses grupos. A perpetuação da condição de sujeitos e grupos mantidos às “margens do estado”, como argumenta Asad (2008) e a existência de direitos coletivos insurgentes, por meio dos quais, buscam o reconhecimento de si como sujeitos de direito, propicia a construção de estratégias de aproximação ao Estado, por um caminho institucional.

Os direitos culturais protegidos pelo Estado brasileiro com a “valorização da diversidade étnica e regional” presentes nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 tem sido interpretada de forma associada aos direitos sobre as terras indígenas e o reconhecimento à propriedade das terras ocupadas pelos grupos negros caracterizados como “remanescentes das comunidades de quilombos, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como discutido por O'Dwyer (2010, p. 13). Para Silva (2007, p. 889), citado pela autora, a constituição disciplina situações concretas, consideradas “análogas”, porém “distintas.” Assim, a noção de “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” como aquelas “necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”, passa a ser utilizada no reconhecimento de territorialidades específicas expressas em “modos de criar, fazer e viver” de “remanescentes de quilombos” e de outros grupos caracterizados pela legislação infraconstitucional como “povos” e “comunidades tradicionais”, como estabelece o Decreto 6.040/2007 da Presidência da República. Esses marcos legais têm permitido que formações sociais fundadas no uso comum de recursos, que subsistiram invisíveis na estrutura agrária brasileira e vulneráveis a toda sorte de violências e conflitos associados à expansão de fronteiras no Brasil, como sinaliza Almeida (2008), reivindiquem direitos diferenciados de cidadania.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, embora ratificada pelo Brasil em junho de 2002, inspirou no processo constituinte subsequente, o reconhecimento de uma multiplicidade de situações sociais e de territorialidades específicas ao estabelecer a autodefinição como princípio fundamental e o direito de

retorno aos povos deslocados compulsoriamente por projetos de desenvolvimento e empreendimentos econômicos.

O termo “Comunidade Remanescente de Quilombo”, introduzido pela Constituição de 1988, passou a ser empregado por grupos que se atribuem uma origem comum presumida ao tempo da escravidão, desde então, como forma de comunicar sua distintividade e reivindicar direitos de uma cidadania diferenciada frente ao Estado brasileiro. Em resposta às demandas dos grupos negros e de outros grupos sociais que se autoafirmam com referência em especificidades como parte de uma tradicionalidade, o governo federal, pelo decreto acima referido, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Esse decreto estabelece as principais noções que devem orientar os processos administrativos relativos a “povos e comunidades tradicionais”, e prescreve no inciso I do artigo 3º. que povos e comunidades tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As dificuldades relativas ao emprego dos dispositivos legais são interpretadas por Almeida (2008) a partir da identificação de tensões no campo jurídico-formal, que correlaciona aos efeitos da implementação destes dispositivos sobre o mercado de terras. Do seu ponto de vista o reconhecimento de direitos territoriais “rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem transformações na estrutura agrária” (idem, p. 26).

### ***Formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, fluxos e fronteiras sociais***

O trabalho está dividido em três sessões que tratam de formas de apropriação do espaço, deslocamentos e estratégias de permanência nas quais se busca traçar as especificidades de cada situação social pesquisada de forma a apreender diferenças e semelhanças e lançar luz sobre como as modalidades de apropriação dos recursos naturais em questão estão implicadas nas lutas por reconhecimento territorial e na

política de regularização fundiária segundo os preceitos constitucionais que reconhecem o direito à diferença nos modos de fazer, criar e viver (Art. 215 da CF/1988), que caracterizam formações sociais específicas.

Na construção desta tese apoiei-me em experiências de pesquisas realizadas no âmbito de relatórios antropológicos de identificação e delimitação de terras de quilombos que me propiciaram apreender a tensão entre a noção local de um território de uso e a cultura institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Em sua prática administrativa, os funcionários deste organismo estatal estão mais preocupados com a definição de um limite rígido orientado por uma lógica produtivista da propriedade e não da lógica da territorialidade do grupo identificado. Entre o limite construído pelo grupo e o limite requerido pelo INCRA, a apreensão do antropólogo se espalha para fluxos, contra-fluxos, movimentos, fronteiras sociais e étnicas, diferenças internas e externas e construções que os grupos elaboram para si para afirmar-se na relação com o Estado refletindo e instaurando novos posicionamentos no contexto de sua trajetória histórica.

Abordar os usos e representações do espaço implica, por um lado, em descrever como as unidades da paisagem são significadas por meio da socialização e das práticas produtivas. E, por outro lado, como os espaços sociais foram constituídos ao longo dos processos de territorialização sob diferentes formas de interação e exercício do poder. Como os processos de expropriação que configuram restrições na ocupação territorial e resultam em resignificações desses espaços, associados às estratégias de manutenção de vínculos junto aos rios São Francisco e Amazonas, aqui descritos e analisados.

### ***Pesquisa de campo nas margens do São Francisco e na várzea do Amazonas***

No baixo Amazonas, município de Santarém, os moradores situam suas moradias na *restinga* na beira do Ituqui e de preferência nas porções mais elevadas do terreno, os *altos*, com o rio Ituqui se constituindo como fonte de água e alimento, mas também como principal via de acesso. No médio São Francisco, os moradores têm suas moradias localizadas tanto nas ilhas como nas duas margens do rio São Francisco, com muitos deslocamentos sendo realizados por terra ou pela conjugação de trechos por terra e por água.

No município de Manga, margem esquerda do São Francisco, há moradias estabelecidas em ilhas, na margem do rio São Francisco e na região de confluência com dois rios secundários, o Japoré e o Calindó. Os moradores situam suas habitações ao longo destes cursos d'água e nas cercanias de inúmeras lagoas. Assim, enquanto alguns moradores buscam água no São Francisco, outros que se encontram distante do mesmo rio suprem suas necessidades de abastecimento de água através da abertura de cisternas e poços artesianos e do acesso às lagoas. Nos anos mais secos eles também recorrem ao caminhão pipa, como parte da política de combate a seca do governo federal por meio do Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS. Embora as moradias fiquem a alguns quilômetros do rio São Francisco eles têm sua rotina de vida influenciada pela dinâmica de *cheia* e *vazante* do rio, pois eles se encontram na região de transição com *as terras baixas* e por elas se deslocam com frequência tendo em vista pescar, cuidar de criações, visitar parentes, entre outros afazeres. Ressalto que há uma diferença entre a seca no São Francisco, por situar-se na região semi-árida mineira do Polígono das Secas com o corte do fluxo de água dos rios Japoré e do Calindó e o drástico rebaixamento e secamento de lagoas e baixo fluxo das águas sanfranciscanas, e a seca que caracteriza o verão amazônico, com rebaixamentos significativos dos cursos d'água, mas sem possibilidade de comparação entre as duas realidades estudadas.

Na região pesquisada em Matias Cardoso, margem direita do São Francisco as moradias estão distribuídas ao longo do Rio São Francisco nas ilhas, nas *barrancas* beira rio, nos *altos* próximos dos *lagadiços* e lagoas, mas em terrenos mais elevados, *as terras altas*. Assim, alguns mais que outros costumam ter suas moradias atingidas pelas inundações nos anos de *cheia forte*, em decorrência da posição que ocupam nas ilhas e na terra firme. Sendo comum no *tempo das cheias* os moradores de ilha da Ressaca atravessarem o rio em embarcações para buscar *refúgio* na terra firme, onde levantam barracos provisórios para se proteger, guardar seus pertences e cuidar das criações que conseguiram *salvar*. Então, quando chega *o tempo das águas* eles se põem a acompanhar o subir e baixar das águas na expectativa das *cheias* e, ao mesmo tempo em que manifestam seus receios frente às inundações, eles também anseiam sua chegada, pois como dizem são elas que formam os *lameiros* que garantem plantios farturosos na terra molhada pelo rio, e a renovação das lagoas e peixes.

No baixo Amazonas as *comunidades de Várzea*, como veremos ao longo da tese, também mantêm relações com a terra firme, seja via *comunidades de planalto* ou de



*terra firme*, seja via cidade de Santarém, mas pelo que pudemos apreender a ocupação na várzea propiciaria aos sujeitos e grupos condições de se reproduzirem com relativa autonomia. Na territorialidade do baixo Amazonas, os grupos locais situados nos leitos dos rios se autodenominam *comunidades de várzeas* e outros situados em terra firme na margem dos rios são contrastivamente autoafirmados como *comunidades de planalto*, como será discutido posteriormente. As ocupações de ilhas no São Francisco não apresentam condições tão favoráveis, principalmente pela menor disponibilidade de recursos a que tem acesso, o que é apontado pelos moradores da ilha da Ressaca como motivador da *luta quilombola*.

No baixo Amazonas, os trabalhos envolveram um grupo de pesquisadores do PPGA/UFF, do qual participei como estudante de doutorado a convite da coordenadora e os recursos foram derivados de um projeto de cooperação estabelecido entre a Fundação Ford e a Universidade Federal Fluminense, sendo a execução do projeto realizada através da Fundação Euclides da Cunha de apoio à UFF<sup>1</sup>. A Federação das Organizações Quilombolas do município de Santarém – FOQS, composta por *comunidades de várzea* e *comunidades de terra firme* foi nosso principal interlocutor, facilitando nossa entrada em campo junto ao Quilombo Maria Valentina<sup>2</sup> e a compreensão do contexto político de realização dos Relatórios Antropológicos.

Assim, o trabalho de campo em Santarém foi realizado no segundo semestre de 2010, através de duas incursões à região do Ituqui, situada alguns quilômetros à jusante da cidade de Santarém. Além disso, houve também uma terceira viagem reservada ao seminário de fechamento da pesquisa de campo, que permitiu que os dados em elaboração fossem previamente apresentados e discutidos com representantes da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém e membros das localidades que compõem o Quilombo Maria Valentina.

No médio São Francisco, de modo similar, o trabalho de elaboração de relatórios antropológico sobre terras de quilombos têm origem em reivindicações territoriais de comunidades auto identificadas como remanescentes de quilombo dos municípios vizinhos de Manga e Matias Cardoso. Em Minas Gerais, as comunidades locais se

---

<sup>1</sup> Através desse projeto de Cooperação foram elaborados cinco relatórios antropológicos, sendo que eu me envolvi diretamente na elaboração do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Território Maria Valentina.

<sup>2</sup> As comunidades de Nova Vista, São José e São Raimundo compõem o Quilombo Maria Valentina e tiveram o certificado de autoreconhecimento emitido pela Fundação Palmares em 15 de novembro de 2003.

articulam nos movimentos sociais regionais e estão vinculadas à N´Golo – Federação das Comunidades de Quilombo do Estado de Minas Gerais organizada com representações de todas as regiões mineiras. Além disso, os espaços políticos por onde transitam os representantes das duas comunidades remanescentes de quilombo não são necessariamente os mesmos, dadas as trajetórias históricas no cenário local e regional de cada uma de seus membros.

Na região da Tabua as informações chegam através de vereadores e técnicos da prefeitura, que realizam no município de Manga um trabalho de mobilização que resultou na constituição de dez associações de comunidades remanescentes de quilombo. Na região foco de nossa pesquisa foram certificadas pela Fundação Palmares as Comunidades Remanescentes de Quilombo Espinho e Malhadinha em doze de maio de 2006 e Comunidade Remanescente de Quilombo Vila Primavera em sete de junho de 2006. Mas, durante o trabalho de campo para elaboração do relatório antropológico de identificação e delimitação os seus moradores decidiram por um único território a que denominaram Quilombo Tabua.

No ano de 2010, integrantes das comunidades quilombolas de Manga ocuparam a sede do INCRA em Belo Horizonte, de acordo com as lideranças envolvidas, foi através desta ocupação que eles conseguiram garantir uma audiência com o Superintendente e a inclusão das dez comunidades na lista de prioridade do órgão. Assim, a realização dos Relatórios Antropológicos ocorreu com recurso do próprio INCRA, através de licitação pública e contratação de uma empresa prestadora de serviços<sup>3</sup>. No caso, os trabalhos junto às comunidades quilombolas em Manga foram coordenados por antropólogo vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais e através do seu convite me inseri em uma das equipes como coordenadora, com os trabalhos de campo sendo desenvolvidos no ano de 2012.

Por sua vez, informações sobre os direitos constitucionais de comunidades quilombolas chegam à região da Lapinha através de uma de suas lideranças, que enquanto representante das comunidades rurais de Matias Cardoso acompanhava as

---

<sup>3</sup> Em 17 de agosto de 2001 foram publicados no Diário Oficial da União os procedimento e os critérios para contratação de serviços e elaboração de Relatórios Antropológicos em 158 territórios quilombolas de 16 estados. Segundo o INCRA, havia naquele momento um total de 1.068 processos de regularização fundiária de territórios quilombolas abertos nas Superintendências Regionais do INCRA, ou seja, apenas 14,8 % da demanda foram contempladas com os recursos públicos disponibilizados. (Site <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/08/incra-abre-licitacao-para-agilizar-regularizacao-de-158-territorios-quilombolas> consultado em 9 de outubro de 2013, 9:27 horas).

reuniões do programa do governo federal implantados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, denominado “Território Serra Geral<sup>4</sup>”, espaço de definição de investimentos públicos, que tem como um de seus critérios o atendimento prioritário às comunidades quilombolas. A partir de então foi dado início a um processo de mobilização social que levou à criação da Associação Remanescente de Quilombo da Lapinha, com a certificação do seu autoreconhecimento sendo emitido pela Fundação Palmares em dois de junho de 2005. Neste processo, os moradores contaram com apoio da Prefeitura Municipal de Matias Cardoso, de vereadores e, principalmente, de técnicos da Empresa de Assistência técnica de Minas Gerais - EMATER-MG.

Em outubro de 2006, integrantes do Quilombo da Lapinha ocuparam uma área de fazenda nas proximidades da ilha da Ressaca. Desde então, buscam apoio junto ao INCRA para suas demandas por terra firme e pela regularização do território quilombola. Além disso, ao se afirmarem como *encurralados* eles denunciam a situação em que se encontram de encerrados em um lugar mediante a implantação do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro pelo Instituto Estadual de Florestas uma vez que os agentes ambientais e a polícia têm agido no sentido de estabelecer o domínio sobre área de ocupação tradicional ao proibir práticas culturais, tais como a formação de *roças de vazante* na margem do rio e pesca em lagoas e a agricultura nos *furados*. A unidade de conservação compõe o Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba – SAP Jaíba, criado como medida compensatória aos impactos do Projeto de Irrigação do Jaíba<sup>5</sup>.

Neste caso do quilombo da Lapinha ocorreu uma ação de reintegração de posse aberta pela proprietária da fazenda Casa Grande, empresa Fazendas Reunidas do Vale do São Francisco - FAREVASF que foi transferida para a Vara Agrária, através da intervenção de advogados inicialmente acionados para defender a causa pela Comissão Pastoral da Terra. Na primeira Audiência da Vara Agrária, realizada em Manga, foi negociada a permanência das famílias acampadas numa área de 22 hectares no interior da fazenda, durante os trâmites da ação na justiça. Desde então, a ameaça de despejo,

---

<sup>4</sup> O Território Serra Geral, no contexto da política governamental é o espaço de elaboração e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que define políticas públicas e a priorização de investimentos envolvendo órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

<sup>5</sup> A criação do SAP Jaíba foi negociada no espaço da Câmara Especializada de Defesa de Ecossistemas do COPAM, como condição para conceder a Licença de Operação para etapa II do projeto Jaíba. Por sua vez, a licença atendeu às exigências do Banco Mundial para autorizar um novo montante de recursos para o Projeto Jaíba. Desta forma, definiu-se um novo desenho territorial assentado sobre o paradigma ambiental. De um lado, o SAP Jaíba com um total 179.878 ha (cento e setenta e nove mil e oitocentos e setenta e oito hectares) destinados à conservação e de outro a expansão do Projeto Jaíba dentro dos moldes desenvolvimentistas (aproximadamente 100 mil hectares).

embora protelada, passa a existir como possibilidade. Foi neste contexto de incertezas que o Acampamento São Francisco se institui como espaço dos *fracos*, da Ilha da Ressaca e daqueles que não tem um *lugar na terra firme*, na construção e afirmação de uma identidade quilombola e, lugar onde acontecem reuniões e visitas com frequência. Quando visitei pela primeira vez o Quilombo da Lapinha, em meados de 2007, pude perceber a forma acurada com que eles nos receberam e que havia uma preocupação com a organização do espaço destinado às visitas, onde construíram o *redondo*, pequeno barraco que ficava bem no centro do Acampamento e cujo formato circular me pareceu uma alusão a uma sala de reunião.

Entretanto, em 2010, a fazenda em disputa foi adquirida pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, que instalou na antiga sede um escritório que passou a ser utilizado pelos funcionários responsáveis pelo Parque Estadual Lagoa do Cajueiro. Assim, a compra da Fazenda aumentou ainda mais a tensão entre quilombolas e agentes ambientais.

Neste mesmo ano, denúncias de violação de direitos registrada durante a visita da Secretaria de Direitos Humanos e Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ao Quilombo da Lapinha levaram ao acionamento do Ministério Público Federal de Montes Claros, que passou a atuar visando maior agilidade nos procedimentos administrativos de regularização fundiária de responsabilidade do INCRA-MG. Entretanto, como este órgão alegou não dispor de recursos humanos e financeiros para dar início ao processo, o Ministério Público Federal intermediou um acordo junto a Universidade Federal de Montes Claros - Unimontes.

Deste modo, no município de Matias Cardoso, a pesquisa de campo que suscitou a elaboração do Relatório Antropológico do Quilombo da Lapinha foi precedida pela assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o INCRA e a Unimontes decorrente da interposição do Ministério Público Federal. O INCRA assumiu parte dos custos de deslocamento e diárias para os membros da equipe de pesquisa e a Unimontes disponibilizou um antropólogo vinculado à instituição que assumiu a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos, com o meu ingresso sendo realizado através de uma solicitação do coordenador.

Entretanto, a morosidade dos procedimentos administrativos e entraves no campo jurídico prorrogaram a assinatura do acordo por mais de um ano, que foi selado somente no final de 2011. Assim, em função deste atraso, os trabalhos do campo junto

ao Quilombo da Lapinha só foram realizados no ano de 2012, no mesmo período de execução dos trabalhos contratados pelo INCRA para atender a demanda dos Quilombos de Manga, como registrei anteriormente.

Em 06 de novembro de 2012, antes mesmo da finalização dos trabalhos, a ação de reintegração de posse empreendida pela FAREVASF tramitou em julgado<sup>6</sup> com decisão desfavorável aos interesses dos quilombolas acampados que receberam a notificação de desocupação da área. Consta no processo judicial que o IEF pleiteou a homologação judicial do pedido de desapropriação em ação conjunta com a FAREVASF, desta forma o IEF desconsiderou compromissos assumidos publicamente pelo seu diretor em relação ao Quilombo da Lapinha no ano de 2010.

O despejo a ser executado pela Polícia Militar de Manga foi protelado inúmeras vezes em decorrência de intervenções institucionais e pela entrada na Justiça Federal de uma ação impetada por advogados vinculados ao movimento social regional que foi, prontamente, assumida por um promotor do Ministério Público Federal da Procuradoria em Montes Claros. Em julho de 2013, o Juiz Federal de Montes Claros concedeu liminar de manutenção de posse em favor dos integrantes do Quilombo da Lapinha estabelecidos na área de 22 hectares no interior da fazenda Casa Grande, até que os trabalhos de regularização fundiária, em curso, fossem finalizados. Neste contexto, os moradores do Acampamento São Francisco permanecem residentes e estabeleceram roças familiares e coletivas.

O trabalho de pesquisa iniciado em 2007 junto ao Quilombo da Lapinha me levou a acompanhar e me inserir neste campo de incerteza dos *fracos*, a acompanhar e a me inserir nas iniciativas de manutenção deste espaço de *luta*. Por vezes, o Acampamento São Francisco ao ser identificado como *Quilombo*, tanto pelos *de dentro*, como pelos *de fora* suplanta a própria imagem de Quilombo da Lapinha em construção e inscreve seus anseios e necessidade mais urgentes e, desta forma, dá os rumos à *luta quilombola*.

Dado a meu envolvimento anterior junto ao grupo e o acompanhamento deste processo de mobilização social pela regularização fundiária do território no Quilombo

---

<sup>6</sup> Em 22 de julho de 2009, o MM. Juiz da Vara Agrária, Dr. Osvaldo Firmo, julgou improcedente a ação de integração de posse movida pelos proprietários da fazenda Casa Grande. Porém a FAREVASF interpôs recurso de Apelação junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais que deu provimento à apelação, reformando completamente a decisão. Insatisfeitos com a decisão, os quilombolas interpuseram recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça, que manteve a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

da Lapinha, a minha inserção em campo, no contexto de elaboração do relatório antropológico se deu de forma diversa dos dois outros grupos pesquisados. No capítulo inicial dedico a sua introdução à narrativa etnográfica dos diversos momentos que compõem meu tempo de pesquisa nesta comunidade quilombola.

Minha entrada de campo na várzea do Ituqui foi marcada pelas viagens de barco de Santarém à região do igarapé do Maicá e, ao longo dos trajetos, à observação das linhas intermináveis de um horizonte de águas e vegetação parcialmente submersas, a presença das embarcações pesqueiras e os barcos diminutos em seus deslocamentos pelos lagos e rio, entremeados por restingas. As moradias sustentadas por palafitas e em área alagada, onde era possível identificar famílias instaladas e juntos das casas, algumas cabeças de gado e criações menores, os registros em foto nos conectam diretamente com o modo de vida camponês evidenciado pelos estudos sobre o campesinato nesta região.

Ao chegar a São Raimundo para a reunião inicial fomos apresentados pelo representante da FOQS, que nos acompanhava, a algumas lideranças locais e, em seguida, nos dirigimos para o galpão comunitário onde outros moradores ali reunidos nos aguardavam. Neste mesmo dia foi realizada uma segunda reunião, à semelhança da primeira, no espaço comunitário de Nova Vista.

Nas reuniões, as principais questões colocadas em discussão versaram sobre as condições de realização do nosso trabalho, eles estavam interessados em saber como o ele seria feito. As intervenções realizadas por representantes de São Raimundo e São José, presentes na primeira reunião, denotaram o receio de que os antropólogos viriam “atestar” quem era ou não quilombola, a partir de caracteres externos ou fenotípicos. O que levou a coordenadora da equipe a se inserir no diálogo com os moradores e expor o método de trabalho antropológico a ser realizado e a importância da cooperação do grupo para se construir um entendimento acerca dos processos de autoidentificação. Neste contexto, os moradores relataram que elaboravam sua identidade a partir dos processos de inclusão social do grupo, ao afirmar que eram descendentes da Maria Valentina, mostraram o braço ao dizer que não era a exclusividade negra que conferia pertencimento ao grupo dado que ali *era tudo misturado*.

Durante o trabalho de campo utilizamos o barco “Esperança II”, contratado para esse fim, como residência e como espaço de trabalho da equipe. Na maior parte dos dias o barco ficou atracado nas imediações de uma *ilha de terra crescida*, localizada num estreitamento do rio, quando nos deslocávamos de *voadeira* para as visitas diárias, que

tiveram como destinos ocupações familiares indicadas pelas lideranças nos grupos locais de Nova Vista, São José e São Raimundo. Outras incursões foram realizadas por sugestão das lideranças ao Igarapé de Maicá e do Santíssimo, pois desejavam nos apresentar o Ituqui através do deslocamento na várzea e os limites territoriais anteriormente discutidos e negociados entre eles e com outras comunidades vizinhas também autoidentificadas como remanescentes de quilombo.

Os percursos e visitas foram realizados sempre em companhia de representantes da Associação Remanescente de Quilombo Maria Valentina e das Associações Comunitárias de cada grupo local, o que propiciou momentos de diálogo, que possibilitaram à equipe de pesquisa dirimir dúvidas e orientar o trabalho de campo. Durante a permanência no Ituqui acompanhamos também uma celebração comunitária em São José, jogos de futebol envolvendo grupos de comunidades vizinhas e da cidade, organizados pela Associação Comunitária de Nova Vista e mutirões comunitários em preparação à festa do Santo Padroeiro, São José, que seria realizada nos próximos dias.

No processo de implantação dos trabalhos antropológicos no Quilombo da Tabua foram realizadas conversações entre o INCRA e as dez comunidades autoidentificadas do município de Manga, que subsidiaram decisões dos grupos de Malhadinha, Espinho, Vila Primavera de um desenho territorial único, com a inclusão da localidade Manga Velha.

À semelhança do Quilombo Maria Valentina o trabalho de campo foi iniciado em reunião de apresentação da equipe responsável pelo relatório antropológico. Nesta reunião o antropólogo coordenador fez uma exposição situando as mudanças relacionadas aos marcos legais pós Constituição de 1988, contemplou as dificuldades iniciais do processo institucional e elencou políticas públicas implantadas pelo governo federal. O representante do INCRA direcionou sua fala, para os procedimentos administrativos em curso e os subsequentes. As lideranças presentes manifestaram sua preocupação acerca da existência de um acampamento nas imediações do rio Japoré e de assentamentos implantados pelo INCRA em áreas, por elas consideradas necessárias para a reprodução de grupos familiares na região de Vila Primavera e manifestaram sua intenção de aglutinar assentados considerados de *dentro*. Mas também se mostraram apreensivos em relação ao tratamento dado pelo INCRA aos lotes que consideravam *abandonados* e negociados entre várias pessoas que não têm a terra como espaço de vida e que a utilização para especulação imobiliária.

Foram realizadas quatro imersões de cunho etnográfico ao longo do ano de 2012 e priorizados temas distintos em cada uma delas. Na primeira incursão buscamos apreender a história local, as formas de apropriação e expropriação passada e presente; na segunda incursão objetivamos precisar as relações de parentesco e as redes de reciprocidade intraterritorial que vinculam os sujeitos entre si, mas também as redes sociais e de trabalho que perpassam o território; a terceira incursão foi reservada à pesquisa das estratégias produtivas, as formas familiares e coletivas de ocupação territorial e, na quarta e última incursão de campo nos dedicamos a precisar as fronteiras sociais e ao estudo de como estas fronteiras se territorializam. Além disso, foi realizada uma Reunião Final também com a presença do INCRA-MG para apresentação e aprovação da proposta de delimitação territorial contemplada pelo relatório.

Esta tese está organizada em quatro capítulos. Início descrevendo as formas de apropriação e uso dos recursos ambientais no Quilombo da Lapinha, localizado nas margens do São Francisco, o que faço a partir da descrição das práticas culturais e espaços de sociabilidade do grupo. Em seguida, abordo os processos de mudança que permitem a apreensão da Ilha da Ressaca como o *lugar dos fracos* e, as *terras de herança*, na *terra firme*, como *lugar dos fortes*; a transformação do espaço e formas de permanência, deslocamento e fronteiras e a *luta quilombola* que leva *os fracos* a se constituírem como *fortes*.

O segundo capítulo é dedicado à análise das formas de apropriação e uso dos recursos ambientais no Quilombo Tabua, também situado nas margens do São Francisco, o que desenvolvo ao tratar da classificação e da lógica de apropriação dos ambientes. Abordo as diferenciações relacionadas ao sistema de agregação, sua ruptura e a formação dos grupos locais. A seguir, enfoco os processos de mudança e de resistência e a atualização dos vínculos com o território, o que relaciono às construções identitárias e diferenciações sociais.

No terceiro Capítulo, desenvolvo inicialmente uma leitura sobre as formas de apropriação e uso dos recursos no Quilombo Maria Valentina, na várzea do Amazonas, ao relacionar uso comum e ocupação familiar. As seções seguintes são dedicadas à



leitura dos saberes e fazeres construídos na relação com a várzea; a privatização e degradação da várzea; a construção do espaço pelas famílias e a relação com as *terras caídas* e, por fim, o processo de normatização e as estratégias de controle coletivo da pesca.

No quarto e último capítulo, a partir da associação entre texto e imagem desenvolvo uma leitura em perspectiva comparada das três situações sociais anteriormente descritas. Nesta análise conclusiva, busco identificar, na leitura da paisagem, as inscrições que demarcam especificidades e que permitem apreender a construção do espaço associado aos ciclos de *cheia* e *vazante* no contexto de mudanças, quando busco ressaltar similaridades, proximidades e diferenças. Encerro este capítulo trazendo algumas considerações sobre as fronteiras territoriais apreendidas a partir das três situações sociais etnografadas, o que me leva a refletir sobre as diferentes perspectivas de *terra em comum* encontrada nas três situações no contexto de mobilização política por direitos territoriais.

## CAPÍTULO I - QUILOMBO DA LAPINHA

Em março de 2008, acompanhei, pela primeira vez, uma reunião no Acampamento São Francisco, era minha segunda incursão de pesquisa ao rio São Francisco<sup>7</sup>. Havia me comunicado com antecedência com o presidente da Associação Remanescente de Quilombo da Lapinha que considerou positiva a minha vinda, ao dizer que a pesquisa *era importante para mostrar a realidade*. Ele providenciou uma casa na cidade para me receber e um carro junto a um vereador para que eu pudesse me deslocar, pois com a *cheia* não seria possível chegar aos grupos locais situados mais distantes em relação à cidade do que o Acampamento e a ilha da Ressaca, dado que o transporte escolar estava interrompido para estas localidades. Conheci seu Jesuítio durante um seminário na Unimontes, sua inserção no espaço acadêmico me chamou a atenção por vários aspectos: por ser negro e há pouquíssimos estudantes negros na universidade; por se colocar de forma incisiva e debochada ao se pronunciar e por não *pedir desculpas* aos letrados como normalmente fazem as lideranças camponesas na região quanto se pronunciam em espaços como aquele. Na oportunidade, registrei sua narrativa e sua forma peculiar de interpelar o ouvinte. Primeiro ele afirmou: *a vida de barranqueiro é comer peixe frito com abóbora debaixo do juazeiro*. Logo, em seguida, fez a seguinte consideração: *a gente era muito feliz com a malária*<sup>8</sup> se referindo ao período em que a malária<sup>8</sup> servia de obstáculo a penetração do branco na região conhecida como *mata da jahyba*. *Em 1970 chegou a SUDENE, a Ruralminas. Falamos, agora vai desenvolver. Ficamos foi encurralado. O gado tomou conta das terras, chegou irrigação e agora está chegando a cana*. Ele elenca os problemas vividos pelos moradores do Quilombo da Lapinha os quais relaciona à criação de áreas de proteção de uso restrito e afirma *estamos perseguidos, lá, é pelo Governo do Estado, pelo IEF*<sup>9</sup> *que não deixa fazer nada. Nós somos seres humanos precisamos de comer, criar os filhos. Eu tenho uma doença, quero viver lá. Eu, meu neto e os filhos dos meus amigos*.

---

<sup>7</sup> A primeira visita foi em outubro de 2007, junto com um grupo de pesquisadores da Unimontes, oportunidade em que conheci o Acampamento e estive pela primeira vez numa ilha do rio São Francisco, a ilha da Ressaca.

<sup>8</sup> Infecção causada por protozoários e transmitida por picadas de insetos, muito comum na região norte do Brasil, sendo também identificada como: febre intermitente, maleita ou maleitas, paludismo, sezão, batadeira, tremedeira, treme-treme. No passado era endêmica na baixada sanfranciscana e, de acordo com Costa (2001), serviu de barreira à expansão da fronteira branca na região, ao mesmo tempo em que possibilitou a permanência de uma população negra e invisibilizada sob a mata da jayba até meados do século XX, quando a malária passa a ser combatida com uso de inseticidas.

<sup>9</sup> Instituto Estadual de Florestas.

No Acampamento me receberam com gracejos, zombando um do outro, forma recorrente de se relacionarem entre si e se desculpando por não poderem me acomodar, pois eu era *gente da cidade* e as condições ali eram improvisadas e com poucos recursos, como gostam de dizer. Não havia água, nem banheiros e os barracos de lona preta, além de muito quentes, estavam velhos e haviam se transformados em habitações ainda mais precárias, vulneráveis à poeira e a chuva.



Foto 01: O desfolhamento da mata seca no final da seca no Acampamento São Francisco  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, outubro de 2007

Durante a reunião apresentei com certo constrangimento o meu anseio de realizar um trabalho junto a eles, pois estava ali motivada pela possibilidade de realizar uma pesquisa acadêmica e, naquele momento, não estava claro para mim se o meu trabalho poderia contribuir para dirimir os problemas que enfrentavam. Enquanto eles estavam apreensivos para saber se conseguiriam, na Justiça, o direito de permanecer naquele pequeno pedaço terra ou se, realmente, teriam que sair. Pois, como me disseram, circulava nas rodas de conversa em Matias Cardoso que eles seriam logo despejados pela polícia a qualquer hora.

A ameaça de um possível despejo os afligia muito. Embora parte dos acampados possuísse um *direito* na ilha da Ressaca, o que os unia na luta quilombola era a perspectiva de reconquistar um lugar na *terra firme*, restituir formas de apropriação e uso de recursos que vieram sendo cerceadas desde os anos de 1970.

A constituição do Acampamento São Francisco é justificada pelos acampados da seguinte forma: *aqui é o nosso refúgio no tempo da cheia, o fazendeiro querendo ou*

*não querendo, é para cá que a gente vem todo ano, quando o rio invade a ilha da Ressaca.* Foi assim que comecei a perceber os muitos sentidos dados àquele pequeno pedaço de terra firme, ou seja, uma área de 22 hectares da fazenda Casa Grande, negociada junto aos proprietários na primeira audiência realizada na Vara Agrária de Minas Gerais após a ocupação<sup>10</sup>.

As falas depois da minha valorizaram a importância de *ter alguém de fora* que levasse para o governo o sofrimento que estavam passando e, principalmente, que suas necessidades deveriam ser consideradas, uma vez que todos eram *trabalhadores*, ou seja, cada qual se empenhava para tirar dos *braços*, no seu modo de dizer, criar os filhos de forma digna. Nesta conjunção de aspirações, pouco adiantou eu dizer que, provavelmente, não poderia fazer muito pelo grupo, então, reforcei que me empenharia em registrar da melhor forma seu modo de vida junto ao rio São Francisco.



Foto 02: No Acampamento as reuniões normalmente acontecem sob a proteção do umbuzeiro  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso - MG, marco de 2013

Os barracos de lona preta fazem parte da luta pela terra no Brasil e se tornaram também símbolo da luta do Quilombo da Lapinha. Lá, como em outras situações, a presença dos barracos de lona informa que existem conflitos e demanda por parte do

---

<sup>10</sup> A iniciativa de ocupação da fazenda Casa Grande e constituição do acampamento foi realizada em outubro de 2006, o que levou o conflito para a Vara Agrária de Minas Gerais, através de uma ação de reintegração de posse encaminhada pela FAREVASF. Durante a Audiência de Justificação na Vara Agrária, em 2008, os quilombolas da Lapinha, assessorados juridicamente pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, conseguiram firmar acordo de permanência nesta área de 22 hectares, porém, as ameaças de despejo estiveram presentes ao longo dos anos, até que em julho de 2013, o Juiz Federal de Montes Claros concedeu liminar de manutenção de posse em favor dos integrantes do Quilombo da Lapinha até a titulação do território, esta questão será tratada adiante.

grupo de acampados. Além dos barracos de lona, os acampados levantaram nas imediações de um umbuzeiro, uma construção circular que denominam *redondo* e junto dele uma cruz que compõe, com o conjunto de moradias ao entorno, o espaço de sociabilidade do Acampamento São Francisco. É neste espaço que recebem visitas, realizam reuniões, celebrações, novenas e também a roda de batuque, como presenciei tantas vezes. Em momentos que ali cheguei sem avisar encontrei nas imediações do umbuzeiro alguma mulher disposta a me receber e se preciso fosse, improvisar um café ou um *de comê*. Esse modo carinhoso de acolher os visitantes me ajudou a enfrentar o calor, os mosquitos e as incertezas do trabalho de campo. Além disso, o compartilhar comidas, mas também conversas e risadas durante as noites passadas no Acampamento me inseriram no campo das relações familiares e de vizinhança, quando comecei a perceber como elas são tecidas naquele espaço em construção do Acampamento São Francisco.

Já naquele momento me chamava atenção o grande número de crianças nas imediações do umbuzeiro, compondo com seus gritos e brincadeiras os encontros, celebrações e ritos. As crianças maiores geralmente brincam a vontade, correm, sobem nas árvores, pulam e se mostram para serem fotografados, enquanto os pequenos ficam junto das mães, avós, mas também são cuidados por outras mulheres, sejam elas parentes ou simplesmente vizinhas e, às vezes, durante as reuniões, também pelos homens, pais, tios e avôs. Desta forma, a presença das crianças nos leva a pensar como os espaços de convivência inter e intra familiar são elaborados naquela geografia árida de barracos de lona preta, quebrada pela relação criativa estabelecida com as árvores ali existentes, junto às quais buscam sombra e abrigo.

Nos dias de reunião e visita, mas principalmente nos finais de semana o umbuzeiro se torna o espaço de maior movimento. Por ali se juntam os acampados, aqueles que se deslocam vindos da ilha da Ressaca e das localidades vizinhas, mas também os parentes e visitantes que chegam da cidade de Matias Cardoso, às vezes um vereador, em outro momento alunos ou ainda funcionários da prefeitura municipal de Matias Cardoso. Além disso, é no umbuzeiro que param os carros vindos de outros municípios.



Foto 03: Acampados e visitantes se juntam para celebração de domingo no Acampamento  
Identificação: Umbuzeiro, Acampamento São Francisco, Matias Cardoso, outubro, 2007

Em certos momentos acompanhei este espaço ser cuidadosamente preparado por um grupo de mulheres, para que fosse realizada uma pequena celebração e, quando a agente da CPT estava presente ela também se inseria e auxiliava nos preparativos. Assim, antecipadamente eram escolhidos cantos e passagens bíblicas a serem lidas e interpretadas. Durante a celebração, símbolos católicos como a cruz, a bíblia, o pai nosso são evocados e geralmente articulados com as questões que afligem o grupo. Assim, as escrituras do novo testamento ganham sentidos hodiernos nas palavras de homens e mulheres do lugar e também dos visitantes, tanto aqueles já citados, como representantes de associações vazanteiras e quilombolas, técnicos e pesquisadores vinculados a organizações não governamentais e universidades públicas e privadas.

Ao iniciar as reuniões, recorrentemente invocam a proteção divina, o que é feito geralmente da seguinte forma: um dos moradores interpela os demais propositivamente, afirma que faz questão de manter o costume de rezar o pai nosso e a ave Maria. Em seguida, todos se levantam e dão as mãos para formar uma grande roda. Findado o compromisso da oração, com o grupo constituído pela incorporação dos visitantes aos costumes locais, a reunião prossegue de acordo com a pauta e novidades do dia. Em outras ocasiões, quando se apresentam em encontros fora da localidade o rito se constrói em torno do batuque, como veremos a frente, as letras inscritas para a ocasião atualizam os sentidos da luta quilombola e a presença dos sujeitos na roda reafirma os laços de proximidade e o compromisso com os pleitos comuns. A inserção

na roda de batuque, assim como o envolvimento no dia a dia do Acampamento São Francisco transforma os sujeitos em um “nós” e faz com que o a luta Quilombola se renove.

Nas celebrações e reuniões, as *caixas* utilizadas no batuque costumam ser colocadas em lugar de destaque, na frente ou no centro da roda. Simbolicamente, sua presença é um testemunho de saberes e fazeres comunicados por ancestrais já falecidos. Nos momentos coletivos, o batuque é apresentado de forma ritualizada, a partir da condução de mulheres autorizadas pelo grupo, às chamadas *tamborzeiras*. As representações atingem o ápice quando elas ocupam o centro da roda e dançam em duplas, esquentando com seu sapateado e trejeitos próprios o público e arrancando aplausos. Depois, as duplas saem e abrem espaço para a apresentação de uma nova dupla, que tanto pode ser composta por iniciantes, crianças ou jovens ou por adultos que tenham gosto pelo samba e prazer em se apresentar na roda.

Outras vezes, a reunião é convocada para receber determinada instituição ou projeto, nestes casos não há uma dinâmica a ser cumprida. Ou melhor, a dinâmica acaba sendo construída ao longo da própria reunião, através de questões postas pelo visitante, ou através da intervenção de representantes locais que atuam como mediadores do grupo, como pude registrar ao acompanhar a visita de representante da CPT e do Centro de Agricultura Alternativa e ao ouvir relatos de situações onde estiveram presentes funcionários da prefeitura municipal e da assembléia do estado de Minas Gerais.

O Acampamento São Francisco é com frequência -identificado simplesmente pelo termo *Quilombo* seja pelos *de fora*, seja pelos moradores dos outros grupos locais que compõem o Quilombo da Lapinha, seja pelo próprios acampados. A ocupação desse espaço, lugar construído no processo de mobilização política, tornou-se o símbolo do Quilombo da Lapinha, por ser o principal espaço de produção e de elaboração da identidade quilombola. Num certo sentido, o dinamismo do Acampamento, as iniciativas levadas à frente para que ele exista como tal, sua busca por apoio e visibilidade subsume as demais localidades que compõem o Quilombo da Lapinha, cujos moradores dedicam a maior parte do seu tempo às atividades rotineiras realizadas ao entorno das casas, nas roças e na beira do rio e participam pontualmente do processo de mobilização social protagonizado pelos acampados no Quilombo. Embora o Quilombo da Lapinha seja constituído por sete grupos locais: Acampamento São Francisco, Ilha da Ressaca, Saco / Santa Efigênciã, Bugi, Lapinha, Barreiro da Onça e

Várzea da Manga, como dito acima o Acampamento é considerado o quilombo em si. Vejo aqui duas dinâmicas de englobamento do contrário, como teorizado por Dumont (1992), a primeira, a denominação de um grupo foi utilizada para nomear a comunidade remanescente de quilombo, e a segunda, o acampamento ser nomeado interna e externamente como *O Quilombo*.

Depois de receber a concordância das pessoas presentes na reunião iniciei algumas visitas na ilha da Ressaca e arredores do Acampamento São Francisco, sempre em companhia de alguém do grupo, como sugeriram na reunião. Assim, a cada novo dia de trabalho os representantes indicavam alguém disponível para me acompanhar, geralmente um homem, mas como eu me aproximei de algumas mulheres, elas também manifestaram seu interesse em me levar para conhecer suas roças na ilha da Ressaca. Uma delas falou: *tenho uma ilha, vamos lá, aí você fotografa minha roça*. No contexto da minha relação com o grupo essa solicitação foi recorrente, pois a fotografia é vista como um registro que permite provar a condição de trabalhador. Nas incursões que se seguiram passei a direcionar o meu olhar para o cotidiano de homens, mulheres e crianças no Acampamento, quando pude constatar o número reduzido de jovens ali presentes, pois invariavelmente saem para trabalhar *fora*, seja nas empresas agropecuárias existentes na proximidade, seja em outras regiões que contratam mão-de-obra rural temporariamente. Alguns circulam pelo Quilombo nos fins de semana, mas geralmente não se aproximam dos espaços de reuniões, assim, só me deparei com um número maior de jovens na festa do padroeiro, São Sebastião, que acontece no início do ano e é mantida por um grupo familiar de *Bugi*. Busquei, durante o trabalho de campo, registrar a vida diária daqueles que circulam por lá, falo circulam porque os deslocamentos são realmente muito frequentes. Uma parte daqueles que ergueram os barracos de lona no processo de constituição do Quilombo, não estão presentes no Acampamento cotidianamente, aparecem de tempos em tempos motivados pelas relações que mantêm com parentes e vizinhos, ali estabelecidos, estes também têm suas experiências de deslocamentos passadas e presentes.

Além disso, através do diálogo com os moradores mais velhos da Ilha da Ressaca e do registro de suas trajetórias de vida busquei apreender experiências pessoais que davam sustentação à luta quilombola. Pois, havia compreendido que a conversa com os mais velhos seriam importante para me instruir sobre as formas de apropriação e significação do espaço, que viria a abordar posteriormente como “conhecimento



espacial tradicional”<sup>11</sup>. Contam os moradores mais velhos que a ilha da Ressaca, se tornou espaço de vida e lugar de moradia dos *fracos* do lugar e de *chegantes*, que também não queriam se submeter aos fazendeiros, principalmente depois dos anos de 1970.

Busquei também registrar, a luz das contribuições de Fortes (2011) informações sobre o ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos, o que permitiu apreender diferentes arranjos familiares se sucedendo ao longo do tempo e, de outra parte, frequentes alterações na composição dos grupos domésticos, decorrente da separação e/ou constituição de novas uniões.

Neste sentido, os deslocamentos podem ser vistos, tanto como experiências individuais como estratégias reprodutivas construídas de modo diverso pelos grupos domésticos ao longo do seu ciclo de desenvolvimento. Em parte, os deslocamentos são explicados pelo envolvimento em atividades reprodutivas sazonais realizadas com certa autonomia nas imediações da ilha da Ressaca e do Acampamento São Francisco, mas também, na terra de herança compartilhada pelos parentes nas localidades. Os deslocamentos estão relacionados com a venda da mão-de-obra para fazendas e empresas presentes nos arredores, mas também fora em regiões mais distantes, como informado acima.

De outra parte, os deslocamentos são o resultado de muitas outras investidas que registramos em campo a partir de explicações do tipo: *saiu para trabalhar fora porque é solteiro; foi embora porque o casamento acabou; mudou para a cidade porque precisava por os filhos na escola; não está aqui mais porque desentendeu com o parente; veio morar na ilha porque cansou de trabalhar pros outros e sem conseguir nada; ficou uns tempos trabalhando fora, porque ficou devendo e precisava saldar; construiu uma casa na cidade porque estava velha e não tinha como ficar sozinha na ilha.*

O certo é que a cada nova incursão eu me deparava com o Acampamento São Francisco um pouco diferente. Encontrava pessoas que não havia conhecido e que agora estavam presentes nas dinâmicas da *luta quilombola*, outras que tinham reativado o seu barraco ou erguido um novo; tinha notícia de alguém ou de uma família inteira que tinha se mudado, alguns para a cidade, outros para trabalhar nas empresas do Projeto de

---

<sup>11</sup> VIANNA (2010)

Irrigação do Jaíba, que tem parte de sua área no município de Matias Cardoso, alguns ainda para regiões mais distantes; era informada que algum casal havia se separado e que agora cada qual já tinha uma nova família; descobria alguém com um filho novo ou me entristecia ao saber da morte de algum *velho*.

Houve incursões em que me deparei com relatos compartilhados de casos de violência contra mulheres protagonizada pelos seus maridos. A violência nas relações familiares entre homens e mulheres, recorrente na comunidade, é tratada de forma diferenciada pelos moradores de cada grupo familiar e pela comunidade como um todo. O fato de o homem bater na mulher é considerado um comportamento usual, mas não é aceito pelas mulheres e pela população mais jovem. Quando a violência é percebida pela vizinhança, na maioria das vezes os parentes que residem em outros locais são informados e acionam a polícia militar. Dois casos com diferentes desfechos foram registrados. O primeiro de uma senhora que depois de recorrentemente agredida e após a intervenção de parentes, decidiu se afastar, morou um tempo em São Paulo onde estavam seus filhos e depois regressou e voltou a viver com o marido. O outro caso abalou as relações entre as famílias e o convívio no acampamento, no ano de 2011 o assassinato de uma jovem grávida pelo seu marido, também jovem, foi encarado como ato repentino, inusitado e sem sentido, *acontecido estranho que tirou a graça do acampamento* naquele período. Pois não permitiu que nenhum socorro fosse prestado a jovem, que ferida faleceu, rapidamente, no local. O jovem se entregou a polícia dias depois.

Com certa recorrência, algumas famílias buscam uma forma para permanecer na cidade por um determinado período, motivados por interesses específicos, que pode ser o de colocar o filho numa escola considerada melhor ou realizar um tratamento de saúde. Para tanto, geralmente buscam apoio de parentes ou mesmo dos avós aposentados, pois na medida em que estes passam a ter uma renda podem buscar o conforto da cidade, onde tudo é mais fácil, mas, segundo dizem, pra quem tem dinheiro para gastar.

Situação distinta é vivida por aqueles que conseguem uma ocupação como professora ou agente de saúde junto ao município, ou mesmo, ter sua carteira assinada como trabalhador rural, o que muitas vezes impõe sua mudança para cidade ou para o local onde realizam o trabalho. Em geral, eles realizam trabalho como diaristas nas fazendas e empresas da região, o que significa se sujeitar a demandas esporádicas,

outros ainda fazem a opção pelo *trabalho de empreitada* quanto realizam atividades como carpinteiro, muitas vezes na própria comunidade, ou mesmo, algum *bico* na cidade.

Em função da rotina de afazeres na ilha e da saída para *trabalho fora*, o movimento no Acampamento São Francisco é reduzido durante a semana, quando gira em torno das mulheres que ali permanecem envolvidas nas suas obrigações junto aos filhos, o preparo da comida. O convívio junto aos parentes e vizinhos no entorno dos barracos, onde também buscam formar seus pequenos quintais e onde criam com dificuldade as galinhas, os porcos e as cabras que tanto apreciam dado costume de sua criação. Os necessários deslocamentos para a beira do rio pequeno, onde buscavam água e ainda buscam, pois embora tenha sido implantado um sistema de captação e tratamento simplificado há pouco mais de dois anos, nem sempre conseguem viabilizar coletivamente o combustível para o funcionamento do motor. Além disso, é na beira do *rio pequeno* que onde as mulheres vão lavar roupa, vasilha e tomar banho todos os dias, quando levam junto os filhos menores.

Aos domingos, o Acampamento se torna o centro das atenções durante o dia, para lá costumam se deslocar os parentes que vivem na cidade, moradores que passaram a semana trabalhando *fora*, mas também alguns moradores das localidades vizinhas que se autoidentificam como quilombola, principalmente aqueles que têm as suas moradias na ilha da Ressaca, normalmente algum vereador, além de visitantes oriundos da cidade, mas também de outras cidades, principalmente, estudantes universitários e pesquisadores. Assim, o número de pessoas que circula pelos barracos, pelo campo de futebol e sombras de árvores se multiplica, com destaque para a grande movimentação de carroças, motos e carros pela estrada, embora muitos se deslocassem também a pé. No final de semana e principalmente no domingo é o dia em que as reuniões acontecem, mas não muito tarde porque os homens costumam se reunir para beber na *venda* improvisada junto à casa de um dos moradores do Acampamento ou em uma das vendas nas imediações. Nesses pequenos comércios, as mulheres, além de comprar miudezas para a casa, também compram cachaça, dado que fazem uso da bebida na própria moradia, *tomam uma* de vez em quando, como gostam de dizer. Desavenças e situações de violência envolvendo jovens ou que ocorre no interior das famílias e atingem mulheres e crianças são recorrentemente justificadas pelo *abuso da bebida* alcoólica.



Foto 04: Venda em funcionamento junto a moradia de um acampado  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso, março de 2008

As reuniões no Acampamento São Francisco são o *locus* de vozes nem sempre majoritárias, muitos que ali se pronunciam não se manifestam nos momentos de negociações mais amplas. Falas de mulheres manifestam sua angústia pessoal, quando compartilha sua trajetória de infortúnios e as expectativas relacionadas àquele espaço em construção.

A proximidade que estabeleci junto a um grupo de mulheres do Quilombo facilitou minha entrada em campo e também me levou a perceber intrigas e desavenças envolvendo acampados, moradores da ilha da Ressaca e da localidade vizinha do Saco, que ao longo do tempo ganham novas conotações, principalmente, por que as posições de adesão à *luta* se alteram, com as reuniões, encontros e manifestações se constituindo como espaços importantes de construção e afirmação do pertencimento ao grupo.

Em relação às demais localidades da terra firme, que visitei inicialmente em companhia do presidente da Associação e onde retornei outras vezes ao longo do trabalho geralmente sozinha, constatei o distanciamento que vivenciam em relação ao processo de mobilização política levado a frente pelos moradores do *Quilombo*. Este distanciamento é explicado pelas lideranças das localidades de Lapinha e Várzea da Manga como decorrente do próprio isolamento geográfico que os atinge, uma vez que extensas áreas de pastagens se interpõem entre as localidades e a manutenção das estradas é precária, sendo elas normalmente interrompidas no período das chuvas. De

outra parte, pude apreender ao longo do trabalho que os espaços de sociabilidade que outrora aproximavam parentes e vizinhos, as festas de santo e casamentos se tornaram escassos, pois como explica uma moradora do Saco, *os filhos daqui sumiram no mundo igual filho de inhambu*<sup>12</sup>, embora laços de parentesco e compadrio existentes entrelacem grupos familiares distribuídos pelas diferentes localidades e, como pudemos constatar, atuam no sentido de motivar visitas e trocas entre determinadas famílias.

Seu Jesuito, a quem já me referi anteriormente, o articulador inicial da luta quilombola é apontado como uma pessoa importante no processo de constituição e luta do Quilombo da Lapinha. Foi ele quem assumiu a presidência da Associação Comunidade Remanescente de Quilombo da Lapinha no momento de sua criação e por suas iniciativas se tornou conhecido nos espaços institucionais. Ele fez o mesmo caminho de muitos outros jovens na sua época, saiu para trabalhar fora, foi e voltou inúmeras vezes, tendo construído para si a capacidade de reunir informações e de se relacionar com pessoas dos mais diversos escalões nas empresas que trabalhou. Ao se aposentar e retornar às terras da família passou a transitar pela política do município, como gosta de dizer, conversando com prefeito e vereadores, tendo em vista buscar apoio para os grupos locais, pois acredita que este é o caminho para melhorar a vida daqueles que *gostam de viver na beira do São Francisco*. Em suas falas ele se posiciona como um conhecedor do “lugar”, o que o habilita é sua capacidade de acionar a memória e interpretar a trajetória de seus antepassados e os processos de mudança na região. Para tanto, toma como referência o que viveu, observou e ouviu durante a infância e juventude, quando ainda morava junto aos parentes na Tapera de Cima. Segundo ele, no tempo antigo, antes do tempo da medição<sup>13</sup> não havia cerca, nem limites rígidos, com o gado sendo criado a vontade na solta<sup>14</sup>. Sua narrativa encontra ressonância nas descrições feitas por outros vizinhos, que assim como ele nasceram na região da Lapinha. Estes ao enfocarem o processo de venda, cercamento e grilagem de terras que desestruturaram antigas ocupações, que culminaram com o *afazendamento*<sup>15</sup> de

---

<sup>12</sup> A metáfora utilizada pela moradora decorre do fato que os filhotes de uma inhambu depois de crescidos se dispersam, como os filhos da família têm se dispersado pelo mundo em busca de melhores oportunidades de vida.

<sup>13</sup> Em 1932 dois engenheiros vindos de Paracatu, que haviam se transferido para Januária, realizam a divisão de terras em acordo com fazendeiros interessados no registro de suas posses. Esse processo foi acompanhado pelos pequenos posseiros que puderam pagar pelo registro de parcela de suas posses. Alguns venderam gado e alguns trabalharam para os engenheiros para cobrir as despesas.

<sup>14</sup> Sistema de criação predominante e que será abordado posteriormente.

<sup>15</sup> O afazendamento constituiu-se em um processo de transformação de alguém em fazendeiro e, também, implantar uma fazenda. No caso, o estabelecimento de uma fazenda com cercamento das terras.

parte das terras e o esfacelamento dos parentes permitem uma melhor compreensão das especificidades deste processo, pois como pudemos perceber os sentidos impressos nas interpretações não são necessariamente os mesmos. Principalmente porque muitos parentes foram preteridos ao longo deste processo, o que permitiu que o patrimônio familiar fosse mantido por alguns. Enquanto atuou como presidente da Associação, Jesuito projetou a *luta* do Quilombo da Lapinha para no município, para o movimento social regional e junto à entidade quilombola de Minas Gerais. Sua atuação é reconhecida, tanto pelos parentes, como pelos vizinhos que se autoidentificam como quilombola.

A antiga localidade da Tapera era constituída por dois núcleos de parentes, um na parte mais alta das terras e outro nas proximidades do rio São Francisco, o que vai determinar as denominações Tapera de Cima e Tapera de Baixo respectivamente. Em 1932, os parentes da Tapera de Baixo não acompanharam a medição e nos anos 1970 um grileiro adquiriu o *direito de posse* de alguns membros do grupo e passou a pressionar a saída de todos, que migraram para a Ilha do Capão, situada nas proximidades, onde já desenvolviam seus plantios de *vazante*. Após a aquisição o grileiro registrou a terra, tendo cercado uma área maior, e a vendeu para a constituição da Fazenda Santa Idália. Um morador da Tapera de Cima, dado o direito de primogenitura, após a morte de seu pai, expulsa os parentes que não são seus descendentes. Parte dos parentes preteridos se desloca para outras regiões no país e parte se desloca para o interior da Fazenda Várzea da Manga, adquirindo posteriormente uma pequena área que dá origem ao grupo local Várzea da Manga.

O Quilombo da Lapinha é formado pelos que tem suas *raízes aqui* e se definem como *nativos* e também por aqueles que são referidos como *chegantes*, ou seja, os que são de outras regiões e aqui formaram uma posse, compraram uma terra ou se casaram com um *nativo*. *Nativo* e *chegante* são formas de identificação empregadas pelos moradores de modo relacional, ou seja, em função do contexto de interação. São considerados como *chegantes* aqueles que compartilham dos espaços de sociabilidade, respeitam as regras de convivência e os códigos morais prevalecentes, como pondera um morador que diz, *tudo depende*, e afirma que, primeiro é preciso conhecer a pessoa, saber *qual é a intenção dele*, para ver se é trabalhador é honesto, *se ele for uma pessoa honesta ele merece apoio*. *Chegante aqui é pessoa honesta*. Durante a pesquisa ao ser solicitado a esclarecer o sentido do termo *chegante* empregado ele narra um *acontecido*:

Vou contar uma história para vocês. Chegou um homem aqui uma época, chamava Manuel. O que acontece... Ele era assim mal encarado. Começou a desfazer do pessoal, maltratando. Aí, surgiu uma conversa, ele difamando das mulheres, que aqui não tinha mulher nenhuma que presta. Se tivesse visto chamava atenção dele. Aí ficou. Aí um dia eu fui num lugar, lá ele tava. Ai eu fui chegando, ele soltou a conversa. Depois ele me viu e falou, é o senhor seu Adão. Sou eu mesmo. Vão tomar uma cachacinha aqui. Vão, mas antes quero falar uma coisa com você. Vão tomar a cachacinha que não atrapalha não! Então vamos. Pediu a cachaça tomei uma dozinha. Pois não seu Adão. Não quero conversar aqui não, vamos para fora da casa do moço, a conversa é particular. Ele tava com um facãozinho na cintura. Pois não seu Adão. Eu tenho visto falar isso e isso, só que eu não estava acreditando não, hoje eu acreditei. O que foi? Na hora que eu tava chegando sabe aquela frase que o senhor falou. Que foi que eu falei? O senhor falou isso e isso, eu vi. Oh seu Manuel o senhor é *uma pessoa chegante* o senhor devia respeitar, aqui ninguém é o que o senhor tá pensando. As mulher daqui são pessoas sinceras. Os homens daqui não são pessoas covardes, igual o senhor já falou. Os homens daqui apenas são covardes porque eles têm respeito. Sempre leva nome de covarde porque respeita todo mundo. E a pessoa que quer ser isso e aquilo, ele não é covarde, porque é de qualquer jeito. Então, é melhor o senhor parar com esse negócio, como eu tô te avisando. Trata o pessoal com mais sinceridade, com mais respeito. Toma vergonha nessa cara vê se corrige. Passou um tempo, ele foi numa festa e se envolveu numa briga, furaram ele (Adão, morador da ilha do Capão, janeiro de 2012, grifos da autora).

Jesuito e boa parte dos moradores que compõem os grupos locais situados na terra firme são originários da região e são identificados com frequência como *nativo*. Os moradores do *Quilombo* e da Ilha da Ressaca se deslocam com maior facilidade entre as duas posições são em parte identificados como *nativos e/ou*, de outra parte como *chegantes*. A condição de *chegante* na ilha da Ressaca ou em outro grupo local resulta de uma boa convivência tecida junto aos moradores, sejam *nativos* ou outros chegantes de levadas anteriores e que já estão inseridos nas relações sociais por meio de casamento e compadrio. Uma das mulheres que se destacam como liderança no *Quilombo* é Deca. Ela veio do vale do rio *Gurutuba*, há pouco mais de duas décadas, veio *fugindo da seca* e, portanto, motivada pela mesma questão que afligiram os antepassados Gurutubanos<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup>Os *Gurutubanos*, moradores do vale do Gurutuba, conformam um grupo social autoidentificado como quilombola e, de acordo com Costa (2008), acionam a identidade de forma contrastiva nos contextos de interação para se diferenciarem de outros grupos sociais, como Geraizeiros e Caatingueiros, mas também de fazendeiros. No final dos anos 1880 e início dos anos 1890 há um deslocamento intenso de afrodescendentes pelos vales dos rios Gurutuba, Verde Grande e São Francisco decorrente do fim da escravidão e por uma seca prolongada que atingiu a área. As muitas famílias que se deslocaram fixam moradia nas margens dos rios acima referidos ou nas bordas de lagoas formadas em furados existentes no interior da *mata da jahyba*, parte da floresta tropical úmida existente na área. Algumas famílias se deslocaram para lugares onde existiam parentes já fixados, outras adentraram o interior da referida mata e

do seu Jesuíto, que se viram forçados a se deslocarem para a baixada sanfranciscana, ainda no final do século XIX. Deca seguiu o caminho pisado pelo irmão e também se estabeleceu na ilha da Ressaca, onde adquiriu um *direito*<sup>17</sup>. Depois eles trouxeram a mãe, irmãos e uma prima com os filhos, que tendo ficado viúva não quis permanecer na terra do marido. Sua boa convivência na ilha e arredores foi construída a partir do trabalho junto à escola, pelo gosto em puxar novenas em devoção aos santos e pelos laços de compadrio que estabeleceu junto aos *nativos* e que fizeram de Deca parte do “nós”. Hoje, ela já tem netos, tem sua casa no *Quilombo*, onde vive rodeada de parentes e quando o *batuque ecoa* ela também se junta na roda de *samba*. Nas reuniões, que participa com frequência, ela costuma se autoidentificar como quilombola e também como *vazanteira*<sup>18</sup>, assim como outros do Acampamento.

Em minhas incursões pelo Acampamento pude observar Deca, junto com outras mulheres, às voltas com a preparação da atividade religiosa, que denominam *mística*, a ser desenvolvida durante as celebrações realizadas sob o umbuzeiro, ou mesmo, empenhadas nas elaborações de letras de músicas para serem apresentadas na roda de batuque e no contexto de reuniões e visitas. Algumas mulheres, como Deca e Leninha, assumem com maior frequência o lugar de fala frente aos visitantes e nas reuniões, o que inclui desempenhar também o papel de secretária da Associação Quilombola e realizar registro dos assuntos e decisões no caderno de Ata da Associação. Outras se responsabilizam pela cozinha, cuidam de preparar cafés e refeições ou durante os encontros maiores Dona Isabel comanda a cozinha junto com um grupo de mulheres. Mas assumir estes lugares não significa dizer que a condução das decisões no grupo e os rumos da família são tecidos exclusivamente pelas mulheres, nem que as relações que vivenciam no interior da família estejam livres de conflitos.

O fato de algumas mulheres assumirem uma posição de destaque à frente da família e na luta política do grupo e não se submeterem ao controle dos maridos tem gerado o que alguns qualificam como *ciúmes* que está relacionado à violência masculina para com as companheiras. De modo diverso, narrativas masculinas sobre a violência

---

fundam as dezenas de comunidades negras que atualmente autoafirmam como remanescentes de quilombo, conforme informações do CEDEFES (2008).

<sup>17</sup> A ilha é considerada pertencente à *Marinha* e não pode haver apossamento das terras. Assim, os moradores vendem os investimentos realizados nas áreas que ocupam. A isto os moradores da Lapinha denominam *compra ou venda de direito*.

<sup>18</sup> *Vazanteiro* é a denominação autoafirmada dos moradores das margens do rio São Francisco que realizam seus cultivos agrícolas de acordo com a dinâmica de cheia e vazante das águas do rio que inunda áreas de baixada.



geralmente se prestam a explicitar o antagonismo presente nas relações que experimentam junto a sujeitos com maior capital econômico e político, sejam eles donos de grandes fazendas e empresas, ou mesmo, funcionários de órgãos públicos e políticos. Assim, a violência é apontada como uma situação limite em termos de privações e suspensão dos valores morais.

### ***Práticas culturais, sociabilidade e significação do espaço***

Os grupos locais que compõe o Quilombo da Lapinha têm seus espaços de vida associados às ilhas e margens do São Francisco e perpassadas pelo rio. Em contraposição às ilhas, os quilombolas denominam as terras da margem como terra firme. Além disso, em função das *cheias*, a terra firme é subdividida em duas grandes unidades: *as terras baixas* e *as terras altas*; com as *terras baixas* sendo definidas como terras sujeitas a inundações e as *terras altas* em contraponto, como aquelas que nunca são cobertas pelas enchentes.

As estratégias produtivas e reprodutivas dos moradores da Lapinha estão relacionadas, de alguma maneira, com a fluidez e movimentação das águas do rio São Francisco que atingem com frequência as ilhas e as *terras baixas*. Ele ocupa um lugar central na vida dos moradores, sendo visto como aquele que propicia alimentos na forma de *roças de vazante*, da pesca e água para abastecimento humano e dos animais.

O rio São Francisco, suas águas e fluxos têm grande importância para os quilombolas da Lapinha, que identificam o canal principal do rio, como *rio grande* e o braço menor que margeia a Ilha da Ressaca, como *rio pequeno*, por onde as águas correm mansas e chegam a secar nos períodos de estiagem. A travessia do braço pequeno é feita sempre de barco, mesmo quando as águas estão baixas e dão passagem a um deslizar manso e repetido. Para a escola atravessam crianças e professoras, para as roças enxadas e foices e com vários destinos os produtos de época: mantimentos colhidos nas roças de *vazante*: feijão, milho, frutas frescas e verduras das *hortas de molhação* que seguem para as casas de parentes ou para atender a encomenda de um freguês na *rua*, ou mesmo, um peixe nos momentos das cheias quando há abundância, distinta do tempo da seca que o peixe é escasso.



Foto 05: Pesca para consumo, compartilhada entre parentes  
Identificação: Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso – MG, janeiro 2012

A pesca assume papel importante na reprodução física e social dos grupos e entre os peixes de ocorrência na região estão: o iu-iu e o bagre em maior quantidade e também o surubim, o pacomã, a piranha, o pirá e o tucunaré, o cará e a tilápia. Esta última espécie surgiu após implantação de criatórios artificiais na barragem da hidrelétrica de Três Marias, pertencente à Centrais Elétricas de Minas Gerais, implantados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco nos anos 1980. Também são citadas outras espécies em menor quantidade como pode ser identificado no quadro mais a frente.

Nos períodos de *cheia*, o rio se comunica com as lagoas através de um ou mais canais e renova as águas das lagoas, contribuindo para a reprodução da biodiversidade aí presente, o que envolve diversas espécies como: jacarés, anta, capivara, jaburu, ararí, marreco, mergulhão preto e pardo, galinha d'água, inhuma, caraúna, entre outros. As lagoas, portanto, são lugares de grande importância para a reprodução das populações de peixes e aves.

Segundo informam os moradores, as lagoas sempre foram acessadas pelas famílias para o abastecimento familiar. Sendo vistas como fontes de água e como lugares que propiciam uma dieta complementar na medida em que fornecem peixes e muitas outras espécies vegetais e animais, constituindo uma ampla cadeia alimentar

acessada pelos ribeirinhos. Costumeiramente, os moradores buscam as lagoas para se abastecer de peixe no tempo da seca, quando as águas ali represadas diminuem, e os peixes não encontram mais as condições ideais para se desenvolver.



Foto 06: Pinguela que permitia a transposição do canal, atualmente soterrada  
Identificação: Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, Matias Cardoso –MG, abril de 2012

No entanto, após a criação do Parque Estadual do Cajueiro, o acesso às lagoas passou a ser proibido e as práticas culturais dos quilombolas da Lapinha cerceada por intimidações verbais desqualificadoras e pela ameaça de multas. Atualmente, a maioria das lagoas, se encontra em processo de eutrofização e completamente tomadas por uma planta hidrófila denominada *golfo* e por uma espécie de leguminosa espinhenta denominada *calumbi*. Mesmo com a criação dessa unidade de conservação, práticas adotadas por fazendeiros permanecem atualizadas pelo organismo ambiental, como a manutenção de uma estrada construída por meio de um aterro de mais de 3 metros de

altura sobre o canal *que dava vida às lagoas criadeiras*. E, assim, o rio São Francisco só consegue jogar água e abastecer as lagoas nas grandes cheias.

Do ponto de vista da sustentabilidade destes ambientes, como afirmam os moradores, com a proibição das ações humanas de limpeza e manutenção que incluía a retirada de tocos e arbustos para permitir a locomoção dos barcos, algumas lagoas passaram a apresentar indícios de eutrofização e assoreamento. Os quilombolas da Lapinha, também, manifestam o seu descontentamento com a criação da unidade de uso restrito quando observam que *na região muitas pessoas passam necessidades*, porém, sem manejo, uma quantidade enorme de peixe morre preso na vegetação, sem ser devidamente aproveitada pelas famílias das cercanias da área.

### ***Parentesco, casamento e compadrio***

Os principais troncos familiares que articulam entre si os moradores do Quilombo da Lapinha são Bispo de Oliveira, Diogo Bispo, Fagundes de Souza, Gonçalves Lima, Pacheco, Nunes e Pereira. Com os casamentos, ocorre a emergência de novos troncos familiares que articulam, em seu conjunto, grande parte dos membros da coletividade estudada, alguns informantes fazem referência a cinco ou seis gerações que os antecederam.

Alguns informam descender de homens e mulheres negras, que se deslocaram durante e após o sistema escravista do interior da Mata da *Jahyba*, também chamados *gurutubanos* e do município de Manga onde existiu uma fazenda com grande número de escravos. Outros fazem referência aos *caboclos* e *índios* como habitantes originários desta região e outros ainda são descendentes de *baianos* e *nordestinos* que ali chegaram pelo rio São Francisco.

Como relatam os moradores mais velhos, a entrada de um novo sobrenome decorre geralmente da chegada de um homem, ou seja, um *chegante*, que se casa com uma mulher de alguma família dos grupos locais ali estabelecidos. A incorporação de nomenclatura externa, propicia que outros sobrenomes tenham se perdido em decorrência da forma de nomeação patrilinear prevalecente no passado e relacionada ao direito à herança. Pois, de acordo com o costume local, a mulher ao se casar perde o direito à terra na área paterna que é vinculada ao pai e herdada pelo filho primogênito após seu falecimento. A não transmissão de sobrenome dos pais para filhas aparece como uma estratégia utilizada para desvincular direitos territoriais.

A herança patrilinial é acionada pelos mais velhos como padrão de referência, porém, registramos casos de permanência de mulheres casadas e viúvas na terra paterna e também viúvas e seus descendentes na terra de herança associada aos falecidos maridos. Acreditamos que a manutenção da viúva na terra paterna se vincula a uma dinâmica que emergiu com expropriação territorial e redução de áreas a serem apropriadas pelos novos casais, o que levou ao acolhimento de parentes expulsos ou preteridos por outros parentes que mantiveram terra, como acontece em Várzea da Manga, Barreiro da Onça, Bugi e Saco Santa Efigênia.

Assim, a mudança do padrão patrilinial, patrilocal e mando da primogenitura está relacionado à inexistência de terra *solta* para a instauração de um novo *mundus* social. Sem áreas livres na terra firme, ocorreu a apropriação e territorialização das ilhas do rio São Francisco que antes era principalmente lugar de cultivo de alguns gêneros alimentícios, principalmente batata e feijão, e passou a ser lugar de morada e produção. Nestes espaços, o direito à terra não decorre exclusivamente das relações de parentesco, mas é decorrência igualmente do trabalho alocado na terra. Como constatado em estudo anterior onde afirmo que

muitos se estabeleceram obtendo consentimento dos moradores antigos, outros o fizeram através da *compra de direitos*, “dos feitos do trabalho”. Atualmente a *compra de direitos* é a forma predominante de acesso à ilha pelos *chegantes* que buscam um lugar para se estabelecer, mas que não possuem, a princípio, relações sociais com seus moradores. Não compram terra, *compram um direito*, ou seja, o trabalho investido pelo antigo morador, o que é acessível às famílias com poucos recursos. Geralmente, o processo de fixação se dá através da intermediação de algum conhecido na região. Desta forma, a ocupação das ilhas no rio São Francisco segue atualizando uma lógica de direitos de posse, com uma racionalidade própria e distinta tanto do mercado de terras quanto da legislação federal que a atribui à marinha (ARAÚJO, 2009: 59).

Até os anos 1950, quando a terra ainda era livre e solta, a família enlutada podia transferir-se para uma nova área sob o comando da mãe e do irmão mais velho e, após os anos 1960, para a Ilha da Ressaca ou para a Ilha do Capão. Nos tempos atuais, os herdeiros lançam mão dos direitos civis à herança postos pela legislação e da noção de necessidade para permanecer compartilhando o patrimônio familiar, dado não haver mais terra solta que propicie a formação de uma nova ocupação.

Mas, voltemos às uniões matrimoniais. As regras matrimoniais preferenciais no passado, mas ainda usuais indicam pelo casamento entre primos, como forma de *não deixar os parentes para os outros*. O casamento preferencial identificado na análise das

genealogias é o endogâmico, principalmente, entre aqueles que mantiveram um patrimônio familiar, mas há casamentos que vinculam os quilombolas com pessoas de outras localidades externas ao Quilombo da Lapinha e também o casamento exogâmico com *chegantes*, vindos de localidades distantes.

No passado, o pai da noiva fazia os gastos para a festa, enquanto o noivo organizava a estrutura de seu *mundus* familiar, ou seja, construía a casa da residência do novo casal, demarcava as áreas de plantio, do curral, a área de pomar e quintal em torno da moradia. A noiva levava o enxoval e algum móvel. Se ela possuía alguma criação bovina, ela também era levada para seu novo local de moradia. Atualmente, com a incorporação do trabalho nas fazendas situadas no interior do território reivindicado ou em suas cercanias, notadamente nas empresas de agronegócio do Projeto de Irrigação do Jaíba, em Mocaminho, as novas residências estão sendo determinadas por outros fatores e tem se tornado comum a construção da nova moradia na terra do pai da noiva.

Nas festas de casamento, no passado, havia forró com sanfona e samba / lundu, na atualidade contrata-se algum grupo musical de localidades das cercanias, notadamente Remanso, que anima a todos durante os festejos.

Como tem sido recorrente o casamento e a migração dos filhos para outras localidades, dada a carência de terra para o trabalho e de emprego nas cercanias, emergiu uma estratégia de permanência que envolve a criação das crianças pelos avós. Em alguns casos o neto que permanece junto ao espaço familiar passa a ser considerado filho de criação e herdeiro preferencial.

Sobre as relações de afinidade preferenciais destaca-se o compadrio que pode ser de fogueira, de consagração, de batizado e de casamento. Primeiramente, o compadrio é estabelecido com o sogro e os cunhados, como forma de aproximação entre aqueles que adentram a família, ou com os parentes tios e irmão, como forma de reafirmar laços de parentesco. Mas há a estratégia de se estabelecer relações de compadrio com pessoas de fora da família e da mesma coletividade, o que pode ser visto como caminho de incorporação de um *chegante*.

Por fim, reafirmamos que os membros dos diversos troncos familiares existentes nos diferentes grupos locais do Quilombo da Lapinha se articulam por relações de parentesco, casamento e compadrio. Uma trama miúda e que pode ser apreendida a partir das formas de tratamento e que recobre toda a territorialidade do quilombo, além de evidenciar conectividade com a cidade de Matias Cardoso e outras regiões.

Se por um lado, as trocas matrimoniais e as relações de afinidade articulam os grupos locais entre si, por outro lado é possível apreender que a dimensão de parentesco encontra-se cindida pelas fazendas de forasteiros. *Aqui era só parentalha. Essas áreas eram todas aos pedacinhos*, como dito por Dona Pacila no grupo local do Saco / Santa Efigênia. E como informado por Dona Dalvina no grupo local de Barreiro da Onça.

Aqui era todo mundo reunido, não precisava pagar ninguém de fora, todos trabalhavam junto, pai e filho. Farinha era para pagar a feira e para o consumo e venda. Aqui se criou e se cria gado, porco e galinha. Aqui no Barreiro todos trabalhavam junto do pessoal da família. A avó tinha a roça separada, lá no Bugi, que foi onde ela nasceu (Barreiro da Onça, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012).

O afastamento espacial, entre os grupos locais atualmente constituídos, promovido pelas fazendas tem assim uma interferência direta sobre as estratégias e práticas sociais dos grupos, que se ressentem do esvaziamento do território e consequentemente do pouco contato entre os grupos domésticos e parentes.

### ***A Ilha da Ressaca: o lugar dos fracos***

Nesta sessão, procuro descrever as relações entre os membros do grupo local ilha da Ressaca e destes com o lugar, em especial, o modo como aqueles que se consideram *fracos* constroem seus espaços de vida e de produção, o que faço a partir do deslocamento pela ilha junto às pessoas que compartilham seus saberes e fazeres, experiências e trânsitos por diferentes espaços sociais.

Através das relações estruturais entre ilha e terra firme; roça e *comércio* (cidade); *agregado, morador e dono de terra* é possível compreender diferentes racionalidades e também variações na forma de apropriação e uso de recursos, o que se desdobra na ambivalência que perpassa o processo de significação destes espaços por diferentes sujeitos e que buscamos apreender como resultado de trajetórias e contextos acionados.

*Nós sempre fomos fracos*, foi assim que Antônio Vermelho iniciou sua narrativa sobre a vida na ilha da Ressaca quando o visitei pela primeira vez. Naquele momento ele se posiciona em relação aos *donos de terra e grandes de Matias*, mais a frente, durante nossa conversa, ele qualifica a sua condição de morador de ilha da seguinte maneira:

ilha é de pobre a senhora sabe, daqui de dentro qualquer um só sai com o Chico (com a inundação do rio São Francisco), ou sai ou morre, no mais é você. Ano passado ele chegou aqui no pé de manga, eu não sai. Você só trabalha para o fazendeiro até ele quiser, se ele não quiser você não trabalha. Aqui é você, aqui dentro você trabalha até quando você quiser. E com as leis que tem hoje, a exigência de pagar imposto, pagar renda. Então melhor é ficar aqui dentro. Planta onde quer e na hora que quiser. Dorme quem quer. Lá (na terra firme) não! (Antônio Vermelho, ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, março de 2008).

Como podemos perceber em seu relato ele ressalta a relação intensa com o rio, uma relação diádica na qual ele reconhece a força do rio, mas também a sua de enfrentá-lo. A ilha é valorizada, por ele, enquanto espaço que confere ao sujeito a possibilidade de se realizar como pessoal moral, a partir do trabalho exercido em *liberdade* e de acordo com o seu próprio tempo. Ao passo que *fora* a condição de trabalhador é dada pelo outro, pelos seus interesses e vontades e, portanto, pode ser negada a qualquer momento. Viver *dentro da ilha* é também analisado sob o ponto de vista do regime de uso da terra, quando a ilha é situada fora do sistema de regulação econômica e por isso vista como um lugar mais favorável em relação à terra firme, onde é preciso *pagar renda* a terceiros, ou mesmo, imposto ao governo. E, por fim, viver na ilha é ser *livre*, na perspectiva da autonomia camponesa, em contraposição ao trabalho assalariado nas fazendas da *terra firme*.

No início da década de 1970, Antônio Vermelho um *chegante* inserido socialmente, veio para a ilha da Ressaca junto com a família do Velho Chico, seu sogro, *que toda vida foi gente daqui*. Eles atravessaram o *rio pequeno* numa jangada improvisada, pois se viram obrigados a deixar a terra firme onde tinham estabelecido uma posse constituída por roça, morada, olaria, oficina de farinha e criação de bode. Segundo ele, por causa de um fazendeiro que *comprou a terra no rolo*<sup>19</sup>, *chegou derrubando os paus e fechando o caminho pra beira do rio, e ameaçou derrubar com trator os barracos*.

---

<sup>19</sup> A compra da terra no rolo é uma referência às diversas práticas que resultaram no forjamento de documentação e comercialização para fazendeiros de *fora* que buscavam terras para se fixarem na área e terem acesso a financiamentos de programas do governo federal.





Foto 07: Rosário, filha do Velho Chico, mostra o esteio tirado da casa na terra firme.  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012

Relatos semelhantes são reproduzidos por outros moradores, que descrevem a ocupação das ilhas como um *refúgio*, ante o rompimento de relações de agregação e a expropriação de antigas posses, o que se dá a partir do envolvimento de grileiros, fazendeiros e da Ruralminas<sup>20</sup>, no contexto considerado de modernização das relações no campo. Neste sentido, os processos de mudança na ocupação territorial da região do médio São Francisco são estimulados por políticas e programas governamentais que viabilizam a implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba e favorecem o estabelecimento de empreendimentos agropecuários, via privatização de terras públicas, e consequente estruturação de um mercado de terras como descritos em estudos<sup>21</sup> desenvolvidos por Araujo (2009), Luz de Oliveira (2005), Anaya (2012).

Por sua vez, Antônio Vermelho não vê com bons olhos a mobilização política levada à frente por seus vizinhos e *parentes*, de constituição do Acampamento São

<sup>20</sup> Fundação Rural Mineira foi criada pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1966 (Lei 4278 de 21 de novembro de 1966) e no ato de criação a Ruralminas recebeu como patrimônio as terras devolutas situadas nos municípios de Manga, Monte Azul, Janaúba, Varzelândia, Januária, Itacarambi, Montalvânia, São Francisco, Formoso, Arinos, Buritis, São Romão, Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Unaí, Paracatu, João Pinheiro, Brasília de Minas, Ubaí, Várzea da Palma, Pirapora, Buritizeiro, Presidente Olegário, Lagamar, Vazante e Guarda-Mór. Além de poderes para representar o estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras devolutas.

<sup>21</sup> No Jequitinhonha estudo realizado por Moura (1988) registra a violência dos processos de expulsão de lavradores e, de modo similar, a conversão das terras de uso comum em terra de negócio, a substituição das relações de favor pelo contrato, o costume pela lei. Um processo de legalização tortuoso que burla as relações sociais vigentes e que se constrói pela despersonalização das relações e pela edição das regras locais de apropriação da terra, do trabalho e de recursos segundo interesses de grupos com maior capital político e econômico.

Francisco, segundo ele: para *ganhar terra do governo*, pois de acordo com sua experiência, *o que vem para os fracos, os grandes de Matias e Manga, ajuntam e consomem*. Outros moradores mais velhos também manifestam certa reserva em relação ao Acampamento São Francisco e as pretensões de legitimidade que a “forma acampamento<sup>22</sup>” funda naquele espaço historicamente marcado pela prevalência de relações hierárquicas.

De outra parte, Antônio Vermelho também reconhece que no tempo que identifica como *do cativoiro*, ele explica: quando trabalhava *no ganho* para os outros, *não tinha autoridade*, quem mandava era o fazendeiro. Na sua narrativa ele exemplifica: nesse tempo, *se ele dizia: vai embora, a gente ia*. De acordo com a sua narrativa *os direitos* começaram a aparecer depois, *quem começou fazendo uma forcinha foi o sindicato de trabalhadores rurais de Manga*.

Como podemos perceber, Antônio Vermelho analisa o viver *dentro da ilha*, as possibilidades e os limites da condição de morador de ilha a partir da sua trajetória, o que o levam a afirmar a ilha como lugar privilegiado em detrimento da terra firme. No entanto, as narrativas colhidas junto a moradores da ilha da Ressaca e de outras ilhas no São Francisco apontam para um quadro de crescente insustentabilidade relacionada à *morte do Velho Chico*<sup>23</sup> - degradação do São Francisco, o aumento de restrições relativas à aplicação da legislação ambiental, a intensificação de disputas pela apropriação e uso dos recursos. Na perspectiva destes sujeitos, a implementação de parques tem significado a imposição de limites e critérios para a utilização de recursos ainda mais restritivos se comparado àqueles estabelecidos na relação com as fazendas e empreendimentos agropecuários no passado. Além disso, as mudanças na relação com a terra e o estabelecimento de novas relações de trabalho atingem de modo distinto os sujeitos ali inseridos - agregados e moradores, embora tanto um como outro identifiquem perdas que correlacionam com o fim da *solta* e o aumento de restrições por parte dos chamados *donos de terra*, no tocante a abertura de roças, a caça e a pesca.

---

<sup>22</sup> Sobre a “forma acampamento” como uma linguagem que os grupos de trabalhadores sem terra se utilizam para informar ao Estado sua reivindicação ver SIGAUD et alli (2008).

<sup>23</sup> O termo *Velho Chico* é uma forma carinhosa de se referir ao rio São Francisco, que é usada com frequência pela população ribeirinha. O status de velho conecta o presente ao passado, expressa o sentimento de perda em relação ao que ele significou, o reconhecimento de que ele não é mais um rio com outrora. Já a expressão *a morte do Velho Chico* é utilizada por movimentos sociais para denunciar intervenções de grande impacto sobre as dinâmicas do rio e consequentemente sobre a população à sua margem, como a construção de hidrelétricas, a extração excessiva de água, o desmatamento descontrolado e a aplicação abusiva de veneno e mais recentemente, a transposição de suas águas.

Aqueles que se deslocam para a ilha da Ressaca buscam reconstruir, a partir deste espaço, seu modo de vida, através da manutenção de relações com terra firme que possibilita, mesmo que de forma pontual e provisória, produtos e recursos necessários a sua reprodução. O que passa pelo estabelecimento de relações de parceria junto àqueles que se mantiveram na terra firme, mas também pelo ingresso nas chamadas *empreitas* de derrubada da mata, de produção de carvão e de formação de pastagens, ou mesmo, pela venda ocasional de mão de obra.

Por sua vez, a produção de farinha e a formação de roçados foram significativamente reduzidas frente à impossibilidade de abertura de novas áreas de cultivo e *esfacelamento* dos *parentes*, ou seja, a dispersão dos mesmos para diversas localidades. De outro modo, a demanda por mão de obra também diminuiu, principalmente porque as fazendas e empreendimentos, com o passar dos anos, voltam suas atividades para a pecuária extensiva. Assim, se no passado o viver na ilha da Ressaca possibilitava aos moradores, tanto acessar recursos que necessitavam junto ao rio, lagoas e terra firme, como *trabalhar no seu* e, assim, criar os filhos e se reproduzir com relativa autonomia, no presente, a situação é significativamente diferente. As gerações mais novas, inclusive os filhos de Antônio Vermelho, embora tenham a ilha como espaço de trabalho se ressentem da pouca disponibilidade de terra e recursos que acessam e se vêm obrigados a conjugar, com maior frequência, a venda de sua mão de obra, o que é realizado nos arredores da ilha, mas principalmente *fora*. Quando vivenciam a condição de bóia fria junto às fazendas e às empresas no Projeto de Irrigação do Jaíba e em menor frequência a condição de assalariados. Muitos ainda se deslocam sazonalmente para trabalhar em outras regiões, onde se inserem através de contratos temporários, o que implica permanecer em *terra alheia*, afastados dos parentes por longos períodos.



Foto 08: Antônio Vermelho e sua esposa Rosário, na sombra do pé de manga  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012

Quando retornei a ilha da Ressaca em 2012, Antônio Vermelho estava ainda mais fraco, já não conseguia caminhar sozinho e para se deslocar precisava de ajuda. Logo que nos acomodamos debaixo do pé de manga ele iniciou sua fala, comentou ter ouvido no rádio que estava tendo uma *reunião forte em Brasília* e que entre outras coisas, tratava da bacia do São Francisco e afirmou: *Dilma não quer ninguém nas ilhas, por causa dos prejuízos, dos tantos prejuízos já causados*. Então, ele se virou para a liderança do Acampamento São Francisco, que nos acompanhava na ocasião, uma pessoa próxima da família, uma *parente*<sup>24</sup> como ele mesmo afirmou e falou do seu interesse em construir uma casa para se mudar para a terra firme, *não porque quero, mas porque é preciso*. Ao que ela prontamente respondeu que era a melhor coisa a fazer, que lá era mais seguro e também mais fácil para *sair para Matias quando*

---

<sup>24</sup> A liderança do Acampamento que nos acompanhava chama-se Leninha, no passado ela morou na ilha onde trabalhava como professora e tendo amamentado um dos filhos de Antônio Vermelho, passa a ser identificada como mãe de leite e sendo tratada com carinho e distinção por todos da família.

*precisasse*. Os dois permaneceram um bom tempo trocando opiniões sobre onde localizar a casa na área do Quilombo.

O interesse manifesto de se juntar aos demais na terra firme, para Antônio Vermelho, constituiu-se resultado de uma reflexão sobre as condições de vida na ilha, onde ele se desloca de uma posição de defesa da ilha da Ressaca como espaço de possibilidades e passa a afirmar as suas limitações. A perspectiva assumida reflete mudanças no contexto de interação e de modo especial na relação com os *de fora*, entre eles o Governo, que reconhece como espaço de poder hegemônico ao qual sinaliza se submeter. Em sua interpretação ele relembra o passado de contraposição aos *fortes de Matias* e reconhece, no presente, a legitimidade do governo federal, apesar do mesmo não possuir tal poder de tutela.

Fui levada a conhecer também a Velha Celina<sup>25</sup> e registrar suas lembranças sobre a ilha da Ressaca, que evocam um tempo em que a ilha era pouco habitada, era *um matão*. Ela conta que nasceu em Matias Cardoso, assim como o pai que na década de 1930 *tinha uma crôa linda lá na Ressaca* e se considera *criada na ilha*, pois quando tinha apenas sete anos já o acompanhava na *lida nas vazantes*:

Eu lembro que era tudo crôa, tinha gaiotas nas crôas, punha muito ovo. Tinha. A gente pegava o ovo, fazia farofa de ovo. Isso aqui (no fundo da ilha onde tem seu barraco) era tudo mangue branco, tinha aroeira. Era mata de jatobá. Era a mata que tinha aqui, mata de jatobá. Agora só está tendo dois (jatobás). Um lá em Pocomon (na ponta da ilha) e outro aqui (no fundo da ilha). Era mata de Serrote. Você não conhece mata de serrote? Serrote é puro espinho. Quando cheguei com o marido meu para trabalhar aqui, a gente não podia conversar com os vizinhos. Não podia não. Era mata virgem, fechada, só tinha serrote. Não podia ir na casa do vizinho. Ficava um de cá. Oh fulano! Você vem daí eu vou de cá, vamos fazer um caminho! Vão! E pá, pá, pá. Um de cá outro de lá. Até encontrar. Ai nós encontrava o vizinho. Aí quando precisava de alguma coisa no comércio o vizinho comprava. Um fazia para o outro (Celina, ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, março de 2008).

Como registrado acima, a Velha Celina reconstrói a *Ressaca* que conheceu menina, inicialmente como espaço da natureza, de gaiotas, da mata, de espinho, onde não se *podia conversar com os vizinhos* e narra a “transformação do espaço da natureza

---

<sup>25</sup> Relembrando que meu contato com pessoas mais velhas foi sugestão das lideranças quando do início do trabalho de campo junto aos moradores do Quilombo da Lapinha. A partir disto, procurei encontrar com pessoas mais velhas moradoras nos grupos locais ou com antigos moradores que se deslocaram para a cidade de Matias Cardoso.

em espaço social humanamente habitável<sup>26</sup>”, o que é feito através da instituição de um novo grupo doméstico e do trabalho de transformação do espaço em um território de pertencimento ao grupo. Então, a ilha é revelada como espaço socializado, onde prevalece a proximidade e a ajuda mútua, pois *um fazia pelo outro*.

Em sua perspectiva a ilha da Ressaca é significada a partir da convivência com vizinhos, quando são ressaltadas as qualidades daqueles que reconhecem a necessidade do outro, trocam de serviços e sementes e estabelecem relações de parceria, o que é considerado uma *ajuda*.

No presente, os recursos da aposentadoria têm sido utilizados pelos mais velhos para pagar aos seus descendentes e/ou vizinho desempregados ou com alguma necessidade pelo trabalho realizado para si. Isto não significa uma monetarização das relações, mas na visão dos moradores uma *troca de favores*. Assim, as atividades consideradas costumeiras, como o preparo de roça, o transporte de água e a coleta de lenha são realizadas sem que os aposentados as executem completamente. Por outro lado, a aposentadoria tem possibilitado também o deslocamento para a cidade de casais mais velhos, ou mesmo, de mulheres e de homens com algum problema de saúde ou limitação associada à idade. O que é justificado, tanto pela impossibilidade de realizar atividades rotineiras na ilha, como pela facilidade de ter, junto de si, um parente na cidade *para fazer companhia*, na maioria das vezes um jovem na fase escolar. Desta forma, os aposentados invertem a lógica registrada nos estudos sobre campesinato de serem uma boca a mais na panela da família.

O trabalho investido na ocupação da ilha, como sinaliza a velha Celina no relato abaixo, a formação de roçados e o cuidado com os quintais revelam o “espírito de trabalhar” por parte das pessoas que ali vivem. A identificação como *trabalhador ou trabalhadeira* se contrapõe à categorização de outros como *preguiçosos* e assim ela informa que nem todos são vistos como iguais. A circulação de alimentos foi lida por Woortmann (1990) como “espírito de reciprocidade”, que permeia as relações entre vizinhos e parentes<sup>27</sup>. Pois, de acordo com a Velha Celina, o trabalho investido na ilha

---

<sup>26</sup> Brandão (2012), no diálogo com o trabalho desenvolvido por Diegues e Arruda destaca a transformação da natureza em território apropriado como um critério de qualifica uma *comunidade tradicional*. Ele afirma: “o que qualifica uma *comunidade tradicional* é o fato de que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza” (BRANDÃO, 2012, p. 377).

<sup>27</sup> De acordo com Woortmann (1990), a comida por seu valor de uso “tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem, porque pertence ao domínio do mercado”(WOORTMANN, 1990, p. 58).

não é orientado exclusivamente para a obtenção de produtos a serem trocados ou negociados no mercado, mas é motivado também pelo anseio de obter alimentos em abundância, a serem compartilhados junto aos moradores e parentes que vivem *fora*:

Aqui, quando produz, ninguém dá venção. As galinhas comem, os animais comem. Maracujá, gosto muito, carrego para as filhas e netas, é quase do meu consumo. Dou laranja, nunca tirei um real de laranja. Tudo aqui é dado.

Só vendia farinha, tapioca, mandioca. Doce, fiz muito dinheiro. Milho, já vendi 60 sacos. Mamona fazia óleo para vender, era muito caro, comprador vinha de Januária buscar.

Daqui até o rio tá plantado de banana, milho, feijão catador, cana. Tenho bastante cana. Tem para chupar para fazer garapa. Eu dou. Aqui tudo que planta dá (produz), tem lugar que não tem nada é porque tem gente que não planta, não tem espírito de trabalhar. Só quer ficar no rio (Celina, ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, março de 2008).



Foto 09: A Velha Celina brincalhona, com produtos a serem levados para a terra firme  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, março de 2008

Ela e seu segundo marido, o Velho Zé Preto, *que* qualifica como *bom pescador e trabalhador* levantaram seu barraco de lona preta no Acampamento São Francisco, assim como outros moradores da ilha da Ressaca, com quem trocam produtos, cuidados e anseios, o que alimenta a idéia de um “nós”. Em relação à *luta quilombola* ela se expressa da seguinte forma: *quero uma casinha do outro lado não é por nada não, é porque quero ficar na mata, não quero ficar no comércio*. Desta forma, o *Quilombo* é desenhado como uma possibilidade entre a cidade e a ilha, como uma construção

coletiva que permite atualizar a sua relação com o lugar e de modo especial que ela possa se reproduzir a partir do trabalho na terra, como sempre o fez.

De acordo com a Velha Celina, na época do seu pai havia compra e venda de *direito* na ilha da Ressaca e muitos se estabeleceram ali obtendo consentimento dos moradores mais antigos. Além disso, aquele que derrubasse a *mata* e investisse seu trabalho para formar uma roça constituía uma nova posse. Sua descrição sobre a forma de ocupação da ilha *no tempo antigo* vai ao encontro à narrativa de Domingos Carneiro, que ali chegou por volta dos anos de 1950: *quando mudei era mata, não tinha gente, só tinha as arinhas (rocinhas) do pessoal de Matias, mas os donos foram vendendo os direitos, com pouco chegou e tomou conta*. Ele explica que a ilha, antes utilizada principalmente para a colocação de *roças de vazante*, passa a ter uma população residente significativamente maior, sobretudo, após os anos de 1970, quando aumenta o número de pessoas em busca de um lugar para viver com alguma autonomia.

A ilha se apresenta como uma terra acessível, possível de ser *possuída* pelos *fracos* e se constrói, assim, como lugar de *liberdade*, diferente da terra firme que se constituiu como um bem de valor no mercado de terras e é disputado por empresas e segmentos com maior poder aquisitivo, atingindo preços muito elevados. No entanto, viver nas ilhas é viver com o rio, é estar sujeito às dinâmicas de *cheia* e *vazante* do São Francisco, é ser afetado pelo carreamento e depósito de material que as águas deslocam, é acumular ganhos e perdas.

Fui ao encontro da Velha Celina em companhia de um jovem do Acampamento São Francisco apelidado de *Dotor*, que é neto de Domingos Carneiro e *filho da ilha da Ressaca*, como costumam dizer. Ele como a maioria dos jovens de vinte e poucos anos que encontrei no Acampamento já constituiu família ao se casar com uma moça, também moradora da ilha. Durante nossa conversa, manifestou pretensão, compartilhada também pelos parentes do trabalho *fora* como forma de garantir o sustento dos filhos. Essa estratégia é viabilizada através da migração sazonal, iniciada aos 17 anos quando acompanhou alguns parentes na *colheita de café em Unai*. Os recursos amealhados no trabalho *fora* são conjugados com as atividades realizadas na ilha, como a pesca e a formação de roça em terra *cedida* por algum parente, avô ou sogra, como registrei no trabalho de campo.





Foto 10: O jovem Dotor *no porto*, na beira do rio pequeno  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, março de 2008

Neste sentido, ele trilha caminho semelhante ao de outros jovens casados e também da maioria de jovens solteiros e separados. Justamente por isso não o encontrei nas visitas que se seguiram ao Quilombo da Lapinha, embora ele tenha me dito na ocasião que *arrumou um serviço aqui mesmo, no bar do lado do Acampamento* e que tinha intenção de *se fichar* ou seja, *trabalhar com carteira assinada* para uma das empresas estabelecida no Projeto Jaíba, a pouco mais de 60 quilômetros do Acampamento São Francisco.

Na travessia do *rio pequeno*, passamos pelo barco de seu Raimundo estacionado junto à margem do rio, ali avistamos um peixe ainda vivo depositado sobre o banco do barco de madeira. Era uma *cumbaca*, um peixe que os moradores apreciam muito, especialmente por causa do seu caldo saboroso. Na ocasião indaguei ao meu anfitrião, porque aquele peixe tinha sido deixado ali e ele me explicou que seu tio tinha aquele costume de deixar para algum morador pegar. No final da tarde quando regressamos não havia peixe no barco entendi, então, que a *cumbaca* havia sido apanhado por algum morador, que tanto pode ser uma criança, um adolescente ou uma mulher que tivesse ido àquele porto. Essa é uma forma de reciprocidade no contexto atual.

Outras vezes, acompanhei as mulheres na sua lida *na beira do rio pequeno* e pude perceber que costumam conjugar a lavação de roupas e vasilhas, o cuidado com os

filhos menores e, às vezes, a pesca de varinha, no intuito de garantir uma *mistura* para a refeição do dia. Outras ainda transferem para um filho maior, com pouco mais de 10 anos e que já possuem alguma experiência, esta responsabilidade. Assim, a partir desta idade alguns já se deslocam sozinho pelo rio, com a varinha e os apetrechos na mão. Outras vezes eles saem com o pai e os parentes nas saídas de barco pelo rio, quando ajudam e ao mesmo tempo aprendem o ofício da pesca.



Foto 11: Peixe tratado e salgado secando ao sol  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, abril de 2012

O peixe é considerado um alimento importante na dieta das famílias. Embora não seja, na visão dos moradores, um produto abundante como era no passado, nesta região é difícil encontrar alguém que não saiba pescar. Por outro lado, atualmente, poucos realizam a pesca tendo como principal objetivo a comercialização, possivelmente por isso, identifiquei apenas dois moradores com “carteira de pescador profissional”, o seu Raimundo, citado acima, e um vizinho que, assim como seu Raimundo, possui um *direito* na *ponta da ilha* e seu barraco no Acampamento São Francisco. Estes, diferente dos demais, como estão em dia com a Colônia de Pescadores acessam o benefício do defeso<sup>28</sup> e também o financiamento para aquisição de embarcação e motor de barco, caso queiram. A principal diferença é que eles transitam de barco sem o receio de serem abordados pelos agentes ambientais e, além disso, como

---

<sup>28</sup> O defeso é o período em que os peixes estão em fase de reprodução em que a pesca comercial é proibida como forma de favorecer a reprodução das espécies. E o governo federal estabelece como compensação aos pescadores, cadastrados em suas colônias, o pagamento mensal de valores de um salário.

possuem barco a motor realizam percursos maiores pelo rio, enquanto os demais nem sempre se afastam do *rio pequeno*. Ou quando arriscam uma investida maior o fazem escolhendo trajetos e horários que consideram mais indicados e geralmente preferem a pesca noturna em decorrência da fiscalização da polícia ambiental. No relato abaixo, seu Antônio Vermelho faz menção à viver nas *carreiras* para não ser pego pescando em consonância com suas práticas culturais.

No passado, o produto mais comercializado pelos moradores da ilha da Ressaca era o peixe seco, que era salgado e desidratado ao sol, depois reunido em fardos e amarrados com *corda de caroá*, fibra natural utilizada também na confecção de redes. No *tempo da fartura*, como sinalizou Antônio Vermelho:

Tinha muito peixe e muito pescador. Velho Zé Preto era pescador, Seu Domingos era pescador e grande. Dona Maria Cândida (mulher de Seu Domingos) trabalhou muito tratando e secando peixe, que depois amontoava. Fazia era fardo. Vendia para os navios. Na seca, quando o rio vazava, já vi Domingos Carneiro entrar em maio e sair em setembro com quatro, cinco mulheres salgando peixe, na parceria (...) Fiscalização aqui dentro do rio era só da Marinha, hoje, o povo anda nas carreiras (Antônio Vermelho, ilha da Ressaca, janeiro de 2012).

Por sua vez, ao conversar com Domingos Carneiro em seu *barraco na ilha* ele ressaltou que no passado *peixe era fácil, tinha peixe para todo lado, agora até o peixe tá difícil! Antes pescava todo tipo de peixe, peixe grande*, pescava em quantidade e o pessoal vinha comprar aqui. Agora não, agora nós só come o que os outros der. Pois, segundo ele, por causa das dificuldades *tinha deixado a pescaria*.

Os principais produtos comercializados atualmente são aqueles produzidos nas *roças de vazantes*: as melancias, as abóboras e os feijões. Para o auto-consumo eles cultivam um conjunto de outras variedades: a mandioca para produção de farinha; o milho para criação de galinha, angola e patos; o feijão catador para consumo, o maxixe, o caxi, o quiabo e as frutas. No quintal, são criadas aves geralmente soltas e os porcos em chiqueiros de madeira ou amarrados em longas cordas, o que também acontece com os animais de montaria. As cabras eram muito comuns no tempo antigo, quando eram encontradas nas *baixas e lagadiços* da beira do rio, mas praticamente não são encontradas na ilha da Ressaca, enquanto algumas famílias têm investido no criatório de gado. Antigamente, como relatam os mais velhos: bodes, cabritos, porcos, patos, marrecos, cocá, galinha, peru, animais de montaria e gado *curraleiro* eram criados *a vontade* na terra firme. O gado era criado na *solta*, transitando livremente da beira do rio

para a mata e *carrasco* no tempo das águas, enquanto as criações miúdas ficavam reduzidas as beiras de lagoas e *alagadiços* e imediações das casas.

Numa outra oportunidade me desloquei do Acampamento São Francisco para a ilha da Ressaca em companhia de Liete, filha de Domingos Carneiro e mãe de Dotor, que queria me mostrar sua roça na ilha. De manhã, ela mandou um recado por uma de suas netas e quando cheguei ao seu *barraco* a encontrei com os seus apetrechos de trabalho: um remo para a travessia do *rio pequeno*, enxada e foice e um saco para transportar os produtos a serem colhidos na ilha.



Foto 12: Liete, a caminho da roça na ilha da Ressaca

Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, março de 2008

Seguimos até a beira do rio pelo trilho costumeiro e lá tomamos uma embarcação. Descemos o *rio pequeno*, ela com o remo apenas conduziu o barco para o meio daquele braço de rio e a embarcação desceu suavemente no ritmo da correnteza. Dentro do barco enquanto conversávamos pude observar duas mulheres da ilha, na labuta *nas roças de vazante* da beira do rio. Por fim, paramos no porto de Domingos Carneiro, onde o encontramos no cabo da enxada, também dedicado no trabalho de *limpeza da vazante*. Depois seguimos em direção à casa que ficava num *alto*, quando passamos pelas *vazantes de dentro* e pelos *alto* que se formam entre elas.

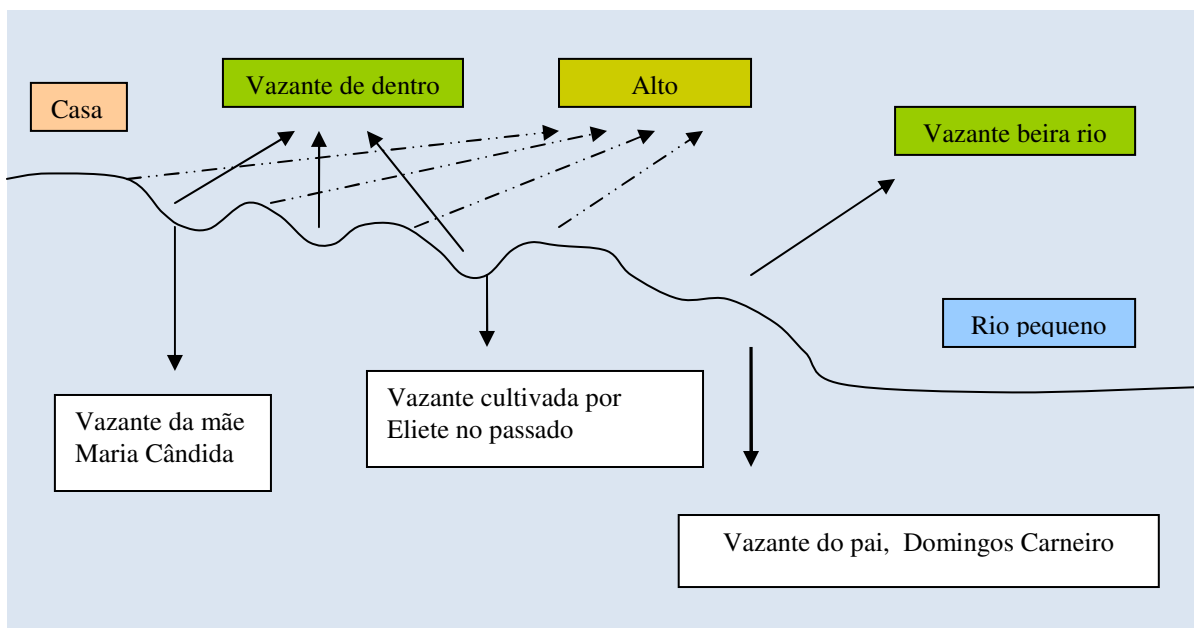


Figura 01: Espaços sociais na ilha da Ressaca, na beira do *rio pequeno*  
 Fonte: Trabalho de Campo

No caminho ela me explicou que uma daquelas *vazantes* fora sua no passado, disse que era uma terra boa, onde havia colhido muito milho e feijão e abóbora, mas como teve que acompanhar o marido em seu *trabalho fora*, ficou longe da ilha por alguns anos e quando retornou o terreno estava novamente sendo utilizado pelo seu pai. Atualmente, trabalha *no dos outros*. Trabalha numa terra cedida pelo Velho Cido, que é vizinho do seu pai e também antigo morador da ilha da Ressaca, onde tem sua roça *das águas* e também uma *vazante* com abóbora e batata doce. A doação de uma área por um pai requer o uso continuado da mesma sendo que o afastamento do lugar e o não cultivo da terra propiciam o retorno da área para o doador que pode repassá-la para outro filho ou filha.

No caso, como Eliete planta numa *terra dada* ela sente a necessidade de interpelar o *dono* a cada novo ciclo para saber se ele mantém ou não o seu consentimento. Normalmente, as pessoas que tem seus *direitos* nas ilhas e, por algum motivo não podem trabalhar a terra, cedem-na para alguém próximo ou para alguém que considere *necessitado*<sup>29</sup>, para que o terreno não fique sem ser cultivado. Realizam, portanto, uma cessão provisória, mas o esperado é que a concessão se estenda por mais de um ano e, caso se estenda por vários anos, o *direito* venha a ser, de algum modo,

<sup>29</sup> O sentido compartilhado de necessitado se refere aquela pessoa considerada como honesta e trabalhadora, mas que se encontra sem ter onde plantar e com filhos e família para cuidar.

transferido para aquele que efetivamente trabalha a terra. Como mencionado anteriormente, a concepção local de direito se refere à cessão de uso e apropriação de uma área em *terra de Marinha*, que não pode ser registrada como propriedade.

Os moradores da ilha da Ressaca localizam suas casas nas poções mais elevadas de suas posses, nos *altos*, para se proteger das enchentes. Ao redor das casas implantam, com anos de dedicação, quintais de muitas sombras e árvores de frutas, através de água carregada do rio em *carotes*, baldes e regadores. O quintal é também o espaço das pequenas criações e o lugar onde crianças e adultos se deixam ficar e interagem, pois por ali permanecem grande parte do dia em seus afazeres, quando aproveitam a sombra das árvores frondosas como abrigo.

As roças de mantimentos, a princípio, podem ser cultivadas em toda a ilha. Como as ilhas estão sujeitos às vicissitudes do tempo e às variações da *cheia*, os moradores afirmam que *plantam no risco* e acompanham a dinâmica das águas, o fluxo das *cheias*, e o desenvolvimento para lançar mão de novas investidas. Plantam a *roça das águas* para aproveitar a chuva que geralmente atinge a região no final do ano, e *de vazante* quando tiram proveito *da terra molhada pelas cheias* do rio e, se preciso, realizam um ou mais replantes.



Foto 13: Plantio *de vazante* na ilha da Ressaca  
Identificação: *Vazante de dentro* na ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, abril de 2012.

As terras preferidas para os cultivos de feijão, milho, abóbora e outros legumes são as *vazantes*, porque mais produtivas, uma vez que são fertilizadas e umedecidas pela *cheia*. Os *altos* mais arenosos e secos são mais indicados para o plantio de mandioca e para os cultivos de frutas e árvores perenes, mas nos anos chuvosos as roças ali plantadas costumam fornecer boas colheitas. As *baixas*, mais frescas e argilosas, nem sempre são atingidas pelas *cheias* e, por isso mesmo, são também uma alternativa acionada pelos moradores nos anos de *cheia fraca*, principalmente quando as *vazantes* não são *molhadas* pelo rio e os plantios de lameiro deixam de acontecer.

Esses diferentes espaços da ilha são categorizados e utilizados pelos moradores com base em noções de espaço e de tempo, potencialidades e restrições, quando levam em consideração as manchas de solos e as diferenças observadas a cada novo ciclo com os novos depósitos de argila e areia carreados pelas águas. Em decorrência deste conhecimento, culturas agrícolas similares são introduzidas em períodos e lugares distintos, utilizando-se de técnicas específicas, o que envolve tanto o aproveitamento da água de chuva, como o aproveitamento do *lameiro* molhado pelo rio. Para tanto, são considerados e manejados os gradientes de argila e de areia depositados pelo rio e selecionadas plantas de acordo com sua importância alimentar e sua capacidade de resposta. Ao articular o conhecimento sobre os ciclos das chuvas e das *cheias*, os gradientes do solo, as qualidades de espécies e variedades cultivadas e desenvolver atividades nas *vazantes*, nos *altos* e nos *baixios* ao longo do ano quando buscam ampliar as chances de sucesso. Como pode ser observado na conversa realizada junto a moradores do Acampamento São Francisco que realizam seus plantios na Ilha da Ressaca:

Ni – o feijão que plantei o rio comeu tudo, plantei diversificado, não plantei tudo porque sabia que o rio ia comer. Depois que o rio saiu plantei dois litros de cada, então foram 10 litros, mas as codornas comeram tudo. Comeu o meu e a de dona Madalena. Depois que comeu coloquei umas covas de abóbora e melancia. Falei não tem mais feijão! Só que eu plantei na quarta feira, no início da quaresma, não quarta feira de cinza e minha sogra falou que tinha que jogar cinza e eu não sabia. Então as codornas comeu tudinho. Eu não joguei cinza. Tava tendo uma lagarta também, mas tava comendo era o feijão catador. O restinho de feijão que eu tinha eu plantei, acho que tem uns dez pés de feijão só, os que vingou. Ficaram uns carocinhos na sacola perdidos eu tornei a plantar. Plantei no mesmo dia que dona Madalena plantou, depois fui lá, dá uma limpada nas melancias, que já tava tendo os coquinho, limpei também as abóboras. Na ilha plantei 2 litros de feijão da cesta (cesta básica). Comi um pouco e guardei um pouco, ele é bem pequenininho.

Pesquisadora – é feijão de arranca?

Ni - tudo de arranca. Tem também um outro de sessenta dias, a gente tinha 12 sacas dele eu tirei 4 litros, guardei para plantar. Ele era velho fiquei com medo dele não nascer. Plantei dois litros e deixei dois litros, foi esse que plantei na beira do rio. Primeiro plantei na baixa, que seca primeiro, depois plantei na beira. Na baixa, não ficou porque a enchente cobriu.

Sarué – a gente é acostumado a plantar na semana santa, mas esse ano a gente avexou, pensou que a *cheia* não vinha, mas vou plantar de novo.

Ni – o que ficou ainda vai dar para tampar o que eu perdi lá. Carlinho preparou terra hoje, o que perdi lá tinha batata. Também perdi a sementinha da batata.

Saruê – já arrumei (outra muda), menino me deu um pouco, não posso garantir, mas ao menos uma cova eu te dou. Gosto muito de batata.

Ni – batata é bom porque é rapidinho. Eu tenho as ramas de um tio meu que trouxe de São Paulo. Eu tenho maior cuidado, tinha só um pouquinho, mas foi bem aonde o rio chegou. Ela era bem pequena e vermelhinha. Eu quero plantar batata lá, até pedi seu Odorico um pouco. Fiquei te esperando Elisa.

Pesquisadora - pois é demorei em Jaíba, porque faltou luz no posto de gasolina e tive de ficar esperando para abastecer.

Ni - queria mostrar a roça, você não apareceu fomos dar uma pescadinha.

Pesquisadora – e como foi a pesca?

Ni - foi bom, foi, pegamos uma douradinha. Aí Elisa as coisas da ilha perderam a maioria, a semente que ganhei do CAA... Aí arrumei com o seu João Gurutuba semente de milho. Ele falou: Ni, não vou garantir porque essa a enchente pegou, mas já plantamos junto com o arroz (na área do Acampamento São Francisco) nós colhemos no cacho, só aquele pedacinho, perto da roça de Boqueirão, colhemos 30 quilos de feijão, setenta quilos de arroz. Lá tem quiabo, tenho que pegar umas sementes lá. Lá tem abóbora, tem feijão catador e agora tem milho para dá pras minhas galinhas... Por último, eu já andei plantando mandioca e em baixo o milho. A mandioca de cima é de outro ano, uma parte a gente fez farinha, mas outra a gente perdeu com a enchente.

Pesquisadora – a sua terra de vazante tem diferença?

Ni - é uma terra de barro, misturada, mas é tudo terra boa. Se o rio não tivesse vindo era fartura.

Saruê – eu mesmo só tenho mandioca velha, vou ver se arranjo com Buqueirão aquela amarelinha... mas agora plantar no baixão não adianta, na beira... tá no risco do rio chegar (Ivone e Saruê, Acampamento São Francisco, abril de 2012)

Como pode ser observado, dependendo da frequência das chuvas e da dinâmica da *cheia*, os mesmos alimentos cultivados na *vazante* podem também ser firmados nos *altos*. No entanto, o certo é que as *vazantes* são, em anos de *cheia boa*, mais produtivas a ponto de produzirem para a *despesa* e gerar excedentes, o que normalmente não acontece com os plantios de chuva realizados nos *altos*, que quando muito, *dão para o gasto*. A produção obtida se distingue em produção para a *despesa* ou para o *gasto* daquela que é para a *venda*, dado que o fim da mesma decorre da quantidade produzida.

Os plantios de *vazantes* são feitos *onde o rio andou*, tanto na ilha como na terra firme, em terrenos que foram fertilizados e umedecidos pelas águas das *cheias*. Em seu fazer, o *plantador de lameiro* também chamado *lameiro* ou *vazanteiro* acompanha atento a *cheia*, buscando prever o momento que o rio para de subir e começa a baixar, o que acontece normalmente a partir de março. Então, quando o rio começa a recuar para seu leito menor, *vazanteiros* e *vazanteiras* iniciam seus plantios escolhendo as plantas



que se desenvolvem melhor em cada mancha de terra, quando plantam numa pequena área diferentes culturas, *plantam misturado*, e sabem também que o rio pode voltar a subir e cobrir todo o trabalho realizado.

Foto: Feijão de arranca secando em frente do *barraco* de Ivone e Carlos  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012

A cada ano, a eminência da *cheia* renova a expectativa de ganhos, mas quando o rio cresce há a eminência de possíveis perdas. Assim, os moradores vivem na ambigüidade, com receio dos seus prejuízos, mas também saudosos dos seus benefícios, porque um ano sem *cheia* é um ano sem *terra molhada* pelo rio, um ano sem *lameiros* e consequentemente sem roças *farturosas*.

Por sua vez, eles afirmam que plantam *nas secas* e *nas águas* e trabalham o ano todo. De modo que, em ano *bom*, o trabalho de colheita na *vazante* antecede a preparação da terra dos *altos* mais arenosos que são plantados a partir de setembro, logo que a chuva deixa a terra bem molhada. Ao longo do período chuvoso, dependendo dos indicativos da chuva e de olho no rio e nos sinais de *cheia*, os plantios podem ou não se estender pelos *baixios* no interior da ilha e beira do rio. Para tanto, eles se orientam pelo que chamam *influência* para trabalhar, com esta palavra sendo utilizada para expressar ao mesmo tempo o saber fazer e o gosto pelo trabalho.



Foto 14: Colheita de legumes nas vazantes da Ilha da Ressaca  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, abril de 2008.

Nos quintais na ilha da Ressaca, no entorno dos *barracos* são cultivados, pés de frutas, plantas para remédio e todo tipo de produto utilizado na alimentação da família, muitas vezes em continuidade às *roças de alto*, onde é possível identificar: temperos como pés de urucum; banana, manga, seriguela, cajá, caju, maracujá, laranja, mexerica, variedades de pimentas e muitas outras frutas. No espaço do quintal, muito mais do que nos plantios de roça, observa-se a diferenciação dos papéis que qualificam os fazeres de homens e de mulheres, segundo o padrão do grupo. Entretanto, é na leitura da construção deste espaço que se vislumbra com maior intensidade a escassez de recursos que impedem as famílias de se reproduzirem com maior segurança e impõe aos seus membros a vinculação à terra firme e a subordinação ao trabalho como diarista e assalariado junto a fazendas e empresas. Insuficiência que envolve a necessidade de lenha, de madeira para construção e reparo de casas e equipamentos domésticos, o que é agravado pela incidência de enchentes e por períodos de estiagem prolongada, o que leva os moradores a se deslocarem em busca de *refúgio* e de recursos disponíveis na *terra firme*. Seja na forma de pastagens para o gado e animais de transporte, de madeira para construção de casa e confecção de ferramentas, de sementes e matrizes para refazer seus estoques e rebanhos, ou mesmo, de lugar para se abrigar durante as *cheias fortes*.



Foto 15: Madeira para preparo de alimentos obtida na terra firme  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012

Neste sentido, o acesso à terra firme vivenciado de forma pendular é uma demanda que dá sentido à luta pela regularização do território quilombola, o que é recorrentemente reafirmado como uma necessidade pelas famílias que se deslocaram da Ilha da Ressaca e construíram suas moradias no Acampamento São Francisco onde afirmam viver com mais segurança e conforto. Eles problematizam que, através do cercamento para formação de pastagens, as terras ocupadas pelos seus ancestrais foram privatizadas. Assim, através da ocupação da Fazenda Casa Grande e constituição do Acampamento São Francisco, um aspecto que consideram fundamental no seu modo de vida, o trânsito entre áreas inundáveis e não inundáveis na terra firme, vem sendo resignificado.

Atualmente, as famílias que moram na Ilha da Ressaca e aquelas que deslocaram suas moradias para o Acampamento São Francisco estabelecem relações com a região ao entorno e, de modo especial, com as localidades que compõem o Quilombo da Lapinha. Mas também com fazendas de gado, com empresas agropecuárias, com as cidades vizinhas de Matias Cardoso, Manga e Itacarambi e também com o Projeto Jaíba onde realizam seus *trabalhinhos*, ou seja, alocação temporária de mão-de-obra em atividades agrícolas, quando vivenciam a condição de bóia fria. Os grupos familiares que vivem nas *terras em comum* na terra firme também estão *encurralados* por fazendas, por empresas e pelo Parque Estadual do Cajueiro. O que significa dizer que as terras que mantiveram o patrimônio familiar indiviso não são insuficientes para garantir a reprodução do conjunto familiar e muitos se vêem obrigados a buscar trabalho em outras regiões. Pois, segundo eles, as fazendas ao entorno empregam somente alguns homens como vaqueiros e, eventualmente, mulheres e homens como diaristas, com veremos na sessão seguinte.

A partir das relações entre ilha e terra firme, roça e comércio, lavrador e fazendeiro foi possível apreender diferentes lógicas e variações na forma de apropriação e uso de recursos, como também a fluidez e ambigüidade que perpassa o processo de significação destes espaços por diferentes sujeitos, segundo os diferentes contextos de interação registrados.

Para alguns moradores que fizeram sua vida na ilha, ela é afirmada como lugar de viver e trabalhar onde é possível se reproduzir com autonomia: é o lugar que permite ao sujeito se construir a partir do seu próprio esforço, sem mediadores. Ao passo que o *Quilombo*, para aqueles envolvidos na mobilização política, significa a construção de

um novo espaço social, um caminho possível de permanência, a partir do qual eles elaboram sua identidade como quilombola e atualizam sua relação com o lugar, de modo especial com a *terra firme*. Para estes últimos, o viver na ilha é viver sujeito às dinâmicas de *cheia e vazante*, é conviver com situações provisórias que nem sempre garantem condições de sobrevivência, o que buscam construir de modo diverso, através da mobilidade e do desapego, o que implica transitar por fronteiras e se deparar e questionar limites sociais e territoriais.

A ilha muda com os ciclos de *cheias e vazante*, a significação dos espaços depende da trajetória de cada um e do lugar social a partir do qual a pessoa se posiciona. No caso, estão em questão o campo de relações e de modo especial os valores morais, no que diz respeito ao uso da terra, considerando a centralidade dada ao trabalho. Na interação entre os moradores da ilha, eles avaliam o tempo dedicado ao trabalho e o tempo dedicado à *luta*, desta forma, o *Quilombo* para alguns moradores da ilha está perpassado pela relação com os de *fora*, com quem antagonizam, os *fortes*, os fazendeiros e políticos locais e o governo, por isso seu sentido está perpassado pela possibilidade de reprodução de relações de dependência e de conquista da autonomia. Por outro lado, na medida em que a *luta quilombola* persiste e eles angariam novos apoios materiais e políticos, aumenta o número de famílias que aderem à luta política e passam a morar no Acampamento São Francisco, há um ganho político e simbólico do *Quilombo*, em função da dinâmica social em torno do reconhecimento conquistado no processo, os *fracos* se tornam *fortes*.

Os mais velhos, com frequência quando buscam qualificar as relações tecidas entre sujeitos e com o lugar, o fazem a partir da categoria trabalho. O trabalho é afirmado como símbolo de liberdade, como aquilo que possibilita ao sujeito se construir como pessoa honrada. Dessa forma, invariavelmente, as narrativas dos mais velhos se aproximam do sentido empregado por Antônio Vermelho, cuja narrativa coloca acento no valor do trabalho autônomo ao afirmar que *cada um tem que fazer por si*, que as terras não devem ser entregues para qualquer pessoa, mas *para quem necessita*, ou seja, para aquele que *tem filhos e é trabalhador*, como afirma o morador.

### *As terras de herança: o lugar dos fortes*

As famílias que se mantiveram com o patrimônio familiar e perpetuaram o vínculo com a terra firme são caracterizadas como *mais fortes* em contraposição àquelas que foram completamente destituídas de acessar terrenos e recursos na terra firme, como no caso daquelas que se deslocaram para viver nas ilhas e dizem/afirmam que são *mais fracas* que os moradores e parentes que se mantiveram na terra firme.

Nas margens onde se inicia a *terra firme*, diferentemente da ilha, a apropriação familiar se desenvolve assentada sobre espaços um pouco mais amplos e uma maior diversidade de ambientes, o que permite aos moradores acionarem estratégias produtivas mais diversas, ou seja, a formação de plantios, a criação de animais, a extração de recursos em áreas sujeitas à inundação. Essas famílias têm maior opção, pois podem desenvolver suas atividades em áreas sujeitas ou não às inundações do rio São Francisco. No desenvolvimento de seus sistemas produtivos, eles levam em consideração variações na geografia e nos solos, que se expressam na própria vegetação para identificar ambientes mais propícios para os seus manejos produtivos. Além disso, tendo em vista ampliar as estratégias produtivas alguns moradores da margem mantêm um *direito* na ilha onde realizam, como de costume, os cultivos de *vazante* que proporcionam colheitas mais fartas em anos de *cheia boa*.



Foto 16: As muitas atividades na beira do rio em Várzea da Manga  
Identificação: Várzea da Manga, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012

Nas margens, que também denominam de *beira rio* ou *capão*, encontramos casas situadas em diferentes posições do terreno, embora as famílias sempre busquem não se afastar muito do rio, pois o abastecimento domiciliar da água consumida é feito, na maioria das vezes, manualmente, com as mulheres transportando *carotes* e latas na cabeça. Na atualidade, algumas poucas residências possuem cisternas e um número ainda menor de famílias faz uso de bombas para viabilizar a captação de água.

Algumas famílias, de acordo com a topografia das posses que ocupam, optam por situar as moradias nos *altos* da beira do rio quando se estabelecem entre o rio e o *alagadiço*. Neste caso, durante os períodos de *cheia*, como estão situadas em posições elevadas nas *barrancas* do São Francisco, estas famílias podem ficar ilhadas ou em anos de *grandes cheias*, terem sua moradia parcialmente ou completamente coberta pelas águas.

Outras famílias, em função das possibilidades que identificam nas glebas que ocupam, posicionam suas casas depois do *alagadiço*, se estabelecendo sobre *terras de capão* e do mesmo modo convivem com a eminência das inundações cíclicas. Neste caso, quando o rio cresce e cobre parte das *terras baixas*, elas são obrigadas a se deslocar de barco para transpor as lagoas que se formam sobre o *alagadiço* e assim chegar até a beira do rio, onde realizam tarefas cotidianas como: buscar água, lavar roupas e vasilhas, tomar banho, pescar ou mesmo se deslocar pelo rio. Por se localizarem nesta posição, estas famílias podem ter sua casa e plantações afetadas pelas *grandes cheias* que atingem a região de tempos em tempos. Algumas famílias que possuem cisternas fazem também este movimento de transpor as lagoas – de água parada – para chegar na beira do rio e fazer uso da água corrente do São Francisco. Na concepção dos moradores, o fluxo contínuo do rio propicia melhor sabor e melhor qualidade à água, diferentemente da água da cisterna que permanece parada não tendo, para eles, o mesmo sabor e a mesma qualidade. Embora eles saibam pelos meios de comunicação de massa, rádio ou televisão, sobre a deteriorização da água do rio por dejetos urbanos e industriais, que em 2007 atingiu índices alarmantes e levou o governo de Minas Gerais a proibir o consumo humano. O cheiro fétido da água naquele período podia ser sentido a mais de um quilometro de distância segundo relatos dos moradores.

Em função de particularidades na geografia dos terrenos que ocupam, outros ainda estão estabelecidos sobre a chamada *terra alta*, que nomeiam também como terra vermelha em contraposição a *terra branca* que é aquela recorrentemente coberta pela

cheia e afirmam que nunca foram diretamente afetados pelas *cheias*. Ao se situarem em posições mais elevadas do terreno, as famílias em geral enfrentam cotidianamente um percurso maior ou um maior esforço para se deslocar até a beira do rio, o que no presente vem sendo minimizado pelo bombeamento mecânico de água, como identificamos em campo. Este, porém, é um investimento presente em moradias que abrigam aposentados, cujo benefício acessado mensalmente tem sido investido no sentido de melhorar o conforto das moradias e atenuar o esforço físico demandado pela tarefa de transportar água, considerada uma tarefa feminina.

As *terras em comum* mantidas pelos moradores *nativos* nas margens do São Francisco são lugares de convivência dos parentes, espaço de vida, de trabalho e de muita proximidade. No caso, as *terras em comum* nas áreas de *terra firme* são terrenos que não foram fracionadas entre herdeiros e enquanto *terra de herança* indivisa foram mantidas fora do mercado de terras, sendo valorizados como lugar onde a memória dos parentes falecidos é presentificada através da ajuda mútua e reciprocidade. O espaço familiar indiviso vem sendo cuidado por aqueles que permaneceram na terra paterna e nela desenvolvem práticas produtivas que têm como referência saberes, fazeres e costumes transmitidos entre gerações e na convivência entre parentes, vizinhos e compadres. As *terras de herança* são espaços familiares abertos às novas gerações e àqueles que por algum motivo retornam depois de permanecerem tempos fora, sendo bem recebidos, na medida em que respeitam os valores e regras de convivência compartilhada pelo grupo. Na ilha, em decorrência da apropriação familiar, parcelas dos *direitos* retidos por alguns moradores foram doados para implantação de alguma infra-estrutura de uso coletivo, como a escola e a oficina de farinha. Há no Quilombo da Lapinha duas formas distintas de apropriação do espaço construído como familiar. Na *terra firme*, sendo *terra de herança* e permanecendo indivisa, ocorre a conjugação de áreas de uso comum com áreas de uso familiar. Mesmo que algum membro da família tenha migrado permanentemente para *fora* da *terra de herança* ele continua sendo herdeiro. Na *ilha*, o *direito* ao ser repassado pelo pai a um filho ou filha, requer o trabalho diuturno na área doada e o deslocamento para *fora*, que impossibilita a continuidade do trabalho, significa a perda da doação que o pai pode transferir para outro membro da família ou para um *necessitado*.

Na terra firme, os *parentes* compartilham entre si o dia-a-dia e como vivem numa *terra indivisa*, as famílias normalmente têm demarcado, apenas, os limites da casa

e do quintal. Nestes casos, as cercas quando existem servem muito mais para proteger as pequenas hortas e plantios do ataque das criações, e sempre há passagens que facilitam as trocas de produtos e ferramentas utilizadas cotidianamente e o contato entre crianças e adultos, brincadeiras e trocas de serviços. Os arranjos ao longo do tempo entre os herdeiros orientam o investimento na formação de pastos ou mesmo a construção de casas pelas gerações mais novas.

Os quintais na *terra firme*, assim como na ilha são espaços de contato entre os parentes e entre diferentes gerações: mães, pais e filhos; irmãs e irmãos; tios e sobrinhos; avós e netos; bisavós e bisnetos. Bem como, filhos de criação e pais adotivos, mãe de parto e batismo e os primos de consideração<sup>30</sup>; madrinhas e padrinhos de casamentos ou de *consagro* e seus respectivos afilhados. Aí se presencia não apenas o compartilhar de vasilhas, mas também as trocas de opiniões e experiências e as manifestações de cuidado e afeto entre as diferentes gerações, com a memória social do grupo sendo reproduzida pelos mais velhos em suas narrativas.

A beira do rio que *dá vazante* na terra firme, do mesmo modo que as terras baixas das ilhas são muito valorizadas em função da variedade de alimentos que propicia a cada família. No entanto, a faixa que cada um ocupa de beira de rio é muito pequena, tendo em vista o número de famílias que aí vivem. Segundo os moradores, o número de pessoas no passado era muito maior, mas era possível conjugar com mais *liberdade* o deslocamento sazonal para o uso e manejo de outras áreas produtivas como *furados* e *vazantes* nos arredores quando a terra, ainda, era considerada *livre* e apropriável.

Em relação à ocupação atual, os moradores informam que *cada pedacinho tem o dono*. Assim, a beira do rio é toda ocupada e subdividida em pequenos *direitos* afirmados a partir do trabalho e das relações de parentesco. Na terra firme, diferente da ilha o *direito* de trabalhar *nas terras de herança* se mantém mesmo que o morador se abstenha de plantar, embora o terreno na ausência do *dono* ou herdeiro nunca deixe de ser cultivado. Nesses momentos, os que ficam *zalam pelos terrenos dos parentes que estão fora*, com a ocupação se desenvolvendo em conformidade com a hierarquia

---

<sup>30</sup> A classificação “consideração” é dada ao primo e à prima, para evitar o casamento entre primos para que não fiquem valentes e nem nasçam aleijados. No comportamento cotidiano, os primos mais velhos passam a ser tratados como tios, devendo os primos mais novos, pedir-lhes a benção.



compartilhada pelo grupo e reafirmada enquanto valor principalmente pelos mais velhos, o que nem sempre implica em ausência de questionamentos e atritos.

Os terrenos de herança são, por princípio, acessíveis aos parentes, o que não significa dizer que todos ocupam áreas iguais ou, em outras palavras, que exerçam autoridade similar sobre a patrimônio familiar. Isso porque os *direitos* são construídos ao longo de trajetórias, o que significa dizer que se leva em consideração os lugares sociais construídos na convivência entre membros das famílias de diferentes gerações, o que parece explicar o fato de determinados indivíduos e grupos domésticos ocuparem áreas mais significativas do que outros parentes. Fato que nos leva a concluir que a lógica de transmissão do patrimônio familiar reproduzida no interior dos grupos familiares camponeses não corresponde às regras de herança instituída pelo código civil brasileiro.



Foto 17: O gado mestiço criado na solta cercada situada nas no interior do patrimônio familiar. Identificação: Saco / Santa Efigênia, Matias Cardoso –MG, abril de 2012

Por sua vez, a extração e o aproveitamento de recursos presentes nos diversos ambientes são apontados como estratégia importante para a reprodução e autonomia dos grupos locais. Se por um lado, os cultivos de *vazantes* fornecem a base da alimentação, o investimento no gado tem sido orientado pela perspectiva de *fazer uma poupança*, a ser acessada em momentos futuros, principalmente quando for preciso realizar gastos com tratamento de saúde. Como a pesca e a caça se tornaram práticas culturais proibidas, as famílias buscam suprir suas necessidades alimentares investindo na criação

de pequenos animais, principalmente, galinhas, cocá, patos e porcos em menor quantidade.

Porém, quando identificam um período de abundância, os moradores se sentem na obrigação de aproveitar a *dádiva* do rio e ativar os circuitos de reciprocidades como faziam no passado em situações semelhantes, assim, eles se deslocam em direção às lagoas, que se formam sobre o *alagadiço* em busca do alimento. Vivem, assim, na liminariedade entre dois mundos, um que chega até eles na forma de cobranças e imposições com a formação de fazendas, do parque e é informado pelas leis e outro que os vincula a práticas culturais e a valores partilhados na sua rede de relações. Assim, porque vivenciam o sentimento ambíguo de destituição consideram a dádiva do rio no contexto atual, algo *roubado*.

Da mesma forma, a coleta de lenha, de frutas, de madeira para confecção de ferramentas, cercas e construções, bem como, de plantas medicinais nativas também se tornou proibitiva em decorrência da restrição de acesso imposto às famílias pelo cercamento das terras, aspecto que se intensificou nos últimos anos pela ação dos agentes ambientais vinculados ao Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro.

Atualmente, a localidade de Várzea da Manga está restrita a uma fração do antigo território, uma pequena área de dez *alqueires* e se encontra cercada por uma grande fazenda de gado e uma Unidade de Conservação Integral e por uma pequena faixa de rio de cerca de duzentos metros. Nesta comunidade, as famílias mantiveram a terra como patrimônio familiar indiviso, mas para tanto se sujeitaram à migração imposta como única alternativa possível, o que cerceou do convívio parte das famílias e muitos parentes que hoje vivem em *terra alheia*, ou seja, em terra distante, apartados do chão comum.

As famílias que ali residem conjugam espaços familiares e áreas *em comum*, e são constituídas em sua maioria por parentes, casados entre si e por *chegantes* incorporados socialmente através de laços de afinidade e parentesco, tecidos principalmente a partir do compadrio e casamento.

Na comunidade são reconhecidos como domínio familiar principalmente aqueles espaços demarcados pelo estabelecimento de casas, quintais e *roças de vazante* molhadas pelo rio e as terras secas onde são plantadas as roças do período chuvoso. Sendo os espaços coletivos principalmente as áreas de mata e em descanso, mantidas

como estoque de recursos de reserva, a serem utilizados futuramente. De modo que, os feitos do trabalho atualizados a cada novo ciclo, definem por si só os *direitos*, embora muitas vezes, os antigos moradores ainda sejam lembrados como *donos*.

Os quintais, embora cuidados por cada família em separado são também espaços de convivência de parentes e de integração de vizinhos e da comunidade, onde trabalho e lazer são compartilhados e onde, através dos fazeres cotidianos, saberes e valores são transmitidos entre gerações.

A hierarquia no interior do grupo é informada pelos mais velhos e reafirmada cotidianamente pelo respeito a normas antigas. Estas se assentam sobre o trabalho, enquanto valor moral, trabalho que confere liberdade e dignifica, trabalho que institui direitos adquiridos na forma de concessão ou heranças. E, neste último caso, é o casamento entre *primos carnais*, ou seja, casamento entre primos cruzados, o padrão de casamento praticado que corrobora a permanência na terra familiar.

O Parque Estadual Lagoa do Cajueiro incorporou em sua criação um complexo de quatorze lagoas perenes e intermitentes, abastecidas pelas grandes cheias do São Francisco. Espaço utilizado no passado como moradia, para a colocação de roças e coleta de produtos, de caça e de pesca, referência de lugar preservado que sobreviveu ao desmatamento e à devastação impulsionada com a implantação do Projeto Jafba. Na localidade de Várzea da Manga, os quintais de algumas casas ocupados com frutas, roças e criação de galinha são contínuos à área definida para abrigar a Unidade de Proteção Integral criado em 1998<sup>31</sup>.

Na perspectiva das comunidades do entorno, que conhecem as dinâmicas das lagoas e sabem enumerar seus nomes, características e potencialidades das lagoas e *furados*, estas sempre constituíram lugares usados em momentos específicos, em função da disponibilidade de recursos. Eles eram acessados pelos moradores sazonalmente para suprir suas necessidades e possibilitar suprimento de alimento que ameaçavam as famílias nos períodos de escassez. Quando havia excedentes de peixes, no contexto do secamento das lagoas estes eram trazidos para a comunidade para serem compartilhados com parentes e vizinhos, assim, alimentavam os circuitos da reciprocidade e os vínculos entre moradores.

---

<sup>31</sup> O Projeto de Irrigação do Jafba e a Unidade de Proteção Integral Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro são parte de um processo de territorialização que foi concebido em fins do século XIX e implantado nos anos 1970 pela CODEVASF e Instituto Estadual de Floresta, respectivamente. Este processo já foi mencionado anteriormente e será tratado posteriormente.

Os moradores da localidade de Várzea de Manga afirmam sua relação com a região das lagoas a partir da proximidade e do conhecimento que compartilham em relação aos lugares e recursos que identificam e os quais são atualizados a partir da memória social. No passado o deslocamento pela região das lagoas era evitado pela disseminação de histórias que informavam a ocorrência de atos desumanos cometido por fazendeiro *branco* que ali se estabeleceu e que ostentava na parede de sua casa *pele da cara das pessoas matadas*. Posteriormente, esta fazenda fora desabitada e as lagoas e as dinâmicas ao seu entorno permaneceram integradas às estratégias de reprodução social dos grupos tradicionais, de modo que os moradores sempre fizeram uso destes ambientes.

Durante o trabalho de campo me aproximei deste espaço interdito pelos órgãos ambientais na última década, quando adentrei com um grupo de mulheres as proximidades da lagoa do Poço Redondo, um espaço que na perspectiva das mulheres era ao mesmo tempo próximo e proibido. Era mês de julho e caminhamos sob a mata desfolhada e percorremos por algumas horas um pequeno trecho.



Foto 18: Durante a caminhada no interior da mata foram coletados produtos  
Identificação: Várzea da Manga, Matias Cardoso – MG, junho de 2008

Ao longo da caminhada as mulheres se sentiram provocadas a acessar na memória os nomes dos antigos donos e as relações de parentesco que as vinculavam às áreas de roça e ocupações cujos vestígios identificavam.

Passamos pelo antigo campo de futebol da comunidade hoje coberto por uma vegetação chamada localmente de *mata pasto* e realizamos a cada nova planta que as mulheres reconheciam uma pequena parada, onde foram lembrados seus nomes e indicado seus usos. Primeiro apontaram a quixaba, uma árvore bem frondosa cuja casca quando deixada descansar na água fornece uma calda branca, semelhante ao leite, que serve para gastrite e dor de barriga.

Depois uma das mulheres ficou para trás surpresa por ter encontrado a bananinha já madura, ela veio com a fruta na mão e falou que era preciso saber come-la, caso contrário ela cortava a língua, mas que era muito boa para as crianças que rangem os dentes à noite e tem vermes.

Passamos também pela catinga de porco recomendada para as dores de estômago e para abrir o apetite *faz a pessoa comer até pedra*, depois encontramos o jatobá da folha miúda que informaram ser muito saudável para as crianças e seu fruto é comido na forma de *jacuba*, ou seja, na forma de mistura que pode ser preparada com leite.

Dona Maria se lembrou do cipó da trindade, aquele que dá um *chá gostoso de tomar* e que sabia se encontrar só neste lugar. E, mais a frente, mostrou seu ramo subindo pelas árvores. As mulheres fizeram questão de mostrar também a imburana vermelha que é usada para lavar ferimentos e o angico preto que solta uma resina muito boa para gripe.

A caminhada evidencia, portanto, que o Estado ao criar uma unidade de conservação integral objetivando privar o ambiente das relações humanas, na perspectiva da natureza intocada, atua expropriando saberes, práticas fitoterápicas e formas de convivência de certo modo desconhecidas. Ao transformar uma área de *uso comum* em área de uso restrito os gestores públicos impedem a transmissão do conhecimento sobre a biodiversidade local construída em séculos de convivência, evidenciando que a natureza ao contrário de intocada, perspectiva que dá origem à formação de unidade de conservação de uso restrito, sempre foi produto das relações humanas.

Continuamos caminhando. A mata se encontrava bem alta e fechada dos dois lados encobrindo o sol, o que refrescava aquele início da tarde. Eu seguia impressionada com as cores, mas atenta aos comentários quando ouvi de dona Maria: *estamos andando*

*num alto, aqui não cobre no tempo das chuvas.* Então observando e conversando com aquelas mulheres pude perceber que quando olhavam para a mata, elas reconheciam sem muito esforço as plantas e estabeleciam, por meio do saber compartilhado, diversas conexões ao articular o uso com características do solo, da mata e das práticas de manejo. O que as mulheres demonstraram foi o tipo de saber que utilizavam para identificar a qualidade da terra e seu uso a partir da vegetação e da posição no terreno.

Em outro momento Dona Maria exclamou *aqui era roça!* Quis saber por quê e ela respondeu com naturalidade: *é que aqui só tem pauzinho, não tem madeira grossa, aqui plantava de tudo.* Estávamos em uma capoeira no meio da mata, olhei para os lados e comecei a compreender o que ela estava me dizendo, percebi que estávamos atravessando uma mata composta por vegetações em diferentes estágios de desenvolvimento.

Embora tenha chegado a esta conclusão, naquele momento não era tão evidente para mim, principalmente porque a vegetação estava desfolhada e para mim, diferente das mulheres não era fácil identificar as árvores apenas pelos troncos, o que todas faziam com facilidade, inclusive o adolescente que nos acompanhava, neto da Dona Maria, que também fazia seus comentários sobre as plantas. Pouco depois ele expressou com destreza seu conhecimento sobre o hábito das aves que cruzavam o céu, e que aprendeu acompanhando suas saídas matinais em busca de alimento diário, sempre retornando para o abrigo noturno nas lagoas.

Percorremos mais um trecho e surgiu outro comentário: *aqui também já foi roça.* Olhei, achei estranha a afirmação porque havia árvores grandes, com troncos bem formados. Foi então que me disseram *é que o povo antigo já era sabido, cortava escolhido,* ou seja, não derrubavam todas as árvores para fazer roça, mas trabalhavam de olho no futuro.

Seguimos em frente com as mulheres identificando as madeiras de valor: *aroeira, itapicuru, pau ferro, angico preto, pau folha miúda* e se indignando de ver madeira no chão apodrecendo. Elas chamaram atenção para o fato de que havia muita madeira derrubada, cortada e não carregada, espalhada pelo chão e relacionaram o fato a roubos de madeira realizados por madeireiros que penetravam a região com este intuito, cada dia mais comum. As mulheres caminhavam sempre diferenciando as árvores de acordo com seus usos e em relação a algumas como a *tatarema* afirmavam apenas que era um pau fraco.

Passamos, então, por uma vegetação espinhenta chamada *velamim* e as mulheres logo informaram que ali era brejo, ou seja, que juntava água. Mostraram que é no brejo ou no baixio, como se referem às terras de beira de lagoa, que se colhem as ramas para fazer vassoura e a alfavaca para preparar o xarope contra gripe. Há, também, nesse ambiente, o *jurucucu*, uma planta espinhenta usada para preparar a *dicuada* com que se apura uma soda artesanal, empregada na produção de sabão caseiro.

Chegamos na beira da lagoa que podia ser vista parcialmente, porque a vegetação alagadinho branco, que é nativa nestes lugares, havia crescido encobrendo completamente a área alagada. Isso incomodou muito as minhas companheiras de andança, dado que a partir de tal planta na gramática cultural *do lugar*, o que se lia era o abandono de um ambiente tão importante para aquele grupo social.

Nas proximidades da lagoa, no lugar onde as terras são mais elevadas e o *alagadiço* desaparece, as mulheres me mostraram o pereira rosa, planta utilizada para a confecção de cabo de ferramenta, de remo e de linha dos telhados. Lembraram também do pau ferrinho que *dá chá bom para gripe e dor de cabeça*.

Ao voltar para a comunidade passamos também por um pé de tamboril, lugar que os veados procuram o que comer. Vimos o *coito dos patos*, ou seja, as fezes brancas dessas aves que indicam a árvore que escolhem para se abrigarem à noite. Também, acompanhamos a volta dos mergulhões em seu ir e vir diário articulado aos grupos na busca de alimento e naquele momento por abrigo na área das lagoas. As informações transmitidas pelas mulheres propiciam compreender a existência de uma prática comum do grupo, a atenção às dinâmicas naturais e o mapeamento de seus fluxos.

No percurso as mulheres identificam e classificam uma grande diversidade de plantas. Em sua atividade taxionômica, elas relacionam características como o uso fitoterápico e os diversos usos por cada família, como madeira, como lenha e como alimento. Estabelecem, também, relações entre as plantas e a geografia dos lugares, quando relacionam a existência de terras altas e brejos ou baixios. Por fim, realizam uma leitura do ambiente discorrendo sobre usos passados e potenciais. Perspectiva que é interpretada por Lévi-Strauss (1989) como *ciência do concreto*. Um saber, um conhecer, desenvolvido pelas pessoas comuns sobre o lugar onde vivem e apreendido no miúdo da convivência cotidiana. Não um aprendizado objetivado e utilitarista, mas escrutinando diferenças e semelhanças nas formas, cheiros, cores e sabores, quando o

uso é apenas um dos elementos posto por esta proximidade estabelecida com o lugar onde se vive.

Através da caminhada entrei em contato com o saber reconhecer, utilizar e classificar a biodiversidade local, uma gramática cultural que nomeia e categoriza os recursos naturais e os ambientes da natureza. Em contrapartida, evidenciou-se a perplexidade que a proibição legal institui para os que se sentem parte integrante desse meio ambiente social e culturalmente produzido. Ainda mais se considerarmos que a manutenção das lagoas em condições ditas preservadas decorre da necessidade que os próprios moradores têm de manusear e interagir com estes ambientes de forma adequada, orientada por seus saberes, fazeres e pelos princípios que os informam.

### *Fluxos e fronteiras sociais*

Em seus estudos sobre etnicidade Barth (1989, 2000) chama atenção para a importância de fazer uma distinção analítica entre o social (as pessoas e suas relações) e o cultural (significados e formas significativas), uma vez que nem sempre os limites étnicos correspondem à forma como a cultura se distribuiu entre pessoas em suas relações. A etnicidade, enquanto forma de pertencimento e organização das relações, emerge e torna-se relevante em contextos de interação, quando as diferenças são comunicadas e reafirmadas e as identidades de indivíduos e grupos negociadas. Por sua vez, as fronteiras étnicas podem não corresponder às representações culturais compartilhadas por indivíduos e grupos, na medida em que estas em geral são mais fluidas e permeáveis. Assim, é necessário compreender as dinâmicas de construção, desconstrução e reconstrução de relações entre sujeitos diversamente posicionados, assim como suas estratégias de ocupação do espaço e os usos de recursos ambientais.

No entanto, em decorrência da globalização, se localizamos nossas análises nas dinâmicas mais amplas que incidem sobre os lugares, como afirma Hannerz (1997), talvez não seja possível separar a “política de signos de uma política da cultura”, o que dificulta a identificação externa de particularidades relativas aos processos identitários e culturais locais. Por isso mesmo, persiste a necessidade de construir uma visão “de dentro” que permita identificar os limites étnicos e as discontinuidades culturais que



conferem especificidades aos grupos e pensar a cultura como um processo<sup>32</sup>. Através desta perspectiva analítica entendemos ser possível construir uma leitura mais densa sobre os processos de mudança, com destaque para o modo como as dinâmicas culturais e identitárias se articulam, se distanciam e dão o tom para cada situação social etnografável.

No caso da comunidade remanescente de Quilombo da Lapinha os grupos locais que se auto-identificam como quilombolas compartilham modos de vida e de produção com grupos da circunvizinhança que se reconhecem como *vazanteiros* e *ribeirinhos* do São Francisco. Isto nos permite afirmar que, neste caso, a exclusividade cultural não é base da diferenciação étnica entre eles e o conteúdo da etnicidade é posto na negociação política de cada grupo étnico em sua relação com o Estado brasileiro na efetivação do reconhecimento de direitos territoriais.

Além disso, de acordo com Barth (1989) a cultura ou tradição de conhecimento é distribuída de forma diferente entre pessoas e grupos dentro do mesmo universo social, pois depende dos processos de experiência pessoal, do aprendizado e da interação interna e externa dos membros. Assim, na medida em que a cultura é constantemente produzida e reproduzida no interior dos próprios grupos, ela não pode ser tratada como algo homogêneo ou que poderia ser lida a partir da etnografia de um único informante, tido como representativo de um seguimento maior.

No caso das localidades estudadas, em decorrência dos processos de expropriação, que se acentuam a partir de 1970, tem lugar a formação de fazendas e empresas agropecuárias voltadas para o abastecimento de mercados distantes. Em consequência, os moradores se deparam com mudanças na relação com a terra e a introdução de novas práticas produtivas que se correlacionam ao estabelecimento de domínios privados, que tanto são percebidas como mudanças na paisagem - em termos de substituição da mata por monoculturas, como na forma de dispersão da *parentalha* - via segregação de *parentes* que tiveram sua moradia destituída e seu espaço de trabalho e vida reduzidos.

---

<sup>32</sup> Hannerz (1997) afirma que para analisar o processo cultural, é preciso manter as pessoas neste quadro e prestar muita atenção na manipulação ativa de fluxos culturais pelos receptores, na “multicentralidade de fluxos”, nos fluxos “entrecruzados” e nos “contrafluxos”. Pois os fluxos culturais resultam do encontro de pessoas, lugares, continentes e dão margem tanto para perdas como para inovações culturais. O autor também afirma que para manter a cultura em movimento “as pessoas, enquanto atores e redes de atores têm que inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiência com ela, recortá-la (ou armazená-la de alguma outra maneira) discuti-la e transmiti-la”. (HANNERZ, 1997, p. 12).

Os sistemas produtivos implantados pelas fazendas e empresas se apóiam no tripé financiamento bancário, assistência técnica e produtos industrializados. Esse sistema localmente denominado *agricultura de patrão* se opõe ao sistema tradicional pouco absorvedor de insumos externos, pois apoiado na utilização dos recursos e potencialidades locais.



Foto 19: Ocupação familiar nas *terras altas*, na terra firme  
Identificação: Saco / Santa Efigênia, Matias Cardoso, janeiro de 2012

Ao longo desse processo de mudança diferentes estratégias de resistência foram acionadas pelos moradores com alguns grupos familiares permanecendo na terra firme, enquanto outros ou parte dos seus membros se vêem obrigados a se deslocar para as ilhas, para as áreas urbanas, para outras regiões do país. E certo número de expropriados é acolhido em glebas de parentes como registramos em campo.

Na fase de implantação, as fazendas e as empresas mobilizaram significativo contingente de mão-de-obra na própria região e também atraíram trabalhadores de outras regiões. Desta forma, intensificou-se a circulação de pessoas, o que também permitiu aproximações e trocas frente as experiências vividas pelos sujeitos vindos ou que circulam por outras cidades e regiões do país. Ou seja, tanto os trabalhadores *de fora* se inseriram nos espaços de sociabilidade, como os parentes que migraram compartilharam suas experiências de trabalho durante suas visitas. Principalmente, aqueles que retornam como é o caso do seu Jesuito da Lapinha e Soé em Várzea da Manga, que compartilham vivências e visões de mundo decorrente do convívio com outros sujeitos sociais em outros lugares, o que contribui para a intensificação dos fluxos culturais.

Decorre daí a complexificação de relações até então predominantes na região do rio São Francisco e nas áreas interioranas ao seu entorno. Historicamente se destaca a presença marcante de nordestinos, gurutubanos e Xakriabá, apontados com frequência pelos moradores como constitutivos da diversidade sócio-cultural sanfranciscana. A

estes se soma a intensificação de circulação de pessoas oriundas de regiões interioranas mais distantes em decorrência da implantação de empreendimentos agropecuários e do perímetro irrigado do Jaíba.

Para as famílias auto-identificadas como remanescente no Quilombo da Lapinha, o pertencimento passa pela afirmação da ancestralidade negra e de lugar; por compartilhar iniciativas de resistência à expropriação e formas de convivência relacionadas à dinâmica de *cheia* e *vazante* do rio São Francisco; por valorizar um modo de vida autônomo e a liberdade de trabalhar para si; pela afirmação de relações de parentesco e de afinidade.

O acionamento da identidade étnica como quilombo tem como principal referência o compartilhamento de dinâmicas de resistência comum na busca de permanência em um mesmo território. Em decorrência disto, os moradores dos grupos locais que compõem o Quilombo da Lapinha atualizam representações sociais e significados associados às práticas vivenciadas por seus antepassados.

Os arranjos atuais em torno das *terras em comum* - patrimônio material e simbólico herdado dos antepassados – evidenciam, por um lado, a expulsão de parentes dado o direito de primogenitura e, por outro, a migração recorrente desde o passado objetivando a garantia da reprodução familiar em uma nova situação social. Aspecto que expõe a hierarquia presente nas relações estabelecidas entre irmão primogênito e os demais, entre mulheres e homens, e a distinção entre os grupos familiares que ocupam a *terra firme* e compartilham entre si a terra de herança transformada em patrimônio indiviso e cuja posse tem como referência certidão original de 1930 adquirida por algum parente que acompanhou a *divisão*.

É neste contexto que a tradição, enquanto saberes, fazeres e valores que orientam racionalidades (que não visam exclusivamente acumulação de riquezas e bens, mas que se articulam em torno da reprodução social) são atualizados pelos indivíduos, num diálogo, às vezes, tenso e, às vezes, valorativo acerca das mudanças identificadas e das construções políticas em curso.

Ao longo do processo de resistência a cultura ou a tradição é atualizada com base no acionamento da memória e de um corpo de conhecimentos compartilhados socialmente, mas também pela reconstrução de relações no lugar e com o lugar.

Por outro lado, emergem novas práticas econômicas e sociais, em parte incorporadas e atualizadas a partir das relações estabelecidas com os *de fora*, mas

também com os *chegantes*, inseridos socialmente no grupo. A incorporação dessas práticas produtivas, abaixo descritas, que propicia a atualização dos saberes e fazeres, por sua vez tensionam as relações entre parentes e vizinhos. Desta forma, os vínculos com o lugar e a reprodução social do grupo são mantidos num contexto de fragilidade: deslocamentos, segregação de familiares e parentes, com a migração e proletarização de parte da parentalha.

As famílias que permanecem nas *terras em comum* se ressentem do esvaziamento dos lugares e do distanciamento a que são submetidas em relação aos parentes que passaram a viver longe, em *terra alheia*, mas foi desta forma que o patrimônio familiar se manteve.

A expansão capitalista na região estimulada pela SUDENE e favorecida pelo processo de regularização fundiária levada a frente pela Ruralminas promoveu mudanças profundas na forma de vinculação com a terra, na medida em que propiciou a privatização das terras, o conseqüente cercamento, a introdução de novas práticas de cultivo e de criação de gado, após o desmatamento da área. Com essas mudanças, todo o sistema de apossamento atualizado, desde o passado, entrou em colapso. Houve o impedimento da atualização de diversas práticas produtivas, da *solta* do gado na *larga* situada no interior da mata, do cercamento apenas da área de cultivo com a introdução de cerca de arame farpado e o empastamento com capins exóticos para gado de raças diferenciadas, o que leva um morador a afirmar: *hoje a solta do gado é cercada*. O ofício de vaqueiro, que campeava para si e para os parentes, perde importância com a privatização e cercamento das terras devolutas, até então utilizadas em comum por grandes fazendeiros e moradores para a criação do gado na *solta*.

No presente, essas relações são atualizadas num contexto de maior restrição, quando as fazendas, espaços de produção agrícola com investimento de capital mediante financiamentos e subsídios governamentais, buscam manter e estender o domínio sobre amplas áreas para a criação de gado. Há também o cerceamento das práticas produtivas agrícolas que preponderaram no passado, como a abertura de *roças novas* e descanso de antigas áreas de cultivos forçando a adoção da prática no mesmo local de cultivo de anos anteriores. Mesmo neste contexto de restrições aqueles que persistem no lugar não abrem mão de decidir o que incorporar “do novo” e como reproduzir saberes e fazeres transmitidos entre gerações.

No passado, as áreas de *alagadiço* não eram utilizadas para formação de roças, pois como informam os moradores sua vegetação espinhenta é difícil de ser trabalhada, além disso, os plantios *das águas* realizados nessas áreas produzem pouco e são ameaçados, tanto pelas estiagens, como pelas *cheias* regulares do São Francisco. Porém, famílias que vivenciam o atual contexto de restrição decorrente da criação do Parque Estadual do Cajueiro intensificam o uso das áreas que dispõem para a confecção de lavoura, o que incluem o plantio de *roças de alagadiço*.

As áreas denominadas pelos moradores de *mata* ou de *catinga* são utilizadas para moradia, formação de quintais, plantio de roças durante o período de chuvas e criação de animais em áreas de pastagem formadas e *solta cercada*. Nas *cheias* fortes elas servem de abrigo às famílias estabelecidas nas *terras baixas* que são obrigadas a se retirarem de suas moradias, levando seus pertences pessoais, criações, sementes e tudo mais que conseguirem transportar.

No passado, as *terras de mata* eram áreas utilizadas para o estabelecimento das chamadas *roça de toco*, apontado como um sistema que propicia a recuperação da vegetação e a manutenção da própria umidade do solo, tão necessária nestas regiões de clima incerto do semiárido mineiro, o que foi narrado pelos moradores, durante a caminhada realizada na localidade de Barreiro da Onça:

Aqui começa a subir, já pega a mata, aqui já foi roça há 60 anos atrás, roça do Jeremias. Roça antigamente era assim, no toco, no machado, a diferença é a recuperação na roça de toco, o agrônomo concordou que nesta roça de toco a raiz puxa e segura mais umidade. Aqui tem variedade de paus, pau d'arco, aquele que tá na frente nosso é o preto, que é o ipê. Este aqui é o pau d'arco de cacho, no cerrado não tem dele, lá o pessoal faz cobertura com palha de coco, aqui fazia é com a casca dele. Este aqui é o Chichá, é um remédio prá cobra. Na catinga aqui, a terra é dura (Jesuito, Lapinha, abril de 2012).

Nesse tempo, a abertura de roça de toco envolvia a confecção de cerca de madeira para proteger a *roça das águas* do gado, pois a *solta* e as terras frescas no entorno dos *furados* que forneciam bebida eram locais visitados pelo gado que circulava livremente da beira do rio para as áreas de *mata* e *carrasco*.

Para um melhor aproveitamento da rama na alimentação do gado, a vegetação de *carrasco* era manejada com utilização do fogo de tempos em tempos como explica o morador:

Jesuito - A história do nativo é assim. O carrasco, quando fecha assim, o gado anda pouco, ele ia pros furados, ia pra mata, andava pouco. Aí que a gente fazia, fazia fogo, porque aí rebrota tudo, fica uma beleza. Aí eram seis meses para regenerar, saia a jequitirana que é uma leguminosa, saia o maracujá, o alho bravo.

Pesquisadora – que planta o gado come no carrasco depois da queimada?

Jesuito - o gado come 70% dos brotos, durante três anos o gado come bem, mas depois fica alto e se puser bezerro eles passam fome, porque o gado come em baixo e em cima e ele fica sem comer.

Pesquisadora – E, como fazia, punha fogo com 3 anos?

Jesuito - Com três anos não criou faxina para queimar, não sai fogo, não pega. Aí, dos cinco anos em diante põe fogo. Aqueles paus que morreram viram faxina, apodrecem e com a folha seca fica fácil. O povo antigo sabia por fogo, queimava de um lado, queimava de outro.

Pesquisadora – Hoje não queima mais.

Josino - é, a gente aproveita a solta nas águas, dá para deixar o gado até maio, você vê ainda ta meio verde, mas passando tem que ter o pasto.

Jesuito – antigamente era difícil ver um gado magro. Hoje se ficar só no carrasco o gado sente, quando chega o frio, junho, ele sente. (Jesuito e Josito, Lapinha, abril de 2012)

Portanto, enquanto a *mata* é considerada *terra de cultura*, ou seja, terreno ideal para a formação de roças o *carrasco* já não tem essas mesmas qualidades. Saruê, morador do Acampamento São Francisco afirma que: *o carrasco é terra que não produz quase nada, não tem futuro, só é boa para quem tem condição de gradiá, de adubá, de molhá.*

No meio da *mata* e também nas áreas de *carrasco*, encontramos depressões de formatos variados, às vezes circulares, outras vezes ovais e alongados, que os moradores locais denominam de *furados* e *baixas*. São consideradas áreas de grande importância para quem mora nestas regiões de caatinga - *furado é que tem clima bom, onde ninguém passa fome, lugar de plantar um feijão catador e fazer um corte de mandioca*. Como acumulam água por alguns meses, têm importância como áreas de caça, de *solta* dos animais. As lagoas, os *furados* são rodeados por mata como pudemos observar durante a visita que realizamos em Barreiro da Onça, o que contrasta com a monotonia da propriedade vizinha, onde se vislumbra uma extensa monocultura decorrente da implantação de pastagens pelo fazendeiro.

Segundo Zé de João de Pedro, no tempo antigo, *os furados não secavam, não, e o gado criava era largado, na solta. Era gado curraleiro. Era tudo aberto, esse tempo*

de primeiro. O *curraleiro*<sup>33</sup> é o gado de orelha curta, é tipo um *catingueiro*, *vermelhinho*, *preto*. Essas vacas de primeiro era *ubrada*, *boa de leite*, mesmo que o *holandês*. O *curraleiro*, como era um gado rústico aproveitava as ramas, *á ninguém plantava capim*.

Depois, surgiram outras raças como o *Indubrasil*, o *holandês*, o *nelore* e junto com essas novas raças se introduziu a prática de plantar capim, um processo que resultou em mudanças fundiárias e no cercamento de terras com financiamento subsidiado pelas políticas públicas estaduais e federal:

Porque de primeiro a gente fazia cerca era de rodapé assim, como no chiqueiro de porco pra mode nos criar, porque nós criava era bode, era porco. Esse que era o nosso costume, a gente fazia a cava no chão e a madeira toda assim, em pé. Quando tava plantando ficava os bichos soltos por fora e nada entrava ali dentro da roça (Zé de João de Pedro, Saco, abril de 2012).



Foto 20: Pastagem de braquiária formada na terra firme  
Identificação: Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso –MG, abril de 2008.

E, quando o povo percebeu os fazendeiros *tava era matando as criações dos outros*. Alguns destes fazendeiros atuaram como *grileiros*, eles matavam as criações

---

<sup>33</sup> Segundo Ribeiro (2012) a expressão “curraleiro” serve para designar animais crioulos de diferentes espécies rústicas que foram introduzidas no Brasil a partir da Península Ibérica durante o período colonial. O gado logo que chegou, penetrou o Sertão do São Francisco e foi se adaptando às pastagens naturais e a lamber o sal dos barreiros. A pecuária que ali se desenvolveu, incluía a queimada e a introdução de gramíneas africanas, com o gado sendo criado geralmente solto, e demandando poucos cuidados.

e desta forma obrigavam os pequenos a venderem suas posses, depois cercavam muita terra, que era então vendida para pessoas *de fora*.

### ***Transformação do espaço e formas de permanência***

No escopo da intervenção do Estado na região do Jaíba foram engendradas mudanças na relação dos homens entre si mediada pela terra, com forte impacto sobre as dinâmicas sociais que vinculavam os grupos tradicionais entre si e estes ao território. A relação entre os homens, mediada pela terra, foi transformada pela ação da Ruralminas que realizou uma nova organização fundiária da região ao delimitar glebas, fornecer títulos de propriedade e privilegiar grupos econômicos que se estabeleceram utilizando-se dos incentivos e subsídios governamentais. Desta forma, a população local, ainda que detentora de documentação da propriedade, foi desalojada de seus lugares. A tônica deste momento é a concentração fundiária em mãos de comerciantes, médicos, advogados, dentistas, fazendeiros, principalmente de Montes Claros e de Belo Horizonte. Diversos grupos econômicos, aproveitando-se dos incentivos e subsídios, também constituíram empresas rurais para usufruírem dos recursos públicos disponibilizados pela SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil, Ruralminas e CODEVASF.

As fazendas e as empresas implantadas passaram a explorar os recursos ambientais abundantes da região com a extração de madeira, com a substituição dos campos e matas nativas por pastagens cultivadas e a introdução de novas raças em substituição ao chamado gado curraleiro que predominava na região. Assim, através da formação de pastagens e do cercamento de terras as fazendas e empresas rurais promoveram mudanças nas relações de produção e na relação com a terra. As transformações ocorridas objetivavam garantir o abastecimento de mercados distantes e retidas na memória social em forma de música que ouvimos cantarolada por um membro do grupo local Lapinha quando conversávamos com seus parentes: *acabou o meu reino encantado, lavoura virou colônia*.

Na memória social destes grupos, a Ruralminas incorporada nas práticas ou ações dos seus funcionários, tornou-se referência de violência e de desrespeito. Por isso, sua chegada na região demarcou o início de um novo tempo. Cabe lembrar que a reorganização fundiária promovida pela empresa estatal mineira tinha como objetivo a



emergência de uma agricultura capitalista voltada para o abastecimento do mercado interno e externo, seja como produção de matéria prima ou como produção de alimentos<sup>34</sup>. Para os moradores do Quilombo da Lapinha esse é um tempo de expropriação das terras pelo cercamento de áreas, assim como de desrespeito às normas de conduta que propiciavam a convivência social, cuja violência, assumiu proporções até então nunca vistas.

Com a chegada das fazendas as áreas ocupadas diretamente pelos moradores e as terras devolutas utilizadas livremente para o extrativismo, para a *solta* de gado, mas também os *furados* destinados ao cultivo de brejo foram progressivamente incorporados aos novos domínios. Num processo que incluiu a derrubada e a queima de extensas áreas de matas, com a conversão de madeiras de lei em carvão; o cercamento e o fechamento das terras com a formação de pastagens. Estas mudanças foram executadas inicialmente por intermediários, os chamados grileiros, que através da compra de pequenas posses e do uso da intimidação pessoal e violência expropriaram os moradores e formaram as fazendas que posteriormente regularizadas, foram vendidas a pessoas de fora e a empresas.

Eles se estabelecem na região através dos financiamentos e subsídios públicos as fazendas e empreendimentos agropecuários se organizam para a exploração dos recursos ambientais, através da extração de madeira, do carvoejamento e formação de pastagem, que se tornam as atividades utilizadas para a implantação as fazendas de criação de gado. A privatização das *terras livres* por fazendas particulares com incentivos estatais significa, assim, à destruição das áreas que forneciam frutos nativos, lenha e caça e que de modo complementar viabilizavam a alimentação e renda das famílias camponesas, o que produz a desarticulação de suas estratégias reprodutivas.

A expropriação territorial não se dá de forma homogênea, mas apresenta especificidades. As novas dinâmicas que emergiram no processo são mediadas por relações sociais e devem ser apreendidas a partir das trajetórias de vida dos membros da coletividade ao longo do tempo. De um modo geral, o processo de expropriação atua no sentido de acentuar as diferenças internas e promover a secessão das famílias em duas categorias distintas, os *mais fortes* e os *mais fracos*, ou seja, aqueles que permaneceram nas terras de herança e aqueles que expropriados em relação à *terra firme* migraram para as ilhas do rio São Francisco.

---

<sup>34</sup> Neste sentido, veja a leitura de Talal Asad (2008) para quem empreendimentos capitalistas e o Estado são os dois mais importantes poderes que organizam o espaço na atualidade.

Aqueles que detinham o registro de terra acionam o direito de propriedade<sup>35</sup> e desta forma, resistem às ações dos grileiros para se manter na área ocupada e assim passaram a ser considerados como as *famílias fortes*, enquanto os outros que são obrigados a sair ou são preteridos e se vêem expulsos das terras onde viviam os antepassados, passaram a ser considerados como as *famílias fracas*.

Neste processo, além dos atos de violência praticados por grileiros, ouvimos narrações de desavenças no interior das famílias e da parentalha, as quais se acentuam em decorrência da redução dos domínios familiares e das terras de uso comum apropriadas pelas fazendas. Brigas e desavenças emergem principalmente com o falecimento do morador mais velho que reconhecidamente detém a propriedade ou a posse das terras, constituindo-se como um lugar moral que permitia mediar relações e manter a coesão do grupo ao seu redor. Narrativas colhidas permitem identificar que o direito de primogenitura e de virilocalidade reproduzido socialmente, resulta na supremacia de uns sobre os outros, o que ao ser acionado leva à *expulsão* de famílias *mais fracas* para fora do território de ocupação ancestral.



Foto 21: Ocupação familiar nas *terras baixas*, na terra firme  
Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso, janeiro de 2012

---

<sup>35</sup> Nesse mesmo período, Martins (1981) considera que, “O direito de propriedade que afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca para expropriar o camponês (e não um direito institucional diferente como o da propriedade comunal). É da contradição desse direito – que serve às duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. Esta contradição está no fato de que o mesmo código garante direitos conflitantes na nossa situação – o do ‘pequeno’ e o do ‘grande’, o do camponês e o do capitalista” (Martins, 1981, p. 16. Grifo original)

Muitas dessas famílias mais *fracas* se deslocam e passam a ocupar terras de parentes que os acolheram ou adquirirem um direito nas ilhas, acionando vínculos preexistentes a partir de relações de parentesco e compadrio. Enquanto um número significativo de famílias se dirige para as áreas urbanas próximas ou para regiões distantes.

Se no passado, como informam os moradores mais velhos, a ilha era apenas um dos ambientes manejados pelos barraqueiros, hoje ela se tornou lugar de moradia. Sua apropriação e seu uso se intensificaram, tornou-se um lugar buscado pelas famílias completamente expropriadas em relação à terra firme, o lugar dos *fracos*. Estes, na sua vivência de morador das ilhas, e sem a possibilidade de articular esse ambiente com a terra firme, passam a lidar com o contraditório: a abundância e a perda, a certeza e o risco. Nas ilhas, a dinâmica das enchentes impõe uma convivência maleável com os lugares, o fazer é construído em consonância com as dinâmicas do rio, num constante refazer de habitações, quintais e plantios. Um eterno recomeçar e replanejar.

As *terras em comum*, são o lugar dos *mais fortes* e por sua vez, correspondem à pequenas faixas de terra ocupadas por grupo de famílias aparentadas. Como os terrenos são restritos, a medida que as famílias foram crescendo, estas precisaram lançar mão de estratégias no sentido de garantir a reprodução social do grupo, em consonância com a manutenção do patrimônio familiar indiviso. Assim, para que alguns herdeiros permanecessem, outros tiveram de migrar, ou foram preteridos em suas estratégias de se estabelecer. Mesmo lançando mão do recurso do deslocamento e de fluxos frequentes que resultaram na expansão do território familiar para áreas urbanas descontínuas, com algumas famílias lá estabelecendo moradia, apenas dois grupos familiares conseguiram reter uma quantidade maior de terra, que lhes permitem, por exemplo, criar coletivamente umas cinquenta cabeças de gado, sendo considerados por isto detentores de uma situação econômica bastante privilegiada.

Portanto, com a intensificação da ocupação, as famílias sempre numerosas se submeteram à contratação de trabalho nas fazendas em implantação, na forma de serviços de parceria e assalariamento temporário, como estratégia para complementar a renda familiar e em alguns casos ampliar a terra de cultivo.

No passado tinha muita fartura de alimento. Trabalhei na CAUÊ<sup>36</sup> e na AGRIVALE<sup>37</sup>. Na colheita de feijão e milho a gente aproveitava e depois que tirava a colheita com a máquina a gente entrava colhendo. Teve vez de um senhor colher quinze sacos de milho. Só eu colhi três sacos. Comi e deu para os meus. Depois passaram a dar a terra na meia para a gente plantar, mas depois mudaram os plantios e parou. Hoje na CAUÊ é banana e na AGRIVALE estão desmatando para plantar mais cana (Angélica, comunidade de Várzea da Manga, julho de 2008).

Porém, passadas duas décadas, as fazendas já com seus sistemas de produção plenamente estabelecidos diminuíram significativamente a demanda de mão de obra. Isto se acentua em decorrência da opção preferencial pelo sistema extensivo de criação de gado, restando às famílias quilombolas, ou não, a migração como estratégia para minimizar a pressão sobre a terra, densamente ocupada.

### ***Formas de apropriação do espaço, deslocamento e fronteiras: quando os fracos se fazem fortes na luta***

A Ilha da Ressaca, para seus moradores, em contraste com a terra firme é o lugar dos *fracos*. A ilha é também considerada *terra da marinha e lugar do rio, lugar das roças de vazantes*. No passado as posses na ilha foram formadas através do trabalho investido na derrubada da mata e colocação de roças, constituindo os chamados *direitos*. Estes depois de firmados vieram sendo herdados, cedidos ou vendidos, permitindo assim o estabelecimento, a permanência das famílias que para lá se deslocaram a partir dos 1970, quando se intensificou a grilagem de terras e o afazendamento na terra firme. A perpetuação de uma lógica de ocupação da ilha está sustentada na noção de trabalho como “valor moral”, o que possibilita a inserção social daqueles que se deslocam pela região em busca de um lugar para se estabelecer e viver com alguma autonomia.

As mudanças na relação com a terra têm efeito direto sobre as estratégias reprodutivas. Até a década de 1970 elas estavam assentadas sobre a possibilidade de conjugar diferentes atividades, que eram realizadas através do deslocamento pelos campos atrás do gado, e também *fazer a espera* da caça junto aos pés de frutas de época, tanto na *mata*, como no *alagadiço*. No tempo das *vazantes* o morador fazia as *roças de*

---

<sup>36</sup> Empresa agropecuária situada na margem esquerda do São Francisco, município de Itacarambi. Surge como uma filial do grupo CAUÊ e posteriormente foi redefinida como ICIL - Indústria e Comércio Itacarambi.

<sup>37</sup> Um dos principais grupos Agroindustriais dentro do Projeto Jaíba, hoje recebe o nome de SADA, ocupa aproximadamente cinco mil hectares o que corresponde à totalidade em área irrigada do Perímetro Irrigado do Gorutuba.

*vazante* na beira do rio e ilhas, enquanto *no tempo das águas* abria roças nas terras de *mata* e nas imediações dos *furados* onde plantava todo tipo de mantimento, inclusive o arroz. Geralmente, as famílias ou parte dos seus membros se mudavam para as imediações de ilhas ou *furados* e lá permaneciam durante certos períodos de maior atividade. Da mesma forma, no final da seca quando as lagoas tendem a secar, era costumeiro as famílias se envolverem na pesca tendo em vista acessar abundância de pescado que era então compartilhado nos circuitos de reciprocidade e comercializado em fardos secos.

As mudanças que tiveram lugar principalmente após os anos de 1970 implicaram em adaptação e atualizações das práticas produtivas. Na perspectiva dos moradores as mudanças relacionadas ao cercamento da solta e *afazendamento* foram responsáveis pelo esvaziamento dos lugares, estimulando o êxodo e o estabelecimento dos *parentes* em outras regiões, e poucos regressaram depois de passar tempos “fora”. A permanência *na terra firme* vem sendo atualizada através de fluxos e contra fluxos para outras regiões, mas também pelo deslocamento diário ou sazonal para áreas do entorno justificado pela necessidade de trabalho, pouca disponibilidade de terra, ou ainda pela pouca atividade a que ficaram reduzidas as *terras em comum*. Aqueles trabalhadores que conseguem acumular algum *ganho* nos trabalhos realizados *fora* têm direcionado recursos para a compra de gado, que passa a ser criado pelos pais ou parentes, o que alimenta a perspectiva de retorno e desenha novos arranjos na relação entre o rural e o urbano, o lugar e regiões distantes. No presente o elo entre os parentes é alimentado pelo uso do celular e por encontros de final de ano, quando os grupos familiares se mobilizam em torno das festas, encontros que reúnem um grande número de parentes vindos da cidade e de outras regiões.

A constituição do Acampamento São Francisco, no contexto da luta pelos direitos territoriais, coloca em evidencia a situação de vulnerabilidade dos *fracos* e o anseio que eles expressam de *possuir um pedaço de terra firme onde morar*, plantar, criar, construir casa e fazer seus investimentos na agricultura protegidos das *cheias*. Esse projeto de futuro em construção no *quilombo* se contrapõe à incerteza decorrente da ameaça de despejo do acampamento e passa a ser o principal motivador da *luta quilombola*.

A transformação do Acampamento São Francisco em uma povoação com infraestrutura coletiva se dá pela conversão dos barracos de lona em casas de adobe, o que

tem permitido aos *fracos* vislumbrar possibilidades até então inexistentes. Por um lado, o processo de resistência política tem colocado os moradores e principalmente as lideranças do *Quilombo* para falar de si, de trajetórias e experiências que compartilham enquanto coletividade, do sentido dado ao termo quilombola. Por outro lado, a construção do *Quilombo* tem possibilitado aos moradores exercerem suas estratégias de deslocamento e permanência a partir de um novo lugar social. O Acampamento e a vida em coletividade que ali se estruturou tanto favorecem a atualização de saberes e fazeres vinculados ao rio São Francisco e às dinâmicas de *cheia e vazante*, como propicia a inserção dos sujeitos junto a outros espaços sociais onde buscam exercer suas capacidades e suprir suas necessidades. Neste sentido, o *Quilombo* e as representações que se constroem em torno dele têm feito dos *fracos*, fortes.

## CAPÍTULO II - QUILOMBO TABUA

O território de ocupação tradicional dos quilombolas da Tabua, registrado pelas narrativas e delimitado segundo seus usos, costumes e tradições, compreende diferentes lugares que fundamentam a reprodução social, econômica e cultural das famílias e estão relacionados a critérios de pertencimento evidenciados pelas narrativas coligidas e pela leitura do processo de territorialização, da organização social, das formas de apropriação e uso dos recursos ambientais e das práticas produtivas.

As categorias sociais que os moradores acionam ao narrar suas trajetórias pessoais evidenciam os processos de mudança, as fronteiras sociais construídas nas relações com sujeitos *de fora* do grupo, as formas de resistência e estratégias de permanência construídas. Nas narrativas assumem importância os antigos moradores *do lugar*, *Tapuias* e negros escravizados no tempo dos potentados; os *agregados* na relação estabelecida com coronéis e fazendeiros; a condição de *posseiros* acionada no contexto da ruptura da agregação, o conflito com fazendeiros que implicou em demanda judicial e registro de um pequena gleba de terra; a categoria trabalhador rural na emergência da luta política pela terra; atualmente eles se identificam como *descendentes*, *herdeiros*, *parentes*, *moradores do lugar*. Além disso, no contexto de interação com o Estado os moradores se autoidentificam como Comunidade Remanescente de Quilombo, quando acionam a Fazenda Geral *Tabua* como referência espacial, que reivindicam enquanto *terras necessárias* à reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições.

Este é a expressão de formas de apropriação e uso de recursos, e valores compartilhados pelo grupo e é também o produto da sociabilidade compartilhada, evidenciado pela revisitação de acontecimentos passados envolvendo antigos moradores da *Tabua*, entre eles Nicolau, Tio Zeca, Tiodolina, Joaquim Caboclo, Sá Jovita, Rumão, Massu, Aprijo Carretão, bem como seus descendentes.

No passado, os moradores ocupavam terras nas proximidades dos rios Japoré, Calindó e São Francisco, as denominadas *Terras Baixas*, com seus *alagadiços*, lagoas, *capões* e *vazantes*, bem como, nas *Terras Altas*, desde a *catinga*, passando pelos *carrascos*, com suas *baixas*, *furados* e *varges* propícias para o plantio de lavouras e pastagens e envolvem também a pesca realizada no rio São Francisco e nas lagoas que se formam ao longo do Calindó e Japoré. No entanto, na atualidade os grupos locais

encontram-se em pequenas posses, propriedades, *terras de herança* e o acesso a parte dos ambientes se desenvolve sob conflito, o que se correlaciona com a separação de parte das famílias e o afastamento de seus membros que se deslocam para trabalhar *fora*.

A *luta* levada a frente pelos grupos é motivada pela perspectiva de desenvolver, segundo seus costumes e valores, o cultivo de roças, a criação de animais, a pesca e a coleta de espécies nativas. Tendo em vista garantir produtos que utilizam na alimentação, no vestuário, nas práticas religiosas e momentos de lazer, bem como, os pleitos de trabalho e renda para as novas gerações que hoje são viabilizadas, em parte, pelo trabalho realizado *fora* como migrantes temporários, como bóias frias ou assalariados em fazendas e no Projeto de Irrigação do Jaíba e por diferentes ofícios realizados na área urbana dos municípios no entorno.

#### ***As formas de classificação e a lógica de apropriação dos ambientes***

Os moradores de Espinho, Malhadinha, Vila Primavera e Manga Velha, membros do Quilombo Tabua, localizam suas moradas em núcleos nas margens do leito maior do rio São Francisco e entre as barras dos rios Japoré e Calindó. Esses grupos locais estão situados separadamente nos interstícios entre grandes fazendas e projetos de reforma agrária.

A reprodução social dos moradores da *Tabua*, em decorrência da fluidez e movimentação das águas dos rios São Francisco, Japoré e Calindó, com seus ciclos de cheias e vazantes, se organiza nas *terras altas e baixas*, nas lagoas e rios, por meio de um conjunto de atividades: agricultura, criação de animais, pesca, caça e coleta de madeira, lenha, frutos comestíveis e plantas medicinais. No subir e descer das águas constroem diferentes espaços em tempos diferenciados que são apropriados e significados a partir de uma taxonomia própria. Os deslocamentos, nessas espacialidades e temporalidades diferenciadas, podem ser diários, semanais ou sazonais, com circulação entre áreas distanciadas por cerca de duas léguas (aproximadamente doze quilômetros). Os membros destas localidades aproximam-se e afastam-se do rio São Francisco, mas com a permanência de parte da família nas áreas de moradias permanentes.



No relato de um morador do grupo local Espinho, *de primeiro não tinha essa evolução que tem hoje de ir para a cidade, tinha que comer era peixe, batata, essas coisas*. Seu Chiquinho narra que todas as pessoas que moravam *aqui nestes altos, daqui até chegar em Manga, todos trabalhavam nas ilhas. Quando o rio baixava iam pra lá, quando era nas águas largavam as ilhas e vinha para a catinga*, após um novo período nas Terras Altas eles se deslocam novamente para a beira do rio, para *cuidar das ilhas. Se a água comia, eles voltavam e renovavam aquele barraco, aí iam cuidar da roça de milho, de feijão, melancia, era aquele faturão*. Desta forma, o cultivo dos lameiros após as *cheias* restituía ao morador o trabalho investido na reocupação da ilha, na forma de alimentos em abundância.

Mas como acontecia o deslocamento das chamadas *terras de catinga* para as ilhas no passado? De acordo com os moradores mais velhos, esse trânsito era organizado a partir dos grupos domésticos. Alguns membros se deslocavam para a ilha enquanto outros permaneciam na *cattinga*. *Meu pai pelo menos, ele ia mais mãe, mas a meninada ficava cá, com uma irmã minha mais velha, era ela que ficava cuidando*. Seu Chiquinho afirma também que o pai sempre levava para a ilha aqueles que *tivessem as forças*, ou seja, aqueles que já tinham idade para contribuir na labuta pesada, enquanto os menores eram poupados. Deste modo, parte da família se estabelecia na ilha da Esperança e se dedicava à formação das *roças de vazante*, além disso, durante a *mexida nas vazantes* eles retornavam à morada na *cattinga* de tempos em tempo. No seu *tempo de menino*, o pai ainda morava na Japorema junto do avô, moravam nas *terras dos Carretão*. Nessa época, diferente de hoje, era possível tomar uma embarcação na *lagoa da Porta (na Japorema) e cair no rio São Francisco*, assim, era possível se deslocar de barco da *cattinga* para a beira do rio São Francisco, quando iam trabalhar nas ilhas.

Os moradores costumam dizer que a *ilha não acaba*, pois segundo eles, enquanto a enchente não cobre os plantios na ilha *você continua comendo da vazante*. Assim, na seca *o povo ia colhendo e trazendo os produtos*, o que era feito muitas vezes com o uso do carro de boi e do jumento de carga. Outros moradores relatam que *carregavam as coisas na cabeça*, como conta a Velha Maria Joana que *plantava na ilha da Esperança* e assim como seus irmãos já plantou roça na ilha dos Mangues e *milho lá na Manga Velha*. *Num tempo desses* (em meados de outubro, período do trabalho de campo), *não é mais tempo de ter coisa na ilha, mas se você for lá, vai ver que fica tudo verde, melancia, batata*, assim quando a chuva atrasa, *pode ir lá que você colhe e volta com algum produto*.

Nos relatos sobre o passado, os moradores narram que *todo mundo tinha que plantar o lameiro e a roça de catinga*, porém, como registramos pelas narrativas colhidas no trabalho de campo, no presente, *a roça da catinga é outra coisa*, são sistemas de plantio distintos que viabilizam o aproveitamento das potencialidades e a convivência com as dinâmicas naturais ali prevalentes. Os plantios nas *Terras Altas*, também chamadas *terras de catinga* tem início logo depois das primeiras chuvas, o que nesta região costuma acontecer a partir do mês de outubro ou novembro, enquanto as *roças de vazante* são desenvolvidas no início da seca, quando as águas das *derradeiras cheias* começam a baixar, o que normalmente ocorre a partir de março.

Seu Chiquinho durante uma das nossas conversas me disse assim, *gente pobre vivia era da roça, como eu tô falando, toda a vida aqui foi assim. Era tirar o leite para fazer requeijão e tomar, e plantar a roça*. Sua narrativa é replicada por relatos de outros moradores de Malhadinha, Vila Primavera e Manga Velha que destacam a importância do trabalho de formação do roçado na autonomia do grupo familiar. Para todos os meus parceiros de conversação, *tinha que plantar a roça, para ter o que comer* o que era feito em associação com outras práticas produtivas como a caça, a pesca e a coleta de produtos realizadas nas *terras de vazante, mata e carrasco*.

Os moradores afirmam também que no passado *os bichos eram criados tudo solto*, assim, para plantar era preciso primeiro *trabalhar no machado, para desmanchar o mato* e com os *paus* preparar a cerca que recebia diferentes nomes: *cerca espinha de peixe, cerca de varão*, de acordo com a forma como a madeira era arranjada, o que era feito antes das primeiras águas. *Cerca aqui era de aroeira, tinha uma aqui, a outra você ia encontrar longe*, pois as moradias eram afastadas uma das outras e entre elas havia muita mata. De modo que, *cada qual tinha a sua rocinha, cercada de madeira e gado não abusava, não. Cada qual tirava a sua criaçãozinha, a sua ovelha, o seu porco* e na roça de catinga *plantavam algodão, mamona, feijão catador, feijão de arranca*.

Plantavam misturados como nos explica Zé Pinguim, primeiro *fazia a coivara*, ou seja, juntavam o material a ser queimado e *quando estava vizinho para chover* plantavam o milho, dentro do milho o algodão, outras vezes plantavam no meio das fileiras variedades de feijão, de abóbora, caxi, cabaça seca. Segundo contam, no passado, em *qualquer lugar que plantava colhia*, a produção era boa e *todo dia que você fosse lá encontrava melancia da seca, doce, abóbora também. Todo dia da seca que você fosse lá encontrava uma abobrinha*. Diferente de hoje, pois, de acordo com os moradores atualmente mesmo quando chove no dia seguinte a terra já está seca.

*Até o arroz você plantava e colhia lá nos brejos. No passado, plantava arroz em todo canto, onde tinha brejo assim, nas vazantes ao longo dos rios Calindó e Japoré, mas também nos furados. Estes são depressões presentes no interior da catinga e do carrasco que acumulam água durante o período chuvoso e que geologicamente estão relacionadas à formação de dolinas em solos de origem calcária.*

*Plantava o arroz. Quando acabava, tinha que pedir o parente lá emprestado até chegar. Porque comprar arroz, quem que ia comprar? Você tinha que comer o que você plantou. Além disso, na época que o arroz dava, os que não tinham recurso, plantavam uma rocinha pequena. No período de colheita de arroz, de outubro para novembro, na região de Brejo São Caetano, eles se deslocavam rio Japoré acima para cortar arroz para os outros. Quando voltavam traziam arroz ou rapadura para o abastecimento da família.*

O criatório de gado, do mesmo modo tinha as suas particularidades. Os moradores ponderam que o gado que eles possuem hoje é pouco comparado com o tempo em que se criavam *na solta. Aqui no Espinho criava solto, pegava era longe. - Ah... vi seu gado não sei a onde, lá no alto bonito. -Viu aonde? -Na Justa, lá no fundo do Brejo* (vila Brejo São Caetano). Como dizem o *gado rodava para todo o campo. Inclusive havia alguns criadores que possuíam um número maior de cabeças, 70, 80 animais e que são lembrados como um pequeno fazendeiro. Estes, nos anos mais secos, abriam um caminho no meio do carrasco para levar os animais para os gerais na margem esquerda do Calindó, o que era feito depois das primeiras águas e formavam os chamados amansador onde permaneciam por vários meses, só regressando depois que a vegetação dos gerais daqui já tivessem recuperada. A criação de gado associada à lavoura, base de sustento da reprodução familiar, requeria àqueles que possuíam algum gado a dinâmica da transumância, à la Nuer, entre as terras baixas e as terras altas e nos gerais.*

No passado, como as terras eram *abertas*, ou seja, terra de uso comum, o gado dos fazendeiros, dos agregados e também daqueles que tinham as suas posses e se constituíam como campesinato autônomo era criado junto. Seu Chiquinho, assim como outros *agregados, tinha lá suas cinco, dez cabeças de gado* e se identifica como um *criador* em contraposição ao *dono das terras*, também chamado de *fazendeiro*, que possuíam *suas boiadas*. Um aspecto acionado para demarcar a diferença entre *fazendeiro* e *criador* é que o *fazendeiro tinha o vaqueiro que corrigia, que vaquejava pelo campo*, com o fazendeiro sendo ao mesmo tempo o *dono dos bichos e patrão*,

enquanto *aquele que era pobre, ele mesmo que montava no cavalo. Ah, vou caçar meu gado. Eu vi o gado seu em tal canto, tá no fundo do Brejo. Aí ele mesmo ia.*

Ele conta que soltava os bichos no fundo do brejo, no Calindó, onde quisesse e nem precisava buscar, eles mesmo vinham embora, vinham procurar sal na casa do dono. Nesta época, além de algumas cabeças de gado, era comum possuir carneiro, porco, que eram criados todos *soltos*, o que impunha a necessidade de *cercar a roça de plantar. Eles ficavam soltos, andavam aí no lagadiço*<sup>38</sup> *de tarde vinham embora para prender.* De modo que, tanto o gado como as criações miúdas eram criadas *soltas*, sendo recolhidas apenas no final da tarde justamente para evitar prejuízos, como dizem, *livrar das onças.*

No passado, tinha também muito caititu, javali, havia muita caça. *O pessoal aproveitava o javali, descia nestas matas aí na beira das lagoas. A caça era em qualquer tempo, era demais, porque tinha mata.* Entretanto, embora a caça fosse abundante eles ponderam que *ninguém vivia assim* da caça, *o povo pobre vivia trabalhando* e, como referido pelos moradores mais velhos trabalho era a dedicação à roça e ao criatório. *Ninguém vivia de caçar não!* A pescada, do mesmo jeito, *não era continuada, todo o dia,* segundo os moradores era no dia de domingo que alguém da casa *pegava um anzol e ficava lá pescando alguns peixes para a alimentação da família.*

Entretanto, havia também a pesca de época, *era quando falava assim: a lagoa tal tá boa de pescar.* Nestes casos, era necessário primeiro juntar para fazer a rede e depois *iam para aquela lagoa sequeira, que secava, que dava a época de pesca.* Então, entravam na lagoa com a rede de cipó, outras vezes rede de *caroá*, e iam puxando até reunir os peixes maiores num canto, quando então faziam a despesca com uso de apetrechos como *Chucho. No despesco era bonito, peixe pulando, alvoroçado, ensacado ali.* Ao final, eles dividiam os peixes, entre eles. *Tinha o tal do pinhão.* Assim, de acordo com a tarefa assumida, cada um tinha a sua porcentagem, *falavam o pinhão seu.* Então, ao final da pescaria dividiam os peixes obtidos naquele mutirão, *um tanto de peixe para esse, um tanto para aquele, acabou!*

Os moradores afirmam que *nesta época a pescaria não era uma profissão. Pescava só para comer,* enquanto em Manga Velha e, de um modo geral, na beira do

---

<sup>38</sup> O termo lagadiço ou alagadiço é utilizado de modo indistinto pelos moradores da região da Tabua para se referirem a determinados espaços da paisagem, de modo especial as depressões formadas por solos argilosos e que acumulam água com facilidade. De outro modo eles empregam também o termo de forma mais ampla, como sinônimo de *Terras Baixas*, quando ele assume o sentido de *terras de lagadiço* ou *alagadiço.*

São Francisco tinham *os pescador de rio*. Desta forma, eles informam que *não era costume do povo nosso não*. Ir pescar no São Francisco, *não era costume do meu pai, esse pessoal aqui não, todo mundo aqui pescava nas lagoas, as lagoas aqui eram fartas*. Assim, eles faziam pesca nas lagoas para se abastecer, era comum capturar peixes de 30 quilos, de 40 quilos. *Tinha o flechador que sabia pescar, ia lá. Meu pai saía com a flecha na beira da lagoa, de repente ele chegava com curimatá, surubim desse tamanho. Meu pai pescava direto*.

Como podemos observar a pesca é qualificada de modo diverso da roça. Enquanto a roça é vista como um trabalho, ao qual os moradores se dedicam e investem seu tempo, a pesca é sinalizada como um fazer fortuito realizado nos domingos ou em um momento entre uma atividade e outra para garantir *uma mistura* na dieta alimentar. Além disso, a pesca é vista como parte de uma herança transmitida pelos antepassados. *O povo velho veio desse tempo do índio, do tempo dos escravos, e a comida era desse jeito*. No caso do pai de Seu Francisco, por ser exímio flechador, se dedicava à pesca de peixes grandes que era partilhada com vizinhos e parentes.

Nas primeiras águas, de setembro em diante, *quando as águas começavam a correr aqui, o cara matava aí a piranha era de facão, piranha de cinco, seis quilos, matava no razinho assim*. Diferente de hoje, todo tempo era tempo de peixe.

No passado, *o cara tinha que comer peixe, batata, esses trem*, comia o que desse conta de produzir, o que envolvida uma variedade de produtos de roça, mas eles se abasteciam também dos chamados produtos *de época*, obtidos em quantidade em determinados lugares e em momentos específicos. Ou seja, além do trabalho investido na roça e da mexida com as criações tinham também muitos outros produtos que classificam como *uma ajuda* como *a salga de peixe, a tirada de mel, a saída para buscar pequi no gerais, a caçada* de um certo tipo de *bicho*. Além da utilização de frutas encontradas nas *terras de lagadiço* como o jenipapo, o jatobá, o saputá, o xixá, *que é muito gostoso para fazer uma paçoca* e que os meninos da roça, hoje ainda, comem. Enquanto *na parte do carrasco tem a cagaita*, que é encontrada principalmente na comunidade vizinha de Justa, *no descoberto, já pega pequizeiro*.

Ao enumerar esses diversos recursos obtidos nas redondezas de sua casa ou acessados junto a comunidades vizinhas ou nos campos de uso comum meu parceiro de conversação pondera: *o povo hoje não usa comer, o povo hoje é mais civilizado, mas de primeiro tinha muita fruta*. Portanto, ele identifica uma mudança de hábito, no seu modo de ver relacionado aos costumes veiculados pela cidade, por aqueles que ele

identifica como *civilizados*, pois enquanto *no tempo antigo o povo comia tudo, hoje tem muita coisa que o povo não usa comer*.

Na espacialidade construída pelos moradores da Tabua são nomeadas três grandes unidades da paisagem: *Terras Altas*, *Terras Baixas* do São Francisco e *Vazantes* do Calindó e Japoré e, por fim, o rio São Francisco. As *Terras Altas* compreendem o espaço entre as calhas dos rios Japoré e Calindó que não são atingidas pelas cheias usuais do rio São Francisco. As *Terras Baixas* são as que sofrem as cheias regulares do rio São Francisco e que eles denominam *terras onde andam as águas*. As *Vazantes* do Calindó e Japoré correspondem aos terrenos rebaixados e inundáveis das calhas desses rios.



Foto 22: Depósitos aluviais em ilha, expostos pela movimentação do rio  
Identificação: Manga - MG, agosto de 2012.

Nas *Terras Baixas*, que são as áreas inundáveis pelo rio São Francisco uma série de ambientes é nomeada e diferenciada pelos moradores. Os usos e ocupação destes espaços propiciaram a conformam limites e fronteiras sociais ao longo do tempo. As *Terras Baixas* são ambientes comumente utilizados para pesca, mas também para cultivos, criações de animais na *solta* (bovinos, suínos, caprinos e ovinos), caça, coleta<sup>39</sup> e também moradias, que estão situadas nos terrenos mais elevados denominados *capões*.

---

<sup>39</sup> Algumas das frutas nativas encontradas durante as visitas de campo ou que foram citadas: jenipapo, jatobá, cajá, saputa, articum, quixaba.

No interior das *Terras Baixas* são classificados diferentes espaços, tais como, *lombos*<sup>40</sup>, *lagoas*, *poços*, *alagadiços*, *vazantes*, *capões*, *sangradores*, *varges* ou *veredas* que se alternam até seu limite, o *braço do rio* ou *rio pequeno*.

No São Francisco, também chamado de *rio grande*, há *ilhas* que os moradores de Manga Velha e principalmente Espinho utilizam para a formação de *roças de vazante*. As outras localidades desenvolvem cultivos de *vazante* na beira de lagoas e dos rios Calindó e Japoré.

No rio São Francisco, a ocupação do espaço relacionado à pesca é expressa em meio aos *lances*, de *caceia* e de *arrasto*<sup>41</sup>, em que cada porção do rio é conhecida e palmeada por aqueles que pescam. Entre os peixes de ocorrência na região, estão: o surubim e dourado (em menor quantidade), a curimatá, matrinhã, piranha, piauí, traíra, mandim, uiú e, recentemente, a tilápia, que foi introduzida no São Francisco através dos criatórios artificiais instalados no lago formado pela hidrelétrica de Três Marias.



Foto 23: Pesca de *caceia* no rio São Francisco.  
Identificação: Manga - MG, janeiro de 2012.

As *cheias* do rio São Francisco renovam as águas das lagoas e dos poços presentes na parte baixa dos rios Japoré e Calindó e são de grande importância para a manutenção e a reprodução de peixes e aves. Às vezes, dependendo da força das águas

---

<sup>40</sup> Termo utilizado pelos moradores para se referir à mudança abrupta na paisagem, elevações, que demarcam a transição entre as *Terras Baixas* e as *Terras Altas*.

<sup>41</sup> Sistema de pesca com redes que são lançadas perpendicularmente ao rio, podendo ser superficial, *caceia*, ou até o fundo do rio, neste caso denominada *de arrasto*.

um novo canal pode ser aberto, interligando lagoas ou estas aos rios que são nomeados como *sangradô*.

Na estiagem muitos dos canais secam, inúmeras trilhas são retomadas e as lagoas podem ser utilizadas com maior facilidade como fonte de água para uso doméstico e banho, mas sobretudo para a pesca. Com a diminuição do encharcamento algumas áreas do terreno se tornam propícias para o plantio de roças de *vazantes* e hortas.

O saber fazer construído na convivência com as lagoas está expresso na forma minuciosa como um morador narra a dinâmica das águas, ao mesmo tempo em que desenha no papel, que lhe ofereci, as principais lagoas localizadas nos espaços onde desde pequeno transita:

No Espinho tem vários tipos de lagoa, tudo tem nome. O galho do Japoré que cai na Beirada vem aqui e alimenta a lagoa que chama Lava Mão, a lagoa do seu Terto, tudo lagoa pequena. Tem outra, que a gente chama de lagoa Redonda e tem uma grandona ali, que a gente fala lagoa do Espinho, essa não seca não. Depois, tem uma lagoa que chama Matador, peixeira que é danada! Cortando a do Matador tem outra lagoa, que também não seca, que chama Marinho, dá piranha demais. Depois, tem um galho onde fica uma lagoa redonda que chama Pirainha e tem outra que chama lagoa Grande, tão tudo aqui perto... hoje, tão dentro da fazenda. Essa água sobe até Malhadinha, aí pra cima vai ter uma água que chama Japoré Grande e outra, que fala lagoa de Vitazim que era um cara que tinha aí, ele morreu, mas o nome ficou. O Japoré é assim, ele vai lá e volta, num tempo deste ele tá cortado. Agora tem muitas lagoinhas aqui, uma chama Traíra, outra chama Barreiro Fechado que é onde ele corta ali. Vizinho nosso aqui tem uma lagoa comprida que chama Puleiro dos Patos, ela termina na beira da ponte que vai para Manga Velha, dava surubim demais, é, dava. Até hoje é lagoa de peixe, mas derrubaram demais e a lagoa não limpa mais. Antigamente, aqui era tudo limpo, você ficava escolhendo que lagoa você ia pescar, qual tinha o peixe mais gostoso, tinha peixe demais. Ah, aquela lagoa o peixe tem gosto de lama, não vão pescar nela não! Se você saísse numa hora dessa em diante com uma flecha aí, enquanto o arroz cozinhava você voltava com dois, três. Eu sou igual índio para flechar. Eu sou. Aqui, quase todo mundo tem uma flecha em casa. Essas são as lagoas que tem aqui. As da Manga Velha é quase tudo alimentada pelo rio São Francisco, quando dá cheia, ele joga e as lagoas enchem. Eu conheço as lagoas quase todas, sei o nome de muitas, mas não sei tudo não. É lagoa demais (Virgílio, Espinho, fevereiro de 2012).

Nas *Terras Baixas*, como dizem os moradores, um bom indicador do chamado *capão* são as moradias, *essas casas que temos hoje aqui na beira do rio aqui, todas estão no capão*. Este ambiente elevado e de boa fertilidade é preferencialmente utilizado



para o cultivo *das águas* e é encontrado nas imediações da localidade de Manga Velha e de uma antiga ocupação identificada como *Porto*. Os *Capões* possuem extensão variada que vai de uma franja de poucos metros a centenas de metros e separa o rio da lagoa, podendo existir entre eles, áreas de alagadiço.

Na *terra de capão* tem uma planta que chama *pau Geú*, você encontra também o *pé de Juá*, encontra a *Jurema*, aquele *Tapicuru* você vai lá encontrar também no *capão*. Seu Marciano fala do terreno de *jurema*, apontando para um pé de *Gonçalo Alves*: *aqui já pega tipo de jurema branca*, ele afirma que essa é uma *terra mais forte que vereda (alagadiço)*, que a *jurema já pertence ao capão*.

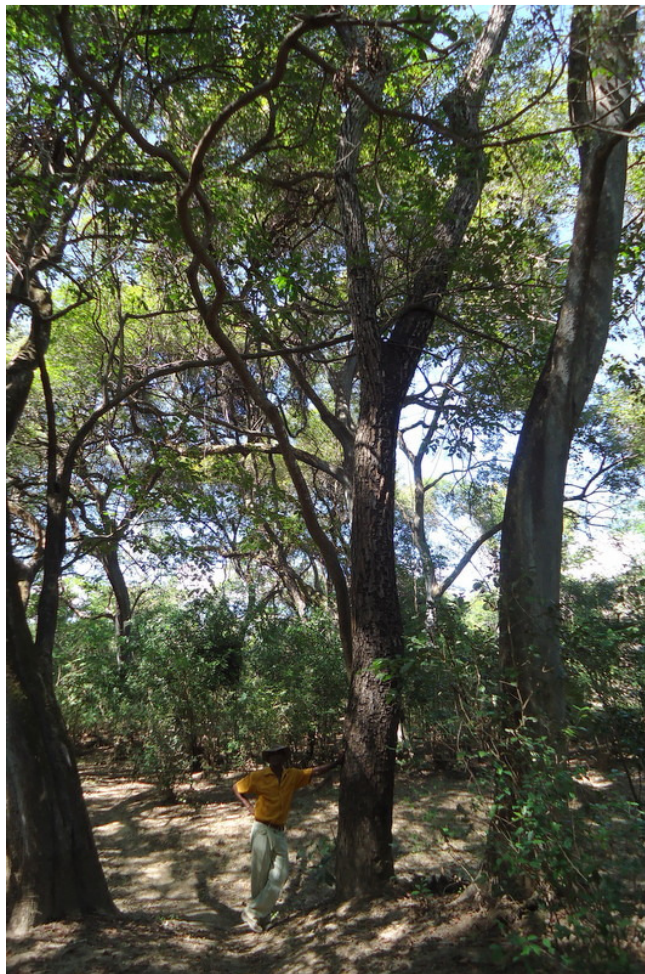


Foto 24: *Matade aroeira* em *terra de capão* na beira do Riacho, braço do Japoré. Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012.

Desta forma, podemos perceber que ao relacionar algumas espécies vegetais com a qualidade da terra é estabelecida uma relação direta entre a cobertura vegetal e o tipo de solo presente em cada parte do terreno percorrido. Um modo de classificação simples, mas bastante efetivo e que dá indicativo da presença de manchas de solo

distintas que um agrônomo teria dificuldade de precisar sem abrir uma trincheira e realizar uma amostragem dos extratos do solo.

Os *alagadiços* em contraposição aos *capões* correspondem aos terrenos mais baixos, são depressões que estão mais sujeitas às inundações. Enquanto o capão está em posição mais elevada e, por isso, nas *cheias* regulares do rio São Francisco ele dá origem a uma infinidade de ilhas que servem de abrigo aos animais e também ao gado. Os *terrenos de lagadiços* são cobertos por espécies que suportam longos períodos de encharcamento, *dependendo da enchente, ele fica todo no fundo d'água e se for uma enchente bem grande, ele fica muito tempo*. Ele se distribui entremeando as áreas de lagoas, *capões e vazantes e rios*.



Foto 25: Ilha do Mangue coberta pela *cheia*.  
Identificação: ilha da Esperança, Manga - MG, janeiro de 2012.

As ilhas da Esperança, do Mangue e do Defunto, no curso do rio São Francisco, são utilizadas principalmente como espaço de formação de roças, mas há também aqueles que ali estabelecem as suas moradias. A semelhança das *Terras Baixas* na beira do rio os moradores identificam diferentes espacialidade nas ilhas tendo como referencia o *tempo das cheias* e das *vazantes*, mas também o período *das águas* (de chuvas) e da seca. São denominados de *altos*, os locais mais elevados que resistem mais às enchentes, geralmente são mais arenosos e por isso são cultivados no período chuvoso com milho, feijão, mandioca e abóboras, além da cana e espécies frutíferas. São também nos *altos* que os moradores das ilhas localizam os seus barracos. Há também as partes baixas, tanto na beira do rio como no interior das ilhas onde a *cheia*

forma as *vazantes* ou *lameiros*, que são inundadas com maior frequência do que os *altos*. Estes terrenos são sempre cobertos com novas camadas de sedimentos finos, o que dá origem a terrenos mais férteis e frescos e se constituem como espaços privilegiados para a formação das roças de *vazante* e para a formação dos *canteiros de horta*.

A cada ano, assim como na ilha da Ressaca, *as roças de vazante* são plantadas *onde o rio andou*. São formadas com o fim da enchente, normalmente a partir de março, em alguns anos, depois de abril quando a *cheia começa a baixar*. Aos poucos, às vezes metro a metro, os moradores distribuem na terra que emerge as variedades de abóboras, feijões, melancias, melão, cabaça doce (lisa), caxixe (cascuda), maxixe e milho. O plantio geralmente é feito com o uso de apetrechos como *chucho* e *enxada*. Além disso, atualmente alguns moradores têm experimentado gradear com trator áreas mais planas no interior das ilhas. No caso, nas *vazantes da beira* do rio é mais comum o uso do *chucho* ou da *enxada* para plantar sob o *lameiro*. O *chucho* se assemelha a um cabo de *enxada*, e é empregado para perfurar a lama e permitir a colocação das sementes debaixo da última camada depositada pelo rio, onde ficam protegidas do sol e em contato com a terra úmida. Enquanto a *enxada* é utilizada em situações que o morador prefere revirar a terra para depois semeá-la, o que relacionam aos terrenos de *vazante*, mais arenosos, ou às situações que os *lameiros* secam muito rápido.

Assim, ao longo de um período, são formadas *roças* de cultivos misturados, que também serão colhidas aos poucos, o que permite ter produtos ao longo de vários meses. Por outro lado, é comum no final da *cheia* o rio começar a baixar e voltar a subir cobrindo os plantios recém realizados, o que impõe ao morador replantios e o leva a acompanhar atento o movimento das águas para evitar maiores perdas.

O cultivo do *capão* e das *vazantes* tem as suas peculiaridades na escolha do terreno e das espécies a serem distribuídas. Se na *vazante* são os novos depósitos, mais argilosos ou mais arenosos, que definem o cultivo a ser realizado, nas *terras de capão* de modo diverso, as plantas são utilizadas pelos moradores como indicadores que permitem antever até onde iriam as *cheias*, ou mesmo, qual seria a última das *cheias*. De acordo com seu José Antonio, *o choro do marinzeiro só cai na água*, o que pode ser interpretado com referência nas suas informações da seguinte maneira: o *marinzeiro* é uma árvore de *capão*, ou seja, nem todo ano é atingida pela *cheia*, mas quando as suas folhas caem são acompanhadas de um sereno que se assemelha à lágrimas, a *cheia*

daquele ano chegará até os seus pés, o que o leva a dizer também que *o choro marizeiro só cai na água*.

Saindo das *Terras Baixas* a partir do leito maior do rio é comum encontrar uma elevação mais evidente denominada pelos moradores de *lombo*, cujas *cheias* nunca ou muito raramente, o atingem. A partir do *lombo*, subindo no relevo, estão presentes outros ambientes associados à caatinga e mata seca. Mas se atravessarmos o rio Calindó e seguirmos em direção ao norte vamos encontrar as chamadas *matas* e *carrascos*, e no interior dos *carrascos* o que os moradores denominam de *Varge*. Essas depressões podem atingir poucos ou até mais de cem hectares, são de formatos variados, geralmente circulares ou ovais, que os moradores denominam de *furados*, *varges* e *baixas* também identificados por nomes próprios que facilitam a sua localização. São lugares valorizados pelos moradores como áreas de caça, de *solta* dos animais, de cultivo de lavouras de milho, feijão e arroz.



Foto 26: *Furado* com vegetação arbórea ao entorno.  
Identificação: Espinho, Manga - MG, abril de 2012.

Os *furados* assim como as *varges* acumulam água da chuva na forma de lâminas d'água e em alguns casos chegam a fornecer água para os animais durante todo o período de estiagem. Quando a água se infiltra com facilidade estas áreas são denominadas apenas de *baixas*.

O milho e o arroz normalmente eram destinados ao consumo das famílias, outras vezes eram trocados para socorrer uma ou outra família quando a produção não rendia muito. *Só o finado Isidoro tinha engenho*. Quando se deslocavam para a região da vila Brejo São Caetano *levavam peixe, traziam rapadura, pinga* e o que mais comercializavam na cidade de Manga como o algodão, a mamona e a rapadura. Por causa do sol quente viajavam de noite, *chegava lá quatro horas da madrugada, aí tirava os bois do carro, desamarrava, deitava por cima do algodão para esperar o dia amanhecer para pesar o algodão*.

Muitos produtos eram levados para o Porto na beira do São Francisco, quando levavam mamona e algodão, trazia sal. No passado, vinha cargueiro da Bahia para comprar ou então, vendiam coisas para os tropeiros que vinham com tropa de oito burros cargueiros. Eles traziam fumo, coco, coisas diferentes e compravam porco. Outros como o *Manoel Modesto fazia catira*, (trocava um produto por outro) o que mandava era a volta.

Não tinham o costume de formar pastagens. Uma ou outra *manga* era formada nas imediações das moradias, onde colocavam os bezerros e as vacas de tirar leite. As criações eram manejadas de acordo com a época do ano. Alguns abriam *caminho para a catinga* para onde levavam o gado após as primeiras chuvas. A *retirada* do gado dos *lagadiços* para as áreas *de solta* na *cattinga* e *carrascos* ocorria no *tempo da cheia*, mas antes das *cheias fortes* que normalmente acontece no começo do ano. Os *amansadores*, também denominados *retiro* são regiões onde abundavam o capim marmelada e a vaqueta, arbusto muito comum no carrasco, *mas é perigoso nas primeiras águas*. Por isso, só *soltavam* o gado na vaqueta nesse período, lá permaneciam por cinco ou seis meses em sistemas de acampamento, onde o gado era cuidado, o leite tirado, o requeijão produzido e com o fim da chuva traziam o gado de volta para os *lagadiços*, nas *Terras Baixas*. Como pode ser visto na narrativa abaixo:

Só vinha nas chuvas. Após 3 ou 4 chuvas, começava a vir. Acampava, montava o curral, o curralzinho para o sal, soltava o gado. De noite, aboiava, prendia no curral, amansador para bezerro, prendia. No outro dia tirava leite e soltava de novo. Ficavam até seis meses, vinha em outubro, voltava em março, abril. (Marciano, Vila Primavera, abril de 2012).

Os *amansadores* ficaram no meio dos carrascos, duas ou três léguas da beira do rio São Francisco em áreas de vargens. *Na varge tem o junco, onde tem o junco é lugar que enche de água. Serve de remédio na água ou na pinga. É bom para ventosidade e gripe. No brejo, a raiz é mais forte, mais criada. Capim que dá aqui é o capim de varge, nem sol nem água mata ele.* As varges eram identificadas pelo uso, como: de Cicilo, atrás a *varge de Chico Lopo*, mais na frente, a *varge de Belarmino* e também por alguma especificidade do lugar, a *varge bonita*. *Quando dava a primeira chuva o gado já tava berrando no lagadiço, querendo vir*, na interpretação do morador o próprio gado já avisava quando era o tempo da retirada.

Ampliando as informações mencionadas anteriormente, outra atividade de grande importância para os moradores era e continua sendo a pesca apesar das restrições pelo desmatamento para a formação de pastos que chegam à beira das lagoas e pelo controle ambiental realizado por funcionários de agências governamentais e das fazendas. *Nessas lagoas se abusava de tanto pegar peixe mesmo, pegava peixe para panhar de animal.* Na época da produção, você podia escolher onde pescar, as lagoas ficavam azulzinho de peixe, agora não, você olha parece eucalipto, tá cheinho de tabua. Segundo os moradores isso aconteceu depois que os fazendeiros passaram a desmatar e colocar fogo na beira das lagoas para aumentar os pastos. Mesmo assim, eles continuam reproduzindo seu sistema de pesca:

Flecha de linha é usada para peixe e flecha de cano é própria para caça, vai só. Tem o batím que flecha em peixe, jacaré, capivara dependendo de ter uma linha boa. Linha 0200 para caça e 080 para peixe. Aqui só um não tem batím. Tem que ter paciência. A flecha é feita com açoita cavalo e o arco com peroba. Busca peixe até um metro de fundura. Pega quando o peixe tá encostado na beirada. Pega piranha, curimatá e antes surubim e dourado. Hoje, pega peixe pequeno. Antes, quando tava embarcado flechava e ia matar longe, carregava o barco. Pra pescar, tem também o arpão de três pernas. Antes, escolhia peixe pequeno para flechar, para não perder o batím (parte de ferro da flecha). A flecha de cano é de taboca, própria para lugar raso, pois não tem a linha. Pegavam dourado de 16 a 20 quilos e surubim embarcado de menos de 20 quilos. Antes se ficasse na beira d'água via passar rebanho, até 10 anos atrás via rebanho de peixe (Marcelino, Vila Primavera, abril de 2012).

Na pescaria eles também utilizam a rede, a tarrafa e a vara de pescar. No São Francisco, a pesca era realizada mais por aqueles que a tem por ofício, e que chegaram na região descendo ou subindo o rio, como aconteceu com o pai da Velha Massu:

Aqui era uma reserva que os pescador chegava. Nesse tempo não tinha exigência. Chegava um pescador que interessava aqui, fazia uma casa, punha roça e ele só queria renda... Quando eu cheguei com o meu pai, nos habitamos ali em baixo, na mesma fazenda. É, nos habitamos lá. Nós viemos pescando com a rede de um cunhado meu, chamava Ofélio e passemos pra aqui (Massu, Manga Velha, Manga - MG, abril e 2012).

Estas atividades e os ofícios diversos contribuía com abastecimento da cidade e a autonomia das famílias, sendo também um dos principais produtos comercializados pelos moradores no passado. *Na hora da gente fazer a farinha tanto juntava a família toda como mais o povo, porque serviço de mandioca era serviço para muita gente.*

*Juntava a mandioca e a mulhezada rapava e os homens na roda de braço, depois passou a cavalo. Atualmente, a mandioca é moída com o uso de motor.*

A produção de mandioca quase sempre estava associada às oficinas de farinha, mas também à produção da tapioca e do biju, geralmente oferecido em quantidade para todos aqueles envolvidos no mutirão. Todo mundo plantava mandioca, *no tempo de desmanchar*<sup>42</sup> juntava aquele povão. A *desmanchada* ocorria nos meses de junho e julho, muitas vezes entrava agosto fazendo farinha.

Entretanto, para aqueles que tinham suas *roças de vazante* nas ilhas, *o tempo da desmancha* era determinada muitas vezes pela cheia. Segundo Rosa Barreira narra *na cheia de setenta e nove rançou mandioca na ilha da Esperança* que eles não deram conta de fazer farinha. Ela conta que juntou todo mundo na ilha, *era eles arrancando e a cheia comendo, arrancava e atravessava o rio Japoré de barco e amontoamos tudo no pé do Jatobá*. Na ocasião, seu marido fez uma oficina nas imediações para aproveitar a mandioca colhida *nas carreiras e a gente ali cuidando*. Mas a *cheia* continuou e a água do São Francisco subiu a ponto de inundar Manga Velha, cobriu *as terras da beira e docapão* onde ficam as moradias e, *no fim enchemos a barcona de mandioca e fomos parar no Espinho, descemos no fundo da casa de compadre Lió*. Ao concluir sua narrativa, afirma que, o *Jatobá*, sob qual nos encontrávamos na barra do rio Japoré, *já foi rico, já viu muita coisa, melancia, abóbora, peixe, isso ele já viu demais!* Deste modo, Rosa Barreira insere como testemunha do vivido a árvore de Jatobá e desvela a proximidade e a cumplicidade compartilhada com a natureza, ao acionar a memória no contexto de pesquisa.

### ***O gado e as diferentes condições de vaqueiro, criador e fazendeiro***

A condição de *vaqueiro* é narrada como um ofício do passado desenvolvido por aqueles que se dispunham a *cuidar* de cabeças de gado que não lhe pertenciam, em troca de alguma forma de pagamento. O que era feito na *sorte* com o *vaqueiro* recebendo um, em três, ou um, em quatro bezerros novos num período de cinco anos e, assim, criando as suas cabeças de gado misturadas com as do *patrão*. Os relatos expõem diferentes situações e experiências subjetivas singulares construídas na proximidade entre o *vaqueiro* e o *dono da terra*. Neste contexto, o *vaqueiro* emerge como uma pessoa de confiança do *dono da terra*, mas também como aquele que buscava através do

---

<sup>42</sup> Desmanchar, segundo os moradores, significa descascar e depois moer a mandioca para fazer a farinha.

trabalho sua autonomia, o que passava pela aquisição de um pedaço de terra, e pela possibilidade de ter, junto de si, um grupo de parentes com quem contar.

O *vaqueiro* é descrito como responsável pela *lida* e como aquele que se envolve diretamente com os animais, que vive de campear *na solta* e *fazer a cura*, cuidando para evitar que algum animal se perca ou se machuque, além de fazer a contagem e acompanhar o desenvolvimento das crias novas, entre outros cuidados. No passado os *vaqueiros* percorriam áreas extensas atrás do gado passando por matas, *alagadiços* e indo até os campos mais distantes quando ficavam longas jornadas fora de suas casas vaquejando, permanecendo quando necessário, dia e noite na *lida*.

Os *vaqueiros* moravam nas terras onde atuavam e tomavam conta de tudo para o fazendeiro, que normalmente morava na cidade. Esta condição era compreendida como vantajosa, na medida em que o *vaqueiro* também se constituía como agregado e tinha a sua disposição terra para trabalhar e morar, as quais eram cultivadas pela família, ou seja, pelo trabalho desenvolvido pela mulher e filhos. Possuía *liberdade* de criar solto, na beira do *alagadiço* bode, carneiro, porco e todo tipo de criações pequenas, e ainda realizar a pescaria e caçar para suprir suas necessidades diárias. Geralmente o *vaqueiro* reunia em torno de si alguns *parentes* que se vinculavam a fazenda também como *agregados* e, de modo similar, instituíam através do trabalho seu espaço social, sua moradia e sua roça.

Em alguns casos, além de destinar uma parte das crias novas na forma de parceria, o fazendeiro também realizava algum pagamento em dinheiro. Porém, quando o *vaqueiro* tinha a chance de tirar a *sorte* e arrebanhar alguns bezerros, o fazendeiro *fazia ele vender* e em geral, eram os próprios fazendeiros que compravam, *baratinho*. Em casos pontuais, o *vaqueiro* conseguia manter estas cabeças juntas com as do fazendeiro e em outras situações o gado era levado para ser cuidado por parentes que detinham acesso a alguma terra. Esta última situação dava origem a relações de parceria que permitiam a constituição e ampliação dos rebanhos no interior das redes de parentesco.

Desta forma, contrapunham-se duas categorias a de criador e a de fazendeiro, que mantidas as suas especificidades, dão origem a trajetórias singulares o que fica explícito nas narrativas colhidas, por exemplo, sobre Joaquim Cesário, que foi vaqueiro e também dono de terra. Por um lado, ele é lembrado, por alguns, como *dono* da fazenda Japoré, como aquele que mantinha muitos *agregados* no *tempo do coronel João Pereira*, parte deles afirmados como seus ancestrais pelos moradores de Malhadinha e



Espinho. Por outro lado, de acordo as narrativas de João Rodela e Joaquim Cesário trabalhou para os Lôpos e reuniu inicialmente algumas cabeças de gado na condição de criador, depois *ficou bem de vida e comprou terra na mão de Cecílio Lopo*. Ele era *vaqueiro e comprou a fazenda na sorte e plantando roça*, uma área extensa que *ia dos Freitas até no fundo da Malhadinha* onde tinha muito gado.

As trajetórias de outros moradores da antiga *Tabua* também são contadas a partir da *lida* com o gado. Cesário, citado anteriormente, era morador do Porto e trabalhou como *vaqueiro* para o coronel João Pereira, neste tempo, como conta seu filho mais velho, *a pessoa chegava e falava: vou fazer uma casa aqui, fazia e ficava lá*. Posteriormente, quando o Coronel morreu, ele e os outros agregados se viram obrigados a deixar aquelas terras da beira do rio. Alguns foram morar na *catanga*, nas áreas para onde eles se mudavam na época das enchentes e *onde tinha umas fazendinhas*, outros mudaram para a cidade de Manga. No caso de Cesário, a atividade de *vaqueiro* propiciou que ele reunisse algumas cabeças utilizadas na compra de uma área de terra, um *direito* dos herdeiros de Branquinho na *Mamoneira*, o que viabilizou sua mudança para essa terra na *catanga*, onde vivem atualmente parte dos seus descendentes.

Deste modo, o ofício de *vaqueiro* recorrentemente enunciado nas narrativas sobre o passado valorizam a relação de proximidade mantida com o fazendeiro e também a possibilidade de alguma ascensão social. A valorização social do *vaqueiro* no vale do São Francisco, segundo Pierson (1972), envolvia o cuidado com os bezerros realizado diuturnamente em longas investidas pelos campos, a quem o autor associa a índios seminômades e também os negros libertos, mulatos e mestiços, que muitas vezes cultivam *à meia*, ou *à terça* uma pequena roça própria (PIERSON, 1972, p. 304).

O autor se apóia em categorias racialmente construídas com apreciação etnocêntrica da situação social. Cabe salientar que o *vaqueiro* no vale do rio São Francisco é considerado no pensamento social brasileiro personagem construtor da nacionalidade brasileira, seja como partícipe da era do couro como discutido na abordagem econômica de Caio Prado Junior (1972) ou como vinculado a uma região cultural na leitura de Manoel Diegues Junior (2006). Ao mesmo tempo, essa é uma categoria êmica, mas o seu uso como categoria analítica é relacionado a característica de formação cultural da região considerada constituinte e constitutiva dos, historicamente, chamados *currais do São Francisco*. Atualmente, a noção de etnicidade, definida pela antropologia, tem como referencia as diferenças classificatórias reproduzidas

socialmente nos contextos de interação pelos próprios atores em detrimento de características definidas por um observador externo, o que em termos analíticos favorece a compreensão das diferenças comunicadas em contextos de interação (ERIKSEN,1991).

A partir de 1970, com a desestruturação do sistema de agregação *vaqueiros* e agregados são progressivamente destituídos da sua condição de morador na fazenda e são sistematicamente expulsos das terras onde viviam e onde alguns, há mais de uma geração, instituíram através do trabalho sua terra de morada. Aqueles que mantiveram sua relação com a fazenda se submeteram a mudanças nas relações com a terra e por meio de novas relações de trabalho, o que significa dizer que perderam a *liberdade* de criar e de formar *roças* no interior da fazenda. Bem, como deixaram de pescar, caçar, retirar madeira, lenha e demais produtos por eles valorizados, e passaram a viver como diaristas ou assalariados.

Portanto, o acionamento da categoria *vaqueiro* comunica na relação entre passado e presente mudanças que os sujeitos consideram significativas, de modo especial o cerceamento da sua condição de morador na fazenda, que implicava na sujeição a um patrão, mas como valorizam os moradores possibilitava igualmente acesso a terra e recursos necessários a sua reprodução com relativa autonomia do trabalho familiar.

Frente a estas diferentes situações, afirmar-se como *criador* de gado no presente é se apresentar como morador que possui algumas cabeças de gado, das quais cuida diretamente realizando o serviço de *vaqueiro*, o que implica ser *dono* ou herdeiro das áreas por onde transitam os animais. De modo que, um morador que é criador também atua como *vaqueiro* tendo domínio de funções e saberes relacionados à lida com o gado, o que significa realizar eventualmente serviços para fazendeiros ou outros criadores de gado, sem necessariamente se transformar num *empregado*, visto como aquele que perde a gestão sobre seu trabalho.



Foto27: Morador buscou entre os guardados: chapéu, gibão e laço de couro para ser fotografado.  
Identificação: Espinho, Manga – MG, novembro de 2012.

Muitos moradores nos grupos pesquisados ainda guardam o gibão e o laço de couro, como evidenciado na fotografia acima, mas nem todos fazem uso destes com frequência, pois poucas famílias têm terra suficiente que permita criar algumas cabeças de gado e/ou alguns animais. Aqueles que conseguem manter algumas cabeças o fazem através da conjugação de pastos plantados e solta cercada e aproveitam também as sobras da roça depois da colheita. Para alguns *criadores* a *solta* vem sendo realizada em posses constituídas nas terras de *lagadiço*, onde uso do gibão se faz necessário para que eles possam se embrenhar entre a vegetação espinhosa e fechada atrás de crias novas ou de alguma cabeça desgarrada. Seja para vacinar, seja para realizar a *retirada* frente o aumento da chuva e a eminência da enchente nas *terras baixas*, o que torna estas terras impróprias para o criatório. Neste momento o gado é levado para os *lotes* que possuem na *catanga* e que utilizam como espaço de moradia e formação de *roças das águas*, mas como são áreas pequenas o *gado fica mais na estrada* quando precisam ser *pastoreado* diariamente. No caso, as famílias que dispõem de um pouco mais de terra conseguem reunir no máximo cinquenta cabeças de gado, que identificam como sendo de vários

*donos*, a saber: dos pais, de irmãos e de tios, as quais são sempre mantidas e cuidadas juntas, nos moldes do criatório familiar camponês.

### ***Ruptura do sistema de agregação e formação dos grupos locais***

Como vimos a condição de *vaqueiro* era valorizada pelas possibilidades que se construía em torno deste ofício. No entanto, com a expansão da lógica mercantilista a criação de gado se tornou o principal instrumento de expropriação, com as mudanças nas práticas produtivas sendo utilizadas para justificar o cercamento e a formação de extensas monoculturas, o que contribuiu diretamente para a quebra das relações costumeiras entre fazendeiro e agregado ou até mesmo a expulsão dos *agregados*.

No processo de implantação de cercas, de desmatamento para a formação de pastagens ou dos cultivos irrigados, os fazendeiros que ali se estabeleceram fizeram uso da força de trabalho familiar e se valeram da demanda por terras para definir as formas de pagamento e condições de trabalho. Por sua vez, os *agregados* expropriados e os camponeses que mantiveram algum patrimônio familiar procuram manter vínculos e relações de parceria com as fazendas tendo em vista acessar, em determinados momentos, recursos, terras de cultivo ou trabalho no interior desses domínios.

No entanto, os novos fazendeiros desejosos de estabelecer o controle privado sobre os recursos, ampliam significativamente a criação de gado, para tanto contam com financiamento e subsídios públicos introduzidos na região, principalmente, pela SUDENE e, desta forma, busca restringir o acesso dos agregados às terras de roça em uso e aquelas em descanso, às soltas e lagoas no interior das fazendas. Além disso, algumas fazendas passam a impor a formação de pasto, após um único ciclo de cultivo, como condição para o arrendamento de terras e a exigir porcentagens da produção, cada vez mais elevadas, como pagamento pelo uso da terra, como narrado por João Batista, que no passado se deslocou pela região do Japoré com os avôs em busca de *terra de trabalho*:

João Batista – trabalhamos com João Veríssimo, baiano de Santo Sé. Depois mudamos para um trem enrolando no Barreiro mesmo de João Pastor. Mas era assim, esse ano nós tava nessa roçona aqui, queimava, plantava, quando o mantimento tava saindo o cara chegava: ah, vou precisar do lugar aí, botar o gado aí. Tinha vez que arrancava mandioca dessa grossurinha assim, o gado entrava, comia tudo. Que ia dizer o escravo, ia apanhar do bichão.

Pesquisadora – mas a escravidão não tinha acabado?

João Batista - Mas apanhava do mesmo jeito, passava de uma roça para outra, de uma roça para outra. Um dia meu avô ficou tão danando... faltou matar! Fizemos uma casa neste ano, no outro já teve que sair. Só depois que mudei para o assentamento que ninguém mais empurrou. Não podia criar nada naquele tempo. Porque naquele tempo o trem era criado tudo solto, mas a gente não tinha essa liberdade. Agora é criado preso, mas tem a liberdade (João Batista, Vila Primavera, fevereiro de 2012).

Atualmente, participe do Assentamento Novo Plano, João Batista compara as imposições feitas pelos fazendeiros como uma forma atualizada de escravidão, ou seja, toma a relação com o fazendeiro, semelhante àquela vivida pelos ancestrais no passado. De acordo com a sua narrativa após o cercamento, como não tinham acesso à terra para se reproduzirem nos moldes camponês, através do trabalho na terra, ele se viu obrigado a se sujeitar a *um trem enrolando*, a uma relação de agregação que do seu ponto de vista não se efetivou, uma vez que, o trabalho realizado na formação da roça foi apropriado pelo *patrão*, sem que ele pudesse usufruir e, além disso, como se via numa condição de inferioridade sem ter como reagir. Desta forma, ele tece um paralelo entre o infortúnio do sistema de moradia, que obrigava o morador a *passar de uma roça*, ou seja, de fazenda em fazenda sem sucesso e o sistema escravagista, pois tanto em um como em outro, era impossível não *apanhar*. A leitura realizada evidencia o contexto de desestruturação das relações de agregação e permite compreender a recorrência de narrativas colhidas durante a pesquisa que dão relevância ao processo de exclusão em relação à terra e recursos naturais, ante a ruptura do domínio exercido pelos antigos *donos de terra* e os chamados Coronéis de Manga e a partir daí as estratégias de resistência desenvolvidas frente aos herdeiros e novos proprietários com a venda das fazendas.

As narrativas coletadas durante o trabalho de campo valorizam também a importância do sistema de agregação construído na relação social com coronéis e fazendeiros onde “terra, trabalho e moradia” se combinavam e que legitimou por muito tempo um formato camponês de uso da terra. A valorização deste modelo geralmente é feita através da associação da *agregação* a um período de abundância de alimentos e de maior disponibilidade de terra. A idealização do passado, entretanto, não excluiu uma leitura crítica da relação de agregação o que é feito por meio de um paralelo entre passado e presente. Quando afirmam que *o pobre não tinha valor*, pois para eles, *no tempo em que era mandado*, não havia a possibilidade de reagir. Ao *pobre*, ao agregado, não era dado o lugar de fala, a *gente só veio ficar liberto aqui de 1970 prá cá, aí a gente*

*tomou mais um fôlego. Veio o Sindicato de Trabalhador Rural que deu nós mais uma liberdade. Aí melhorou muito. Atualmente, diferente do passado é possível responder: vô, não vou. Faço, não faço, para qualquer um que chegar. Enquanto antes não podia falar nada, o pequeno tinha que ficar calado. Segundo Dona Rosa Barreira: Fazendeiro era igual rei, falava pau, era pau. Falava vai vaquejar, a pessoa tinha que vaquejar, pulava no cavalo e não voltava.* Assim, no contexto do sistema como afirma Moura (1988), para assegurar a sua reprodução física e social o camponês vivencia uma condição paradoxal em relação à fazenda, de autonomia subordinada (MOURA 1988, p. 84).

Cabe notar que a recorrência ao fazendeiro e à fazenda se vincula a três dimensões significativas, a mais básica, a formação histórico-cultural e econômica da região se deu na fazenda que instituiu uma sociedade baseada na relação social fazendeiro x vaqueiro. A partir daí é possível entender a leitura dos moradores das comunidades onde este estudo foi desenvolvido, mas também a minha própria interpretação, dado que sem a fazenda e o fazendeiro não é possível apreender a situação social em análise.

No presente etnográfico o que as narrativas acionam é que a agregação embora implicasse numa relação de dependência em relação ao fazendeiro, que se estendia inclusive à família do agregado, não equivale ao poder exercido pelos atuais proprietários e donos de fazenda. Na perspectiva dos sujeitos pesquisados a dimensão de domínio que emana da noção vigente de propriedade privada é muito mais excludente e restritiva, a ponto de obliterar um conjunto de práticas tradicionais, saberes e fazeres. Além disso, a lógica privatista das fazendas é apontada como responsável pela degradação de recursos outrora abundantes.

A partir de leituras sobre as mudanças nas relações entre sujeitos e nas relações com o lugar os moradores buscam elaborar a continuidade do próprio grupo, o que é feito através do acesso à memória e pela valorização de práticas que promovem a sociabilidade do grupo. No caso, resgatam no tempo da agregação uma forma de se relacionar sustentada pela valorização do trabalho e por uma lógica de usos e direitos que orienta a apropriação de recursos ambientais de *uso comum*. Essa lógica nativa de se relacionar tem por princípio a articulação de regras de apropriação individual e de

uso comum nomeada nos estudos de Godoi (1998) como “sistema do lugar<sup>43</sup>”, o que inclusive orienta a incorporação ou não de *chegantes*.

No desenvolvimento desta sessão buscamos apresentar, na perspectiva dos quatro grupos locais que compõem o Quilombo da Tabua os processos sociais de mudança e resistência mais recentes que culminaram na manutenção dos vínculos com o lugar, porém na redução das famílias a pequenas glebas de terra do território.

Para os grupos familiares de Vila Primavera a desagregação do sistema de agregação e as mudanças na forma de vinculação com o lugar são relatadas, principalmente, como consequência da venda da fazenda *Tabua*, que pertenceu ao Coronel João Pereira para Pedro Braga, que chegou à região em 1963,  *vindo de Governador Valadares* e, como dizem, chegou comprando terra *para limpar*. O novo fazendeiro é descrito como aquele que usa a violência para expulsar os agregados e para implantar uma nova forma de domínio, assentada sobre a lógica da propriedade privada e do modo de produção capitalista. Dessa forma, o uso comum dos espaços e o manejo em comum dos recursos ambientais passam por processos de desestruturação e de expropriação impondo aos moradores das comunidades constituintes do Quilombo Tabua a conjugação de novas dinâmicas para a reprodução familiar, em espaços exíguos, o acesso restrito aos recursos ambientais e submissão à perda da autonomia. Ao mesmo tempo em que, para reproduzirem as formas de uso e apropriação relacionadas ao criatório de gado na *solta*, no *tempo da invasão*, cercam suas posses, nas *terras de lagadiço*, dado terem sido informados de que essas áreas não eram passíveis de serem tituladas como propriedade privada, por se constituírem patrimônio da União. O fazendeiro acima mencionado se estabelece na região fazendo uso da violência, intimidação física e verbal junto àqueles que viviam como agregado nas terras dos *Coronéis de Manga* e antigos fazendeiros e neste processo incorporou *terras devoluta* utilizadas como área de *solta* e posses estabelecidas por grupos camponeses ampliando significativamente o seu domínio ao cercar áreas sempre maiores e restringir a permanência e o trânsito dos moradores nas áreas *abertas*, consideradas de uso comum, sempre através da violência. Posteriormente, parte das terras apropriadas foram

---

<sup>43</sup> Para Godoi (1998) a incorporação de *gente de fora* ao grupo se dá pela adesão ao *sistema do lugar* o que “implica na solidariedade, no respeito à honra e à hierarquia, mas refere-se também a um conjunto de direitos combinados sobre a terra e demais recursos naturais” (GODOI, 1998, p. 110). De acordo com a autora os *direitos combinados* se fundamentam na noção de *terra em comum*, isto é, não repartidas, quando na ausência de direitos precisos se combinam “domínios de usufruto comum e regras de apropriação individual” que são atualizadas ao longo do tempo, o que significa levar em conta as relações de poder e a hierarquia que perpassam as relações no interior do próprio grupo (idem, 1998, p. 111 e 115).

regularizadas através do usucapião e, segundo antigo morador, a ação judicial foi paga com a entrega de uma parcela de terra ao juiz.

Se analisarmos as estratégias que ele utiliza é possível concluir que ele exerceu inicialmente uma forma de *comando* semelhante aos antigos coronéis da região pautada no uso da violência. Porém, suas ações se orientam para o esvaziamento dos lugares e inviabilização produtiva e reprodutiva dos antigos agregados que ali viviam, o que dá origem a um processo de resistência protagonizado de forma distinta, por sujeitos e grupos familiares estabelecido na região.

Famílias que habitavam a região do *Cardoso* e *Alto Bonito*, bem como, daqueles que moravam nas localidades do *Porto*, *Catinga*, *Nogueira* no tempo do Coronel João Pereira e conviveram com os seus mandos e desmandos viram o seu modo de vida ser significativamente afetado com a chegada de Pedro Braga, pois ao se estabelecer na região, ele rompe com a lógica de direitos e obrigações que alimentava as relações de interdependência entre sujeitos em posições hierárquicas distintas, *dono de terra* e agregado e que se perpetuaram até então. O fazendeiro que chega passa a explorar economicamente os recursos ambientais abundantes na região: madeira, pastagens naturais, pescado através da mercantilização da mão de obra, quando privilegia o trabalho de diaristas e passa a utilizar o “sistema de barracão” como forma de imobilização da mão de obra.

Emergem no processo duas formas de agir diante da expropriação, por um lado, a manutenção de um vínculo individual com o fazendeiro por meio do assalariamento e continuação da troca de favor e, por outro lado, a impossibilidade de vínculo pela articulação entre parentes e vizinhos que construíram formas coletivas para permanecer em suas posses via acionamento de mediadores institucionais, como o STR. Desta forma, foram aliciados antigos agregados e, também, *povo de fora que vinha plantar com ele. A gente trabalhava e quando era final de semana vinha lá de Manga aquele cherem, aquele farelinho de arroz.* Ao sinalizar a baixa qualidade do alimento fornecido pelo *patrão*, o morador que hoje é assentado num Projeto de Reforma Agrária em Carinhanha, no estado da Bahia, pondera que *trabalhou com ele por que não tinha ninguém* a quem recorrer e também porque coincidiu com uns *anos seco*.

A imposição de mudança na relação com a terra desestabiliza os sistemas produtivos que garantiam a reprodução de tradições de conhecimentos compartilhadas pelas famílias. A criação de gado nas terras *livres*, as práticas tradicionais de caça no



*lagadiço* e de pesca nas lagoas, a retirada de produtos na mata de *catinga* e de *terras baixas* são reduzidas drasticamente e passam a ser realizadas de forma marginal e às *escondidas*. Do mesmo modo, as estratégias de deslocamento sazonal para a realização de plantios *das águas* e *de vazantes* em diferentes espaços deste vasto território são reduzidas, o que afeta diretamente a soberania alimentar dos grupos. Assim, com o passar dos anos, a maior parte daqueles que viviam como agregados se transferiram para outras regiões e permaneceu, somente, um número reduzido de famílias em decorrência de direitos de herança e de compra de pequenas posses. Assim, conseguiram sobreviver ao processo de expropriação e se mantiveram atualizando, nos moldes camponeses, as formas tradicionais de uso e manejo do ambiente por se encontrarem situadas no interstício entre os grandes domínios, por um lado, fazendas de gado que em parte se constituíram como propriedades e, por outro lado, Projetos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA.

Algumas famílias, de Vila Primavera, se mantiveram na região porque perpetuaram relações com os chamados *donos de terra*, ao adotarem estratégias individuais que propiciam aos seus moradores transitarem, liminarmente, entre as condições de morador, de posseiro e de diarista. Ou seja, ora trabalham para o *patrão*, ora para si mesmo. Essa situação se perpetua até conseguirem arrecadar uma área de terra, negociada nas relações pessoais com os fazendeiros e registrada em seu nome. Diferentemente dos moradores de Espinho, Malhadinha e Manga Velha não recorreram à justiça para regularizar a ocupação de parcelas da terra historicamente ocupada.

Para os grupos familiares do Espinho, a principal referência de mudança na relação com a terra é a década de 1980, quando Joaquim Cesário vende parte da fazenda Japoré para Pedro Braga. Os moradores mais velhos lembram que, antes dele, outros manifestaram interesse naquelas terras, mas desanimavam, *eu não, aqui tem muito morador*, quando Joaquim Cesário dizia que não tinha como indenizar os *agregados*. Enquanto Pedro Braga falou, *eu compro e tiro, se não quiser sair, eu tiro na bala*.

Os moradores relatam também que Pedro Braga chegou no *Espinho Velho* com seu jagunço Jaci, que *andava com dois 38 na cintura e uma carabina*. A partir deste momento, ele passou a proibir práticas corriqueiras como *derrubada da mata* para a abertura de *roça nova*, a retirada de madeira e até mesmo a pesca e o abastecimento de água para consumo nas lagoas, o que passou a ser feito às *escondidas*, mas num contexto de muita tensão, com as famílias correndo risco de receber tiro. Além das

ameaças constantes e proibições, *tinha dia que cismavam e ai davam quinze, vinte tiros* e todos viviam com medo.

Pedro Braga é lembrado pelos moradores, sobretudo pela violência e pelos requintes de crueldade<sup>44</sup> que utilizou para se ver *livre* dos moradores do *Espinho de Cima* e incorporar as posses, por eles constituídas, no interior da fazenda Japoré como seu domínio:

O Pedro Braga fez muita *judiação* com todo mundo daqui, o filho dele dava tiro na beira da lagoa para intimidar o povo a sair. Alguns saíram e foram parar em outros lugares como o Henrique Barreira, que foi morar na Japorema. Os homens dele vinham de noite com espingarda. Pedro Braga colocou fogo na casa de Zé Moreno, queimou tudo. Ele ficou até sem roupa. Ele colocou fogo também no milho colhido do Zé Moreno. Aqui o Pedro Braga aprontou... esse povo que mora aqui só ficou porque é atrevido, eles colocaram fogo na cerca da roça também e o gado dele entrou e comeu tudo (Julia Neres Santana, Espinho, fevereiro de 2012, grifos da autora).

A *judiação*, a violência, a resistência marca o passado daqueles que viveram como *agregados* nesta região. Porém, eles passam a ser configurados como conflitos de terra principalmente a partir dos anos 1970 e 1980, ante o crescimento da luta sindical e do movimento social no campo, o que leva a judicialização e desapropriação de áreas em litígio em várias regiões do país, inclusive na região em foco.

Até então, as famílias viviam dispersas e cada família tinha quintais e roças já formados, todos cercados para o gado não entrar. No processo de expulsão, segundo os moradores, *como as famílias não saíram, como elas resistiram* Pedro Braga sorrateiramente durante a noite colocou fogo nas *achas de madeira que cercavam as roças*. A partir deste momento, *foram sete anos de sofrimento e luta*, sem poder mais plantar roça, pois estavam impedidos de tirar madeira na mata e pressionadas pelas muitas cabeças de gado que o fazendeiro passou a manter ali. Eles lembram que o *Davi gerente*, administrador da Beirada no tempo dos Goianos, *deu uma mão pra gente, então a gente ficou trabalhando aqui* onde tinha trabalho e terra para trabalhar. Enquanto muitos foram trabalhar no *Lajedão*<sup>45</sup>, *na Bahia e no Jaíba*. Foram anos de muita tensão e medo, como contam as mulheres que frente a necessidade dos homens saírem para trabalhar *fora* se viam sozinhas cuidando das crianças e dos velhos, elas

---

<sup>44</sup> Vale observar que Pedro Braga escolheu “Adolfo Hitler” como nome para um dos seus filhos, numa clara apologia ao racismo e ao nazismo, o que pode ser comprovado pelo documento do Cartório de Registro de Imóveis de Manga, em anexo.

<sup>45</sup> Área interiorana do município de Matias Cardoso, nas proximidades do rio Verde Grande.

afirmam que para se proteger recorriam a Nossa Senhora Aparecida, para quem fizeram promessa e pediram para *livrá das balas e das ameaças*.

Nesta época o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga estava começando, alguns moradores do Espinho lembram com orgulho que foram eles que o fundaram em 1974, *tem nosso nome lá é só procurar que acha, demos nosso nome*. Eles também afirmam que o *sindicato caminhou junto com a gente... nós sofremos... não sei nem quantas vezes a gente foi na cidade atrás de juiz e delegado*.

Depois de várias tentativas de negociação sem sucesso o fazendeiro trouxe uma escritura falsa e disse *que era para mudar tudo para um canto só, foi. Aí deu 90 dias de prazo para desocupar*, mas quando foram atrás de advogado descobriram que o documento não tinha validade, porque faltava a assinatura da mulher de Pedro Braga, então se recusaram a sair. Depois disso, o fazendeiro *enfzou*, não queria mais negociar, *não queria dar mais nada*. Alguns lembram que ficou um impasse, depois políticos de Manga se envolveram na demanda, *eram muito amigo dele, aconselharam*.

As negociações se arrastaram por mais de quatro anos, *demorou*. Os homens tendo que trabalhar fora e a situação cada vez mais difícil, pois se viam impedido de tirar madeira para cercar suas áreas de roça. A ação judicial levada à frente com apoio do STR e com referência na legislação agrária<sup>46</sup>, sela a perda das condições de produção e reprodução dos agregados que são neste contexto indenizados como posseiros. Assim, a negociação de uma área no interior da fazenda, *um lote*, converte agregado em *posseiros*, com os moradores perdendo a casa e a roça onde viviam e, além disso, a condição de viver *liberto* nos domínios da fazenda. Esses moradores receberam uma área de 18 alqueires de terra, registrado em nome de sete posseiros<sup>47</sup>. Cada morador com sua família ou com seu grupo familiar se estabeleceu numa tira de terra de pouco mais de 12 hectares. Foi quando *mudamos pra aqui, fizemos as casinhas de barro e criamos a Associação, em seis e dezembro de 1987*.

---

<sup>46</sup> Estatuto da Terra, Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Importante peça no ordenamento jurídico brasileiro. Regulamenta o uso da terra. Os conceitos por ela definidos, como a função social da terra, reforma agrária, minifúndio, latifúndio, entre outros, orientam as ações do governo na implantação da reforma. Surgiu no Brasil em resposta às lutas camponesas durante o regime militar.

<sup>47</sup> Jerônimo Damião da Costa (falecido, 7 famílias: filhos e netos); Otaviano José de Souza (falecido, 8 famílias: filhos e netos); João José de Souza (falecido, 5 famílias: viúva e filhas “mãe solteiras”, filhas e neta); José Fernandes Guimarães (falecido, 3 famílias: viúva e filhos); Cosme e Damião (falecido, 10 famílias: viúva e filha, filhos e netos); João Ferreira da Silva (falecido, 3 famílias: sobrinho, neta e *chegante*); Francisco Pereira de Souza (Chico Barreira, 4 famílias: a dele, filhos e irmã). Família, neste caso, é a denominação dada aos grupos domésticos de um mesmo tronco familiar.

As mulheres narraram esta passagem como um momento de muita alegria, *época dos mutirões, quando a gente reunia para barrear as casas de taipa*. Elas contam que o mutirão era assim, as mulheres traziam água da lagoa na cabeça, os homens cavavam e amassavam o barro. Então trabalhavam todos juntos e cantavam também: *Besouro massa seu barro! He! Barro vermelho!* E foi assim que as casas ficaram prontas, rapidinho e no ritmo do batuque.

Para os moradores da Malhadinha, o principal marco de mudança nas relações com o lugar é o acordo feito pelos herdeiros de Joaquim Cesário após sua morte, no final da década de 1980. Naquele momento o filho mais velho *Joaquinzim* chama os *agregados* do pai para dizer que as terras da família, a fazenda Japoré, estavam à venda. Ele afirma que os moradores deveriam ter suas casas, benfeitorias, lavoura e quintais indenizados, naquele momento ele rompe o circuito de favor mantido pelo pai em relação aos agregados e se desresponsabiliza, afirma que *era muito dinheiro, que não tinha como fazer o acerto*. Mas ele também atualiza e interdita o circuito do favor ao *ceder* uma pequena área de terra aos agregados, o que foi formalizado em cartório através do desmembramento de uma gleba da fazenda que legalmente passou a ser chamada de Vila Aparecida. A área foi registrada em nome dos *nove posseiros mais velhos*, parte deles já falecidos<sup>48</sup>, mas os moradores mantiveram o nome antigo, Malhadinha.

A partir de então, as famílias se deslocam de suas posses familiares distribuídas pela *Malhadinha Velha*, onde tinham acesso a uma maior diversidade de recursos e terras de cultivo, que possibilitava a eles criar *na solta* bode, porco, galinhas, galinha d'angola e pato. Onde podiam pescar, caçar animais selvagens e diferentes espécies de aves como pato e marreco que eram abundantes naquelas beiras. Assim, os posseiros mais velhos junto com seus parentes se estabelecem em pequenas faixas de terra nas proximidades da Lagoa Aborrecida.

Por um lado, os moradores da Malhadinha em seus relatos sobre o passado atribuem à pessoa de Joaquim Cesário e ao sistema de agregação que ele representou

---

<sup>48</sup> Maria das Mercês Alves (falecida, hoje 6 famílias: filhos e netos); Cecília Barbosa da Silva (falecida, 2 famílias: filho e sogra); Luis Nunes de Oliveira (falecido, 4 famílias: viúva, irmã, sobrinha e *chegante*); Lauro Nunes de Oliveira (4 famílias: a dele, viúva do irmão, sobrinha, irmã; João Pereira (João Barreira, 4 famílias: dele, filhas e filho); Antônio Juvenal da silva (falecido, 9 famílias: filhas, filhos e netos; João Cardoso dos Santos (3 famílias: a dele, filho e filha); Francisco Camilo Silva (Piauí, falecido, 6 famílias: filhos e netos); Raimundo Manuel Santana (Piauí, falecido e incorporada à gleba do filho Augusto Manuel Santana; Augusto Manuel Santana (4 famílias: a dele, filhos e filha). Aqui também o termo família é empregado como sinônimo de grupos domésticos de um mesmo tronco familiar

um período onde se tinha *liberdade* para viver e trabalhar. Pois, como nos disseram no *tempo de Joaquim Cesário* o morador tinha à sua disposição *mata* para fazer roça, bem como madeira, peixe e caça a vontade, que podia utilizar para suprir suas necessidades e também *espaço para criar* na *solta*. Ser *agregado* junto à fazenda Japoré significava também entregar  $\frac{1}{4}$  da produção obtida do cultivo de milho, mamona e algodão, o que na perspectiva dos moradores era feito sem muita exigência quando o ano era seco, como o *pagamento da renda* não sendo lembrado como um peso excessivo.

O passado é narrado pelo morador de forma idealizada em contraposição à expulsão vivenciada de forma incondicional embora, neste caso, a destituição da condição de agregado tenha sido mediada pela cessão de uma pequena área de terra. A não explicitação de divergências entre os herdeiros e os moradores, no contexto da venda da fazenda, corrobora para a positivação do passado, preservado pela idéia de liberdade.

Por outro lado, os moradores da Malhadinha relatam também que no *tempo de Joaquim Cesário* eram comuns os mutirões de trabalho que reuniam não só os *agregados* que moravam nas terras da fazenda, mas também famílias da Justa, da Beirada, da Tabua e do Calindó.

Durante os mutirões da fazenda Japoré os moradores trabalhavam de dia e *faziam festa a noite*, festas que mobilizavam a região, com muita comida e com forró a noite toda. Mas *se você não trabalhasse não dançava também não, enquanto não pagasse para o dono da festa, não dançava*. Assim, motivados pela sociabilidade que o mutirão propiciava e pela possibilidade de atualizar a relação de proximidade e interdependência que mantinham com o *dono da terra* os moradores cuidavam das roças de Joaquim Cesário *a troco de comida* e levavam dali *um pouquinho para os filhos*. Os dias dedicados à fazenda, narrados como mutirões de trabalho, compõe o conjunto de obrigação contratadas entre agregado e *dono da terra*, cujo cumprimento dava direito à área de cultivo destinada ao consumo familiar.

De acordo com as narrativas colhidas junto a moradores mais velhos, no começo do século XX as terras da Beirada eram *comandadas* pelo coronel João Costa e não havia dificuldade para quem quisesse estabelecer moradia e roçados em Manga Velha, pois segundo a Velha Massu *ele só queria saber de renda*. Neste caso, diferente do sistema anteriormente descrito, o contrato verbal entre *dono da terra* e agregado remetia ao pagamento de uma porcentagem da produção obtida pelo agregado. Na

década de 1970 a fazenda foi vendida para fazendeiros *de fora*, os Goianos e em 1987 foi vendida novamente, desta vez para empresários de Guanambi na Bahia, o que envolveu a obtenção de crédito junto ao Banco do Nordeste pela empresa Agropecuária Beirada S/A, quando o imóvel foi penhorado. O empreendimento recebeu também financiamento da SUDENE para instalação de usina de álcool, para implantação de irrigação e criação de gado. Porém, a empresa acumulou uma dívida junto ao sistema bancário que culminou na paralisação das atividades. Segundo os moradores, desde então, as terras foram arrendada para Roberto Cabral.

De acordo com a Velha Massu depois que *os Goianos* compraram a Beirada, *o Davi* (gerente da fazenda) *pelejou para tirar nós daqui* e foi preciso *colocar o pé na parede, falar não, daqui não saio... Nós queremos terra para trabalhar*. Assim, os chamados *posseiros velhos* resistiram à expulsão. Ela lembra que, nesta época, os moradores eram *mais espalhados, cada qual tinha a sua rocinha, cercada de madeira, o gado não abusava, cada qual tirava a sua criaçãozinha, a sua ovelha, o seu porco*. Mas depois, quando esses fazendeiros compraram, exigiram que vendesse as criações, *vendi para não ter confusão, as duas cabecinhas de gado, mas sair ninguém saiu*.

Velha Massu – ninguém aceitou. Então nos fomos lutar, botemos nosso advogado... É, isso aqui foi ganhado com os Goianos. Eu, Jovi, Miúdo, Pedro e os parentes deles. Parente assim que era casado com irmã dele (Lió Barreira). Desde essa época que eu moro aqui, já está com mais de 50 anos. Tô comendo e bebendo, ajudando os meus netos, filha eu só tenho uma aqui. Filhos, fizeram vida aqui e a caçula é uma que mora aqui, uma fortuna.

Pesquisadora - Quando a senhora chegou, quem morava aqui?

Velha Massu – Tronco velho é o finado Alvídio, era um velho que tinha aqui, que é de um lugar que dá muito feijão, esqueci o nome do lugar, ele era filho de lá. Era seu Alvídio, era finado Mané Fubá, era Benvindo, era Júlio Preto, era aquele outro marido de dona Maria. Era um bocado... Tinha um bocado de gente neste território. Aqui na Esperança (ilha) tinha muito morador. Tudo trabalhava roça e tinha muita fartura (Velha Massu, Manga Velha, abril de 2012).

Em Manga Velha, assim como no Espinho, os agregados ameaçados pelos novos *donos* da fazenda Beirada buscam na legislação agrária uma forma de manter seus vínculos com a terra. Neste contexto, os agregados, chamados de *moradores* são qualificados como *posseiros*, termo que foi apropriado por eles e utilizado como forma de identificação e distinção. No contexto de nossa visita de campo, nos informaram que o grupo local de Manga Velha é composto atualmente por *posseiros velhos* como a velha Massu e seus descendentes, por *posseiros do tempo da invasão* e pelos *baianos*, ou seja, famílias que vieram do outro lado do rio.

No caso, as relações de proximidade e parentesco entre grupos da margem esquerda do rio São Francisco que pertence ao estado de Minas Gerais e a margem direita, que pertence à Bahia, são afirmadas pelos moradores como pretéritas, com referência nas informações transmitidas por seus ancestrais, originários da margem direita. Nessa área baiana, há um número significativo de comunidades autoidentificadas como remanescentes de quilombo<sup>49</sup>, especialmente, os Quilombos de Parateca, e do Rio das Rãs<sup>50</sup>, onde existem parentes dos moradores de Espinho, e onde são atualizadas estratégias de casamento preferencial entre primos. Os moradores do Espinho afirmam também, em relação à Beirada, que nos primeiros anos o arrendatário Cabral retomou parte das atividades da fazenda, gerando uma expectativa momentânea de trabalho na região. Porém, os pagamentos de serviços logo começaram a ser interrompidos. Depois ele acumulou dívidas e passou a buscar trabalhadores da Bahia. Fato que gerou denúncia de trabalho escravo, posto que esses trabalhadores ali permaneceram trabalhando por meses sem serem remunerados e submetidos a alojamentos e alimentações extremamente precárias. Atrrelados ao *patrão*, só tiveram acesso a documento e recursos para retornarem às cidades de origem após a intervenção do Ministério do Trabalho, o que está registrado em reportagem e relatório da CPT ao qual tivemos acesso. Duas destas famílias permanecem na fazenda, estabeleceram vínculos com os moradores do Espinho e participam inclusive da Associação Quilombola.

No ano de 1999 a fazenda Beirada foi ocupada por trabalhadores *sem terra* articulados pela Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas – LIGA, que naquela oportunidade reivindicaram do INCRA a transformação do imóvel em assentamento para reforma agrária. Na perspectiva dos moradores, o INCRA buscou desenvolver ações neste sentido, mas se depararam com pendências junto aos credores, que demandariam muito tempo para serem resolvidas. Na época, outros fazendeiros da região procuraram o INCRA negociando suas terras, o que viabilizou o assentamento

---

<sup>49</sup> Na margem direita do São Francisco podem ser encontradas as seguintes Comunidades Remanescentes de Quilombo: no município de Malhada as comunidades autoidentificadas de: Parateca e Pau D'Arco, Rumo ao Rio e Tomé Nunes; no município de Bom Jesus da Lapa as comunidades de Alagoinhas, Araçá Cariaca, Batalha, Campo Grande I, Campo Grande II, Fortaleza, Lagoa dos Peixes, Pedras e Patos, Rio das Rãs e Santa Rita. Além disso, na margem esquerda do São Francisco temos: no município de Carinhanha as comunidades autoidentificadas de: Angico, Barra da Parateca, Barrinha, Canabrava, Feirrinha/Marrequinho, Garrido, Ramalho, Três Ilhas (AMORIM, 2005)

<sup>50</sup> A constituição de Rio das Rãs como Quilombo, a par do direito constitucional, apresenta-se como importante referencial para a luta travada para assegurar-se como sujeito de direito e a forma de manejo coletivo do território.

dos acampados vinculados à LIGA. Assim, como resultado desse processo de mobilização foram adquiridos imóveis na região e implantados três assentamentos de reforma agrária, os quais incidiram sobre as antigas ocupações, tais como *Nogueira, Catinguinha, Cardoso, Tabua, Mamoneira e Jacaré*.

Segundo os moradores, a iniciativa de ocupação da fazenda Beirada foi realizada por *sem terras* oriundos principalmente da periferia da cidade de Manga. Alguns moradores situados na área de implantação dos assentamentos aderiram posteriormente, quando já estava em curso o processo de negociação das áreas que foram adquiridas.

A implantação dos Assentamentos Novo Plano, Três Rio e Ouro Verde institui na região uma nova dinâmica, que passa pela maior circulação de pessoas *de fora*, por investimentos públicos para abertura de estradas, demarcação e estruturação dos lotes destinados às famílias cadastradas pelo INCRA<sup>51</sup>.

### ***Mudança, resistência e atualização dos vínculos com o território***

Foi possível apreender ao longo da pesquisa que até a década de 1960 a população da antiga *Tabua* era bastante significativa, sendo composta por *vaqueiros e agregados* e por um campesinato autônomo, sem haver distinção entre essas situações sociais no tocante à forma de utilização dos recursos ambientais. Todos os moradores se dedicavam à formação de roça, ao criatório de animais, e a um conjunto de atividades articuladas de modo complementar e estratégico pelos grupos familiares, tais como, pesca, caça, extrativismo e etc. O manejo dos recursos ambientais apoiava-se em valores, saberes e fazeres compartilhados coletivamente desde os antepassados. De modo especial, o conhecimento sobre os ciclos naturais e sobre como estes afetam ou mesmo determinam campos de atividades.

O conhecimento sobre os ciclos ecológicos, produtivos ou agroecológicos é comunicada pelo emprego de categorias e, em alguns casos, pela possibilidade de contrapor algumas destas categorias como: *roças da águas* (plantio realizado tempo das chuvas) e *roças de vazante* (plantio realizado fim da cheia); *pesca de lagoa* e *pesca de rio*; *amansador e solta*; *solta nos gerais e solta na vazante*; *Reino das Garças*; *terra de*

---

<sup>51</sup> Segundo Elizário um total de 88 famílias, sendo: 37 no Assentamento Novo Plano, 27 no Assentamento Três Rios e 24 no Assentamento Ouro Verde, aproximadamente dez por cento dos lotes foram ocupados por moradores do lugar.



*capão, terra de catinga, terra de vazante, terra de cultura; carrasco, catinga, mata, entre outros.*

Ocupações antigas e de modo especial o *Sobrado Velho* são acionados pelos agregados e descendentes como forma de afirmar um vínculo pretérito, que correlacionam às denominadas *caboclas* ou *tapuias*, que no passado foram perseguidas e capturadas com ajuda de cachorros e incorporadas ao grupo de negros e negras mantidos como escravos por potentados como Manuel Nunes Viana, desde o processo inicial de formação da região no final do século XVII.

Os *troncos velhos*, como são lembrados, organizavam, por meio de uma rede de parentesco, as relações sociais e as territorialidades, estas sustentadas por regras de sucessão e herança, que garantiam a perpetuação de um modo de ocupação camponesa nos interstícios das fazendas e na relação de autonomia e vinculação que mantêm com os fazendeiros. De acordo com moradores mais velhos, glebas herdadas dos antepassados na medida em que não foram submetidas ao processo formal de partilha foram mantidas como patrimônio familiar indiviso. Posteriormente, estes grupos familiares vivenciaram diferentes processos de expropriação que apresentam peculiaridades de acordo com o campo de relações de poder no qual se inseriram, como busco descrever abaixo.

Parcelas de terras que compunham o patrimônio *dos Carretão* foram apropriadas pelo coronel João Pereira. Integrantes deste grupo familiar relatam que o Coronel, relacionado por compadrio com o Aprijo Carretão, solicitou-lhe guardar o documento da terra para que não fosse roubado, dado que essa prática tinha sido instaurada no município. Dessa forma, aproveitou da confiança depositada pelo então compadre Aprijo Carretão e de posse do documento, transferiu as terras para si. Posteriormente, com sua morte, essas terras foram requisitadas pelo herdeiro, como parte da herança deixada pelo pai, o que levou a desagregação da parentela que vivia na Japorema e reduziu Aprijo Carretão e seus descendentes a uma posse de poucos hectares.

Terras que pertenceram aos *Cardoso*, à Sá Jovita e de *todos que morriam* foram compulsoriamente expropriadas pelo Coronel João Pereira. Nas narrativas registradas no trabalho de campo, ele *mandava matar o camarada*, pagava as despesas do velório e depois expulsava a viúva dizendo que *mulher não precisava de terra*. Essa forma de agir foi denominada pelo próprio coronel e pelos moradores do lugar como

*herança*. Além do Coronel Pereira, *Os Lobos*, o Coronel João Costa e outros cujos nomes se perderam no tempo, *comandaram* essa região de modo similar, através do uso da violência e intimidação.

Nas margens do Calindó, restaram *glebinhas* de terras *dos Cardoso* e essas pequenas posses foram posteriormente expropriadas pelo fazendeiro Pedro Braga e seus descendentes, através das estratégias por ele utilizadas de cercamento e incorporação de posses e áreas de uso comum aos seus domínios, como registrado anteriormente. No contexto de cercamento e de venda das fazendas, os agregados situados no interior das mesmas e aqueles que tinham suas posses em seus interstícios enfrentaram ameaças e constrangimentos por parte dos novos fazendeiros e dos *jagunços* por eles agenciados, que desconsideram as formas consuetudinárias de relação com a terra. Além disso, as terras e os recursos ambientais passam a ser explorados com maior intensidade seja para criação de gado, seja para extração e venda de madeira.

Muitos acompanharam suas posses, terras de trabalho e antigos *direitos* serem compulsoriamente incorporados às fazendas e serem vendidos para pessoas *de fora* e transformados em pastagens.

Por um lado, o grande número de cabeça de gado dificulta, ou mesmo, inviabiliza a formação de roças de *catanga* e de *vazantes*. Por outro lado, com o passar dos anos, o aumento do desmatamento e de pastagem concorrem negativamente para o impacto ambiental sobre lagoas e antigos furados que são transformados em pasto. E são cerceados os caminhos tradicionalmente percorridos nos deslocamentos entre as áreas produtivas das famílias organizadas no modo camponês, entre as *terras de catanga* e as *vazantes*, nas *terras baixas* e ilhas do rio São Francisco.

. Ameaçados em suas estratégias reprodutivas *vaqueiros*, *agregados* e as gerações que os sucederam buscam atualizar seus vínculos com o território, o que os levou a se sujeitar a relações de trabalho precárias ofertadas pelas fazendas próximas, com parte dos membros sendo impelido a migrar em busca de trabalho e oportunidades fora da região. Emerge, então, a migração sazonal como estratégia de reprodução do modo camponês para a reprodução da família, como diversas áreas do país demandam mão-de-obra agrícola. Em muitos casos, essa migração sazonal se transformou em atualização da reserva de valor para realizar investimentos e tratamento de saúde, antigamente vinculada ao gado.

Com o início da abertura democrática, na década de 1980 o conflito se torna evidente. E frente à eminência de despejo, alguns grupos resistem no lugar e reafirmam seus vínculos. Negociações judiciais e extrajudiciais permitiram que parte daqueles que resistiram permanecessem em pequenas faixas de terra, porém a totalidade das antigas posses e das áreas de uso comum não foram reconhecidas.

Dessa forma, as famílias que ocupavam a antiga *Tabua* empreenderam diferentes estratégias de resistência, algumas delas assumiram a dimensão política da luta pela terra e da luta por direitos, enquanto outras mantiveram uma luta silenciosa, provavelmente na expectativa do reconhecimento de sua dedicação à fazenda e ao contrato verbal firmado entre sujeitos morais assimétrica e hierarquicamente posicionados.



Foto 28: Andreлина e Aurelina moradoras mais velhas que vivenciaram a *luta* pela terra  
Identificação: Espinho, Manga - MG, novembro e março de 2012

Os moradores do *Espinho Velho* e os *posseiros velhos* de Manga Velha protagonizaram a chamada *luta por terra* ao se contraporem às ameaças e tentativas de expulsão empreendida pelos *donos* das terras no contexto de ampliação do domínio das terras pela expulsão de agregados e expropriação de posseiros que culmina com o cercamento das propriedades que se constituíram no período. Neste processo a mobilização coletiva e acionamento de mediadores externos como STRs e advogados viabilizaram algum apoio à *luta*, o que possibilitou construir formas de permanência no lugar com a demarcação de glebas de terras no interior das fazendas. No caso do

Espinho os *posseiros* receberam a escritura da terra, que foi emitida pelo fazendeiro em nome dos sete *posseiros mais velhos* e no caso da Manga Velha o acordo foi formalizado, as glebas foram demarcadas, mas não houve a emissão de escritura da terra. Provavelmente porque as *Terras Baixas* de Manga Velha se enquadram como *terras da união*, pelo visto nunca foram emitidos títulos de propriedade privada por cartórios em respeito à legislação federal.

Os grupos familiares da *Malhadinha Velha* e Vila Primavera teceram a sua permanência mediante redes de relações interpessoais, o que perpassou gerações de *agregados* e *donos* de terra. Em Vila Primavera quatro grupos de famílias conseguiram manter glebas do patrimônio herdado dos antepassados, os chamados *direitos* ao resistir à expansão das fazendas. Outras negociaram extrajudicialmente a regularização da sua condição de posseiro. No campo de relações assimétricas entre *dono* de fazenda e *agregado*, algumas destas negociações resultaram na emissão do título de terra, como é o caso dos *posseiros de Malhadinha Velha* e do grupo familiar do seu Marciano em Vila Primavera. Outras famílias se limitaram a receber pequenas ajudas, com os agregados se perpetuando como posseiros e diarista no interior da fazenda na expectativa de um desfecho em favor de sua família ou reconhecimento do seu direito.

Nesta seção foi possível apreender mudanças na forma de apropriação da terra e usos dos recursos ambientais, bem como nas relações sociais entre donos de terra e agregados e campesinato autônomo. Dado que os moradores do Quilombo Tabua, recorrentemente, interpretam sua realidade social comparando o presente com o passado, procurei realizar, na construção deste texto etnográfico, percurso similar. Ou seja, transito do passado pelo presente, ao mesmo tempo em que abordo os processos sociais vividos que propiciaram as mudanças verificadas.

Em síntese, posso afirmar que no passado, morar de *agregado* em determinada fazenda, ser morador na *Santa Casa*<sup>52</sup>, ou mesmo, ser *dono* de um pequeno *direito* herdado ou adquirido garantia ao morador a *liberdade* de circular por um território mais amplo nas proximidades dos rios Japoré, Calindó e São Francisco e, assim, conjugar

---

<sup>52</sup> Esta área não é parte constitutiva do território demandado pelos membros do Quilombo Tabua e, por isto, não aprofundarei a questão. Apenas, informo que a terra da “Santa Casa” foi doada à Santa Casa da Misericórdia de Belo Horizonte, sob os cuidados da igreja de Manga, porém diretamente vinculada à igreja de Brejo São Caetano, cujo chaveiro controlava o acesso à terra. Estas terras se situam na margem direita do Calindó, em área contígua à terra do Birusca, onde viveram alguns antepassados dos moradores da Malhadinha e, atualmente, fazem parte do território reivindicado pelo Quilombo de Japoré, composto pelas localidades de Justa I, Justa II e Bebedouro, vizinho ao Quilombo Tabua.

várias possibilidades de uso dos recursos abundantes em conexão com o ciclo de cheia / vazante, período das águas / secas. Pelas *Terras Baixas*, os *alagadiços*, lagoas, *capões* e *vazantes* - naquele tempo cobertos por matas. Pelas *Terras Altas* da *catanga* por onde se deslocavam de tempos em tempos para fazer uso das úmidas terras dos *furados* e, por isso, produtivas. Era comum percorrer grandes distâncias atrás do gado no interior das áreas de *carrasco* e nesse percurso se deparar com as terras úmidas da *varge*, propícias para o criatório dos rebanhos no período das águas. E, avançar mais de duas léguas em direção aos *gerais* em busca de pequi e de outros frutos e fibras só ali encontradas.

Deste modo, a partir destes deslocamentos sazonais era possível desenvolver ofícios e práticas costumeiras, em conexão com os ciclos das águas que demarcam o tempo das chuvas e da seca. E se reproduzir de forma relativamente autônoma ao manejar as potencialidades locais também a partir dos ciclos dos rios que conformam os tempos da cheia e da *vazante*.

No presente, ser proprietário ou ter a sua posse delimitada são condições valorizadas pelos moradores que afirmam que *hoje só vale o que é documentado*. Embora reconheçam que no processo de negociação as terras manejadas pelas famílias e pelas coletividades foram reduzidas à pequenas faixas de terra minimizando as condições de reprodução do grupo familiar, dada a perda da ampla autonomia que possuíam no passado. As famílias perderam progressivamente o acesso a ambientes estratégicos que ofertavam recursos e alimentos na forma de caça e pesca e a *liberdade* de realizar, como de costume, os trânsitos pelo território. O que se impôs não só pela construção de cercas, mas também pelo controle de percursos e lugares pela utilização de jagunços e pela prática de gerentes que fecharam os caminhos que permitiam o deslocamento com mais rapidez e facilidade para visitar parentes e vizinhos. Bem como, para acesso às áreas de cultivo nas lagoas e vazantes na beira do rio São Francisco e às áreas de pastoreio que perpetuaram como espaços de uso comum.

Ao longo do tempo, os moradores acompanharam mudanças nas práticas produtivas das fazendas, viram as *terras de cultura* até então utilizadas para a formação dos roçados serem progressivamente convertidas em pastagens que passaram a dominar a paisagem. No interior das fazendas que se instalaram ocorreu a supressão em grande escala da biodiversidade associada às matas de *catanga* e de *capão*. Estes eram ambientes considerados fundamentais e de valor incalculável por fornecer os recursos que são considerados patrimônio simbólico legado pelos antepassados e atualizado na

luta quilombola por ser a possibilidade de reapropriarem do espaço territorial que eram a fonte de vida de todos e de muitos, desde sempre.

Atualmente boa parte das famílias e muitos dos seus membros se vêm obrigados a buscar trabalho *fora*, como estratégia social tendo em vista complementar despesas de manutenção e viabilizar recursos para a manutenção das famílias. Alguns conseguem ocasionalmente algum trabalho nas fazendas do entorno, nas cidades vizinhas, em Brasília. Para o trabalho agrícola, há o deslocamento para o estado de São Paulo e, até mesmo, para o Rio Grande do Sul. Durante a semana muitos membros adultos saem para trabalhar como bóia fria em Mocambinho, uma das áreas irrigadas do projeto Jaíba. Enquanto outros passam a quinzena ou o mês *fora* e, tantos outros migram sazonalmente em busca de ocupação em Patrocínio, durante a colheita de café ou para outras regiões onde esperam encontrar uma alternativa de trabalho melhor que aquelas existentes na redondeza.

Com a implantação dos assentamentos, os moradores avaliam que foi oportunizado o acesso a terra para algumas famílias. Porém a expectativa que compartilham é diferente, eles almejam desenvolver outra forma de ocupação que passa pela apropriação territorial de espaços mais amplos com a conjugação de espaços de apropriação familiar e áreas de uso comum. Na construção deste projeto coletivo eles se inspiram nos parentes do Quilombo Rio das Rãs, que visitam com frequência e cuja experiência de luta e de convivência no território já regularizado é apontada como modelo de referencia. E, principalmente, *imatar* toda a área que foi degradada para a formação de pastagem, com a derrubada da vegetação que alimentava gentes, animais e bichos, em favor de uma vegetação destinada exclusivamente para a alimentação do gado.

### ***Formas de identificação e diferenciação***

As formas de identificação registradas em campo evidenciam a complexidade das relações vivenciadas pelo grupo, assim pudemos apreender que a “Comunidade Remanescente de Quilombo” do Território Tabua é organizada por meio dos moradores das localidades que, articuladas, compõe o Quilombo e por um pequeno número de pessoas que foram assentadas em projetos de reforma agrária pelo INCRA situados nas imediações do rio Calindó.

Compreender as formas de autotransclassificação passa por reconhecer critérios relacionais, atravessados por sinais diacríticos e valores através dos quais “a comunidade”, enquanto conjunto intersubjetivo define sua estrutura organizacional e funcional. Assim, pertencer ou não a um grupo social se constitui como uma posição afirmativa dos sujeitos, uns perante outros e cada um em relação ao grupo e também em relação àqueles definidos como *de fora*. Isto é, neste processo de identificação e diferenciação os sujeitos atuam mediados por valores sociais e padrões de moralidade. Por isto, os critérios de pertencimento não se constroem de forma arbitrária, mas são socialmente construídos. Definir quem está *dentro* ou *fora* envolve condições de auto-atribuição identitária, a partir dos quais os sujeitos se auto-reconhecem mediados por padrões sociais como parte da comunidade ou intersubjetivamente atribuem a outros distinções sociais. Assim, vale ressaltar que a auto-atribuição não resulta de uma reivindicação individual, mas é uma construção do sujeito como quilombola de Tabua em sua relação com o Estado, dada a emergência do direito coletivo vinculado aos grupos negros no Brasil.

Demarcações relativas às atividades de trabalho com gado e suas diversas possibilidades relacionais, revelam diferentes situações e, portanto, diferentes condições intersubjetivas. Neste sentido, a categoria fazendeiro, como construída e articulada nas condições de linguagem dos *moradores do lugar* é sempre apontada como demarcador de identidades dos proprietários de fazendas para criação de gado que se constitui os “outros” a quem se contrapõem na luta territorial. Em contraponto um morador que possui algumas cabeças de gado pertencentes aos membros do grupo familiar é denominado criador de gado e, parte constituinte e constitutiva do “nós”.

São comuns nos relatos, sobre o passado, a narração de trajetórias de ascensão social de pessoas que se iniciam como *vaqueiros*, depois se tornavam *criadores de gado* e tempos depois fazendeiros. Na atualidade esta possibilidade de mobilidade social não existe mais e as diferenças entre fazendeiro e criador são bem demarcadas, dado que a criação de gado é uma atividade desenvolvida no contexto do grupo familiar. Um aspecto de valor simbólico importante para a análise desta relação é o fato de que as fronteiras sociais que os distinguem colocam *fora* do grupo os fazendeiros, que não são incorporados como sujeito quilombola, assim como consideram alguns assentados dos projetos de reforma agrária que compartilham da lógica da mercantilização capitalista da produção e da terra. Embora os fazendeiros transitam e, em alguns casos, ofertam serviços, não são reconhecidos como membros da comunidade. Outro sinal diacrítico

importante, é que os fazendeiros residem na cidade onde desenvolvem suas atividades econômicas principais ou outras atividades. As fazendas estão, exclusivamente, voltadas para a criação de gado e nelas visitam esporadicamente, dada a existência de um empregado que gerencia as atividades cotidianas.

Os fazendeiros se inserem em atividades político-partidárias e alguns deles foram prefeitos, vereadores, ou mesmo, candidatos em pleitos anteriores, o que demonstra o campo de relações e o poder destes sujeitos. Em contraponto a grande maioria dos que se autoidentificam como quilombola circulam com dificuldade pelos espaços de representação política municipal e em geral buscam mediadores e constituem associações comunitárias para apresentar seus pleitos e anseios.

Com a ruptura das relações de interdependência e emergência dos conflitos fundiários entre agregados e fazendeiros a representação política pela sindicalização ganha relevância. Alguns moradores reafirmam o papel desempenhado por eles na constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga.

A respeito da constituição das associações comunitárias um morador do Espinho informa que a *sociedade começou para ajudar esse povo vizinho que precisava*, as pessoas vinham no *Espinho Velho pedir ajuda e saiam com dinheiro e feira, por que aqui o povo era remediado, não era como agora não*. Ele também afirma que a associação *aqui foi inventada na época do algodão* pelo técnico da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais, como parte das ações do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, integrante do Projeto Nordeste. O grupo foi formalizado com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga. Nesta época quando foram encaminhar os papéis para a formalização da associação o presidente do Sindicato ficou admirado com a iniciativa do grupo e comentou: *vocês já tão bem adiantados*.

Posteriormente foram constituídas associações comunitárias na Malhadinha, em Vila Primavera e em Manga Velha e parte da representação política foi transferida do STR para as associações locais, nas quais, a liderança política é exercida majoritariamente pelos homens que atuam no sentido de intermediar as relações entre agentes externos e as famílias. As mulheres participam e geralmente são responsáveis por secretariar as reuniões. Elas também se destacam pelo trabalho realizado junto à igreja, o que envolve a organização de novenas, casamentos, batizados e celebrações de um modo geral.



### *Parentesco e territorialidade*

Os moradores das localidades de Malhadinha e Espinho, cujas casas estão distribuídas lado a lado formando um pequeno arruado rural, afirmam: *aqui somos uma grande família, se puxar é tudo parente*. Posteriormente, quando atravessamos áreas de fazendas e assentamentos de reforma agrária em direção ao Calindó, encontramos no grupo local de vila Primavera duas configurações espaciais, por um lado, famílias convivendo numa mesma área dentro de uma mesma terra de herança e, por outro lado, moradias familiares afastadas umas das outras por serem de grupos domésticos diferenciados. No entanto, o parentesco continuou sendo acionado como forma de anunciar o pertencimento ao lugar. Na oportunidade registramos afirmativas como: *no Cardoso, ali é uma família só*. Há que salientar a existência de famílias vinculadas à associação quilombola assentadas nos projetos de assentamento de reforma agrária.

Na leitura da organização social foi possível apreender também que os grupos locais presentes no território da *Tabua* se articulam em torno de núcleos familiares que compartilham entre si uma ancestralidade negra e de lugar, bem como, reproduzem uma forma de interagir entre si e com o ambiente herdado dos antepassados, como uma *herança da tradição*.

Os núcleos familiares acessados pela memória são chamados de *troncos velhos* e identificados também como famílias ou moradores *do lugar*, como dizem, pessoas que *sempre viveram na antiga Tabua*. Alguns desses núcleos familiares são identificados por um epônimo legado dos ancestrais e empregado cotidianamente para se referir a alguém e que serve como forma de distinção e de explicitar o pertencimento a um grupo social maior, referido como *os primeiros do lugar*.

Em toda a região as pessoas que são reconhecidas como *dos Carretão* tem como sobrenome de registro *Nunes* e parte dos que são identificados como *dos Barreiras* assinam o sobrenome *Souza*. Outros são apontados como sendo *dos Cardoso* em função dos laços de parentesco que compartilham e outros, embora não consigam precisar os laços de consangüinidade se colocam como parte desta rede de relações. São recorrentes também sobrenomes que evidenciam vínculos religiosos: *Damião, Santos e Santana* e entre as mulheres mais velhas é comum a presença do sobrenome *de Jesus*. Em relação a este aspecto Pierson (1972) identifica como padrão de nomenclatura comum,

o sobrenome *Santos* ou *dos Santos* entre as classes mais baixas no Vale do São Francisco, ao qual associa a origem ancestrais ameríndios ou africanas (PIERSON, 1972, tomo 3, p. 54). Fato este que pode ser interpretado pela quebra das relações de parentesco e nomeação destes grupos nas suas relações de origem, uma vez escravizados pelos brancos são renominados com o objetivo de impor hábitos religiosos, prática recorrente no contexto dos aldeamentos e missões.

Entrelaçados a estes núcleos familiares encontramos os Oliveira, os Silva, os Camilo, os Gonçalves, os Costa, os Pereira, e também os Souza, que ali chegaram vindos da Bahia e de Pernambuco. Assim como os Gonçalves Bezerra e Damião que vieram do Verde Grande, margem direita do rio São Francisco, cujos descendentes fazem parte das localidades estudadas. Os membros destas famílias quando chegaram à região, há algumas décadas atrás, foram distinguidos por serem pessoas de fora e tratados com certa reserva. Porém, com o passar do tempo eles se aproximaram das famílias *do lugar* compartilhando dos processos sociais vivenciados configurando relações de amizade e de reciprocidade, algumas delas reafirmadas pelos casamentos celebrados entre os membros das gerações mais novas. No caso, quando um parente se casa com algum *chegante* não só a pessoa, mas também a sua família com o tempo passa a ser reconhecida como *parente*. Esta dinâmica evidencia a inserção social dos *chegantes* que, assim, passaram a assumir outro lugar social, não mais externo, mas internalizado na organização social baseada no parentesco.

Os casamentos entre *moradores do lugar* e *chegantes* estreitaram relações e possibilitam a incorporação social de grupos que vieram de outras regiões. No entanto, não é o tipo de casamento preferencial, muito pelo contrário, os parceiros para novos casamentos são buscados geralmente junto às famílias que compõem os grupos locais, com os casamentos estreitando ainda mais os laços existentes no interior das redes de parentesco e afinidade.

Os casamentos entre *moradores do lugar* e *chegantes* estreitaram relações e possibilitam a incorporação social de grupos que vieram de outras regiões. No entanto, não é o tipo de casamento preferencial, muito pelo contrário, os parceiros para novos casamentos são buscados geralmente junto às famílias que compõem os grupos locais, com os casamentos estreitando ainda mais os laços existentes no interior das redes de parentesco e afinidade.



Foto 29: Lió Barreira e Natalino Oliveira, parentesco reafirmado pelo nascimento do neto  
Identificação: Espinho, Manga - MG, março de 2012.

O casamento é um evento importante para o casal, mas principalmente para a família e o grupo social no qual se insere, dado que os moradores comungam da idéia de que é importante deixar *uma sementinha* para perpetuar o legado dos ancestrais. O casamento, a geração e a criação dos filhos são preocupações compartilhadas por homens e mulheres, velhos e jovens. Boa parte do tempo das mulheres é empregada nos cuidados e orientação dos filhos mais jovens e crianças, são recorrentes apontamentos feitos por homens e mulheres sobre a fase de desenvolvimento de filhos e netos, mesmo daqueles que se encontram vivendo *fora* com os pais.

Assim, as pessoas que envelhecem sem casar e sem ter filhos são consideradas bastante diferentes. No caso, observamos esta postura quando visitamos uma casa habitada apenas por mãe e filho, a mãe já idosa e doente e o filho, um homem forte e saudável, já nos seus quarenta e poucos anos. Durante a conversa quando interpelei o morador para saber se ele tinha filhos, o outro morador que nos acompanhava fez o seguinte comentário, entremeadado com um sorriso:

Eu mesmo sou de família que tinha deles, que morria sem casar, morria rapaz. Um primo carnal de meu pai morreu sem casar. Morreu sem deixar raiz. Joaquim mesmo vai ficar como diz o povo: sem ter mulher, nem filho, nem jegue para dar milho (Zé Pinguim<sup>53</sup>, Vila Primavera, fevereiro de 2012).

---

<sup>53</sup> José Pereira de Jesus.

O comentário pode ser interpretado com base em Pierson (1972) que “um chefe de família desfruta de um status mais alto que um solteirão”, o que de certa forma explica a forma jocosa como o solteiro foi tratado em nossa presença, embora ele seja reconhecidamente uma pessoa dedicada ao trabalho e às suas obrigações de filho (PIERSON, 1972, tomo III, p.49).

Os moradores afirmam que no passado *o namoro não era muito liberado não*, o pai tinha ciúme com os filhos e se o filho fizesse alguma coisa errada era obrigado a casar, *mesmo que não desse conta, que não convivia. Casava para limpar a família*. Segundo dona Joana<sup>54</sup> quando a filha queria casar tinha que falar com o pai, ver se a família era boa, se o moço era trabalhador, para aceitar. O pai então perguntava:

Joana - Tem a casa para casar? Pai falava: pois é, tem que fazer a casa e o rapaz ia pedir a moradia para fazer a casa. Prá casar tinha que ter a casa e comida. Tinha que fazer a casa e a roça primeiro, e depois casar. Quando era época o pai arrumava a moça, o vestido e as despesas do casamento. Quando era homem tinha que se virar, geralmente construía casa no lugar do pai, mas se não tivesse como, ia morar com o sogro. Aqui era assim buscava moça aqui mesmo ou perto. Aqui tudo é casado com parente, primo com primo (Joana, Vila Primavera, março de 2012).

A idéia do casamento como ritual que demarca mudanças nas posições sociais ocupadas pelos sujeitos no interior do grupo doméstico. Na narrativa abaixo este sentido é compartilhado por Marcelino<sup>55</sup>:

Marcelino - Antes, quando a derradeira filha casava tinha a quebra de pote. Era assim, pegava uma panelinha velha de barro, punha os tantinhos de comida e todos dançavam com a panela na cabeça. Por último, a noiva quebrava, deixava cair a panela e todo mundo passava por cima.

Pesquisadora - por que será?

Marcelino - é a derradeira... Pai tava sossegado (Marcelino, Vila Primavera, abril, 2013).

Como pode ser observado, o que se espera é que o novo casal, a partir de então, *faça por si*, ou seja, construa sua própria casa e trabalhe para se manter e criar os filhos. Esta expectativa partilhada pelos moradores vai de encontro à observação feita por Mendras (1978), que afirma que o grupo doméstico é o grupo constituído por aqueles que vivem “da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho” (MENDRAS, 1978, p. 65).

---

<sup>54</sup> Joana Fernandes Santana.

<sup>55</sup> Marcelino Gonçalves Bezerra.

Nas comunidades pesquisadas o casamento enquanto evento social promove a atualização das relações e práticas sociais, quando parentes e, também, os grupos vizinhos se mobilizam para festejar a constituição de um novo grupo doméstico. Quando os noivos resolvem casar eles conversam com a família, *ele conversa com o pai da noiva* e, então, toda a família se mobiliza para que a festa aconteça com a participação de todos. Os preparativos, o ritual do casamento religioso e a festa que se constituem como espaço onde o sentido de grupo é reafirmado. Pois, segundo Lió Barreira<sup>56</sup>:

Lió - Eles têm que fazer muita coisa, pagar tocador, matar vaca, matar galinha, matar porco e fazer festa aí com cozinhado para todo mundo. Vai na casa de um e de outro eles ajudam. Eu mesmo já casei foi cinco. Teve ano de matar dois, três porcos, teve um ano mesmo de matar cinquenta galinha. Porque o povo aqui mesmo ajuda demais, faz uma feira, ajuda. Um dá um frango, dá outra coisa, dá um pacote de óleo. Tem vez que arroz, macarrão e galinha de casa nem precisa matar, só com o que eles ganham dá para cozinhar... Traz o presente da noiva, ganha liquidificador, televisão. Tem hora que político chega dá o som, paga o tocador.

Pesquisadora – O que é responsabilidade do noivo?

Lió Barreira - O noivo sempre paga tocador. Aqui para nós vamos dizer... A lei nunca mudou. Por que, prá lá também é assim?

Pesquisadora – como?

Lió Barreira - É o noivo que arruma as coisas tudo, compra móvel, compra tudo?

Pesquisadora – Tem lugar que é assim.

Lió Barreira - Pois é aqui não é assim, ele vai gastar bem mais pouco. Ele paga aí um tocador. Tem vez que eu mesmo ajudei a pagar tocador. E mais nada. Então o noivo não gasta quase nada não.

Pesquisadora – e faz uma despedida?

Lió Barreira - As véspera. Faz a despedida de solteiro se ele quiser, se não quer não vai fazer é nada, nada. Porque ele não é obrigado.

Pesquisadora – certo, ele não é obrigado. Agora tem lugar que o noivo tem que fazer a casa.

Lió Barreira - É, só casa, se tiver a casa. Agora a comunidade ajuda. Têm outros que casam e ficam na casa do sogro e comporta bem. Agora se não comporta (o sogro) morre de raiva.

Pesquisadora – É costume ficar assim na casa do sogro?

Lió Barreira - o bom mesmo é ter a casa da gente. Se for reclamar um do outro, pai tá ali. Agora na casa dele não. Reclama a vontade. Porque quando eu casei, eu não fiquei na casa do meu pai não, saí logo. Antigamente as casas ainda eram de esteira, de cortina na porta. Hoje não, hoje é civilizado (Lió Barreira, Espinho, março de 2012).

Desta forma, ao descrever como as festas de casamento são realizadas na comunidade, Lió Barreira destaca a especificidade do grupo, uma vez que a *lei*, como ele mesmo diz, define que todos ajudam e o *noivo não gasta quase nada*. Assim, a

---

<sup>56</sup> Leonildio Pereira de Souza.

constituição de uma nova família é ritualizada com a celebração do casamento na igreja e é apontada como um dos principais motivos de festa e boa oportunidade para reunir parentes.

No passado, as uniões eram celebradas geralmente durante datas religiosas, quando os moradores realizavam suas práticas de devoção aos santos e padroeiros e o consentimento do padre é lembrado como uma passagem importante das trajetórias pessoais. Atualmente, os casamentos acontecem em maior quantidade no mês de dezembro, quando os filhos e filhas solteiros que trabalham *fora*, em cidades distantes, retornam. Momento quando eles vem apresentar os filhos novos e fazer visitas mais demoradas. Como dizem, *final de ano os parentes aparecem, é a época de mais casamentos e mais feliz.*

De acordo com os informantes entrevistados os casamentos sempre foram *livres*, com a tomada de decisão partindo dos próprios noivos, que no passado tinham as festas como espaços privilegiados para se conhecer e fazer compromissos. Os moradores afirmam que são raras as situações *do cara roubar a noiva* para casar em função de alguma resistência por parte da família. Mas mesmo nestes casos, o casal acaba voltando, *fica por ali mesmo e faz amizade* com o sogro, que de uma forma ou de outra, acaba aceitando.



Foto 30: Foto junto a padroeira é uma lembrança da viagem a Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Identificação: Espinho, Manga – MG, novembro de 2012.

Atualmente, além do casamento religioso se tornou costume também a formalização do registro no Cartório Civil. As mudanças decorrentes da implantação do

código civil aparecem refletidas também na forma de nomeação dos filhos. Pois, de acordo com os moradores, no passado, era costume registrar as filhas com o sobrenome da mãe e os filhos com o sobrenome do pai, enquanto no presente o mais comum é acrescentar os sobrenomes maternos e paternos aos nomes dos filhos e filhas. A prática de nomeação diversa para homens e mulheres se dava associada à virilocalidade, com a moça transferindo-se para o espaço familiar do rapaz, após o casamento, quando perdiam o direito à terra no espaço familiar de seus antepassados.

Por sua vez, a incorporação das normas legais tem levado a um novo disciplinamento em relação aos direitos do indivíduo e destinação da herança, com os moradores manifestando seu conhecimento sobre o que prescreve a legislação brasileira, em termo de divisão igualitária de bens entre os filhos com a morte dos progenitores. No entanto, em relação à destinação da herança, os moradores argumentam que a maioria das famílias não tem o que dividir. Assim, quando os filhos perdem os pais, eles recebem *é uma casa e se fizer, fica a mesma coisa*, ou seja, recebem o resultado do seu próprio trabalho, visto que a maioria das famílias está estabelecida em áreas *em comum*, o que é perpetuado como patrimônio familiar indiviso, na qual convivem várias gerações. Por exemplo, na localidade do Espinho sete moradores, identificados como *posseiros* tiveram uma posse regularizada e registrada em faixas de terra de aproximadamente 12 hectares. Atualmente, nestas pequenas glebas que foram cercadas com a regularização, vivem entre três a dez famílias, o que acontece também na localidade vizinha de Malhadinha onde entre três a nove famílias compartilham áreas de aproximadamente 7,5 hectares.

Os grupos familiares localizados na região de Manga Velha e Vila Primavera<sup>57</sup> estão situados em áreas um pouco maiores, porém inferiores ao módulo rural que na região é de 60 hectares. São pequenas propriedades, posses e *terras de herança* compartilhadas por vários grupos domésticos e mantidas como patrimônio familiar indiviso. Assim, uma parte das famílias destas localidades e notadamente as gerações mais novas, se vêem impelidas a se deslocarem em busca de trabalho e oportunidades de melhoria de vida *fora*, em cidades e outros espaços rurais.

---

<sup>57</sup> Nesta região, a implantação do Assentamento Novo Plano, possibilitou que algumas famílias de um mesmo grupo familiar se estabelecessem como assentados, o que reduziu, por exemplo, a pressão sobre a *terra de herança* no Cardoso, margem do Calindó.

Numa outra perspectiva, as restrições de acesso a terra e a recursos ambientais têm estimulado mudanças nas regras de residência pós-casamento, as quais, de acordo com registros de campo, eram orientadas no passado por uma prevalência de direitos e obrigações masculinas<sup>58</sup>. Indícios recolhidos através de entrevistas apontam como tendência de permanência dos filhos na terra paterna e deslocamento das filhas para a terra paterna do marido - patrilocalidade. No entanto, identificamos famílias jovens vivendo junto com os pais, seja na *terra de herança* da mulher, seja na do homem – ambilocalidade - onde encontraram uma condição melhor para se estabelecer. Além disso, embora seja manifesto o desejo de permanência dos filhos junto dos pais e parentes, o alto grau de mobilidade imposto ao grupo, em termos de conjugação de estratégia reprodutiva, tem levado parte das famílias a fixarem residência distante dos parentes.

Identificamos que em termos de práticas sociais, as famílias reproduzem uma clara divisão de papéis masculinos e femininos. Sendo considerado trabalho masculino a mexida com o gado, o preparo da terra para o cultivo das roças, a pesca de tarrafa e rede, enquanto os cuidados com as crianças e velhos, com a casa e quintal fica a cargo das mulheres, o que envolve também o trato com criações miúdas, plantio e cuidado com a horta e árvores frutíferas. Como nos disseram, a mulher quando pesca, diferente do homem, pesca de varinha. Na implantação das roças no passado cabia ao homem a derrubada da mata para a limpeza da área com o uso do machado e da foice, enquanto a mulher se responsabilizava por juntar o material desmanchado e fazer a coivara.

O trabalho com o gado é considerado também uma tarefa masculina e o número de cabeças mantido pela família está relacionado à disponibilidade de terra. Por sua vez, a utilização do patrimônio familiar para criação de gado fica sob a responsabilidade do filho mais velho, que assume a posição de gestor do patrimônio familiar em decorrência da morte dos pais, o que inclui a destinação dos bens herdados entre irmãos. Porém, em alguns casos a autoridade do filho mais velho é contestada por irmãos e irmãs mais novos, quando estes se negam a realizar a venda de *direito* entre irmãos como prescrito.

---

<sup>58</sup> De acordo com Franco (1997) no interior de São Paulo, o modelo patriarcal das famílias mais abastadas se mantém nas camadas mais inferiores enquanto estrutura, embora varie o sentido dado às relações. No caso, na ausência de um patrimônio material a ser transmitido entre gerações, o que se transmite são papéis sociais e os valores a eles associados.



A condução do grupo familiar é exercida pelo morador mais velho e quando este morre o seu filho mais velho assume este papel, ao herdar o direito de primogenitura. As viúvas têm socialmente mais prerrogativas que as mulheres jovens e casadas, como circular com maior autonomia pelos lugares e, inclusive, fazer uso de bebidas alcoólicas em público. Elas também assumem na ausência do marido a condução do patrimônio familiar e de atividades costumeiras como o plantio de roça, embora não realizem tarefas consideradas masculinas como derrubada de mato e manejo de implementos mecânicos como matraca o que passa a ser feito por um filho ou neto.

A resistência cotidiana e a atualização das relações de parentescos alimentam o sentimento de pertencimento ao grupo e a manutenção de vínculos com o lugar o que é fortalecido também por ações conjuntas contra fazendeiros e empresas que atuam no sentido de restringir ou mesmo obliterar suas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais.

### CAPÍTULO III - QUILOMBO MARIA VALENTINA

Os grupos locais de Nova Vista, São Raimundo e São José do Ituqui compõem o Quilombo Maria Valentina, como se autodenominam no contexto da luta por reconhecimento e regularização do território de uso tradicional e estão situados nas margens do Ituqui, braço do Amazonas que se interpõe entre dois complexos lagunares, o do Maicá à direita e do Santíssimo à esquerda, no município de Santarém, Oeste do Pará.

Os moradores autoidentificados como quilombolas compartilham de critérios de pertencimento, referidos a sua autoatribuição enquanto grupo social distinto, à apropriação dos recursos naturais e construção de fronteiras geográficas e políticas, sendo possível apreender a existência de uma conexão entre identidade autoafirmada e as formas de apropriação e usos dos recursos ambientais desenvolvida pelos grupos pesquisados.



Foto 31: Reunião que deu início aos trabalhos de campo  
Identificação: São Raimundo, Santarém – PA, setembro de 2010

Para o provimento de sua subsistência os autodenominados quilombolas de Nova Vista, São Raimundo e São José do Ituqui atuam em consonância com as práticas e saberes culturais valorizadas pelos grupos, que envolve a conjugação de formas de apropriação familiar e o uso comum de recursos ambientais de várzea.

As práticas reprodutivas dos moradores se apóiam na articulação entre agricultura de vazante, criatório doméstico e extrativismo, com a conjugação destes diferentes campos de atividades propiciando maior autonomia aos grupos e com a pesca sendo considerada pelos moradores como prática fundamental *para o sustento das famílias* e o *cashcrop*<sup>59</sup> isto é, como produto destinado a venda.

Observamos que os campos de atividades congregam grupos domésticos pertencentes a comunidades locais dentro de uma unidade ecológica de grande escala, definida por um sistema integrado de lagos, na região que abrange as comunidades de várzea, como discutido anteriormente por O'Dwyer (2005) sobre a construção da várzea como problema social.

A complexidade das formas de ocupação e uso dos recursos ambientais está correlacionada a aspectos físicos, sociais, históricos e, também à presença de atores diversamente posicionados, entre os quais se destacam segmentos com maior capital econômico e político, que buscam impor formas de exploração de recursos, sustentadas por visões de mundo diversas dos modos de fazer, criar e viver dos quilombolas. (O'Dwyer, 2005, p. 260).

Na região do Ituqui os moradores dependem do peixe obtido no rio e nos lagos para a sua reprodução social mediante a venda e consumo. Embora o rio seja o espaço de maior produção pesqueira, eles se preocupam de modo especial com o manejo dos lagos, como dizem *o peixe de rio passa, mas o do lago fica*. Nesse sentido, eles têm se mobilizado para realizar a fiscalização da pesca e o controle do acesso aos lagos e buscam restringir práticas predatórias e a extração excessiva de peixes, principalmente durante a piracema. Pois, com a *vazante* os peixes ficam concentrados nos pequenos lagos e no igarapé e são facilmente capturados com uso de redes de arrasto, prática considerada predatória, característica dos pescadores considerados *de fora*.

As relações entre identidade, reciprocidade e sustentabilidade estão presentes na forma como os grupos se organizam para garantir o acesso compartilhado aos recursos. Por sua vez, as práticas sociais que regulam o acesso a recursos estão sendo atualizadas, por intermédio de novos dispositivos legais e através da luta por reconhecimento do seu modo de vida mediante a autoidentificação como *remanescentes de quilombo*.

---

<sup>59</sup>Sobre a pesca como *cashcrop* ver estudo de O'Dwyer (2005) sobre as condições de trabalho, reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis na várzea do Amazonas.

Na situação de pesquisa identificamos que o modo como os grupos se apropriam e utilizam os recursos é definido pela sua forma organizacional, pelas regras e condutas que compartilham e se constituem como fronteiras entre indivíduos e grupos. Estas fronteiras vêm sendo atualizadas especialmente no contexto das práticas coletivas de controle dos lagos através da colônia de pescadores, quando em grupos fazem a fiscalização da pesca, considerada predatória, no período que antecede a época do, e durante, o defeso. O envolvimento nestas iniciativas é acionado como diacrítico, como uma forma de definir o pertencimento ao grupo.

Os deslocamentos e os diálogos realizados junto a informantes, que foram indicados pela liderança das associações e por parentes e vizinhos, sobretudo os mais velhos, considerados depositários da memória social, possibilitaram que os pesquisadores realizassem confrontações e se deparassem com evidências de campo que permitiram dirimir dúvidas e construir uma explicação possível sobre os processos sociais em curso, relacionados à construção de fronteiras sociais e territoriais.



Foto 32: Manuel, liderança quilombola na varanda da sua com a esposa e a filha  
Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010

### ***Formas de apropriação da várzea: uso comum e ocupação familiar***

A boca do Ituqui se forma na conexão com o rio Amazonas, o lugar é uma pequena enseada onde tem início o rio Ituqui e por onde passamos de barco várias vezes

quando nos deslocamos para realizar a pesquisa de campo. Esses percursos foram realizados antes da piracema<sup>60</sup>, quando registramos a presença de um grande número de barcos pesqueiros nesta enseada. Estavam ali, com suas *redes de arrasto* estendidas tendo em vista capturar grande quantidade de peixes e principalmente os cardumes que tendem a se movimentar neste período no sentido das nascentes, passando pelo braço do Amazonas. Segundo os moradores, na medida em que as águas baixam, aumenta o número de barcos *rondando o Ituqui*, atrás dos peixes lisos valorizados pela indústria pesqueira e que predominam nas águas barrentas do Amazonas.

Os *peixes de escamas* também estão presentes nesta região. Eles são encontrados nas águas claras do igarapé do Maicá, que é abastecido em maior quantidade pelas águas do Tapajós, em detrimento daquelas do rio Amazonas. No percurso de barco entre a cidade de Santarém e o Ituqui registramos a cor esverdeada prevalecente na entrada do Maicá, que fica a poucos quilômetros abaixo da cidade e, posteriormente, a *boca do Ituqui* visualmente mais barrenta, à semelhança do Amazonas. Embora pouco valorizado comercialmente, os *peixes de escama* são preferidos pelos moradores, que significam seu paladar como mais saboroso, assim em determinados momentos, eles se deslocam em busca deste alimento pelos lagos, igarapés e paranás da margem direita do Ituqui.

Os deslocamentos entre o igarapé do Maicá e o Ituqui são facilitados pela presença de canais que resultam da movimentação das águas que chegam do Amazonas e se deslocam no sentido dos lagos, durante a *cheia* ou *inverno* e, no sentido contrário, os rios *vazam* no verão. Os *cavados*, como são chamados os principais canais de comunicação relacionados a essas dinâmicas, viabilizam o deslocamento dos peixes e seus processos cíclicos, mas também permitem a passagem de barcos e o transporte de produtos e mercadorias entre os lagos e os rios ou vice versa. A comunicação pelos *cavados* é facilitada no *inverno*, pois no *verão* eles *vazam* com a redução do volume de água e, normalmente, secam. Segundo os moradores umas dessas passagens é identificada por *cavado do Darlan*<sup>61</sup> e foi aberta por escravos. Tal *cavado* encontra-se

---

<sup>60</sup> A piracema é o período de arribação, quando os peixes nadam contra a correnteza do rio, buscando nas cabeceiras dos rios, ambientes propícios para se reproduzirem. O período de procriação das principais espécies de peixes é regulada por portarias emitidas anualmente pelo IBAMA, que define as condições de pesca e o uso de apetrechos.

<sup>61</sup> O nome atual é associado a um fazendeiro, descendente dos antigos Confederados em Santarém.

localizado na margem direita do rio Ituqui em área de várzea, citada pelas fontes como *assessória* à fazenda Taperinha ainda no tempo da escravidão<sup>62</sup>.

O *cavado de São Benedito* também é apontado como resultado da agência humana que atuou no sentido de acelerar processo erosivo natural de carreamento de sedimentos. Segundo morador da comunidade *São Benedito*, vizinha ao Quilombo Maria Valentina, essa passagem que comunica o Ituqui com o Santíssimo foi aprofundada para facilitar o transporte de lenha *retirada da mata da várzea* e destinada a abastecer os barcos a vapor, o que estimulou o comércio e a circulação de embarcações na região, e era feito pela intermediação dos chamados *taberneiros*<sup>63</sup>.

Na perspectiva dos moradores o aprofundamento dos *cavados* ocasionado pelo fluxo das águas está relacionado às mudanças na dinâmica ecológica da várzea, no sentido da intensificação dos impactos associados à exploração intensiva dos seus recursos. No caso, o exemplo mais citado por moradores e estudiosos é a pecuarização da várzea, responsável pelo sobrepastejo dos *campos naturais*, redução e extinção de espécies consideradas nativas da várzea e expansão de espécies mais agressivas. Com a consequente redução de espécies de peixes, cuja reprodução é realizada nestes ambientes. Desta forma, a exploração intensiva dos recursos da várzea produz mudanças significativas na dinâmica ecológica da várzea e inclusive desestabilizam a reprodução social e sustentabilidade dos grupos locais.

No verão, com abaixamento do nível das águas, as restingas ressurgem e crescem e os cavados perdem a sua condição de canais de comunicação. Assim, os deslocamentos entre os lagos e o Ituqui tornam-se mais difíceis, ou mesmo, mais longos. Uma opção é realizar percursos alternativos, os quais nem sempre se viabilizam como aconteceu no mês de novembro, quando tentamos retornar num determinado ponto no Igarapé do Maicá. Como o *cavado de Nova Vista e do Darlan* estavam secos, a sugestão que nos foi apresentada foi conjugar caminhada por terra, com um trecho de barco. Então um pequeno grupo se deslocou, inicialmente por terra, levando um motor *rabeta* nas costas. Porém, se deparou com uma depressão com muita lama antes mesmo de chegar no lago onde estava a embarcação e viu-se obrigado a retornar sem sucesso. Outra vez, ainda no mês de setembro, como estávamos com um barco leve, foi possível

---

<sup>62</sup>Vide Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Murumuru.

<sup>63</sup> Um taberneiro citado no Relatório antropológico foi Irapuã, que chegou no Ituqui na década de 1950, pai de Darlan e Delano Raike, este último foi vice prefeito de Santarém (O'DWYER, 2011, p. 68 e 88).

arrastá-lo e atravessar o *cavado* na comunidade de Nova Vista para realizar um giro pelo Maicá, porém, quando tentamos retornar ao Ituqui pelo *cavado* do Darlan e sair próximo da comunidade de São José do Ituqui, não conseguimos, porque ele estava completamente seco, então a alternativa que encontramos foi descer até Santana do Ituqui e subir o Ituqui de volta, um percurso de aproximadamente 40 quilômetros. No período da seca, dado o rebaixamento da *maré*, ou seja, do volume de água nos rios e igarapés, os deslocamentos para os moradores em suas atividades de pesca para a região das lagoas se tornam cada vez mais difíceis, assim como para os pesquisadores, porque o acesso através dos *cavados* se torna inviáveis.

A várzea é significada pelos moradores das comunidades de São Raimundo, São José e Nova Vista em contraposição à terra firme, espaço formado por terrenos mais elevados, situados fora da área de inundação do Amazonas e de onde é possível se deslocar até Santarém por estradas. A terra firme é, na visão dos moradores de várzea, composta por duas subunidades: a serra e o planalto, sendo a serra a porção elevada, que se avista, ao longe, da beira do rio Ituqui e que se alonga no sentido do rio, servindo de contorno à calha do Amazonas. O planalto, por sua vez, corresponde às terras altas e de ondulações suaves que se abrem por detrás da serra.



Foto 33: Comercialização de produtos no porto da cidade de Santarém  
Identificação: Santarém – PA, agosto de 2010

Na perspectiva de Raimundo Moreno, morador da várzea, a *terra firme* era no passado uma *terra livre* para onde os moradores se deslocavam durante o inverno,

motivados pela possibilidade e pela necessidade de realizar a caça e a extração de produtos. Nestes momentos, eles derrubavam na *mata fechada* os *paus* que necessitavam para construir suas embarcações, habitações e levantar *maromba*, ou seja, as elevações das moradias e das infraestruturas que permitem o cultivo de hortaliças e remédios, a reprodução de mudas e a criação de animais. Além disso, na *terra firme* os moradores plantavam nestes espaços abertos seus roçados de mandioca e junto o café, a tangerina, a laranja e todo tipo de planta de raiz, que ali se desenvolvia, protegidas das inundações periódicas. Assim, através do trabalho investido eles construía também neste espaço uma ocupação familiar, ou seja, uma posse reconhecida como tal por aqueles que viviam e transitavam pela região.

A partir da década de 1970, têm início mudanças nas formas de ocupação das terras do planalto, as chamadas terras devolutas<sup>64</sup> passando por um processo de regularização fundiária, o que envolve a ação do INCRA. Este processo resultou na demarcação de glebas que, em consonância com as políticas de Colonização da Amazônia, propiciaram o estabelecimento de um grande número de fazendas e empresas privadas e, desta forma, o incremento do mercado imobiliário de terras.

Na transição entre as terras inundáveis da várzea e as terras do planalto, ou seja, nas áreas de encosta denominadas pelos moradores de *serra*, estão hoje localizadas as comunidades de Murumuru, Murumurutuba e Tiningu auto identificadas como quilombolas.

Por se situarem neste espaço territorial, seus moradores transitam entre as duas grandes unidades da paisagem – a *terra firme* e a *várzea* - interagindo e fazendo uso de uma diversidade maior de recursos para se reproduzirem. Por sua vez, como apenas as *terras baixas* dessas comunidades são atingidas pelas grandes cheias, elas possuem uma melhor infraestrutura instalada em termos de estrada, energia, água, escola, posto de saúde, unidades de beneficiamento comunitário. Assim, em termos do acesso a esses benefícios, as três comunidades do *planalto* contam com maior infraestrutura pública disponibilizada pelo município.

Em contraponto, os moradores das comunidades de São Raimundo, São José e Nova vista instalados dentro da calha maior do Amazonas estão sujeitos aos fluxos de *cheia* e *vazantes* do rio. Em função de sua localização na paisagem estas comunidades enfrentam, a cada nova *cheia*, a eminência de terem suas casas e plantações cobertas

---

<sup>64</sup> Pela definição da Lei de Terras se tornaram terras devolutas as antigas sesmarias que não foram registradas em 1850, ou seja, devolutas são as terras que nunca foram tituladas pelo Estado.



pelas águas em movimento, o que é uma contingência e também uma condição potencial de risco. Porém, os moradores aprenderam com os antepassados e na convivência com o rio a se orientar por uma lógica própria que tem por base o convívio com as dinâmicas de *cheias* e *vazantes* e com as mudanças que estas estimulam. Eles buscam articular perdas e ganhos, não se prendendo a uma única possibilidade, mas conjugando estratégias produtivas e reprodutivas diversas.

Enquanto os moradores da margem direita do Ituqui têm o igarapé do Maicá para onde se deslocam de barco e em alguns momentos a pé, os moradores situados na margem esquerda acessam com maior facilidade o Igarapé do Santíssimo. Esses igarapés ficam situados no final dos terrenos que tem início nos quintais das suas casas localizadas nas restingas que possuem comprimentos diferenciados, tanto no Maicá quanto no Santíssimo.



Foto 34: Moradores realizam a pesca de lago em suas embarcações a remo  
Identificação: Igarapé de Maicá, Santarém – PA, setembro de 2010

Os moradores das restingas entre o Ituqui e os igarapés nos narraram sua dinâmica de convivência com este ambiente. E, no presente, estão mobilizados junto com os moradores das comunidades auto identificadas como quilombolas, situadas na *terra firme*, no que diz respeito ao enfrentamento de problemas comuns relacionados à pesca predatória e a degradação ambiental produzida pela exploração comercial de búfalo e gado sobre os recursos ambientais da várzea. Estas comunidades vêm

desenvolvendo de forma conjunta uma sistemática de *fiscalização*<sup>65</sup> dos igarapés e lagos que compartilham, principalmente durante o verão, período da piracema e conseqüentemente, de maior restrição à pesca de lago. Tais iniciativas estão vinculadas às experiências coletivas dos acordos de pesca instituídos nos espaços das Colônias de Pescadores, em grande parte significada e convertida em medidas de preservação pelo IBAMA.

O igarapé do Santíssimo, situado entre o Ituqui e o *Amazonas grande*, corresponde a um complexo de *lagos, igarapés, igapós e restingas*<sup>66</sup>. Este ambiente inundável é reconhecido pelos moradores em decorrência de uma convivência centenária que perpassa diferentes gerações, sendo por eles referido pelo uso de nomes próprios que tem origem em fatos narrados pelos antepassados, os quais expressam seus costumes de compartilhamento e distribuição de recursos.

Na parte de cima do igarapé do Santíssimo encontram-se áreas pouco penetradas por pescadores e vaqueiros e que compõem o universo de representações dos moradores, cujas descrições remetem a imagens reproduzidas pelos mais velhos sobre os lugares ocupados e manejados por seus ancestrais. Nesta região, estão os chamados *pântanos* e *aningal* que, durante a maior parte do ano, não se comunicam com o canal do Santíssimo e cujo acesso por barco só é possível nas grandes cheias. Estes ambientes, cobertos por uma densa vegetação, são mantidos preservados em decorrência de um saber centenário, reproduzido nas narrativas de fatos passados e nas histórias míticas compartilhadas pelos moradores, as quais dão visibilidade a um convívio respeitoso com estes lugares, como registrado pelas narrativas de moradores do grupo local de São José que consideram esses espaços como *área de preserva*.

A transmissão oral de uma memória visual sobre os lugares, valorizados pelos grupos e acima referidos, possibilitam que o saber conhecer e reconhecer destes ambientes, seus recursos, formas de usos e de convivência sejam atualizados entre

---

<sup>65</sup>Iniciativas coletivas de controle do uso dos recursos da várzea, de modo especial, dos recursos pesqueiros obtidos visando prioritariamente o mercado, cuja exploração excessiva é apontada como insustentável pelos moradores, como uma ameaça ao seu modo de vida e estratégias reprodutivas, conforme O'Dwyer (2005).

<sup>66</sup>A idéia de complexo de lagoas aqui desenvolvida se aproxima da noção de "sistemas de lagos" definido por McGrath e Gama (2005, p. 51) uma vez que estes autores reconhecem a conjugação de três níveis de ocupação na várzea: "a propriedade individual[familiar], o território comunitário e o sistema de lagos locais, composto de um ou mais territórios comunitários e propriedades", embora tal abordagem represente um corte sincrônico no presente etnográfico, sem levar em conta os processos de territorialização que resultaram na divisão da várzea em propriedades com limites definidos, na contra mão dos usos comuns, característicos do ambiente de várzea amazônico, como reconhecido pelos próprios autores citados.

gerações, o que permite que eles sejam afirmados como algo de valor tanto pelos mais velhos como por homens e mulheres mais jovens.

O complexo de lagos do igarapé do Maicá e também do igarapé do Santíssimo são considerados essenciais pelos moradores das comunidades de São Raimundo, São José e Nova Vista que pensam estes diferentes ambientes como *áreas de preserva*, ou seja, são reconhecidas como lugares onde ocorrem os ciclos ecológicos de reprodução de peixes e animais nativos como cobras, jacarés e tracajás. Como espaço onde a vida se recria em abundância e, por isso mesmo, precisam ser resguardados, visando permitir o auto-sustento das famílias tanto na atualidade, como também a manutenção e a reprodução social das novas gerações.

Ações de controle sobre estes espaços vêm sendo realizadas coletivamente por moradores das comunidades de várzeas e também por moradores das comunidades do planalto, situadas na margem direita do Maicá e são consideradas necessárias principalmente no final do verão, quando a seca atinge a várzea do Amazonas, deixando os peixes presos e facilmente capturáveis. Neste período, os ribeirinhos buscam nos pequenos lagos e também nos canais dos igarapés do Maicá e do Santíssimo, que *nunca secam*, os recursos que necessitam para complementar a alimentação das famílias, cuja reprodução é viabilizada através da conjugação da agricultura de *vazante* e criação de animais como gado, ovelha, pato, galinha.



Foto 35: Ocupação familiar e criatório de animais na várzea do Amazonas  
Identificação: igarapé de Maicá, Santarém – PA, agosto de 2010

Porém, estes lugares tradicionalmente acessados pelas famílias de moradores têm sido sistematicamente impactados pela extração excessiva de recursos praticada pela chamada pesca predatória, que se destina ao abastecimento de mercados distantes e é realizada por pescadores considerados *de fora* do grupo, vinculados por relações de trabalho e parceria às geleiras<sup>67</sup>. As práticas de sobre-esforço da pesca envolvem o uso de *malhadeira*, também chamada *rede de arrasto* e colocam em risco não só os estoques de peixes, mas também a reprodução de plantas e de espécies nativas, com impacto sobre a ecologia destes ambientes.

Além disso, as áreas de várzea são sistematicamente afetadas pelo sobre-pastejo de gado e búfalo, o que é apontado pelos moradores como responsável por dizimar forrageiras e espécies nativas consideradas necessárias à reprodução dos peixes, repercutindo diretamente sobre os ciclos ecológicos de reprodução do pescado e de outras espécies nativas na várzea.

No Ituqui, a convivência dos moradores com os ambientes inundáveis, que reconhecem e classificam, está assentada sobre um saber fazer prático transmitido pelos antepassados e envolve uma forma específica de se relacionar com os lugares, as plantas e os animais que identificam como *viventes*, o que representa formas significativas próprias de uma “cosmologia amazônica”<sup>68</sup> utilizada para explicar o modo como se relacionam e se colocam no mundo.

Buiuna é uma sapa, é a mãe do igarapezinho, era uma sapa cega. Antigamente as pessoas respeitavam. Quando passavam pelo igarapé benziam, mulher menstruada não passava! O espírito dizia vocês não me respeitem... O igarapezinho (na divisa entre as comunidades de Murumuru e Murumurutuba, auto identificadas como remanescente de quilombo, e “comunidade considerada de fora”?) era onde todo mundo tirava água, hoje tá abandonado (Seu Antônio da comunidade de Murumurutuba, presidente da FOQS, durante viagem de barco para o Ituqui, setembro 2010).

Como vimos acima, a relação que os moradores estabelecem com os ambientes de várzea não se restringe a necessidades materiais e interesses utilitaristas e é construída no convívio e associada a uma cosmovisão própria. Descrever tais representações compartilhadas pelos moradores é revelar igualmente as diversas condições de reprodução social que se sucedem a cada novo ciclo de *cheia* e a *vazante*.

---

<sup>67</sup>Grandes embarcações que realizam a pesca comercial e que por sua estrutura industrializada promove grandes capturas, e são apontadas como responsáveis pela diminuição dos estoques pesqueiros na região.

<sup>68</sup>Sobre Cosmologia Amazônica ver Galvão (1976) e O’Dwyer (1995).

Nesta região, durante o inverno, as águas se sobrepõem aos lugares, que permanecem existindo sinalizados por indícios que eles interpretam com facilidade. Pois, sabem associar determinado remanescente de vegetação ou pontos mais elevados do terreno com os lugares submersos ao seu entorno. Assim, eles se orientam e se comunicam através de imagens mentais e por meio de pistas e sinais mapeiam a paisagem em mudança, o que para um estrangeiro não se vislumbra como possibilidade.

Além disso, no tempo das *cheias* mesmo para os moradores fica difícil definir onde começa o rio e onde terminam os lagos. O certo é que, neste período, como as águas do rio e dos igarapés se emendam, é possível se deslocar de barco com facilidade. Por conseguinte, os percursos mudam, mudam também as formas de significação e apropriação dos espaços.

No inverno, quando as águas crescem, os espaços utilizados pelos moradores são praticamente reduzidos às casas e às embarcações. A enchente de 2009, como disse dona Maroca *foi muito grande, batemos de bóia dentro de casa, ainda bem que não temos filhos mais gito* (isto é, pequenos, devido aos riscos de afogamento). Nesta época as águas dos lagos chegam às casas e de lá os moradores se deslocam de barco com maior facilidade pela região, por eles designada do Aiaiaí. No verão, quando a seca está grande os peixes migram para o canal do Maicá e/ou ficam *presos* nos lagos. Dizem que o Aiaiaí tem muitos lagos e que *o igarapé do Maicá, faz parte do Aiaiaí, de lá para cá (Ituqui) tem muita distância*.

No verão, quando as águas começam a baixar, os lugares emergem e começam a ganhar sua antiga forma, as distancias se ampliam não sendo mais possível sobrepor de barco os terrenos mais altos, que chamam de *restingas*.

Em função da dinâmica de *cheias* e *vazantes* e da movimentação que o rio produz em alguns momentos os moradores são favorecidos com os depósitos deixados pelas águas, em outros, podem ser atingidos pelo fenômeno das *terras caídas* e terem seus espaços de vida e trabalho reduzidos pelo rio.

Assim, em vez de casas de alvenaria com fundações de concreto como na cidade, eles preferem as casas de madeira e os assoalhos elevados, que permitem o trânsito da água e podem ser desmanchadas e deslocadas quando necessário. Como já fizeram isso uma, duas, até cinco vezes ao longo da sua vida, eles afirmam que na várzea *a gente não mora, a gente para*.

Quando as águas começam a baixar, os moradores aproveitam a terra molhada nas proximidades do rio Ituqui e de suas casas para realizar os cultivos de *vazante*, o

que envolve a confecção de roças de milho e macaxeira, a produção de feijão e outras variedades. Mas também, o estabelecimento de hortas, em geral, suspensas, o que não exclui o cuidado com as criações que são mantidas presas, cercadas ou soltas de acordo com a movimentação das águas e a fase de desenvolvimento dos plantios.

As práticas produtivas desenvolvidas pelos moradores das comunidades de São Raimundo, São José e Nova Vista na região do Ituqui envolvem convivência com as dinâmicas de *cheia* e *vazante* comandadas pelo rio Amazonas, suas potencialidades e restrições. Assim como, o saber reconhecer, usar, manejar, mas também preservar os recursos acessados nestes ambientes sujeitos a inundações e constantes transformações.

Durante o tempo de inverno os ambientes de várzea são, em grande parte, cobertos e renovados pelo movimento das águas, que carregam sedimentos e dão origem a novos lugares, os quais são apropriados e significados pelos moradores como *terras crescentes*. Mas, as enchentes também levam e consomem muito do que foi construído com trabalho e sabedoria pelos ribeirinhos que, por isso, se dizem vinculados aos desejos do rio, referenciado por eles como um *vivente*. Ou seja, como um ser portador de sentimento, de vontade e de uma força geradora capaz de produzir movimento e alimentos.

Ouvimos de muitos moradores afirmações tais como: *esse ano não tivemos roça; o bananal acabou com a enchente; as plantas de semente sempre temos que buscar na terra firme, depois a gente planta, suspende, para ter no outro ano*. Falas que nos aproximam dessa convivência com um ambiente inundável e que são por eles sintetizadas na expressão *estamos sempre começando*.

Em sua convivência cotidiana com o rio e com os ambientes que ele conforma os moradores fazem uso do saber prático transmitido pelos seus antepassados como a identificação do vento, do final da enchente, da época certa para pescar e plantar, o que nos foi relatado principalmente por moradores mais antigos. Saberes transmitidos oralmente através do compartilhamento dos afazeres diários e que é apropriado e valorizado pelas gerações mais novas. Como presenciamos no dia a dia da comunidade e também identificamos refletido nos cartazes afixados nas escolas que foram produzidos pelos alunos.

Um dos moradores mais antigos que vive na comunidade de São José nos relatou certo dia: *este ano eu vi no mês de maio as estrelas se mudando e com isso pode contar que a seca é grande*. Disse também que aprendeu a olhar o céu, os sinais das estrelas e dos planetas ainda novo, prestando atenção na observação dos mais velhos. E,

que este é um conhecimento antigo passado de pai para filho, de tio para sobrinho. Relatou também que nunca planta sem olhar estas indicações, nunca planta fora da regra.

Os moradores, quando realizam a pesca nos lagos ou no rio, tem como referência o conhecimento prático adquirido ao longo dos anos, que os leva a orientar suas investidas, por exemplo, pela fase da lua, mas também pela convivência com seres míticos e visagens que através das suas aparições impõem limites e orientam suas ações. Como conhecedores habilidosos praticantes da arte da pesca, eles estabelecem paralelos entre as mudanças cíclicas e as da fase da lua e afirmam, que a passagem da lua nova para quarto crescente é boa para a pesca, pois neste período aparecem mais cardumes. Informam também que a lua cheia representa o *final da influência*, ou seja, é um momento em que a pesca começa a se tornar fraca, mas em contraponto, *quando tem o luar* e a noite fica clara ou quando atinge o quarto minguante a pesca fica ainda mais difícil. Em seu saber, afirmam que nessa fase e na lua cheia, com as noites mais claras, os peixes se escondem.

O rio, as plantas e os animais são considerados pelos moradores do Ituqui como *viventes* e a relação estabelecida com eles não se restringe às necessidades materiais e interesses utilitaristas, mas é construída em decorrência de um convívio de muita proximidade. Essa relação nos ajuda a compreender como são capazes de manter tantas plantas e flores em suas casas, ainda que submetidos a cheias regulares e ao eterno recomeçar. *Minha alegria é dar um bom dia para as plantas, eu sei que elas entendem... são viventes*, assim nos informou uma moradora sobre suas relação com as mesmas. Segundo ela as plantas tanto entendem como respondem às suas provocações e aos seus desejos, evidenciando uma relação de interação entre os seres *viventes*.

A forma de classificar o vento também é acionada pelos moradores a partir de suas relações cotidianas com o lugar. Por isso, incorpora referenciais locais recebendo nomes que possibilitam ao morador se localizar em relação aos lugares e às dinâmicas do lugar, o que não impede que eles façam uso das coordenadas geográficas, enquanto convenções arbitrárias, mas amplamente disseminadas e, desta forma, facilitam a comunicação entre sujeitos vivendo em lugares distantes. Durante o trabalho de campo ouvi de um morador da comunidade de Nova Vista a seguinte explicação sobre a dinâmica do vento na várzea do Ituqui:

“a gente chama *vento de baixo*, o que vem do norte. Já o vento que atravessa e vem do Amazonas a gente chama de *vento vargeiro*. Agora

tem esse que vem do sul, que é frio e a gente chama *vento terra*. Tem também o que vem de Santarém que a gente chama *vento de cima*. Nessa época para descer o rio é rápido”(Manuel, Nova Vista, setembro de 2010).

E é desta forma, que se comunicam na atualidade, fazendo uso tanto de referenciais costumeiros como incorporando as suas vivências cotidianas novas práticas, que chegam até eles através dos deslocamentos e fluxos sociais que experimentam na própria região e até mesmo em lugares considerados mais distantes como Manaus e Belém.

***O trabalho nas roças de vazantes: saberes e fazeres construídos na relação com a várzea, seus fluxos e mudanças***

Na ocupação das *vazantes*, os ribeirinhos atuam sobre os depósitos de sedimentos deixados pelo rio a cada nova cheia, como faz o Charles que mora na localidade chamada Tatu. Quando ele nasceu seu pai já vivia lá, ele que era do tempo dos moradores antigos. Quando perguntei sobre o seu trabalho ele disse *o que mais gera renda para a gente é o rio e o que planta é abóbora, melancia, feijão e horta*. Ele explicou que *a terra de barro é boa para jerimum<sup>69</sup> e melancia e que a “terra de esmeril” é uma terra solta igual areia, mas é fina e só serve para feijão... o feijão aguenta a quentura*. Mas tudo isso muda, pois cada nova enchente pode depositar um bom sedimento como a *terra de esmeril* ou a *terra de barro*, mas pode também trazer areia grossa e, desta forma, inviabilizar os plantios de *vazante* naquele lugar.

No final do verão os moradores cortam o “*mata pasto*” para *deixar a terra limpa, porque senão quando a água vem não tem mais o que fazer e quando a cheia vaza eles plantam todo tipo de sementes e mudas sobre os depósitos deixados pelo rio, que chamam de terra crescente*.

Os ribeirinhos na região do Ituqui afirmam que *plantam para tirar em janeiro*, prevendo neste período a chegada da cheia nas *terras baixas* de várzea. Como o tempo que dispõem para os cultivos é curto, cerca de seis meses, eles preparam a terra antes mesmo da chegada do inverno. Ou seja, eliminam o mato indesejável antes da terra ser completamente coberta pela cheia e, desta forma, logo que o rio baixa, eles retomam suas atividades de agricultor espalhando as sementes e as mudas salvas das inundações

---

<sup>69</sup> A abóbora moranga de coloração alaranjada, comercializada madura é conhecida na região como Jerimum, enquanto a abóbora, de hábito trepador, formato alongado e coloração clara é chamada simplesmente de abóbora e empregada na alimentação familiar.



com o uso da prática da *maromba* que propicia realizar plantios suspensos sobre os chamados jiraus.

Desta forma, eles ganham tempo e aproveitam ao máximo a umidade retida na terra molhada pelo rio, o que envolve também o uso de *furador* para o plantio das sementes de milho. O *furador* é um pedaço de pau confeccionado para servir como ferramenta no plantio em substituição à tradicional enxada. Com este artefato simples, são feitos pequenos furos no chão, com as sementes sendo depositadas no fundo, onde ficam protegidas dos raios do sol e com maior chance de germinar e prosperar. Neste caso, só posteriormente quando o mato cresce e passa a ameaçar o desenvolvimento das mudas novas é que os agricultores fazem uso da enxada ou do *terçado* para limpar o terreno.

Os moradores afirmaram também que *cada planta tem um jeito de mexer*, ou seja, que cada planta exige do agricultor certo conhecimento sobre como cultivá-la. Aspecto que assume uma maior complexidade em função da transitoriedade da várzea, onde todo tipo de plantio deve ser concluído num período curto para que seus frutos e produtos possam ser de fato colhidos e aproveitados. No caso, o ribeirinho fazendo uso de seu saber-fazer agrícola trabalha em estreita conexão com os ciclos anuais de *cheia* e *vazante*, sempre atento às mudanças e buscando identificar indícios que sinalizem o fim do inverno. Isso porque a inundação pode oscilar em intensidade e frequência e provocar novos fluxos, dando origem a novas cheias mais tardias ou mesmo se antecipar em conexão com ciclos hídricos do Amazonas e seus afluentes mais distantes à montante.

Os moradores do Ituí usam com frequência o *estrume* para adubar os seus plantios de horta que, por costume, são preparados em posições elevadas sobre a terra e desta forma, protegidos das inundações menores, o que envolve a construção de jiraus de madeira ou o aproveitamento de algum casco velho obtido de antiga canoa. O *estrume* é um adubo que pode ser obtido pelo apodrecimento da *munguda*, planta de folha clara que prospera em terrenos encharcados como vimos quando visitamos em Nova Vista a localidade denominada Tatu na beira do *Amazonas Grande*. Ele também pode ser obtido com o uso do esterco de gado ou de cavalo.

O *estrume* é utilizado principalmente no cultivo de variedades de hortaliça. A partir de um conhecimento prático os moradores sabem identificar plantas mais exigentes em água como o coentro, cebola, couve que prosperam melhor quando a terra é substituída pelo estrume de *munguba* que, no dizer dos moradores, *fica todo tempo*

*molhada*. Eles afirmam também que as variedades de pimenta que plantam, como a *jusefa*, a *cheirosa*, a *malagueta* saem melhor quando são cultivadas com estrume do gado.

Plantios de melancia, de jerimum e de outras variedades como maxixe, feijão, milho, mandioca são feitos geralmente ao redor das casas, o que permite que o dono cerque e mantenha os cultivos sob vigilância, protegendo-os das investidas do gado, que é a maior ameaça que os agricultores enfrentam. Na defesa dos agricultores, o Ministério Público intermediou a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta<sup>70</sup> entre fazendeiros e comunitários que estabeleceu como responsabilidade do fazendeiro a confecção de cercas. A ameaça do gado acontece durante todo o verão, mas o risco é ainda maior quando as águas começam a baixar ou, ao final do período, quando os campos naturais começam a ser cobertos pelas cheias. Nestes momentos, a atividade de contenção dos animais envolve tanto homens como mulheres que, com a ajuda dos filhos, se revezam na expectativa de preservar os cultivos e o trabalho investido nas roças.

Os moradores em geral *plantam junto*, isto é, cultivam num mesmo espaço um grande número de variedades de plantas levando em conta suas características na distribuição. Nas *terras baixas* cultivam aquelas plantas que gostam de uma terra mais encharcada e nas *terras de restingas*, que secam primeiro, as plantas mais resistentes. Ao redor das casas cultivam também plantas medicinais que utilizam no tratamento das enfermidades mais comuns. Se a terra é pouca, plantam bem junto com as árvores maiores encobrando as plantas rasteiras, mas se há espaço, plantam sementes de *jerimum* e melancia em covas espalhadas. E quando as plantas novas começam a crescer realizam a capina manual, eliminam com o uso do terçado ou da enxada o capim *murim* e o *artemijo*, uma planta arbustiva, que chamam também de *mata pasto*.

Atualmente, alguns moradores vêm experimentando substituir a capina manual pela capina química, o que é feito com a pulverização de herbicidas<sup>71</sup>, o que mostra que

---

<sup>70</sup>Ao longo das últimas décadas os conflitos entre fazendeiros, que exploram a várzea com os seus rebanhos gado e comunitários, cuja reprodução se apóia em sistemas diversificados, levaram à assinatura de inúmeros Termos de Ajuste de Conduta. Atualmente estão em vigência os TAC's relativos às seguintes comunidades: Saracura - março de 1998, Bom Jardim - outubro 2004, Tiningu – outubro 2004, Murumuru – outubro 2005, Murumurutuba – outubro 2005 e São José – maio de 2010, este também é chamado de TAC Ituqui, pois neste caso as medidas acordadas servem de referência para regular o manejo da várzea na região do Ituqui.

<sup>71</sup>O uso de agroquímicos tem início na região de Santarém com o crescimento da produção agrícola e do rebanho bovino. Após 1970 cresce significativamente o uso de adubos químicos, venenos e sementes melhoradas. Atualmente o mercado de agroquímicos continua se expandindo, o que resulta do aumento das áreas plantadas com soja, cujo sistema produtivo está vinculado ao emprego de sementes transgênicas

há em alguns casos, a incorporação de práticas produtivas disseminadas na região pelas fazendas de gado. Por sua vez, a utilização destas práticas em detrimento das práticas costumeiras de controle manual é apontada por alguns moradores como uma necessidade, pois segundo eles, facilitam o estabelecimento dos plantios com pouca mão de obra. Porém, esta mesma prática é criticada principalmente pelos mais velhos que receiam se contaminar com o *veneno* e defendem a manutenção das práticas manuais de capina ao se posicionarem afirmando que criaram os seus filhos *nos braços*.

Como realizam os cultivos aproveitando o pouco espaço cercado que possuem é muito comum encontrar o milho crescendo no meio da mandioca e junto às árvores frutíferas nativas. A mandioca plantada para consumo *in natura* para ser comida cozida é chamada de macaxeira. Por sua vez, a variedade de *maniva* destinada à produção de farinha é chamada mandioca e seu processamento é realizado de forma artesanal pelos grupos familiares, o que acontece no final do verão.

A produção da farinha realizada em área coberta vinculada a determinados grupos familiares, envolve o uso do *tipiti*<sup>72</sup> para a prensagem da massa e a preparação de uma área com cobertura para receber o forno e o *rodete* utilizados na fabricação, sendo este espaço de trabalho renovado anualmente ao final da cheia. Nas três comunidades que compõem o quilombo da Maria Valentina: São Raimundo, São José e Nova Vista não encontramos infraestrutura coletiva destinada a fabricação da farinha, como é comum nas comunidades de outras regiões do Brasil e é normalmente viabilizado com recursos de projetos governamentais a fundo perdido<sup>73</sup>.

Durante o inverno, muitos moradores compram milho para alimentar as criações de galinhas, patos, *picote*<sup>74</sup> mantidas presas e protegidas das enchentes com o levantamento da *maromba*. Alguns criam também cabras, porém o porco que integrava o sistema diversificado dos ribeirinhos, junto com o gado e a pesca, vem sendo

---

altamente dependentes de adubos e herbicidas. Na região de Ituqui os donos de rebanho vêm utilizando herbicida em pastagens plantadas para eliminar o *artemijo*, considerada por eles plantas invasoras e de difícil controle. Para tanto utilizam o herbicida DMA 896 BR produzido pela multinacional Dow Agrosciences. Enquanto os moradores com pouco terreno vem adquirindo em casas comerciais o herbicida *mata-mata* vendido em embalagens menores e empregado no combater do *murim*, e de outras gramíneas que em função do seu rápido desenvolvimento ameaçam as roças e variedades de legumes plantados.

<sup>72</sup>Artefato de origem indígena confeccionado com palha de palmeira e disseminado por toda à Amazônia, compondo também as técnicas de beneficiamento dos ribeirinhos e camponeses de terra firme.

<sup>73</sup>A minha percepção desta diferença decorre do trabalho de campo desenvolvido em outras comunidades quilombolas do curso médio do rio São Francisco e de trabalho profissional no vale do rio Jequitinhonha. Entretanto não consegui apreender porque a construção de oficinas coletivas de farinha é recorrente nessas áreas e não usual na região do Quilombo Maria Valentina.

<sup>74</sup>Em outras regiões esta ave doméstica de origem africana recebe o nome de *galinha da angola*, *tô fraco*, *cocá* ou *capote*.

eliminado em decorrência de orientações sanitárias incorporadas pelos acordos firmados junto ao Ministério Público, que classificam a criação de porco como uma ameaça à saúde humana. Uma restrição nem sempre considerada pelos fazendeiros, pois como vimos durante os trabalhos de campo, alguns deles mantêm seus chiqueiros ativos, possivelmente como estratégia de proteção e acobertamento das práticas de seus vaqueiros e empregados, visando à diminuição dos custos com a reprodução dessa mão de obra nativa. Por sua vez, estas mudanças nas estratégias reprodutivas resultam na redução da oferta alimentar, principalmente, para as famílias com pouca terra, o que aumenta a importância da pesca para o auto-sustento, o que deve ser considerado na implantação de políticas na área da segurança alimentar e geração de renda. Enquanto no inverno o milho é adquirido para suprir a demanda com a manutenção das pequenas criações, no verão ele é obtido em abundância e passa a ser transportado para a cidade onde é vendido ainda verde e, como identificamos na comunidade de São José, uma pequena área plantada ao redor da casa chega a render dois mil reais por safra.

Além do milho, a melancia, o feijão e o jerimum são em parte destinados à comercialização na cidade de Santarém, o que geralmente envolve o repasse do produto para intermediários denominados *marreteiros* e também custos com transporte, que pode ser feito pelo próprio agricultor ou através da utilização de *barcos de linha*<sup>75</sup>. Por sua vez, algumas famílias que possuem filhos e parentes na cidade realizam através destes a venda direta ao consumidor, acumulando um maior *ganho*.

A venda do feijão verde assim com do milho verde tem sido preferida por alguns moradores em função de um melhor aproveitamento da safra e também de uma maior rentabilidade. A venda de produtos agrícolas e também processados como o queijo é valorizada pelas famílias que vêem nesta prática uma forma de acesso a bens industrializados de que necessitam como remédios e roupas. Mas, é também uma forma de diminuir ou mesmo eliminar a dependência em relação à pesca, considerada por muitos como principal atividade geradora de renda monetária na região do Ituqui, embora a pesca para o consumo familiar ocorra nos dois grupos. A diferenciação interna se dá entre aqueles que se dedicam à agricultura, principalmente, por deter maior posse de terra e em decorrência do *habitus* local de se verem como lavradores e aqueles que se dedicam à pescaria comercial, como forma de viabilizarem sua reprodução familiar no

---

<sup>75</sup>Barcos que realizam o transporte regular de passageiros e mercadorias na região da várzea.

contexto das restrições que vivenciam. A pesca como atividade comercial é realizada pelos mais jovens que possuem pouca terra.

Constatamos em nosso trabalho de campo que grande parte das plantas cultivadas nos quintais, hortas e roçados foi atingida pela enchente de 2008/2009, o que eliminou boa parte do estoque de *sementes* reproduzidas *in natura* pelos ribeirinhos em seus cultivos anuais. Observamos, porém que esta diversidade aparentemente perdida em decorrência da maior cheia dos últimos 20 anos foi parcialmente preservada pelos moradores com a prática da *maromba*. Além disto, muitas variedades perdidas em decorrência desta última grande cheia estão sendo repostas. A reposição de espécies e variedades perdidas resulta, em grande parte, de dádivas e retribuição de dádivas entre parentes, compadres e vizinhos, inseridos em redes de relações mais amplas que os articulam entre si moradores. Os parceiros preferenciais para o estabelecimento de dádivas e contra-dádivas são parentes situados na várzea e no planalto, vizinhos localizados nas áreas de colônia na *terra firme* e, ainda, os parentes e amigos vivendo na cidade, assim como os das comunidades autoidentificadas como remanescentes de quilombo de Murumuru, Murumurutuba, Tingu e Bom Jardim. Encontramos variedades de mandioca e feijão compartilhados, sendo multiplicadas com vista à ampliação das áreas de cultivos nos próximos ciclos agrícola.

No caso da mandioca identificamos variedades sendo multiplicadas nos espaços de horta e pequenas roças, entre elas a *flor de boi* que é de talo roxo, a *dorotéia* de talo mais verde e a *milagrosa* que além de ser resistente ao encharcamento possui a massa bem amarela e por isso fornece uma farinha especialmente valorizada no mercado local.

Os moradores plantam o *feijão leite*, que é branquinho e muito valorizado pelos consumidores, porque amolece com facilidade quando cozido, além de ter uma boa aceitação, ele é reconhecido pelo seu bom rendimento por área plantada. Por outro lado, este feijão estraga com facilidade, devendo ser colhido e consumido com rapidez. Assim, nos momentos de abundância esta variedade é o primeiro alimento a ser compartilhado em detrimento de outras espécies mais resistentes ao caruncho. Em geral, as famílias plantam outras variedades como o “ligeiro” que também tem os grãos claros como o *feijão leite*, mas quando cozido assume uma cor mais amarelada, mas em termos de paladar, não há grande diferença entre eles e por isso mesmo são preparados e consumidos da mesma forma, cozidos. Há também o *feijão manteiga* que é miudinho, o verdinho e o *coquinho* de cor amarelada e de bago roliço com quinas salientes, sendo

também considerado *ligeiro* em termos de desenvolvimento e amadurecimento das vagens.

Normalmente o feijão é colhido já seco, o que aumenta consideravelmente a sua durabilidade pós-colheita e facilita o seu armazenamento *in natura*, bem como o seu transporte e comercialização. Porém, em menor quantidade, as vagens são colhidas, ou melhor, *catadas* verdes, visando atender um mercado específico, que valoriza e paga melhor por este produto. Assim, embora a colheita do feijão verde seja mais trabalhosa e o produto depois de colhido seja perecível, sua venda ainda verde é vista por algumas famílias como uma estratégia mais interessante de inserção no mercado, na medida em que permite, por um lado, antecipar a comercialização do produto e, por outro, ter acesso a preços mais elevados.

Além do feijão de *arranca* de ciclo curto acima referido, os moradores da região do Ituqui plantam também o *feijão de corda* de crescimento indeterminado. Como este feijão é trepador ele precisa de suporte, sendo plantado na horta para ser consumido da mesma forma como feijão verde. Este tipo de feijão é valorizado pelos agricultores porque “não tem época” e pode ser cultivado durante todo o verão, além de produzir bem e mais rápido. Além disso, ele cozinha rápido, como dizem: *é só por na panela*, por isso seu comércio, que se assenta sobre a tradição culinária dos ribeirinhos, alimenta um “nicho” do mercado regional.

As hortas são estabelecidas geralmente nos arredores das casas e o mais próximo possível de depressões que acumulam água ou do rio, pois são molhadas com água carregada manualmente em *carotes* e raramente, com água bombeada por motores movido a combustível. Estes estão presentes apenas em algumas habitações ocupadas por aposentados, em consonância com o ciclo de vida do grupo doméstico, e naquelas famílias que se diferenciam por uma renda um pouco mais elevada e, por exemplo, investem na fabricação diária de queijo, o que é feito por aquelas famílias que ocupam uma parcela maior de terra.

As tarefas de cuidar das plantas de horta e de plantas medicinais são geralmente realizadas pelas mulheres, e refletem uma tendência observada de divisão familiar por gênero e geração. Estas, como nos informaram, no convívio com as gerações mais novas transmitem o seu conhecimento prático, mas também os seus valores para as filhas, netas e filhas de criação, que ao trabalharem juntas se tratam como *companheiras*.

A responsabilidade de buscar água no rio, de prover a família de alimentos e de medicamentos, bem como, de cuidado da educação das crianças recai sobre as mulheres que geralmente realizam o preparo e a confecção dos alimentos. No entanto, observamos que outras atividades essenciais como o plantio de alimentos para consumo humano e animal; o trato de galinhas, patos, picote, cabras e gado; o plantio de roças e outras variedades e também a pesca de lago e rio são realizadas tanto por homens como por mulheres, os quais dividem estas obrigações com os filhos e com os parentes mais próximos que compartilham uma mesma faixa de terra.

Por sua vez, algumas tarefas quando objetivam oferta de produtos para o mercado são realizadas prioritariamente por homens como, o plantio de melancia, jerimum, milho, banana em maior quantidade, a criação de gado e búfalo e, também, a pesca voltada para atender a demanda do mercado. Embora a divisão de tarefa em alguns momentos pareça rígida, o trabalho da mulher também é demandado na realização de tarefas como, por exemplo, a pesca, sendo realizado com grande interesse e precisão.

Por conseguinte, associado a essa divisão social do trabalho temos a significação da lida com o gado no campo sendo realizado majoritariamente por homens e considerado um trabalho *pesado* em detrimento de tarefas realizadas pelas mulheres que também envolvem grande esforço físico como a busca de água no rio e a lavagem de roupa. Num outro sentido, a pesca para consumo é realizada cotidianamente por mulheres, em alguns casos, com uso de *caniço* e *capungão*<sup>76</sup> e é reconhecida muito mais como uma habilidade ou um *gosto* em detrimento do valor estratégico e econômico que representa, ficando reservado ao homem o exercício de outras artes como o uso da flecha e da rede.

Como a agricultura de *vazante* se caracteriza pelo eterno recomeço uma vez que com a variação das cheias, as áreas destinadas aos plantios ficam alagadas, e no verão elas permanecem secas por muito tempo permitindo o cultivo das roças. Assim a agricultura demanda um conhecimento aguçado das variações da paisagem e das características e qualidade das plantas usadas.

Por sua vez, alguns moradores estão espremidos entre o rio e os pequenos lagos que se formam no fundo de suas casas e por terras utilizadas pelos fazendeiros para a criação do gado, sendo, por isso, restringidos em suas atividades. Alguns

---

<sup>76</sup> Apetrecho de pesca, artesanal, no formato de uma armadilha onde é colocada uma fruta para atrair o peixe que é fígado pelas mulheres em pescaria.

moradores acabam se apoiando na pesca como forma de viabilizar os meios que necessitam para se reproduzir. Na percepção dos moradores, auto identificados como *remanescentes de quilombo*, famílias nestas situações estão fadadas a agir de modo não sustentável, pois não terão condições de alternar a pesca com agricultura de *vazante* e criação de animais.

### ***O gado e a expansão pecuária: privatização e degradação da várzea***

Atualmente, os rebanhos de gado e búfalo permanecem na várzea prioritariamente no verão. Assim, quando ressurgem os campos naturais no fundo das casas e nas margens dos lagos, eles se deslocam por espaços utilizados de forma coletiva, isto é, de uso comum pelos moradores.

Para o ribeirinho a criação de gado é uma espécie de poupança, que serve à família nos tempos de maior escassez e nos momentos de necessidade. Para o fazendeiro os rebanhos criados com o emprego de vaqueiros objetivam a acumulação e o lucro ao comercializá-los para o abate. No caso, o que diferencia o morador do fazendeiro não é apenas o tamanho do rebanho e a modalidade do trabalho, mas a finalidade última da atividade. Além disso, de acordo com os moradores, o gado bubalino foi introduzido na região por fazendeiros assessorados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e possui hábitos mais impactantes que o bovino. De modo que, a análise dessa prática envolve, do ponto de vista dos moradores, tanto preocupações ecológicas como reprodutivas e como veremos permitem identificar a presença de relações de sujeição envolvendo fazendeiros e moradores.

Como relatam os moradores, no verão as águas baixam no Amazonas e aos poucos emergem, no fundo das casas, as restingas onde medram espontaneamente as *pastagens naturais*, transformando extensas áreas alagadas em campos esverdeados onde predomina o *mujú* que serve de alimento aos rebanhos. Assim, este espaço ao longo do igarapé se transforma, deixa de ser espaço de pesca e passa a ser significado pelos moradores como *retiro do gado*.

Por sua vez, a presença de grandes rebanhos durante a maior parte do ano foi estabelecida ao longo das últimas décadas como prática sistemática por fazendeiros que expropriaram antigos moradores. Desde então, a várzea vem sendo afetada pelo sobrepastejo de gado e búfalo, responsável por dizimar espécies forrageiras nativas, o que interfere diretamente sobre os ciclos ecológicos de reprodução de plantas nativas, que



servem de alimentos para os peixes, pois como nos disseram *o capim (nativo) é a casa do peixe*.

Seu Vitor é da comunidade São José, *quando ele se entendeu*, ainda com uns dez anos de idade já trabalhava com o gado do pai. A vida de moleque naquela época era essa. Para sair para uma festa, e *dia de festa era sábado, tinha que lavar a maromba cheia daquela lama de esterco*. Ele trabalhou trinta anos para o Miléu, a família dele trabalhou para o Miléu, assim como tantas outras. No início era uma forma de parceria, ele intermediava o plantio de juta, depois *devagarzinho* ele foi tomando a terra para saldar as dívidas que os moradores tinham contraídos com ele. Como a dívida só crescia os moradores ficaram atrelados economicamente a ele e a outros comerciantes que financiaram a produção e foram levados a entregar, parcelas e mais parcelas dos seus *cacuais*. Assim, aos poucos, esses intermediários que atuaram também como taberneiros, realizando o comércio local e fornecendo bens de consumo para as famílias, foram se tornando *donos do Ituqui* e passaram a explorar o trabalho familiar do próprio morador, mantido no local em pedaços de terra cada vez mais reduzidos.

Seu José Mota, que também trabalhou para o Miléu lembra que no passado o fazendeiro *falava, rapaz trabalha lá para mim* (na área do fazendeiro) e *a pessoa ficava lá cuidando do gado e se virando sozinho, com um peixinho, uma mandioca, depois, passava uns tempos ele vinha conferir o gado*. Ele fala também que a coisa só começa a mudar *de 1998 pra frente, quando surgiram algumas denúncias, que os fazendeiros usam o trabalho escravo, mas já tinha explorado muito o povo*. Na região, existe o termo *lambaio* que são vaqueiros tutelados pelos fazendeiros e que *não é coisa do passado, tem muito aí hoje*.

Seu Vitor cuidava do gado do Miléu *trabalhava lá no Igarapeçu... isso aqui era uma mata, aqui atrás era mata, mas a juta se acabou tudo. Aqui plantava capim, tinha trinta capinzeiro cortando capim aqui... derrubaram tudo só para plantar juta*. O gado era *viriato*, era gado bravo, não vinha na beira do Amazonas: *eu saia de canoa grande 22 palmos, às vezes 18 palmos, chegava, eles desciam para a água para comer... tinha muita canarana (capim nativo) neste tempo, era canarana que a gente cortava, muito, muito*. Ele explica que era costume queimar o capim antes do inverno, fala também que, *no tempo que eles começaram a botar búfalo, aí começou a arrancar, arrancar o capim... é assim, se o gado branco chega numa ponta de capim e cai n'água, tendo água na barriga, o gado fica ali parado, na beira d'água comendo*. Já o

*búfalo não, quanto mais água tem, mais ele vai arrancando* e ele vai se deslocando pelo rio e arrancando o capim rio adentro.



Foto 36: Rebanho de búfalo pastando em área de restinga nas várzea  
Identificação: Igarapé de Maicá, Santarém – PA, setembro de 2010

Deste modo, o crescimento das fazendas de gado, substituiu a exploração da juta como atividade comercial lucrativa, com alguns fazendeiros mantendo mil ou até cinco mil cabeças e a várzea foi-se acabando, como dizem, o que contribuiu para inviabilizar a própria pecuária de pequeno porte. *Os moradores já tiveram mais gado, hoje ficou mais difícil; já tive gado, mas não dá lucro, porque a gente não tem terra firme, a gente mantinha na maromba*, mas hoje para criar gado como *cashcrop* esse campesinato tem que alugar pasto na terra firme, o que é muito dispendioso e praticamente impossível para o grupo.

A degradação da várzea e conseqüentemente a desestruturação das estratégias de reprodução dos ribeirinhos têm imposto às famílias um maior investimento na manutenção dos seus sistemas produtivos, o que numa perspectiva temporal, tem significado o enfrentamento de restrições e de períodos de escassez de alimentos em quantidade e qualidade.

Ao longo deste processo, foram poucos os moradores que conseguiram manter seus domínios na várzea e uma relativa autonomia em relação aos fazendeiros, o que explica a importância histórica e simbólica da Maria Valentina. Pois, como nos contou sua neta, tratada carinhosamente por Tia Gó *a velha era brava, vivia só*, tinha *cacauau*, tinha muita plantação no quintal, muitas frutas, mas *quando o pessoal (de fora) entrava*,

*tirava fruta sem pedir permissão ela punha a espingarda no ombro e ia ver quem é que andava por lá, tinha também castanheira bonita lá no lago do arrozal onde era o retiro dela.* Nesta época, os filhos de Maria Valentina *moravam juntos na mesma casa, depois uns foram construindo, vendendo entre os filhos mesmo e é assim até hoje.* Tia Gó lembrou que apenas um pedaço foi vendido para fazendeiro, o Darlan, mas agora ficou o Dico e comentou *do pedaço que minha avó deixou, não sei, só se meus filhos venderem, mas se vender, de noite tô na goela deles.* Por um lado, a Maria Valentina manteve o domínio de uma área significativa na beira do Ituqui onde vivia e onde hoje vivem seus descendentes. Por outro lado, ela manteve relações de trabalho e de proximidade com alguns fazendeiros, *vendia lenha para o pai do Darlan que era taberneiro e quando ia em Santarém parava na casa do meu padrinho...Francisco Chaves, pai de Ivair Chaves de Santarém, dono da Pecuarista Santarém,* além de criar gado em parceria com outros.

Alguns fazendeiros no intuito de se apropriar de áreas inundáveis ao seu entorno, como lagos e igarapés têm impedido que os moradores se desloquem por estes lugares para realizar suas práticas culturais extrativistas. Suas ações não se restringem a intimidações verbais, mas envolvem também o acionamento de vaqueiros e *pescadores da cidade*, apontados pelos moradores como responsáveis por furtos de embarcações e ameaças. Além disso, utilizam também o próprio rebanho de gado e búfalo para expropriar áreas de ocupação familiar, pois como são criados soltos e em quantidade excessiva eles com frequência invadem domínios alheios e são responsabilizados pelos moradores por depredar seus plantios de várzea destinados ao autoconsumo familiar, e por promover a desestabilização das suas estratégias de permanência na várzea com maior autonomia.

Registramos vários relatos sobre enfrentamentos como este. José Joaquim, marido de dona Maroca, lembra que na comunidade de São José *tivemos que pressionar o INCRA, ele (fazendeiro João Davi) já quis impedir que nós, os comunitários, descêssem aqui para ir no Aiaíá buscar o sustento... Ele não chegou a impedir porque fizemos um TAC<sup>77</sup>.* No entanto, a obrigatoriedade de construção de cercas não tem sido respeitada pelos fazendeiros. Mas, encontramos também famílias desta mesma comunidade que se posicionam de uma forma diferente em relação a essa definição,

---

<sup>77</sup> Estas medidas administrativas de iniciativa do Ministério Público visam regular a exploração econômica da várzea e incidem principalmente sobre a pecuária e pesca comercial, prevendo a proibição do criatório de búfalo, definindo os períodos de defeso e as modalidades de pesca nos rios e lagos.

*inventaram esse TAC para o criador fazer cerca por causa de preguiça* (em defender suas áreas).

Ineide, que fez a afirmação acima, pertence à Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Valentina. Segundo conta, ela e o marido Zezinho no início da vida de casados, *moramos em dez lugares aqui na região, só fazenda*. Numa delas ao sair levaram *uma banda de novilha*, em outra trabalharam *ganhando* (apenas) *moradia*, na seguinte, fizeram uma *sociedade de meia, em oito novilhas*, mas criavam vinte e cinco e ao final de quatro anos *rendeu cinco bichos*. Eles viveram uma situação de despejo, quando o *dono vendeu com a gente dentro*. Passaram uma série de dificuldades até conseguirem um pedaço de terra na várzea para viver, que foi comprado, segundo eles, com muito trabalho. Além de questionarem a aplicação do TAC eles também se posicionam contrários às iniciativas de um vizinho, o Dico, que recorreu na justiça trabalhista contra o Darlan, para quem o casal já trabalhou no passado e que consideram como parente. O casal se preocupa com a saúde do antigo *patrão* e valoriza o fato de um de seus filhos morar com ele desde criança e, no seu modo de ver, ainda que sendo seu empregado assalariado é tratado, *como um filho*, que acompanha e assessora o fazendeiro em suas atividades diárias. Esta relação com o fazendeiro estabelecida desde o passado pode ser compreendida em duas perspectivas, a primeira, assimétrica pelas condições econômicas diferenciadas e a segunda, simétrica pelo compadrio existente, o que dificulta a ruptura da relação de subordinação que não é recorrente entre os moradores dos grupos locais. A doação de um filho para o fazendeiro aproxima-se da situação descrita por Woortmann (1995), que a vê como uma estratégia da família camponesa para garantir algum apoio, externo, no futuro.

Segundo os dados etnográficos, situações como as acima relatadas e outras envolvendo vaqueiros que trabalham há quinze ou vinte anos, na expectativa de obter reconhecimento do fazendeiro por meio do acesso a um pedaço de várzea, algum recurso financeiro ou a compra de uma casa na cidade é recorrente. Esses vaqueiros são denominados como *lambaios*, ou seja, uma pessoa que se submete a relação de exploração próxima à situação do escravo e, portanto, nesta condição em que não compartilha do ideal de autonomia camponesa como valor moral, não são vistos com bons olhos. No caso, alguns vaqueiros recebem pagamento com relativa regularidade, porém, na maior parte das vezes, abaixo do salário mínimo e sem carteira assinada, dado que encontramos, apenas, um que afirmou ser registrado no trabalho.

Este tipo de relação com fazendeiros é alimentada ainda por pequenas trocas e favores, e foram identificadas em campo como uma situação social que permitiu reunir alguns indícios, no presente etnográfico, sobre cisões no interior do território Maria Valentina entre moradores que se autoidentificam como remanescente de quilombo e outros que não assumem essa identidade. Inicialmente, a não adesão deste grupo de *parentes* parecia se justificar em função de divergências antigas relacionadas à gestão da Associação Comunitária ou diferenças comunicadas no domínio da religiosidade, mas gradativamente fomos compondo um cenário complexo que permite uma compreensão como estratégias de dominação por parte do fazendeiro.

Tomamos conhecimento de uma ação trabalhista envolvendo o fazendeiro Darlan<sup>78</sup> e seu irmão Delano, levada à frente pela Associação Quilombola Maria Valentina, na defesa do morador, seu Dico, que narra a tentativa frustrada:

Senhor Darlan, o senhor veja a situação, todo esse tempo, eu tava na minha casa aí! Já fui começando, aí nessa hora olhei bem pra ele. E o senhor me chamou lá, para me desagasalhar da minha casa, onde eu morava. Não era meu, tá certo, mas a casa era minha, deixei meu trabalho tudo, pra cuidar do seu, porque o senhor mandou me chamar, mesmo assim não assinou minha carteira, não me deu um salário, não me pagou nada e eu fiquei todo esse tempo vigiando seu terreno, correndo atrás de gado dos outros lá e criando seus cavalos nas épocas, cavalo de raça, nunca lhe dei prejuízo e agora o senhor me deixou na beira d'água. Aí (o fazendeiro) baixou a cabeça (e disse).

É seu Dico, mas você sabe, é assim mesmo, quinta-feira eu passo (na casa dele para negociar).

Ele falou, vou lhe dar uma madeira pra fazer uma casa, telha, vou lhe dar 1000 reais. Repare o dinheiro que ele ia dar, mil reais em dinheiro. Isso é meu, Sr. Darlan? É!

(diz ainda o seu Dico) Meu filho nem sabia desse negócio. Ele disse, (pai) não faça negócio nenhum, se for negocinho de palavra, não faça, porque o senhor vai perder. Mas eu tentei, né! Muito bem! Toda a valença, que ele não cumpriu, né! (Dico, São José, setembro de 2010).

Depois do ocorrido, os fazendeiros Darlan e Delano passaram a ameaçar este morador e, frente à iminência da perda da terra em ação judicial impretada pela Associação Quilombola, os fazendeiros doaram em cartório a área para um pequeno

---

<sup>78</sup>Descendente de Mayflower Riker, e David Bowman Riker, natural de Charleston, estado da Carolina do Sul, Estados Unidos. O nome da mulher é uma homenagem ao navio que os conduziu a Santarém. Sua família constituía um grupo de confederados que lutaram na Guerra Civil Americana. Seu pai se estabeleceu na região como “taberneiro” intermediando compra e venda de lenha, juta e demais produtos agrícolas, a partir dos anos de 1950, como fazendeiro de gado. (fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Delano\\_Riker](http://pt.wikipedia.org/wiki/Delano_Riker)).

grupo de vizinhos, a chamada Vila Marcos, conforme relatado por diversos quilombolas do grupo local São José<sup>79</sup>. A atitude dos fazendeiros alimentou no grupo de parentes do seu Dico, a expectativa de acesso individual a uma área de várzea. Desta forma, foi estimulada uma divisão interna no grupo familiar, que se viu cindido entre aqueles que são vinculados aos fazendeiros e os que se organizam politicamente por meio da Associação Quilombola. Essa é uma estratégia dos fazendeiros quando se vêm confrontados na sua prática de subjugação e de expropriação dos moradores, para ter a possibilidade de colocar as posses griladas no mercado de terras. A várzea, definida como terra pública, tem o seu uso regulado pela União, e passa a ser objeto de medidas de controle das agências governamentais, Ministério Público e entidades de representação dos próprios pescadores e agricultores familiares, moradores da várzea. O atrito criado reflete também sobre as práticas coletivas de controle dos lagos de pesca, como veremos abaixo.

#### ***A construção do espaço pelas famílias e as terras caídas***

Os moradores ocupam, em geral, pequenas faixas de terra na várzea, onde constroem suas condições de existência e cuja permanência é elaborada em estreita relação com as redes sociais ali existentes tecidas pelas relações de parentesco e afinidades. Quando os filhos constituem uma nova família, os pais ou avós que vivem em pequenas faixas de terra de, por exemplo, treze metros de largura por dois mil metros de comprimento *cedem* um espaço no fundo de sua casa para que estes possam construir sua nova moradia. A partir de então, a nova família, agora constituindo um grupo doméstico independente, passa a estabelecer novo arranjo, ao compartilhar as áreas de cultivo com o pai. O chefe do grupo doméstico familiar desempenha o papel de dono e detém o domínio do espaço territorial ocupado pelas famílias que constituem o seu grupo de parentesco. Os filhos que se estabeleceram na diminuta área do grupo familiar buscam trabalho fora como forma de acumular recursos financeiros que permitam a aquisição de posse própria de terra. No caso do grupo familiar de Raimundo Moreno, um filho adquiriu uma posse de terra ao lado da posse do pai e, nesta área, ele e seus irmãos e pai criam gado em conjunto. Uma estratégia de manter a terra sob o domínio familiar é a comercialização dos *direitos* para parentes próximos.

---

<sup>79</sup> Apesar da posse da terra ser do morador, os fazendeiros ajuízam em cartório a doação da área. Tal documento evidencia o uso da justiça, ainda que sem fundamento legal, como estratégia de expropriação territorial.

Porém, como é comum o rio ampliar seu leito em direção as moradias, eles podem ser obrigados a mudar a casa situada na beira do rio Ituqui, transferindo-a mais para o fundo. A iminência de serem atingidos pelo fenômeno das *terras caídas* impõe estabelecer novos rearranjos na ocupação do espaço familiar comum, ou seja, as casas se distribuem sequencialmente, uma atrás da outra, com a ampliação do leito do rio, o mais próximo da beira do Ituqui tem que transferir-se para uma área mais distanciada, colocando-se, assim, como o último da fila. A casa do pai não é, necessariamente, a primeira, dado este rearranjo de ocupação da área de posse.

Assim, dentro das possibilidades que vislumbram de permanência e de deslocamentos, os moradores que ocupam áreas na várzea, geralmente *cedem* para os parentes, em geral, filhos, netos, sobrinhos uma parcela de terreno que dá acesso ao rio. Por sua vez, essa concessão é um direito, que se constrói pela utilização diuturna desde que um membro familiar constitua novo grupo doméstico e construa sua moradia, sem que isto signifique o fracionamento do patrimônio familiar. A pessoa mais velha do grupo familiar mantém o domínio sob o patrimônio indiviso, cabendo-lhe a cessão ou não de parcela da terra para algum parente. Ao valorizar a manutenção do patrimônio sob o domínio familiar, os moradores cultivam a impossibilidade da comercialização de parcela da terra para pessoas “de fora” do grupo. Como diz Tia Gó, *se vender, de noite, dou na guela deles*. Aqui, a descendente mais velha, viva, de Maria Valentina afirma que após sua morte, se alguém vender parte da terra se verá com ela.

Como observamos em campo, as famílias conseguem manter o domínio do espaço que ocupam há muitos anos e várias gerações. Àqueles familiares que migram para seu retorno ao Ituqui, devem comprar um direito à terra de parentes ou de vizinhos. Como a situação vivida por José Mota do grupo local São José que tendo morado em Santarém retornou para o espaço do seu grupo de parentes. Por sua vez, essa forma de transferência de domínios para potenciais herdeiros que permanecem trabalhando no espaço do seu grupo de parentes e vivendo no lugar, não exclui os parentes que vivem na cidade ou sujeitos a frequente deslocamento. Embora vivendo fora, realizam atividades em parceria nas terras dos pais ou avós, como a criação de gado *na meia* ou a pesca em companhia dos parentes e, ainda, a comercialização na cidade dos produtos agrícolas dos parentes. Viver fora da posse familiar não significa a quebra de relações, dado que toda a família se mantém articulada para garantir a reprodução do grupo.

No passado, o velho Irapuan, pai de Darlan, chegou ao Ituqui e instalou uma *taberna*, ou seja, um barracão como já constituído na teoria social, onde comercializava

produtos, sendo que muitos moradores trocaram áreas de suas posses de terra por produtos vendidos por ele. Desta forma se deu a expropriação territorial em que muitos foram transferindo o domínio das terras para os que chegaram. Em seguida, o descendente de confederados passou a criar gado, sem que estabelecesse moradia na área adquirida, mas levando vaqueiros com suas famílias para morarem em seus domínios. Como esses vaqueiros não recebem por seu trabalho, aos poucos, familiares de alguns vão sendo incorporados socialmente aos circuitos de reciprocidade, através do casamento com pessoa do lugar ou através dos rituais de fogueira de São João e de batizado, quando se estabelece o compadrio entre duas famílias. Muitos dos vaqueiros não estabeleceram relações de sociabilidade com os moradores do Ituqui e, mesmo residindo no lugar, são consideradas pessoas *de fora*. Estes moradores considerados *de fora* não respeitam as regras de convívio social que se assenta na defesa da autonomia reprodutiva, não participam efetivamente das atividades comunitárias, nem comungam dos ideais de controle do território comum, utilizados para a pesca e criação de gado. A maior proximidade deste grupo de moradores é com os fazendeiros que consideram a exploração dos recursos ambientais e humanos, sejam trabalhadores ou parceiros, como princípio de organização das suas atividades econômicas.

Antes de encerrar esta seção, dada a referência a Irapuan que se identifica com os confederados estadunidenses, faz-se necessário trazer ao leitor a informação sobre a presença dos confederados sulistas na região de Santarém. Logo após o término da guerra civil nos EUA em 1867, o Barão de Santarém, proprietário escravista do Engenho Taperinha, associou-se ao norte-americano Rhome, que ali se fixou junto com outros confederados a partir de 1865. A presença desses imigrantes internacionais em território brasileiro durou, apenas, duas décadas, dado que em 1885 os mesmos voltaram ao seu país de origem, conforme discutido por Horne (2010).

Este autor informa que os confederados eram defensores da ideologia da segregação e consideraram uma desonra o projeto de permanecer no Brasil, dado as relações inter-raciais prevalentes se apoiarem na miscigenação. Nesse ano, o cônsul estadunidense no Pará, notando a desilusão dos seus antigos compatriotas, procurou viabilizar o retorno aos EUA para aqueles que não se adaptaram ao modo brasileiro de relações raciais.

A conexão com os confederados propicia entender, no contexto etnográfico, a inserção de taberneiros, descendentes de estadunidenses, no espaço social do Ituqui ao



mesmo tempo em que, pelo tipo de relação adotada, expropriou grandes áreas de terra dos grupos locais e aliciou a mão-de-obra local para suas atividades produtivas.

### ***A pesca: sociabilidade, normatização, controle coletivo e fronteiras sociais***

A pesca é praticada de diversas formas por sujeitos diferentemente posicionados socialmente, sendo realizada em conexão com as dinâmicas ecológica da várzea e segundo práticas culturais reproduzidas no interior dos grupos familiares. Os peixes são a principal fonte de proteína e o produto alimentar mais valorizado.

Praticada há gerações a pesca artesanal conta com um sem número de petrechos e técnicas, empregadas em consonância com o comportamento das diferentes espécies de peixes e seres aquáticos, dinâmicas sazonais de *cheia* e *vazantes*, as quais são associadas variações de marés e ciclos ecológicos.

Com base nestes conhecimentos moradores fazem uso de variadas formas de captura dos peixes, como redes, arpões, achas, anzóis; com iscas de origem animal ou frutas da restinga; que envolve a companhia de parentes e compadres, muitas vezes mulheres; em ambientes distintos como o dos rios ou dos lagos. Também, a pesca pode se destinar à venda ou visar prioritariamente abastecimento alimentar. Nem todo pescado se destina à venda, e parte da produção é compartilhada entre vizinhos e parentes na forma da dádiva.



Foto 37: Moradores de *comunidades de terra firme* em sua lida no lago  
Identificação: Maicá, Santarém – PA, setembro de 2010

Além disso, embora detenham um conhecimento aprofundado e realizem a pesca com grande frequência tendo em vista garantir a dieta alimentar ao longo dos diferentes períodos do ano, os moradores percebem e são afetados pela sobre-exploração dos estoques pesqueiros.

Nas comunidades de São Raimundo, São José e Nova Vista os grupos familiares e de vizinhança organizados em torno da pesca participam, através de representantes locais, das estruturas e atividades associativas organizadas pelas capatazias das Colônias de Pescadores.

Nesses espaços os pescadores e ribeirinhos compartilham experiências, estabelecem e reafirmam regras de conduta e de convivência junto a ribeirinhos de outras localidades. Regras que vem sendo formuladas e reformuladas a partir do contexto social, econômico e ecológico da várzea do Amazonas, mas que são avaliadas em conexão com as especificidades e os processos de mudanças vivenciados pelos grupos. Um exemplo é a interdição da pesca do Pacu no Maicá datada de 1978, conforme nos foi relatado, anos antes da Lei 6938 de 1980 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente. De modo que a preocupação com a *preserva*, em consonância com a percepção dos limites da capacidade de carga dos estoques de peixes nos lagos, antecede a estruturação, na região, do IBAMA e da política ambiental.

Os acordos firmados por ocasião de encontros de pescadores em sua organização de classe foram em parte formalizados através das portarias dos órgãos de estado, como o IBAMA. Essa prática tem subsidiado também ações de regulação envolvendo diferentes agentes e segmentos, como é o caso dos Termos de Ajustamento de Conduta, mediados pelo Ministério Público e que envolvem instituições públicas ou privadas.

Uma gama cada vez maior de agentes está presente e atua sobre o que podemos chamar aqui de *mundo ribeirinho*, seja fomentando políticas públicas, seja estimulando medidas de preservação de recursos, seja veiculando informações no campo dos direitos humanos, o que implica em processos de re-elaboração constante das práticas sociais e produtivas dos moradores do Quilombo Maria Valentina.

A fiscalização dos lagos com vistas ao cumprimento dos acordos firmados coletivamente demonstra o espectro cada vez mais ampliado destas relações. Cujas ações não se circunscrevem apenas às três comunidades que integram o território Maria Valentina, mas envolvem outras comunidades vizinhas, como as da região do Planalto que também utilizam e se apropriam do ambiente dos lagos e igapós na região do

Maicá, de São Benedito e de Aracampina, situadas na várzea e que acessam com mais facilidade o Igarapé do Santíssimo.

No entanto, a sobreposição de territórios de pesca entre comunidades vizinhas, na perspectiva dos moradores não gera conflitos, ao contrário, permite um controle cada vez mais efetivo das práticas consideradas sustentáveis, com as iniciativas de fiscalização sendo organizadas e apoiadas por representantes das comunidades vizinhas, em sua maioria autoidentificadas como quilombola.

De fato, os acordos refletem a importância da pesca como prática tradicional e dão visibilidade às formas costumeiras de partilha e regulação do uso de recursos disponíveis nas áreas em comum acessadas pelos grupos familiares. A atualização destas práticas sociais e a iniciativa de fiscalização coletiva indicam o pertencimento do grupo em relação ao lugar, bem como, nos levam a refletir sobre o valor moral compartilhado, tendo em vista a perspectiva futura de escassez de peixe e de desagregação social a ela relacionada.

Na Amazônia, a intensificação da pesca tem resultado numa disputa pelo acesso aos lagos e igarapés e no conflito entre velhas e novas práticas extrativas. Seu José Mota nos contou que a pesca predatória hoje é feita com uso de isopor, *numa noite que eles saem para fazer uma arrastada eles pegam dez, doze pirarucu. Pronto! Já passam dias, eles não respeitam a Portaria e nós (os considerados de dentro) não pescamos de “malhadeira”, por isso, na sua perspectiva, os lagos não suportam. Eles (moradores da Vila Marcos situada na margem esquerda do rio Ituqui) não respeitam, nunca se associaram à Z 20 ou à capatazia, eles não fazem parte de nada, ora e outra tão puxando uma rede.* Ele conta também que um irmão do seu José Joaquim mora lá, junto com esse grupo, que chamam de Vila Marcos. Em sua avaliação, *eles são cabeças dura.*

Furtado, presidente da Associação disse que *“no começo o Vavá estava vindo”,* nas reuniões da Associação Quilombola, *ele hoje é a pessoa que está na frente lá, mas eles não querem respeitar os acordos, estão direto pescando com rede (de arrasto).* Ele explicou que o *“nosso acordo é de que não entrava isopor e rabeta<sup>80</sup> no Santíssimo,* mas com a facilidade de financiamento para compra da rabeta e também com o pessoal de fora entrando foi ficando difícil. *Porque o peixe é de época e da forma como eles*

---

<sup>80</sup> Pequeno motor de popa, muito comum na região, movido à gasolina, de fácil transporte e de preço acessível aos moradores do Ituqui.

*fazem acabam pegando o peixe pequenininho, mas (pescar) de canoa a gente não proíbe*, porque consideram o impacto ambiental reduzido.

Seu José Mota reproduziu um diálogo com o seu Silvério, um antigo morador e dono da área definida hoje como Vila Marcos, ele *disse para mim que se desgostou daí, por isso vive hoje na colônia*. Para o seu José Mota *o problema é eles encaixarem com a gente, porque você sabe as geleiras rodam isso tudo aqui, aí o caboclo vai ter que comprar comida em Santarém e as famílias daqui vão passar necessidade*.

Na opinião do seu José Mota a separação no interior do grupo tem origem no *projeto de preserva*. Ele conta que o ProVárzea<sup>81</sup> e o IPAM<sup>82</sup> acompanharam muito essas comunidades e que foi no Ituqui que surgiu o agente ambiental (voluntário), o agente de saúde entre outras iniciativas, *mas o que chocou muito esse pessoal aí (Vila Marcos) foi o agente ambiental*. Ele lembra que no começo eram 12 agentes e que mensalmente se reuniam no centro da Diocese, no lugar chamado Cabeceira de Marajá para participar de atividades de formação. Para ele *a única coisa que melhorou foi o fogo*, os fazendeiros pararam de por fogo na várzea, mas as invasões de lago continuam. *Seu Silvério tinha uma vantagem*, havia as divergências internas na comunidade de São José, que culminaram com brigas e mudança de um dos grupos para a outra margem do rio, *mas ele plantava de tudo*, ou seja, não dependia só da pesca como acontece hoje como o pessoal da Vila Marcos.

Na região do Ituqui, a defesa dos lagos e dos recursos ambientais neles disponíveis vem sendo feita de forma organizada pelos próprios comunitários, que junto com instituições como Colônia de Pesca, Associação Comunitária e Associação Quilombola vêm desenvolvendo de modo articulado uma sistemática de *fiscalização* de seus territórios de pesca. Essa fiscalização é a forma de controlar a pesca predatória, durante o verão quando as águas baixam e principalmente durante a piracema e reduzir a pressão sobre o estoque de peixes tanto do igarapé do Maicá, como do Santíssimo.

Estas iniciativas têm como origem as experiências comunitárias denominadas acordos de pesca, que remetem à década de 1960 e antecede a estruturação dos órgãos ambientais do Estado<sup>83</sup>, cuja principal definição é a proibição da utilização dos lagos por pessoas de fora da comunidade.

---

<sup>81</sup> Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea.

<sup>82</sup> Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

<sup>83</sup> Sobre os conflitos da pesca e os acordos comunitários ver O'Dwyer (2005).

Na pesquisa de campo, ao realizarmos uma incursão de barco pelo igarapé do Maicá nos deparamos com um grupo de comunitários realizando a *fiscalização* dos lagos. Logo que nos aproximamos reconhecemos um dos integrantes, o Bena, que se auto-identifica como *remanescente de Quilombo* da comunidade vizinha do Tingu. O grupo estava em dois barcos e todos trajando camisas amarelas, símbolos dos encontros de agentes ambientais. A expressão rígida das faces dava sinais do estado de tensão que a tarefa exigia. Alguns companheiros haviam sido ameaçados com dois tiros durante uma fiscalização noturna nesta mesma região e embora os trabalhos continuassem, as saídas se tornaram mais cautelosas.

Estávamos ali, marcando alguns pontos com o aparelho de GPS (*Global Position System*), com membros das comunidades do Ituqui e quando indagamos se haveria alguma dúvida sobre os limites entre o território da Maria Valentina e as comunidades de terra firme (Tingu, Murumuru e Murumurutuba) ele respondeu que, as comunidades já haviam conversado sobre isso, que não restava dúvidas e que levássemos adiante o trabalho.

Ao indagarmos sobre o trabalho de *fiscalização* afirmaram apenas que estavam *conscientizando*, mas que dali a dois dias, com a entrada da piracema, *as malhadeiras encontradas, a gente queima*.

Já de volta ao Ituqui, nos disseram que esta atitude de queimar as *malhadeiras* passou a ser por eles praticada depois, *no começo pegava os materiais e levava para o IBAMA, mas se a pessoas tivessem algum recurso, já, já tava de volta com o material, pois a comunidade não podia reter esse material, mas como as comunidades fecharam... Murumuru, Aracampina, São Benedito... a prática passou a ser esta, começamos a queimar o material de pesca predatória, mas este pessoal da Vila Marcos não quer respeitar*.

Como nos referimos anteriormente, a citação da localidade de Aracampina indica a incorporação neste trabalho de *fiscalização* de grupos que não se auto identificam como comunidade *Remanescente de Quilombo*, mas que compõem uma rede de moradores articulada em torno da atuação da colônia de pescadores, o que pressupõem distintos campos de atividades e formas de organização social e política, articuladas em torno do controle dos recursos da pesca. Por sua vez, os moradores reconhecem que as iniciativas institucionais significaram avanços em termos de normatização da pesca, *com o IBAMA melhorou muito*, porém eles se queixam que as

ações do órgão são esporádicas e não têm sido efetivas no sentido de coibir as práticas extrativas predatórias.

No Ituqui, a intensificação da pesca é apontada pelos moradores como uma ameaça concreta, na medida em que colocam em risco as condições de manutenção das famílias durante o verão. Neste sentido, ao se contrapor à pesca predatória, através de ações coletivas de controle do território que significam como *nosso*, eles procuram desenvolver melhores condições de controle da área de uso comum no quadro de restrições ambientais a que estão submetidos.

No Ituqui, a ampliação da possibilidade de pesca é dada pela facilidade de aquisição de barcos motorizados através de financiamentos públicos, que tem propiciado que muitos moradores se dediquem exclusivamente à pesca, ao mesmo tempo em que ocorre o aparecimento das chamadas *geleiras*, ou seja, barcos de grande porte vinculados à indústria pesqueira que recebem a produção dos pescadores, como discutido por O'Dwyer (2005) sobre os pescadores de Óbidos. A aquisição de barco motorizado requer do pescador maior dedicação à atividade de pesca para saldar a dívida com o sistema de crédito. A *ronda das geleiras* no Ituqui, segundo os moradores, estimula o sobre-esforço da pesca, mesmo na piracema, com o uso de *rede de arrasto* por pescadores considerados *de fora*, uma vez que realizam a pesca considerada predatória pelos quilombolas.

As práticas reprodutivas dos moradores da região do Ituqui articulam as atividades de agricultura de *vazante*, criatório doméstico e extrativismo. A pesca é considerada pelos moradores como prática fundamental *para o sustento das famílias*, porque destinada tanto a venda quanto ao consumo, permite maior autonomia na conjugação dos campos de atividade que permitem a reprodução social dos grupos. Neste sentido, embora o rio seja o espaço de maior produção pesqueira, eles se preocupam de modo especial com o manejo dos lagos, como dizem “o peixe de rio passa, mas o do lago fica”. Por isso se mobilizam para fazer o que consideram necessário para preservá-lo, por meio do controle do acesso e do uso dos recursos comuns dos lagos.

Por um lado, as fortes relações de vínculo entre identidade, reciprocidade e meio ambiente estão presentes na forma como os grupos se organizam para garantir o acesso compartilhado aos recursos. Por outro, as práticas sociais que regulam o acesso a recursos estão sendo atualizadas, por intermédio de novos dispositivos legais, no caso

através da luta por reconhecimento e titulação de uma área comum como *remanescente de quilombo*.

Na situação de pesquisa, o modo como os grupos acessam e utilizam os recursos, assim como sua forma de agir são definidos pela organização social e principalmente por suas regras de reciprocidade na medida em que estas passam a constituir fronteiras entre indivíduos e grupos, definindo um *nós* em contraposição aos *outros*. O quadro de escassez de recursos é apresentado pelos moradores como questão que justifica suas iniciativas de controle dos lagos. Mas como as relações de reciprocidade estão sendo estabelecidas e atualizadas pelos ribeirinhos do Ituqui?

Durante o trabalho de campo, realizamos junto com moradores das comunidades São José e São Raimundo uma incursão de barco nos lagos da margem esquerda do Ituqui, para conhecer o igarapé do Santíssimo, em uma de nossas paradas nos detivemos num lugar, por eles chamado, Ponta do Mato. Perguntamos sobre as árvores que sombreavam aquela pequena ilha e nos apontaram algumas delas, dizendo, *essa aqui tem fruta, é o socoró, fruta preferida da pirapetinga, tabatinga, tambacu, pacu (peixes), quase todas, os peixes comem*. Eles argumentaram que ali no passado a pesca era mais abundante, *teve um tempo aqui, quando ainda tinha fartura, a gente vinha aqui, caía socoró, a gente juntava, pegava linha comprida e ficava aqui, de terra, era pirapetinga, era tambaqui. Puxava trinta (peixes) ia embora para casa. Cansei de fazer isso, sentava aqui, fazia o fogo era muito bonito!* Nessa narrativa, Jojô, o barqueiro que nos conduzia, evidencia seu vínculo à organização social local, dado que ele informa práticas de reciprocidade no contexto da pesca.

Durante os minutos que permanecemos ali, eles nos apresentaram a região apontando com a mão os lagos, começando pela região de baixo, que fica mais próxima ao *cavado* de São Benedito por onde havíamos entrado. Disseram: *Munguba Grande é bem aqui, depois é Mungubinha e para o lado de cima é Caridade, mais aqui pega o Mureru, lá dentro, lá chegando no São Raimundo pega o Arrozal*. Perguntamos também sobre os lagos da outra margem da pequena ilha, então nos viramos e continuaram: *aqui é o lago do Carão, esse mais próximo onde está o gado é o Pixuna, para o lado de baixo é o Formiga, daqui para cima pega Cemitério e depois Taparauara. Subindo tem o lago da Luanda, o Uruanã, o lago do Mato, o Turi, depois lago do Verde, Nazaré, Arrozinha, lago das Cobras já na parte mais alta do Santíssimo*. Indagamos se era próximo da casa de Dona Gitinha e o Charles que moram na beira do *Amazonas Grande*, eles acrescentaram, *Nazaré, Rosinha, João Anatônio*

*isso é tudo é fundo deles. Quisemos saber onde eles pescavam e afirmaram a gente pesca no Arrozal, lago do Meio, lago do Mato, lago do Porto, lago do Bonifácio, lago Verde, tudo é fundo nosso* (os lagos). Perguntamos também sobre a comunidade Nova Vista e falaram *é tudo um mesmo território e daqui para baixo é o assentamento* (PAE Ituqui<sup>84</sup>), formado por comunidades tradicionais.

Segundo os moradores, a situação é crítica porque *os lagos são abertos*, em decorrência da existência de *cavados* que facilitam a entrada de pessoas *de fora* que realizam a pesca predatória com o uso de *malhadeira*. Além disso, o igarapé é profundo, mas *lá no verão ele fica bem baixo, aí os peixes vêm todos para cá, para os poços. Assim, os peixes vêm dos lagos para os poços da Escuma, do Juquiri, do Vapor onde ficam presos*, o que facilita a extração excessiva de recursos por pescadores que fazem uso da *malhadeira*. Com impacto sobre o repovoamento dos lagos e como dizem os moradores *o nosso sustento*, principalmente porque no verão, no período que antecede as colheitas das lavouras de várzea, há pouca reserva de alimentos.

Tonga é morador da comunidade de São Raimundo, ele vem a pé do fundo da sua casa até a região do Santíssimo, aonde chega pelo lago do Arrozal, assim como seus vizinhos, todos parentes, que compartilham este mesmo espaço em comum. Ele explica *aqui temos a pesca de tradição e tem a tarrafiação*, que são modalidades de pesca realizadas que eles consideram que não depredam. “*Quando é no final do verão junta aqui dez, quinze canoas e para*”. Assim, depois de um dia de trabalho eles juntavam na beira do igarapé, debaixo de uma árvore. Uns trazem a lenha, outros os peixes. Depois abrem no chão um pequeno buraco e colocam sobre a brasa alguns paus verdes para receber o peixe, que é assado sem tempero, na sua própria gordura. Dizem eles: *Aí namora, conta história, é isso que acontece aqui*. Ali reunidos celebram a convivência, através do compartilhamento do alimento, extraído da área comum que manejam e, através deste ritual, atualizam suas relações e fortalecem seus vínculos. Segundo eles, *Fazemos a Piracaia e depois todo mundo vai para as suas casas levando seu recurso para alimentação, para vender e assim comprar como dinheiro o açúcar, o café*.

---

<sup>84</sup>Projeto Assentamento Agroextrativista, criado pelo INCRA e considerada uma modalidade especial de assentamento, uma vez que as atividades desenvolvidas têm por base na extração de recursos naturais. Na várzea do Amazonas sua criação é justificada pela preocupação com a preservação da floresta e prevê levar em consideração as características da população tradicional (os ribeirinhos) da região (Fonte: site <http://www.incra.gov.br>).



Na atualidade, o compartilhamento entre indivíduos e grupos está sendo atualizado nas práticas coletivas de controle dos lagos, com a participação e o apoio a estas iniciativas sendo acionadas como um dos diacríticos, que definem o pertencimento ao grupo.

Assim, no contexto ecológico do baixo Amazonas, observamos que os campos de atividades conectadas entre a pesca, agricultura de vazante e criação de animais congregam grupos domésticos pertencentes a comunidades locais dentro de uma unidade ecológica de grande escala definida por um sistema integrado de lagos, na região que abrange as comunidades de várzea e planalto, que solicitam o reconhecimento como *remanescente de quilombo*.

## **CAPÍTULO IV – IMAGENS E CONFIGURAÇÕES DE VIDAS NAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO E NA VÁRZEA DO AMAZONAS**

Neste capítulo final busco a partir da revisitação desenvolvida na relação com a imagem posto que ela contribui para a apreensão do território de uso e dos sentidos atribuídos pelos indivíduos e grupos, ao vivido, buscamos analisar formas similares e distintas, de apropriação e uso de recursos ambientais das três situações sociais etnografadas. As imagens auxiliam a revisitação da inscrição da paisagem nas especificidades de cada grupo.

Nesta relação com a imagem a paisagem é apreendida como resultado de um engajamento perceptivo ativo dos indivíduos e grupos, isto é da relação de habitar o mundo que o ambiente existe e que a paisagem é inscrita, inspirado no pensamento relacional de Ingold (2012). Dessa forma, interessa o caminho que as imagens apontam e que acompanha os fluxos, as linhas, as configurações que a vida assume na interação etnográfica mediada pela fotografia, e os sentidos dados aos espaços de vida e de trabalho que no diálogo entre a dupla interpretação (de dentro – dos indivíduos e de fora- da pesquisadora) é possível apreender, provoca a leitura da paisagem em outras dimensões. Isto é, texto e imagens se atentam.

## Quilombo Lapinha



Foto 38: Rosário em sua ilha, espreita o *rio pequeno* e a *terra firme*  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, abril de 2012

Rosário espreita a *terra firme* de sua *vazante* na beira do *rio pequeno*. Na década de 1970 ela tinha, na outra margem, a sua morada, criações e cultivos. Sua família, entre outras se deslocaram para a ilha da Ressaca em decorrência do processo de cercamento e formação de fazendas, quando transformaram aquele espaço outrora utilizado para colocação de rocas de *vazante* em espaço de moradia. Única possibilidade de estabelecer, no espaço de convivência, uma autonomia em relação às fazendas.

As ilhas como dizem *é do São Francisco*, ou seja, está a mercê da dinâmica de *cheia* e *vazante* do rio, que tanto trás como leva os sedimentos que dão origem à ilha e aos *lameiros* utilizados para os cultivos de *vazante*. Neste sentido, ser morador na ilha é viver na expectativa da *cheia* e da formação dos *lameiros* que propiciam cultivos que dão colheitas *farturosas*. Viver na ilha significa, também, estar na eminência de ter seus cultivos, *barracos* e criações afetados pelas águas e o trabalho realizado ao longo de meses ou anos ser *comido pelo rio*.

Para se proteger das *cheias* os moradores localizam suas moradias nas porções mais elevadas dos terrenos que ocupam e de denominam *alto*. Junto das casas constroem seus quintais onde cultivam plantas que mais apreciam, cujas mudas e

sementes, geralmente são obtidas na terra firme, as quais para se desenvolver são muitas vezes regadas com água carregadas do rio manualmente.

Os moradores ocupam faixas de terra que, geralmente, tem início na beira do rio e se estendem na direção dos *altos*. Os cultivos são feitos desde as imediações das casas e geralmente junto dos pés de frutas e das plantas de remédios manejados pelo morador. Como pode ser observado na fotografia abaixo, entre a beira do *rio pequeno* e os *altos* onde se localizam as moradias estão localizados terrenos mais baixos denominados *vazantes de dentro*, que assim como as *vazante da beira* são preferencialmente utilizadas para a colocação de *roças de vazante*.



Foto 39: O caminho da beira do *rio pequeno* para as moradias nos *altos*  
Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, outubro de 2007

Nos anos de *cheia fraca*, as áreas cobertas pelo rio são pequenas e os cultivos de *vazante* também são fracos. Nestes anos a lavoura fica praticamente reduzida às *roças das águas*, que são aquelas formadas logo após as primeiras chuvas, o que na região tem início normalmente a partir do mês de outubro. Enquanto as *roças de vazante* são colocadas *onde o rio andou*, as *roças das águas* tanto podem ser colocadas nas áreas mais elevadas da ilha, *os altos*, como também nas áreas mais baixas e, assim, mais susceptíveis de serem cobertas pelas águas da *cheia*.

De acordo com Dotor, que se considera um *filho da ilha da Ressaca*, o indicativo da enchente é a chegada das águas nas *vazantes de dentro*. Quando o rio entra pelo *sangrador e joga lá, já sabe*, vai cobrir os plantios de *vazante*. No caso, *já teve ano que o milho* plantado no início da chuva *estava quase na hora de quebrar e o rio começou a encher*, para não perder a roça *começamos a quebrar o milho com água na*

*canela, duas horas depois o rio já tava no peito, tiramos o milho enchendo os sacos e carregando no barco.*



Foto 40: Roças de vazantes atingidas pela *cheia*  
Identificação: Ilha de Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012

O *tempo da cheia*, como informam os moradores, é um período de muita movimentação, com os deslocamentos dentro e fora da ilha sendo em parte facilitados pela expansão do rio para fora do seu leito menor e, em parte, dificultados pela presença de cercas e *lameiros* parcialmente inundados entremeando áreas completamente inundadas. Além disso, normalmente o rio sobe e desce inúmeras vezes ao longo de um mesmo período de *cheia*, como na foto acima, quando as águas começam a baixar e os *altos* despontam, para em seguida ser novamente recobertos pela elevação do rio. Essa oscilação pode se estender por meses, principalmente nos anos de *muita chuva nas cabeceiras do rio São Francisco*, quando os plantios iniciados com o rebaixamento do nível da água podem ser *comidos pelo rio*.

As famílias situadas na *terra firme*, de modo similar às da ilha, acompanham o baixar e subir das águas, na expectativa de terem suas áreas de cultivo, pastagens, ou mesmo, as moradias afetadas pela *cheia*.



Foto 41: *Roça de lagadiço* inundada pela *cheia* do rio São Francisco  
Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012

Nos anos de *cheia forte*, como narram os moradores sobre as enchentes de 1949 e 1979, as áreas não inundadas são denominadas *terras altas*, que podem estar próximas ou distantes do leito do rio. No ano de 2012, durante o trabalho de campo, as águas cobriram as *vazantes* e os *alagadiços* e parcialmente os *altos* da beira do rio e os *capões*

localizados na beira das lagoas e na transição para a *terra alta*<sup>85</sup>. Quando *o rio cresce*, as águas *chegam pelo sangrador* e recobrem os terrenos mais baixos, formam lagoas provisórias e abastecem as *lagoas criadeiras*, que, assim, se sobrepõem aos cultivos implantados no *alagadiço*. Nesse momento o uso de embarcações é necessário para realizar percursos anteriormente percorridos a pé, entre as terras de *capão* e os *altos* da beira do rio.

Os moradores dos grupos locais situados na terra firme fazem uso em comum das *terras altas* que nunca são atingidas pelas enchentes do rio São Francisco. Nessas áreas eles distinguem a *terra de mata* e o *carrasco*.



Foto 42: A movimentação do gado nas *terras altas*  
Identificação: Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012

A terra de *mata ou catinga* é identificada pela vegetação alta e exuberante, como pode ser visto na fotografia acima. Esse tipo de vegetação é apreciada pelos moradores devido à diversidade de *paus* ali presentes e pela boa qualidade da terra a qual associam uma diversidade de usos. Essas áreas são valorizadas pela possibilidade de se formar *roças das águas* e criar gado, seja no pasto formado ou na *solta cercada* dentro do patrimônio familiar. O *carrasco* em contraposição à *mata* possui uma vegetação mais

---

<sup>85</sup> Na enchente de 1979, considerada a maior das últimas décadas, os *altos* da beira do rio e as *terras de capão* foram completamente cobertas pela *cheia*. Estas cheias excepcionais são utilizadas como referencia pelos moradores para estabelecer os limites entre as chamadas *terras baixas* e *terras altas*.

baixa e fechada, que os moradores relacionam a uma terra mais *fraca* e arenosa e é utilizado, principalmente, para o criatório de gado.



Foto 43: Furado do Zé Ozório, no passado utilizado como espaço de produção  
Identificação: Imediações da lagoa da Graciana, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012

No interior da *mata* e do *carrasco*, distante até cinco quilômetros do leito do rio, ocorrem depressões que os moradores denominam de *baixa* e/ou *furado*, os quais acumulam água no período das chuvas e, muitos deles são atingidos pelas *cheias grandes*. Os furados, à semelhança das lagoas tendem a acumular água por um período maior, entretanto não viabilizam a reprodução de peixes. Alguns furados são descritos como verdadeiros oásis pelos moradores, pois além de reter água por longo período, sua *terra é fresca* e considerada ideal para plantios de arroz e de mandioca. Como relatam alguns moradores mais velhos, seus antepassados ainda no período escravista, estabeleceram moradias e cultivos diversos no entorno de *furados*, antes de se deslocarem para a beira do São Francisco.

## Quilombo Tabua



Foto 44: *Lagadiço* gradeado para formação de pasto nas imediações da lagoa do Espinho  
Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013

Os membros do Quilombo Tabua têm as suas moradias nas imediações de lagoas situadas no curso baixo dos rios Japoré e Calindó e na interseção destes com o rio São Francisco. Atualmente, a maior parte das terras está sob domínio de fazendas e empresas agropecuárias sendo utilizadas, principalmente, com a pecuária. Em relação a isso, os moradores observam que o desmatamento e o uso continuado do fogo têm contribuído para a degradação das terras e o secamento das lagoas e, por isso, lamentam o processo de deteriorização das relações ecológicas. A percepção a cerca da forma de apropriação do espaço e o modo de se relacionar no e com o ambiente, com a chegada de da lógica da natureza intocada e dos organismos ambientais acionados pelas fazendas acionados para a defesa de suas propriedades, propiciam a construção de uma leitura crítica que pode ser compreendida pela afirmação: *araçá que a gente comia, acabou, jenipapo velho acabou*. Assim, assinalam, também, as diferenças que consideram significativas ao estabelecerem um paralelo entre o passado e as práticas e relação com o ambiente no presente. Eles narram que no começo *das águas, os guaribas vinham, comiam as frutas e ficavam cantando, deixavam a gente alegre. Araçá... jacu... hoje não vê mais*. Agora todo ano o fazendeiro põe fogo. *Prá que esse fogo? Para destruir os paus e os bichos? Tudo por causa do gado!*



A interpretação construída, correlacionando as práticas camponesas e as práticas mercantilistas dos fazendeiros, é apoiada no saber construído em suas posses, pela permanência na *terra de herança* que foram registras no *tempo da divisão* e que são, como posses, utilizadas para o abastecimento familiar com os produtos dos cultivos e do gado. Os animais, além de produzirem leite e fornecerem carne quando abatidos, constituem-se como uma reserva de valor utilizado para algum investimento e para cobrir os custos de tratamento de saúde de algum familiar em São Paulo.



Foto 45: Áreas de cultivo na *vazante* do rio Calindó  
Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, outubro de 2013

O cultivo de milho, registrado quando quase seco na imagem acima, compreende os terrenos rebaixados e inundáveis identificados pelos moradores como *vazantes do Calindó*. E a área mais próxima ao curso d'água é nomeada *brejo*, por ser mais encharcado e argiloso que a *vazante*, foi muito utilizado para o plantio de arroz.

A vegetação presente nas margens do rio Calindó, assim como no rio Japoré é alta e exuberante, que são mostradas, pelos moradores, como indício da *mata* que existia no passado. *Conheci isso tudo, mata... O pessoal não destruiu não. Destruiu depois que chegou estes fazendeiros...*

No presente, os moradores afirmam que o processo de desmatamento das áreas de mata nas *terras baixas* persiste nas fazendas e nos assentamentos de modo recorrente e sistemático. *O caminhão sobe carregado altas horas e atravessa, nas barbas da*

*polícia, a balsa* na cidade de Manga. Por isso, os moradores consideram que *tem gente grande de Manga envolvida*, mas se algum morador acompanhar uma vistoria ou servir de informante para polícia, *morre*.

No vale do Japoré, comparado ao do rio Calindó, existem *vazantes e brejos* mais extensos, quando caminhamos rio acima. Na área de influência do rio São Francisco são localizadas, como significativas, as manchas de *capões* que se formam na parte baixa do curso deste rio.



Foto 46: Mata de capão na posse do seu Chiquinho, utilizada como *solta* para o criatório de gado

Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012

As áreas de *capão* são apreciadas pela sua posição mais elevada em relação aos *alagadiços*, pois não são cobertas pelas enchentes regulares do rio São Francisco, que penetram nas *terras baixas* a partir do rio Japoré e do conjunto de canais que conectam lagoas, rios e *baixas*. As terras de capão são utilizadas, entre outras coisas, para o estabelecimento de moradias, roças *das águas* e criatório de gado. Diferente dos fazendeiros, os moradores praticam o criatório do gado nos moldes da *solta* realizada no passado, com os animais pastejando a vegetação arbustiva, assim, como as ramas existentes nos extratos inferiores da mata de capão e, também, a vegetação rasteira que se forma no *lagadiço*. Na *vereda*, ambiente intermediário entre os dois anteriormente citados, também é encontrado algum tipo nativo de forrageira. No presente, diferente do tempo em que as terras eram *livres*, o gado permanece praticamente durante todo o ano

nas *terras de lagadiço*<sup>86</sup>, com os moradores realizando a *retirada* do gado para a *catanga* quando do aumento das inundações e na eminência das *cheias*.



Foto 47: Lagoa do Espinho, lugar da pesca no Quilombo Tabua  
Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, abril de 2012

As lagoas compõem, juntamente com os capões, os lagadiços, as veredas, os poços, as baixas e os sangradouros os principais ambientes, assinalados pelos moradores, como parte das *terras baixas*. Eles também diferenciam vários tipos de lagoas e *tudo tem nome*, ou seja, são todas conhecidas com a movimentação pelas lagoas sendo expressa pelas habilidades pessoais. Assim, tem as *peixeiras*, as *sequeiras* e outras que *dão piranha demais*, ideal para quem sabe usar a flecha. *Eu tenho ela aí, quando quero comer uma piranha, eu pesco de flecha. Porque de flecha a gente escolhe*. Além disso, eles associam algumas lagoas a determinados tipos de peixe, como na *Puleiro dos Patos [que] dava surubim demais*. No sabor, ou *gosto de lama*, do peixe consumido, os moradores valorizam ou preterem as lagoas.

Entretanto, no passado *era difícil uma lagoa secar*, hoje muitas secam ou estão com suas águas cobertas por *orelha de burro*, pelo *jungo*, o que de acordo com os moradores, prejudica o peixe e dificulta a pesca. A presença da tabua nos brejos que, atualmente, se estende para as lagoas, nos permite associar a denominação do lugar a sua antiga utilização para a confecção de esteiras.

---

<sup>86</sup> O termo *terra de lagadiço*, é utilizado pelos membros do Quilombo da Lapinha com o mesmo sentido de *terras baixas*, ou seja, áreas que podem ser atingidas pelas enchentes do rio São Francisco.

A lagoa *Beirada* é a maior desta região. Ela possui em torno de sete quilômetros de extensão e diferente de muitas outras persiste em suas margens uma vegetação arbórea, que é ameaçada pelo desmatamento. Para os moradores, *nas lagoas aqui se abusava de tanto pegar peixe mesmo, enquanto hoje não tem essa liberdade.*



Foto 48: Ocupações nas ilhas do São Francisco atingidas pela cheia de 2012  
Identificação: Ilha da Esperança, Manga – MG, janeiro de 2012

No Quilombo Tabua as ilhas são concebidas como espaços preferenciais para a realização dos plantios de *vazante* e colocação de canteiros de horta. Em número reduzido algumas famílias têm suas moradias, como pode ser visto na imagem acima, pela presença de uma oficina de farinha, uma casa e uma placa solar para fornecimento de energia elétrica residencial<sup>87</sup>.

A ocupação da ilha da Esperança, dos Mangues e do Defunto é realizada, em parte, pelo deslocamento de moradores estabelecidos na localidade de Manga Velha e imediações, mas também por membros de famílias que vivem na cidade de Manga. Enquanto no passado as roças de *vazante* era realizada, principalmente, pelo deslocamento sazonal de membros dos grupos familiares estabelecidos na *catinga*. Atualmente, a ilha da Esperança pela pouca distância entre as casas, situadas nas das margens dos rios e os curso do Japoré e do São Francisco, é o principal espaço de

---

<sup>87</sup> A CEMIG implantou, em grande parte das ilhas existentes no curso médio do rio São Francisco, placas para a captação de energia solar para consumo familiar dos moradores. Para eles é *como se não existisse energia*, pois só podem manter funcionando equipamentos domésticos de baixo consumo de energia e a iluminação da casa.

trabalho de homens e mulheres do grupo local de Manga Velha, para onde vão as crianças, logo que saem da escola.

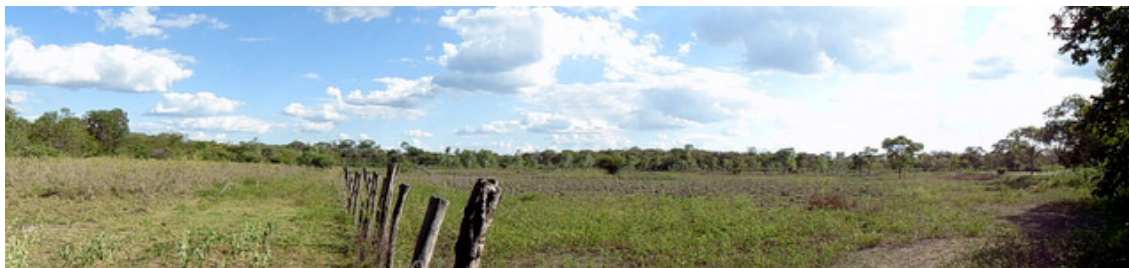


Foto 49: *Amansador* de Cirilo, utilizada no passado como solta de gado nas águas  
Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, abril de 2012



Foto 50: *Furado* da Jurema, no passado haviam ocupações em seu entorno  
Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012

Os ambientes, acima identificados, eram utilizadas pelos moradores no passado, mas que hoje encontram-se cercados e sob o domínio de fazendas de gados. No caso das áreas denominadas *amansador* os moradores questionam a legalidade destes domínios por considerarem, as mesmas, *terras devolutas*. A compra de alguns *direitos* pelos fazendeiros propiciou que elas fossem incorporadas em suas propriedades, constituídas por posses griladas e/ou compradas de herdeiros. Nos *gerais* e no *carrasco*, localizados a *mais de duas léguas*<sup>88</sup> do rio São Francisco, o gado das famílias que possuíam uma quantidade maior era deslocado para os *amansadores*. E nos *furados*, como o da *Jurema*, onde havia algumas moradias, outros moradores faziam roças quando se deslocavam para seu entorno. No período da chuva levavam consigo o gado que possuíam.

---

<sup>88</sup> Aproximadamente 15 quilômetros do rio São Francisco em linha reta.

## Quilombo Maria Valentina



Foto 51: Barcos pesqueiros atracados na *Boca do Ituqui*  
Identificação: Várzea do Amazonas, Santarém – PA, agosto de 2010

O *Ituqui*, como um braço da margem direita do rio Amazonas, tem início nesta enseada localizada poucos quilômetros abaixo da cidade de Santarém, como se avista na imagem acima. O deslocamento entre a cidade e os locais de moradias no Quilombo Maria Valentina é feito, necessariamente, de barco e corresponde a uma viagem de *voadeira* de aproximadamente duas horas. Essa relativa proximidade em relação à cidade de Santarém possibilita que alguns moradores para lá se desloquem com regularidade em suas embarcações para realizarem a comercialização de grãos cultivados e peixes. Na cidade, os moradores podem vender seus produtos cultivados na várzea no espaço do porto, das feiras e junto ao comércio local. Em suas próprias localidades eles repassam para *marchante* e para donos de barcos de linha, ambos atuam como intermediários na compra e venda de produtos. Os moradores também utilizam os barcos de linha como passageiros e como meio de transporte para levarem certa quantidade de produtos que comercializam na cidade.

A movimentação das águas do Amazonas está relacionada à dinâmica da *cheia* e *vazante*, que compreende variações significativas do nível do rio ao longo do ciclo anual e o fenômeno das *terras caídas*. Segundo os moradores mais velhos este fenômeno tem se intensificado nas últimas décadas o que eles associam a intensificação do trânsito de

grandes navios cargueiros na calha principal do Amazonas. Para os moradores do Quilombo Maria Valentina, a movimentação das águas no *Amazonas grande* se comparada à ocorrida no Ituqui e dá origem aos chamados "banzeiros", ou seja, ondulações que podem desestabilizar embarcações menores e exige maior destreza do *piloto*. Eles preferem se deslocar pelo Ituqui, pelos igarapé e pelos lagos nas suas imediações para, assim, evitar percursos maiores pelo Amazonas.



Foto 52: O convívio na beira do Ituqui e as *terras caídas*  
Identificação: São RAIMUNDO, Santarém – PA, setembro de 2010

As *terras caídas* foram observadas com relativa facilidade no Ituqui, durante o trabalho de campo realizado no *verão* e registrado na fotografia acima. Em suas narrativas sobre esse fenômeno, os moradores relatam a redução das áreas de cultivo, do espaço de moradia e a recorrente necessidade de desmanchar e deslocar suas casas para a restinga mais ao fundo em relação à beira do Ituqui. *Na várzea a gente não mora, a gente pára* afirmação feita, principalmente, pelos moradores que já realizaram este movimento de reconstrução de suas moradias duas, três, várias vezes ao longo da vida.

Os relatos sobre trajetórias e transformação do ambiente local vividas pelos *antigos* evidenciam, tanto uma atuação direta dos moradores, quanto a dinâmica dos ciclos naturais por eles interpretados. Eles narram, por exemplo, a mudanças na largura do rio e na distância entre as margens quando o Ituqui, no *tempo antigo*, era mais *estrito* e mais profundo, o que possibilitava atravessar o curso do rio sem grande

esforço e a conversa, aos gritos, entre os moradores da margem esquerda e direita. Posicionados *nas varandas de suas casas*, também *arremessavam* objetos de um lado para o outro. Entretanto, com o passar dos anos, a distância entre as margens aumentou, o rio se tornou *mais largo* e mais raso, diferença que relacionam à maior variação observada entre o nível do terreno e da água na *vazante*.



Foto 53: Igarapé de Maicá na *vazante*, quando as restingas ressurgem  
Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010

O igarapé do Maicá e, ao fundo, *a terra firme* é paisagem corriqueira para os moradores da localidade de Nova Vista durante o verão. Neste período, na medida em que as águas baixam, suas embarcações são, pouco a pouco, deslocadas para permitir que o morador consiga acessar o igarapé, para realizar a pesca. Pois, com a intensificação da seca as restingas *crecem*, ao passo que as lagoas tendem a secar, enquanto o canal do igarapé, *para onde vão os peixes, nunca seca*.

Assim, na *vazante* os peixes ficam *presos* e sem passagem para o *rio grande* o que favorece a sua captura, também, por pescadores de outras localidades, principalmente do maior pólo comercial da área, a cidade de Santarém e, que associam à expansão da pesca comercial. O uso de redes de arrasto, de barco a motor no interior dos lagos ou quaisquer outras artes de pesca que não estejam adequadas, tanto aos dispositivos legais quanto às práticas comunitárias tradicionais têm propiciado a mobilização política com o apoio da Colônia de Pescadores para realizar a *fiscalização*



dos lados. Assim, os membros dos grupos locais que se autoidentificam como quilombola atuam durante o defeso no controle da pesca predatória.



Foto 54: *Cavado* de Nova Vista  
Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010

Os *cavados* são passagens abertas na restinga pela movimentação da água e funcionam como canais de comunicação entre os rios e os lagos. Algumas destas passagens, de acordo com os moradores, sofreram intervenções humanas e as mais antigas *foram construídas pelos escravos*. Eles são muito comuns e estão presentes por todo o Ituqui. Durante o inverno, quando as águas começam a se elevar e também no começo do *verão* eles se tornam acessos preferenciais, pois facilitam o deslocamento dos moradores da *várzea* para a *terra firme* e, da mesma forma, ao permitir o acesso rápido aos lagos para as atividades de pesca. Durante a seca, cavados menores situados nas imediações das casas são usados pelas famílias, principalmente, como fonte de água.

O *cavado* de Nova Vista é atualmente o mais profundo, enquanto outros cavados secam ele possibilita por mais tempo que as embarcações se desloquem entre o Ituqui e o Igarapé do Maicá, mas à medida que o *verão* se intensifica suas águas baixam, impondo aos moradores a conjugação de deslocamentos por terra ou a realização de um percurso extenso através de Santana do Ituqui, na parte baixa do rio. A seca dificulta o contato entre a *várzea* e a *terra firme*, ao mesmo tempo em que distancia os moradores das *comunidades de várzeas* dos parentes e vizinhos situados nas *comunidades de terra firme*.



Foto 55: *Roça de vazante* na beira do rio Ituqui  
Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010

*Estamos sempre começando.* É desta forma que os moradores qualificam o seu fazer em relação aos cultivos de vazante, uma vez que com a variação das cheias, as áreas destinadas aos plantios e que permanecem secos por muito tempo são alagadas. Assim a agricultura demanda um conhecimento aguçado das variações da paisagem e das características e qualidade das plantas usadas.

Quando as águas começam a baixar, os moradores aproveitam a terra molhada nas proximidades do rio Ituqui e de suas casas, para realizar os cultivos de *vazante*, assim, implantam suas *roças* de milho e macaxeira, feijão e outras variedades. Eles afirmam que *plantam para tirar em janeiro*, prevendo a chegada da *cheia* na várzea, neste período.

Como o tempo que dispõem para os cultivos é curto, cerca de seis meses, eles preparam a terra antes mesmo da chegada do *inverno*. Quando eliminam o mato antes da terra ser completamente coberta pela *cheia* e, desta forma, logo que as águas baixam, eles retomam suas atividades abrindo covas onde espalham as sementes e as mudas que mantiveram suspensas e salvas das inundações, através da prática da *maromba*.

As hortas, muitas vezes, são suspensas em jiraus localizados nos arredores das casas e o mais próximo possível de depressões que acumulam água ou do próprio rio, pois são molhadas com água carregada manualmente em “carotes” e raramente, com água bombeada por motores movido a combustível.



Foto 56: No verão, as restingas emergem e se transformam em pastagens para o gado  
Identificação: São Raimundo, Santarém – PA, setembro de 2010

No fundo das casas e margens dos lagos as restingas no Igarapé do Santíssimo, e de modo semelhante no Maicá (vide foto 52), emergem no *verão* e dão origem aos *campos* onde o gado pastoreia. Esses igarapés deixam de ser espaço exclusivo de pesca e passam a ser, também, *retiro de gado*, quando os animais se deslocam por esses espaços utilizados de forma coletiva pelos moradores, o que propicia o criatório familiar de gado.



Foto 57: O ressurgimento dos *campos naturais* durante a *vazante*  
Identificação: Igarapé do Santíssimo, Santarém – PA, setembro de 2010

Os pesquisadores em companhia de moradores do grupo local São Raimundo, durante o trabalho de campo realizado no mês de setembro, fizeram um percurso em direção às pastagens na beira do lago. Com um deslocamento de dois quilômetros, passamos por *lameiros*, *aningais* e *matas de restinga*, até chegarmos aos denominados *campos naturais* que se estendem pela beira do igarapé. Entretanto, a área de uso comum é utilizada tanto pelos rebanhos de parentes e vizinhos quanto pelos rebanhos de fazendeiros, em maior proporção.

A inserção dos fazendeiros na *várzea* se deu, inicialmente, através da intermediação de algumas atividades como a juta, a lenha, o que foi realizado em associação à prática do “barracão”, estratégia, por meio da qual, ocorreu a vinculação e a expropriação dos moradores. Essa relação resultou na expansão dos rebanhos à custa de áreas de apropriação familiar para agricultura e extrativismo, com a gradual destruição dos recursos naturais renováveis, ao produzir em parte a “pecuarização” e a (in)sustentabilidade da várzea.



Foto 58: O gado criado nas margens do Ituqui  
Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010

Os currais de gado empregados para o manejo e embarque dos animais se fazem presentes nas restingas mais altas ao longo dos igarapés e também na beira do rio Ituqui. A presença de grande número de animais nas imediações das moradias e plantios ocasiona, recorrentemente, prejuízos para moradores que têm buscado, no presente, a intervenção de instituições externas no intuito de atender às dinâmicas ambientais locais pela regulamentação das suas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais no contexto de reafirmação de fronteiras territoriais e simbólicas entre comunitários e fazendeiros.

Há diferenças significativas na forma como as casas são construídas e no modo como os moradores inscrevem sua presença e produzem uma ocupação quando contrapomos as configurações de vida na várzea do Amazonas e nas margens do São Francisco, mas há também similaridades que nos chamaram atenção.



Titulo 59: Casa construída suspensa na beira do *Amazonas grade*  
Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010

Na várzea do Amazonas, os moradores invariavelmente implantam casas de madeira sobre a restinga, prevendo o impacto das águas no *inverno*, mas também das *terras caídas* no verão, quando o nível da água desce com relativa rapidez, propiciando a queda dos barrancos. Para tanto, os moradores se vêm obrigados a adquirir a madeira, o que é considerado um investimento significativo pelas famílias.

O nível atingido pela água na última *cheia*, considerada *cheia forte*, ficou marcado na parede da casa, sendo possível constatar que a água subiu aproximadamente 3 metros acima da restinga. Os impactos causados pela movimentação da água são recorrentemente narrados pelos moradores, que enumeram árvores que existiam nos quintais e que foram perdidas e, neste sentido, a mudança na paisagem é previsível na sua relação com o lugar onde vive.



Foto 60: Casa de enchimento na margem do rio São Francisco  
Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012

No São Francisco, de modo diverso, os moradores que têm suas casas implantadas em terrenos sujeitos a inundações comumente constroem casas de *enchimento*, que qualificam como o tipo de construção mais indicado. Uma vez que o barro utilizado para recobrir a estrutura de madeira desmancha com facilidade sem oferecer resistência à correnteza. Assim a estrutura de sustentação não é arrastada pelas águas e a casa pode ser reconstruída rapidamente, sem grande prejuízo, ao final da *cheia*.



Foto 61: Casa de alvenaria na margem do rio São Francisco  
Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012

As construções de alvenaria, normalmente utilizadas nas edificações em espaços urbanos no médio São Francisco vêm sendo utilizadas pelos moradores localizados nas *terras altas* das margens do São Francisco e em posições mais elevadas, dificilmente atingidas pelas *cheias* regulares. A retirada de madeira necessária a construção de casas de *enchimento* tem sido *controlada* pelos órgãos ambientais e também muitos não têm acesso à área de *mata* para retirar madeira necessária para a construção da estrutura de sustentação. Esses dois limitantes são apontados, principalmente, pelos moradores das ilhas, do Acampamento São Francisco no Quilombo da Lapinha e dos grupos locais Espinho e Malhadinha no Quilombo Tabua para explicar a mudança de padrão de

construção. Por sua vez, o uso de tijolos de *adobe*, considerados uma forma rudimentar de alvenaria, são confeccionados pelos próprios moradores na proximidade do local da casa em construção. Esse modo de construção requerer uma quantidade menor de madeira se comparada à casa de *enchimento*.



Foto 62: Barraco de lona preta de moradores do *Quilombo*  
Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012

Alguns moradores do Acampamento São Francisco no Quilombo da Lapinha moram em barracos de lona preta, que vieram sendo reformados ao longo dos anos de permanência na *terra firme* o que evidencia uma maior limitação econômica de algumas famílias que se inserem na *luta quilombola*.. Embora, como narrado por Manuel Zoião, o investimento necessário para a confecção de *casas de adobe* seja pequeno, apenas a madeira e as telhas. Na construção da casa de *adobe*, o próprio morador, por sua habilidade, fabrica os tijolos, levanta as paredes de *adobe* e *arma o telhado* e em dois meses a família já passa a morar na nova casa.

Como sinalizamos anteriormente, investimentos na casa e na produção dos espaços ao entorno foram apreendidos ao longo do trabalho de pesquisa, como parte de uma dinâmica social fortemente marcada pela interseção entre aspectos culturais, que se constroem e se atualizam na relação com o ambiente configurando contextos relacionais, que buscamos evidenciar a partir de uma abordagem comparativa.

As dinâmicas das configurações de vida dos ribeirinhos autoidentificados como quilombola na várzea do Amazonas, perpassa suas narrativas, seus fazeres e saberes e pode ser apreendida, de modo especial, na sua relação com os quintais. Esses são construídos nas proximidades das casas localizadas sobre as restingas da beira do Ituqui. As formas que as adaptações adquirem são fortemente marcadas pela dinâmica cíclica das *cheias e vazantes* e pelas mudanças nos ritmos de vida ao longo do tempo de *inverno e verão*.



Foto 63: Cercado utilizado para a multiplicação de mudas após a *cheia*  
Identificação: São José, Santarém - PA, setembro de 2010

As mulheres mantêm, no quintal de suas casas, diversas plantas que são acrescidas de mudas conseguidas com parentes e conhecidos na cidade de Santarém. O conjunto das plantas fica dentro de um cercado para permitir o criatório de gado em volta das casas durante as cheias ou no início da vazante, até que o *campo* seja restabelecido. As plantas também podem estar suspensas. Essa é a contribuição da esposa e mãe para estabelecer a reprodução familiar no movimento de *recomeçar* que caracteriza a ocupação da várzea do Amazonas. Nesses cercados a pesquisadora viu o trabalho de multiplicação de plantas que seriam posteriormente fixadas nas terras da restinga ao redor da casa. Eram mudas de bananeira de qualidades diferentes; variedades de mandioca; plantas para remédio como a erva cidreira; temperão e jambu



que são utilizadas no preparo dos alimentos; flores coloridas, como onze horas e folhagens diversas que enfeitam a casa; maracujá; mamão; capim citronela, utilizado como repelente contra insetos e outras que não registrei o nome.

A restinga permanece coberta pela *cheia* durante vários meses e as plantas cultivadas no entorno da casa, não adaptadas à ecologia do lugar necessitam ser reintroduzidas. Através de seus saberes e fazeres as moradoras e moradores se inserem naquele espaço e na relação com as dinâmicas que os afetam em seus movimentos, quais sejam, o subir e baixar das águas, o deslocamento do gado entre a beira do Ituqui e o igarapé, a formação de lagos e a criação, no quintal, de galinhas, patos, marrecos e picote, Atividades realizadas em associação com a implantação de hortas e roças.

Em outras casas, registrei da mesma forma, o trabalho de reconstrução e transformação do espaço modificado pelo rio realizado pelos moradores. O plantio de mudas de bananeira na beira do rio é recorrente tanto na várzea do Amazonas quanto nas margens e ilhas do São Francisco dado que os moradores desenvolvem espacialidades similares, pois construídas na relação com os ciclos de vazantes e com as condições ambientais ali presentes.



Foto 64: Muda nova de banana, introduzida pelo morador após a *cheia* no Ituqui  
Identificação: São José, Santarém - PA, setembro de 2010



Foto 65: Jirau utilizado para produção de temperos e que pode ser remanejado na *cheia*  
Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010

A importância da biodiversidade se tornou algo incontestável, mas a genialidade dos agricultores de domesticar, de selecionar, de atuar sobre os recursos ambientais é pouco discutida e, na maioria das vezes, não reconhecida<sup>89</sup>. Nas situações sociais pesquisadas, narrativas registradas evidenciam a forma como os moradores elaboram sua relação no lugar e com o lugar, seja pelo diálogo com os *viventes* na várzea do Amazonas, seja pela afirmação que o *mundo é composto*, no São Francisco. Estas narrativas, dentre outras, informam relações de interdependência, ou numa outra perspectiva, colocam em questão a segmentação dual entre humanos e não humanos que sustenta a racionalidade ocidental.

De modo diverso, o que apreendemos durante as incursões de pesquisa pelas localidades e espaços de vida por onde se deslocam os membros dos grupos sociais pesquisados é a multiplicidade de possibilidades relacionais. Como nas percepções e compreensões elaboradas na relação com o marreco, *ave* classificada como silvestre e que pela legislação deve ser mantida separada do homem em seu contexto ecológico.

---

<sup>89</sup> O artigo nove do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e a Alimentação - TIRFFA da FAO é o primeiro tratado que reconhece, em nível internacional, o papel fundamental que as comunidades indígenas e tradicionais têm dado à manutenção e conservação dos recursos filogenéticos. Projetos financiados pela FAO, em parceria com organizações ligadas à Articulação Nacional de Agroecologia pode ser considerado uma experiências referencia, ao promover discussões sobre este tema, com envolvimento de comunidades tradicionais na região norte de Minas e vale do Jequitinhonha (RIBEIRO, 2013)

Para os moradores, o marreco pode ser capturado no verão, pois, à semelhança de um peixe ou de um *tracajá* é um bom alimento, mas para além disso, espécies silvestres podem ser criados nos quintais como animais domésticos.



Foto 66: Aves silvestres ou animais domésticos?  
Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010

Na localidade de Espinho no Quilombo Tabua a percepção de dois moradores em relação aos bichos foi compartilhada durante uma caminhada à lagoa dos Patos, quando conversamos sobre a movimentação das aves que chocam seus ovos naquele lugar: *aqui tem o pato preto, o de asa branca, o pato ganso, a garça, o jaburu. Tem paturi que é menor que o marreco. Galinha d'água habita aqui.* Então indaguei quais eles comiam e o relato que se seguiu foi o seguinte.

Chiquinho - Tudo é gostoso demais. Aqui dá veado, anta, capivara. Esse capim, o bengo, é... aí... a anta, os patos, as capivara comem tudo.

Lió – Veadinho já saiu lá em casa, ai cachorro pegou e eu tomei. Eu tive que amarrar o cachorro. Ai o menino meu, mais um vizinhos foram levar ele lá para cima na *catinga*.

Chiquinho – tem aquele que mata. Não Pode. O bicho vai fugindo da morte e você mata. Natureza ruim, não é? É... tem gente que não tem dó

Então passou um jacu voado e seu Lió exclamou: é gostoso (Chiquinho e Lió Barreira, Espinho, Manga, abril de 2012)

Na relação de pesquisa estabelecida com os moradores, nos espaços dos quintais, outro aspecto observado é a construção de espaços femininos e de espaços masculinos, no contexto de cada grupo doméstico e também a sociabilidade tecida entre vizinhos e parentes, na terra de herança, na ocupação familiar e na posse coletiva.

A foto 67, obtida do fundo de uma das casas da fileira do arruado de Espinho, no Quilombo Tabua, permite identificar como as famílias constroem o seu espaço doméstico, a relação das casas com o quintal e as relações tecidas entre vizinhos. Uma espacialidade onde predominam pés de frutas e ervas medicinais utilizadas pela família, mas também compartilhados com os vizinhos e parentes, assim como o varal de estender roupa e outros pertences ali dispostos e acessíveis.



Foto 67: Quintal situado ao fundo numa fileira de casas do arruado  
Identificação: Espinho, Manga –MG, março de 2012

O fundo das casas são espaços que revelam uma ocupação feminina, como pode ser observado pelas bacias de lavar roupa, pelas vasilhas espalhadas e pelo varal repleto de roupas na sombra. Mas também pela presença cotidiana das mulheres em seus afazeres, muitas vezes realizados em grupo, pois mantêm perto de si os filhos e os netos. Nas visitas que realizei junto a outras localidades pude registrar cenas similares e também as particularidades na forma como cada família inscreve uma ocupação particular na relação com o ambiente que produz e maneja a sua volta. Invariavelmente as mulheres estão às voltas na realização de alguma tarefa, mas também atentas ao movimento nas cercanias. Na chegada de algum vizinho, as saudações informam os laços e a proximidade entre os sujeitos, enquanto os produtos e serviços trocados na forma de dádivas alimentam os vínculos já existentes. O quintal é, ainda, o espaço onde os parentes e vizinhos se reúnem para festejar datas significativas, casamentos, aniversários. Nesse espaço acontece o encontro de final de ano que reúne aqueles que vivem distante do espaço familiar. Neste momento, os produtos obtidos através do trabalho são reunidos para garantir uma alimentação farta, com o preparo dos alimentos

e do espaço de encontro envolvendo várias pessoas. Considerados, por muitos, período de grande agitação e satisfação para os familiares que vivem nas três situações sociais pesquisadas.



Foto 68: Foto de dona Júlia com o marido e seus *filhos homens*  
Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013

A expectativa de reencontrar os filhos, nos próximos meses, foi compartilhada pela mãe, durante a última visita que realizei ao grupo local Espinho, no Quilombo da Lapinha. Inicialmente eu a havia encontrado, *tratando* um peixe no fundo da casa, quando registrei o seu fazer, em seguida, mostrei a foto no visor da câmara digital<sup>90</sup>. Passado algum tempo, quando estava sentada com várias mulheres na frente de uma das casas daquele arruado, espaço de sociabilidade do grupo freqüentado pelas mulheres no final da tarde, ela voltou trazendo uma fotografia na mão e ao mostrar me disse: *criei dez filhos, cinco homens e cinco mulheres*. Todos *fora* atualmente, a maior parte dos filhos contratados como mão-de-obra temporária para a *colheita de café em Patrocínio*, sendo que *um tem roça e gadinho dele*, em Goiás. *Lugar muito pra dentro* que ela visitou uma vez, mas segundo a mãe *se a terra sair, se deus quiser, ele falou que vem*.

---

<sup>90</sup> Uma foto no seu espaço de trabalho no fundo da sua casa, segurando o acari, que é um peixe do rio São Francisco, que ela ganhou de um morador da localidade Manga Velha e que será colocado ao sol para secar.



Foto 69: Lena amamenta seu filho de pouco mais de um ano  
Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013

Junto, estavam suas filhas casadas, uma com filho de colo e outras duas que havia encontrado dias antes, em trajes de bóia fria<sup>91</sup>, na travessia da balsa para Matias Cardoso, distante 15 quilômetros da localidade. Pois estavam trabalhando como diarista em uma empresa situada naquele município, juntamente com outras mulheres do seu grupo local e de Malhadinha. O trabalho esporádico durante a colheita de safra é visto como uma possibilidade de reunir algum recurso financeiro, principalmente para as mulheres casadas, que afirmam não poder permanecer *fora* por muito tempo. Enquanto as jovens solteiras e os homens, sejam eles casados ou não, saem para trabalhar em regiões distantes, segundo eles, por causa das condições de trabalho em que conseguem uma remuneração maior e onde permanecem por períodos mais longos. Com as jovens normalmente se empregando como doméstica em casas de família e, em alguns casos, no comércio local, como narrado pelos moradores em diferentes contextos de pesquisa.

---

<sup>91</sup> Para se proteger do sol durante o dia de trabalho, as mulheres se cobrem com duas blusas, uma delas de manga comprida e também amarram panos na cabeça, geralmente sobrepostos por chapéu ou boné, além disso, usam botas ou um outro tipo de sapato fechado e levam consigo garrafas térmicas com água e, às vezes, café.

Durante o tempo da seca no Quilombo Tabua, como afirmam os moradores, *só tem velho, aposentado, mulher, menino e uns poucos que nunca saem mesmo*. Lá pude observar com freqüência homens aposentados *ajudando* as mulheres em atividades cotidianas, mas realizando *principalmente* tarefas consideradas *pesadas*, como carregar e *picar uma lenha* mais grossa, o que executam de modo distinto delas, por exemplo, com uso de carroças, o que significa disser que suprem a família de uma quantidade maior de lenha. Enquanto as mulheres quando buscam lenha ou realizam a pesca, normalmente mobilizam uma quantidade menor destes produtos, o que fazem geralmente, conjugando outras atividades ao longo do dia, o que inclui os cuidados com a casa e alimentos e também de animais de pequeno porte criados no fundo de casa.



Foto 70: Horta implantada debaixo da sombra de um umbuzeiro, Identificação: Espinho, Manga – MG, novembro de 2012

Uma grande variedade de mudas de plantas para remédio e de horta, vasos para enfeite são mantidos por Zélia em um cercado de tela implantado debaixo do umbuzeiro, que fica no fundo da sua casa. As *cheias* do São Francisco não atingem sua casa, diferentemente da moradora da várzea do Amazonas (vide foto 63) e que mantém as plantas cercadas por causa do gado. O cercado é considerado necessário por causa das galinhas que são criadas soltas. Manter galinha soltas em espaço pequeno é geralmente relatado como problemático, por gerar desavenças e intrigas entre vizinhos. Entretanto ela afirma que as galinhas criadas ali *estão acostumadas e não perturbam, só comem no terreiro de casa*.

Em muitas casas na várzea do Amazonas e nas margens do São Francisco é possível identificar a interpenetração entre o quintal e a roça. A separação entre espaço de moradia e plantios de roça, muitas vezes, decorre da exigüidade na terra de herança, na ocupação familiar e na posse coletiva, mas também estão relacionadas a diferentes estratégias produtivas acionadas pelas famílias em decorrência dos espaços sociais nos quais se inserem.

Em geral os moradores buscam manter, mesmo que em número reduzido, galinhas, peru, pato, galinha angola, porcos e cabras, o que depende muito da disponibilidade de alimentos produzidos nas roças a cada ciclo. Esses animais de pequeno porte são criados parte do tempo solto, parte presos, o que é viabilizado através da confecção de cercados e também do uso de corda para cabras e porco, o que registramos invariavelmente como parte das estratégias reprodutivas. Alterações neste padrão estão em curso no Ituqui em decorrência de acordos firmados pelo Ministério Público justificados por uma perspectiva relacionada a saúde pública e que chega ao Ituqui como uma *proibição*.

A proposição inicial feita nesta tese de doutorado traçou como objetivo descrever e analisar os processos de reprodução e de mudança social em curso nas margens do São Francisco e na várzea Amazonas. A partir da revisitação feita neste capítulo final com a mediação das imagens em que os sentidos atribuídos ao território vivido foram destacados é possível traçar os apontamentos finais em relação a construção da reivindicação territorial elaborada pelos grupos no contexto de conflitos socioambientais e frente a possibilidade de terem seus territórios de uso titulados pelo Estado. Dado que nesta relação os direitos territoriais envolvem processos administrativos cujas instituições lidam com práticas marcadas por uma racionalidade que privilegia limites territoriais rígidos fundados na propriedade privada e exploração econômica da terra. Cabe reafirmar os sentidos postos a partir das evidências etnográficas quanto às territorialidades específicas destes grupos, segundo “seus modos de criar, fazer e viver”:

No Quilombo da Lapinha a reivindicação territorial se desenvolveu a partir da construção de um novo espaço social, o *Quilombo*, com a mobilização política e a constituição do acampamento São Francisco que se constituiu como um caminho



possível, frente ao contexto de restrição de acesso aos recursos ambientais em decorrência da implantação do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, a partir do qual eles elaboram sua identidade como quilombola e atualizam formas de apropriação e uso da terra firme, pois o viver na ilha é viver sujeito às dinâmicas de cheia e vazante, é conviver com situações provisórias que nem sempre garantem condições de sobrevivência.

No Quilombo Tabua os moradores buscam reelaborar a relação com os espaços mais amplos que foram expropriados e degradados. Os sentidos projetados envolvem a expectativa de atualizar as dinâmicas de uso comum combinadas com a apropriação familiar desenvolvida nas imediações do rio Calindó, Japoré e São Francisco, *terras altas e baixas*, e que correlacionam com a pesca nas lagoas, o criatório de gado e o extrativismo. E *imatar* toda a área que foi degradada para a formação de pastagem, que alimentava gentes, animais e bichos, em favor de uma vegetação destinada exclusivamente para a alimentação do gado.

No Quilombo Maria Valentina, a degradação é apontada pelos moradores como uma ameaça concreta, na medida em que colocam em risco as condições de vida na várzea. Neste sentido, ao se contrapor à pesca predatória, através de ações coletivas de fiscalização do território que significam como nosso, eles procuram desenvolver melhores condições de controle da área de uso comum no quadro de restrições ambientais a que estão submetidos. As práticas reprodutivas desenvolvidas pelos moradores articulam as atividades de agricultura de vazante, criatório doméstico e extrativismo. A pesca é considerada pelos moradores como prática fundamental para o sustento das famílias, porque destinada tanto a venda quanto ao consumo, permite maior autonomia na conjugação dos campos de atividade que permitem a reprodução social dos grupos.

Nas três situações de pesquisa o modo como os grupos acessam e utilizam os recursos, assim como sua forma de agir são definidos pela organização social e principalmente por suas regras de reciprocidade na medida em que estas passam a constituir fronteiras entre indivíduos e grupos, definindo um nós em contraposição aos outros. O quadro de escassez de recursos, limitações nas condições reprodução social das famílias é apontado pelos grupos como questão que justifica suas iniciativas de mobilização política e reivindicação dos direitos territoriais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In Humanidades. Brasília: Ed. UnB, 1989. P. 42-48. N° 15, Ano IV
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus:PPGSCA-UFAM, 2008. 2° edição.
- ALMEIDA, Mauro. Wagner Berno. Redescobrimo a família rural, RBCS, no. 1, vol. 1. 1986
- ANAYA, Felisa. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. (Tese de doutorado, 255 folhas). FAFICH-UFMG: Belo Horizonte, 2012.
- ARAÚJO, Elisa Cotta. Nas margens do São Francisco: Sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- ARAÚJO, Elisa Cotta; DAYRELL, C. A; BRITO, Isabel Cristina. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-Cultural das Comunidades Remanescente de Quilombo Malhadinha, Espinho, Manga Velha e Vila Primavera: Território Tabua - Manga e Juvenília – MG. Montes Claros: INCRA, 2013.
- ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del estado?. In: Cuadernos de Antropología Social, n° 27, Julio, UBA, Buenos Aires, Argentina, 2008. p. 53-62
- BARTH, Fredrik. “Introduction”. In: barth, Fredrik (ed.) Ethnic Groups and Boundaries: the Social Organization of Culture Difference. Bergen-Oslo/London: Universitets Forlaget/Little Brown, 1969. p. 9-38.
- BARTH, Fredrik. Cosmologies in the making. Cambridge: University Press, 1989.
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. In: Antropolítica 19 – Niterói: EdUFF, 1995. p. 15-30.
- BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Organização de Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BENSA, Alban. “Da micro-história a uma antropologia crítica”. In: REVEL, Jacques (org.) Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 39-76.

- BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Francisco Alves S. A, 1990. p. 123-176.
- BOURDIEU, O encantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista de Almeida e OLIVEIRA, C. L. de (Orgs). *Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. 1. ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2012, p. 367 a 380.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os nomes do trabalho. In: *A Partilha da Vida*. São Paulo: Geic/Cabral Editora, 1995. p. 91-123.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a Tradicionalidade Rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inês Medeiros. (Orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004, p. 121-131.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. Posse e uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes. In: *Campesinato goiano: três estudos*. Goiânia: UFG, 1986.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidade, 1977.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade. Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: UNESP, 2006.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidades de uma antropologia da Ação. In: *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UnB, 1978.
- CEDEFES. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CLEPS JR, J; FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G. (Orgs). *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia. Editora da UCG. 2006.
- COMERFORD, John C. Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano. In: *Reunião Brasileira de Antropologia, 25ª*, 2006, Goiânia: Anais...Goiânia: ABA, 2006, s/p.
- COMERFORD, John C. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito. Ensaio de antropologia dos*

- rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 149-170.
- COSTA, João Batista de Almeida ; ARAÚJO, Elisa Cotta ; DAYRELL, C. A. ; Santos, F. A. R dos ; Almeida, J. W. L. ; NERI, Renato Aquino ; Costa, M. A. de A. Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, sócio-cultural e ambiental da Comunidade Remanescente de Quilombo da Lapinha- MG. Montes Claros: INCRA, 2013.
- COSTA, João Batista de Almeida ; ARAÚJO, Elisa Cotta ; DAYRELL, C. A. ; Santos, F. A. R dos ; Almeida, J. W. L. ; NERI, Renato Aquino ; Costa, M. A. de A. Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, sócio-cultural e ambiental da Comunidade Remanescente de Quilombo da Lapinha- MG. Montes Claros: INCRA, 2013.
- COSTA, João Batista de Almeida e LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. Negros do Norte de Minas: Direitos, Conflitos, Exclusão e Criminalização de Quilombos. In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e *et al* (Orgs). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*. Brasília: UnB, 2003. Tese de Doutorado.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. “El Estado e sus márgenes. Etnografías Comparadas”. Cuadernos de Antropología Social, nº 27. Julio, UBA, Buenos Aires, Argentina, 2008.
- DEUS, Eduardo de. *Antropologia e Ambiente: entre transgressões e sínteses*. Brasília: UnB, 2007. Dissertação mestrado.
- DIAS, Eurípedes da Cunha. *Arqueologia dos Movimentos Sociais. Série Antropologia* (v. 310), Brasília: UnB, 2001, p. 1-10.
- DIÉGUES Jr., Manuel. *O Engenho de Açúcar no Nordeste - Documentário da Vida Rural - Col. Nordestina*. Alagoas: UFAL, 2006.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: O sistema de casta e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. “The cultural contexts of ethnic differences”. London: *Man*, vol. 26, n. 1, 1991.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnic identity, national identity and intergroup conflict: The significance of personal experiences*. In: ASHMORE, JUSSIM, WILDER (Orgs.): *Social identity, intergroup conflict and conflict reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p 42-70.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora perspectiva, 1993.

- FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Brasília: DAN/UnB, 2011. Série Tradução Vol. 01.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GALVÃO, Eduardo. Santos e Visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero. Editora UNB. 1989.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GODOI, Emília P. O Sistema do Lugar: história, território e memória no sertão. In: Niemeyer, Ana Maria & Godói, Emília Pietrafesa (orgs.). Além dos Territórios. Campinas: Mercado das Letras, 1998, pp. 97-131
- GUIMARÃES ROSA, João. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001. 19<sup>o</sup> Edição.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: Mana: Estudos de Antropologia Social, 3 (1). Rio de Janeiro: Relume Dumará; PPGAS – Museu Nacional/UFRJ, 1997. p. 7-39.
- HEREDIA, Beatriz. A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HORNE, Gerald. O sul mais distante. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- INGOLD, Tim. Caminhando com os dragões em direção ao lado selvagem. In STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel Cristina Moura de Carvalho (Orgs.). Cultura Percepção e Ambiente: Diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Campinas: Papius, 1989.
- LUZ DE OLIVEIRA, Claudia. Os Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, 2005.
- MARTINS-COSTA, Ana Luiza Borralho. Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1989 (dissertação de mestrado)
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André (Org.). O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOURA, Margarida Maria. *Os Deserdados da Terra*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- MOURA, Margarida Maria. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: E-paper, 2010.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas. In: LIMA, D. (org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões*. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005, pp 207-264.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 18-42.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Introdução: direitos territoriais. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/laced/Nova Letra, 2012. P. 318-335.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. Rio de Janeiro: E-paper, 2012.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombo: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002. 268p.
- O'DWYER, Eliane Cantarino ; Elisa Cotta de Araújo ; Nicolau, Omar Souza ; Ribeiro, Erick D. ; KLEIN, N.dos S. ; SILOS, S.R. . *Relatório Antropológico de Identificação dos Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Território de Maria Valentina (Santarém - PA)*. 2011.
- OTAVIO VELHO - *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Dourados; Revista Ñanduty Vol. 1 - N. 1, julho a dezembro de 2012.
- PAOLIELLO, Renata Medeiros . *Estratégias Possessórias e Constituição de Espaços Sociais no Mundo Rural Brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira*. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emília Pietrafesa de. (Org.). *Além dos territórios - para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, v. p. 201-227.
- PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, Tomo II.

- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Etnicidade e nacionalismo religioso entre os Cursos da Síria. In: *Antropolítica* 19 – Niterói: EdUFF, 1995. p. 31-62.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972
- RIBEIRO, Érick Delgado. Identidades em movimento: questionamentos a cerca da construção de identidades étnicas e sociais em condições contextuais de deslocamentos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Processos identitários e produção da etnicidade*. Rio de Janeiro: E-paper, 2013. p. 244-285.
- RIBEIRO, Luciana. Maria. Monteiro.. *Relatório do Seminário Mudanças Climáticas e Agrobiodiversidade no Semiárido Mineiro: avaliação de cenários e construção de estratégias de enfrentamento*. Montes Claros: CAA/FAO, 2013.
- SAMAIN, Etienne. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Porto Alegre: Horizontes Antropológicos*, 1995 ano 1, n. 2, -23-60, jul/set.
- SCOTT, James. *Formas Cotidianas de resistência*. Campina Grande: *Revista Raízes* vol. 21, nº 1, jan/jun., 2002. Tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra. p.10-31.
- SEYFERTH, Giralda. *O campesinato e o Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: *Mana*, 2011. vol .17, nº 2. p 395-417.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo e MACEDO, Marcelo Ernandez. *Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2008. Vol. 51, no 1. p. 107-142.
- TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2012, Volume 4.
- VIANNA Jr., Aurélio. *Reforma Agrária e Territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária*. In ACSELRAD, Henri *et al* (Org.) *Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- VINCENT, Joan. *A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes*. In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Ed. Global Universitária, 1987. p. 469-522.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos (org.) *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: Weber, Max. Economia e sociedade. Brasília, UnB, 1991. v. 1.

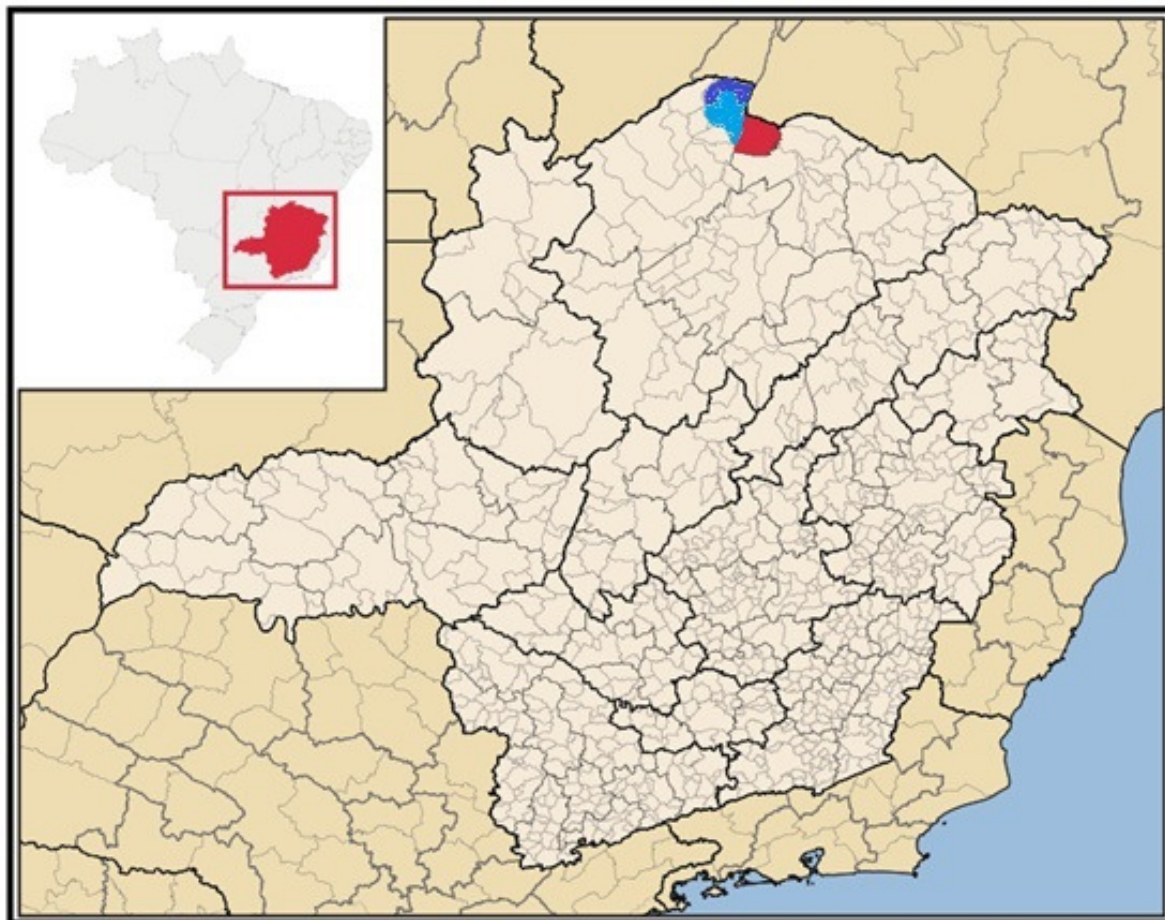
WOORTMANN, Ellen. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo, Hucitec. 1995.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Brasília: EdUnB, 1990.



## **ANEXOS**

## Localização dos municípios de Manga e Matias Cardoso de Minas Gerais



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3a/MinasGerais\\_Municip\\_MatiasCardoso.svg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3a/MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg)

### Localização dos municípios de Santarém no estado do Pará



Fonte: IBGE, 2008

## Localização das comunidades quilombolas nas imediações do Ituqui



Fonte: Trabalho de Campo

## Proposta territorial do Quilombo da Lapinha e Quilombo Tabua



Proposta territorial do Quilombo Maria Valentina

## Proposta territorial do Quilombo Maria Valentina



Fonte: Trabalho de Campo

## LISTA DE FOTOS

<u>Foto 01: O desfolhamento da mata seca no final da seca no Acampamento São Francisco</u> .....	24
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, outubro de 2007</u> .....	24
<u>Foto 02: No Acampamento as reuniões normalmente acontecem sob a proteção do umbuzeiro</u> .....	25
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso - MG, março de 2013</u> ....	25
<u>Foto 03: Acampados e visitantes se juntam para celebração de domingo no Acampamento</u> .....	27
<u>Identificação: Umbuzeiro, Acampamento São Francisco, Matias Cardoso, outubro, 2007</u> .....	27
<u>Foto 04: Venda em funcionamento junto a moradia de um acampado</u> .....	33
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso, março de 2008</u> .....	33
<u>Foto 05: Pesca para consumo, compartilhada entre parentes</u> .....	39
<u>Identificação: Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso – MG, janeiro 2012</u> .....	39
<u>Foto 06: Pinguela que permitia a transposição do canal, atualmente soterrada</u> .....	40
<u>Identificação: Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, Matias Cardoso –MG, abril de 2012</u> .....	40
<u>Foto 07: Rosário, filha do Velho Chico, mostra o esteio tirado da casa na terra firme</u> ..	46
<u>Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012</u> .....	46
<u>Foto 08: Antônio Vermelho e sua esposa Rosário, na sombra do pé de manga</u> .....	49
<u>Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012</u> .....	49
<u>Foto 09: A Velha Celina brincalhona, com produtos a serem levados para a terra firme</u> .....	52
<u>Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, março de 2008</u> .....	52
<u>Foto 10: O jovem Dotor <i>no porto</i>, na beira do rio pequeno</u> .....	54
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, março de 2008</u> ..	54
<u>Foto 11: Peixe tratado e salgado secando ao sol</u> .....	55
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, abril de 2012</u> ....	55
<u>Foto 12: Liete, a caminho da roça na ilha da Ressaca</u> .....	57
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso – MG, março de 2008</u> ..	57
<u>Figura 01: Espaços sociais na ilha da Ressaca, na beira do <i>rio pequeno</i></u> .....	58
<u>Fonte: Trabalho de Campo</u> .....	58
<u>Foto 13: Plantio <i>de vazante</i> na ilha da Ressaca</u> .....	59
<u>Identificação: <i>Vazante de dentro</i> na ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, abril de 2012</u> .....	59
<u>Foto: Feijão de arranca secando em frente do <i>barraco</i> de Ivone e Carlos</u> .....	62
<u>Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012</u> ..	62
<u>Foto 14: Colheita de legumes nas vazantes da Ilha da Ressaca</u> .....	62
<u>Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, abril de 2008</u> .....	62
<u>Foto 15: Madeira para preparo de alimentos obtida na terra firme</u> .....	63
<u>Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012</u> .....	63
<u>Foto 16: As muitas atividades na beira do rio em <i>Várzea da Manga</i></u> .....	66
<u>Identificação: <i>Várzea da Manga</i>, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012</u> .....	66
<u>Foto 17: O gado mestiço criado na solta cercada situada nas no interior do patrimônio familiar</u> .....	70
<u>Identificação: Saco / Santa Efigênia, Matias Cardoso –MG, abril de 2012</u> .....	70
<u>Foto 18: Durante a caminhada no interior da mata foram coletados produtos</u> .....	73

<a href="#">Identificação: Várzea da Manga, Matias Cardoso – MG, junho de 2008</a> .....	73
<a href="#">Foto 19: Ocupação familiar nas <i>terras altas</i>, na terra firme</a> .....	79
<a href="#">Identificação: Saco / Santa Efigênia, Matias Cardoso, janeiro de 2012</a> .....	79
<a href="#">Foto 20: Pastagem de braquiária formada na terra firme</a> .....	84
<a href="#">Identificação: Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso –MG, abril de 2008.</a> .....	84
<a href="#">Foto 21: Ocupação familiar nas <i>terras baixas</i>, na terra firme</a> .....	87
<a href="#">Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso, janeiro de 2012</a> .....	87
<a href="#">Foto 22: Depósitos aluviais em ilha, expostos pela movimentação do rio</a> .....	99
<a href="#">Foto 23: Pesca de <i>caceia</i> no rio São Francisco.</a> .....	100
<a href="#">Foto 24: <i>Matade aroeira</i> em terra de capão na beira do Riacho, braço do Japoré.</a> .....	102
<a href="#">Foto 25: Ilha do Mangue coberta pela <i>cheia</i>.</a> .....	103
<a href="#">Foto 26: <i>Furado</i> com vegetação arbórea ao entorno.</a> .....	105
<a href="#">Foto27: Morador buscou entre os guardados: chapéu, gibão e laço de couro para ser fotografado.</a> .....	112
<a href="#">Foto 28: Andreлина e Aurelina moradoras mais velhas que vivenciaram a <i>luta pela terra</i></a> .....	128
<a href="#">Foto 29: Lió Barreira e Natalino Oliveira, parentesco reafirmado pelo nascimento do neto</a> .....	136
<a href="#">Foto 30: Foto junto a padroeira é uma lembrança da viagem a Bom Jesus da Lapa, na Bahia.</a> .....	139
<a href="#">Foto 31: Reunião que deu início aos trabalhos de campo</a> .....	143
<a href="#">Foto 32: Manuel, liderança quilombola na varanda da sua com a esposa e a filha</a> .....	145
<a href="#">Foto 33: Comercialização de produtos no porto da cidade de Santarém</a> .....	148
<a href="#">Foto 34: Moradores realizam a pesca de lago em suas embarcações a remo</a> .....	150
<a href="#">Foto 35: Ocupação familiar e criatório de animais na várzea do Amazonas</a> .....	152
<a href="#">Foto 36: Rebanho de búfalo pastando em área de restinga nas várzea</a> .....	167
<a href="#">Foto 37: Moradores de <i>comunidades de terra firme</i> em sua lida no lago</a> .....	174
<a href="#">Foto 38: Rosário em sua ilha, espreita o <i>rio pequeno</i> e a <i>terra firme</i></a> .....	184
<a href="#">Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, abril de 2012</a> .....	184
<a href="#">Foto 39: O caminho da beira do <i>rio pequeno</i> para as moradias nos <i>altos</i></a> .....	185
<a href="#">Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, outubro de 2007</a> .....	185
<a href="#">Foto 40: Roças de vazantes atingidas pela <i>cheia</i></a> .....	186
<a href="#">Identificação: Ilha de Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012</a> .....	186
<a href="#">Foto 41: <i>Roça de lagadiço</i> inundada pela <i>cheia</i> do rio São Francisco</a> .....	186
<a href="#">Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012</a> .....	186
<a href="#">Foto 42: A movimentação do gado nas <i>terras altas</i></a> .....	187
<a href="#">Identificação: Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012</a> .....	187
<a href="#">Foto 43: <i>Furado</i> do Zé Ozório, no passado utilizado como espaço de produção</a> .....	188
<a href="#">Identificação: Imediações da lagoa da Graciana, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012</a> .....	188
<a href="#">Foto 44: <i>Lagadiço</i> gradeado para formação de pasto nas imediações da lagoa do Espinho</a> .....	189
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013</a> .....	189
<a href="#">Foto 45: Áreas de cultivo na <i>vazante</i> do rio Calindó</a> .....	190
<a href="#">Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, outubro de 2013</a> .....	190
<a href="#">Foto 46: Mata de capão na posse do seu Chiquinho, utilizada como <i>solta</i> para o criatório de gado</a> .....	191
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012</a> .....	191
<a href="#">Foto 47: Lagoa do Espinho, lugar da pesca no Quilombo Tabua</a> .....	192
<a href="#">Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, abril de 2012</a> .....	192

<a href="#">Foto 48: Ocupações nas ilhas do São Francisco atingidas pela cheia de 2012</a> .....	193
<a href="#">Identificação: Ilha da Esperança, Manga – MG, janeiro de 2012</a> .....	193
<a href="#">Foto 49: Amansador de Cirilo, utilizada no passado como solta de gado nas águas</a> ...	194
<a href="#">Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, abril de 2012</a> .....	194
<a href="#">Foto 50: Furado da Jurema, no passado haviam ocupações em seu entorno</a> .....	194
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012</a> .....	194
<a href="#">Foto 51: Barcos pesqueiros atracados na Boca do Ituqui</a> .....	195
<a href="#">Identificação: Várzea do Amazonas, Santarém – PA, agosto de 2010</a> .....	195
<a href="#">Foto 52: O convívio na beira do Ituqui e as terras caídas</a> .....	196
<a href="#">Identificação: São Raimundo, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	196
<a href="#">Foto 53: Igarapé de Maicá na vazante, quando as restingas ressurgem</a> .....	197
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	197
<a href="#">Foto 54: Cavado de Nova Vista</a> .....	198
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	198
<a href="#">Foto 55: Roça de vazante na beira do rio Ituqui</a> .....	199
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	199
<a href="#">Foto 56: No verão, as restingas emergem e se transformam em pastagens para o gado</a> .....	200
<a href="#">Identificação: São Raimundo, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	200
<a href="#">Foto 57: O ressurgimento dos campos naturais durante a vazante</a> .....	200
<a href="#">Identificação: Igarapé do Santíssimo, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	200
<a href="#">Foto 58: O gado criado nas margens do Ituqui</a> .....	201
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010</a> .....	201
<a href="#">Titulo 59: Casa construída suspensa na beira do Amazonas grade</a> .....	202
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010</a> .....	202
<a href="#">Foto 60: Casa de enchimento na margem do rio São Francisco</a> .....	203
<a href="#">Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012</a> .....	203
<a href="#">Foto 61: Casa de alvenaria na margem do rio São Francisco</a> .....	203
<a href="#">Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012</a> .....	203
<a href="#">Foto 62: Barraco de lona preta de moradores do Quilombo</a> .....	204
<a href="#">Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012</a> .....	204
<a href="#">Foto 63: Cercado utilizado para a multiplicação de mudas após a cheia</a> .....	205
<a href="#">Identificação: São José, Santarém - PA, setembro de 2010</a> .....	205
<a href="#">Foto 64: Muda nova de banana, introduzida pelo morador após a cheia no Ituqui</a> .....	206
<a href="#">Identificação: São José, Santarém - PA, setembro de 2010</a> .....	206
<a href="#">Foto 65: Jirau utilizado para produção de temperos e que pode ser remanejado na cheia</a> .....	207
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010</a> .....	207
<a href="#">Foto 66: Aves silvestres ou animais domésticos?</a> .....	208
<a href="#">Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010</a> .....	208
<a href="#">Foto 67: Quintal situado ao fundo numa fileira de casas do arruado</a> .....	209
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga –MG, março de 2012</a> .....	209
<a href="#">Foto 68: Foto de dona Júlia com o marido e seus filhos homens</a> .....	210
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013</a> .....	210
<a href="#">Foto 69: Lena amamenta seu filho de pouco mais de um ano</a> .....	211
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013</a> .....	211
<a href="#">Foto 70: Horta implantada debaixo da sombra de um umbuzeiro,</a> .....	212
<a href="#">Identificação: Espinho, Manga – MG, novembro de 2012</a> .....	212
<a href="#">Foto 38: Rosário em sua ilha, espreita o rio pequeno e a terra firme</a> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso –MG, abril de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 39: O caminho da beira do rio pequeno para as moradias nos altos..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Ilha da Ressaca, Matias Cardoso – MG, outubro de 2007 **Erro! Indicador não definido.**

Foto 40: Roças de vazantes atingidas pela cheia..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Ilha de Ressaca, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012. **Erro! Indicador não definido.**

Foto 41: Roça de lagadiço inundada pela cheia do rio São Francisco.... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 42: A movimentação do gado nas terras altas..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 43: Furado do Zé Ozório, no passado utilizado como espaço de produção ..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Imediações da lagoa da Graciana, Matias Cardoso – MG, janeiro de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 44: Lagadiço gradeado para formação de pasto nas imediações da lagoa do Espinho ..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013 .. **Erro! Indicador não definido.**

Foto 45: Áreas de cultivo na vazante do rio Calindó ..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, outubro de 2013 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 46: Mata de capão na posse do seu Chiquinho, utilizada como solta para o criatório de gado..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 47: Lagoa do Espinho, lugar da pesca no Quilombo Tabua..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, abril de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 48: Ocupações nas ilhas do São Francisco atingidas pela cheia de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Ilha da Esperança, Manga – MG, janeiro de 2012 .... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 49: Amansador de Cirilo, utilizada no passado como solta de gado nas águas **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Vila Primavera, Manga – MG, abril de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 50: Furado da Jurema, no passado haviam ocupações em seu entorno..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga – MG, abril de 2012 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 51: Barcos pesqueiros atracados na Boca do Ituqui. **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Várzea do Amazonas, Santarém – PA, agosto de 2010.... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 52: O convívio na beira do Ituqui e as terras caídas **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: São Raimundo, Santarém – PA, setembro de 2010.. **Erro! Indicador não definido.**

Foto 53: Igarapé de Maicá na *vazante*, quando as restingas ressurgem .. **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 54: *Cavado* de Nova Vista ..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 55: *Roça de vazante* na beira do rio Ituqui..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 56: No verão, as restingas emergem e se transformam em pastagens para o gado  
..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: São Raimundo, Santarém – PA, setembro de 2010... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 57: O ressurgimento dos *campos naturais* durante a *vazante* .. **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Igarapé do Santíssimo, Santarém – PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 58: O gado criado nas margens do Ituqui..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém – PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Título 59: Casa construída suspensa na beira do *Amazonas grade* .. **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 60: Casa de enchimento na margem do rio São Francisco..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012 **Erro! Indicador não definido.**

Foto 61: Casa de alvenaria na margem do rio São Francisco..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Barreiro da Onça, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012 **Erro! Indicador não definido.**

Foto 62: Barraco de lona preta de moradores do *Quilombo*..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Acampamento São Francisco, Matias Cardoso –MG, janeiro de 2012  
..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 63: Cercado utilizado para a multiplicação de mudas após a *cheia* **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: São José, Santarém - PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 64: Muda nova de banana, introduzida pelo morador após a *cheia* no Ituqui... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: São José, Santarém - PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 65: Jirau utilizado para produção de temperos e que pode ser remanejado na *cheia*  
..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**

Foto 66: Aves silvestres ou animais domésticos? ..... **Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Nova Vista, Santarém - PA, setembro de 2010 .....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 67: Quintal situado ao fundo numa fileira de casas do arruado**Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga –MG, março de 2012.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 68: Foto de dona Júlia com o marido e seus *filhos homens* ....**Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013 ..**Erro! Indicador não definido.**

Foto 69: Lena amamenta seu filho de pouco mais de um ano.....**Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga – MG, outubro de 2013 ..**Erro! Indicador não definido.**

Foto 70: Horta implantada debaixo da sombra de um umbuzeiro,...**Erro! Indicador não definido.**

Identificação: Espinho, Manga – MG, novembro de 2012 **Erro! Indicador não definido.**